

# PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SÊNIOR DA PRIMEIRA EMISSÃO DO

## Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil

CNPJ/MF nº 12.023.850/0001-94



### R\$ 1.166.600.000,00

(um bilhão, cento e sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais)

Classificação ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Código ISIN das Quotas Sênior: BRGLBFCTF009

Classificação de Risco das Quotas Sênior: Fitch Ratings “AAA”

**GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.023.850/0001-94 (“Fundo”), administrado pela **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento, conforme Ato Declaratório da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (“Administrador”), está realizando a primeira emissão de quotas do Fundo é composta por 11.666 (onze mil e sessenta e seis) Quotas Sênior, com preço inicial de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma, e 1.667 (hum mil e seiscentos e sessenta e sete) quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”, sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas doravante denominadas, em conjunto, “Quotas”), com preço inicial de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando o montante total de R\$ 1.333.300.000,00 (um bilhão e trezentos e trinta e três milhões e trezentos mil reais) (“Primeira Emissão”), considerando 1.666 (um mil e seiscentos e sessenta e seis) Quotas Sênior no âmbito do exercício da Quantidade Adicional (conforme abaixo definidos). O Fundo poderá iniciar suas atividades, desde que, até a data de encerramento do prazo de subscrição das Quotas, tenham sido subscritas e integralizadas Quotas Sênior representando o montante mínimo de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

O Fundo foi constituído e o regulamento do Fundo (“Regulamento”) e a Primeira Emissão foram aprovados em 25 de maio de 2010, por ato único do Administrador, conforme instrumento particular registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 26 de maio de 2010, sob o nº 3380535. O Regulamento foi alterado por meio de instrumento particular do Administrador, datado de 28 de junho de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 28 de junho de 2010, sob o nº 003.383.756, de 14 de julho de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 14 de julho de 2010, sob o nº 003.385.289, de 15 de julho de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 15 de julho de 2010, sob o nº 003.385.401, de 08 de setembro de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 13 de setembro de 2010, sob o nº 003.390.179, em 15 de setembro de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 2010, sob o nº 003.390.522, em 27 de setembro de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 29 de setembro de 2010, sob o nº 003.391.482 e em 21 de outubro de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 25 de outubro de 2010, sob o nº 003.393.269. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM 356/01”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública, exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e organizado, sendo neste último caso o mercado administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, a ser coordenada pelo BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.298.092/0001-30 (“Distribuidor Líder”), devidamente contratado pelo Administrador para ser responsável pela Oferta, sob regime de melhores esforços de colocação.

Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Distribuidor Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400/03”), para a definição, do parâmetro de remuneração das Quotas Sênior da Primeira Emissão (“Benchmark”), inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas Sênior a serem colocadas no âmbito da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta foi aumentada em 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (“Quotas Sênior Adicionais”). A distribuição das Quotas Sênior Adicionais observará as mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas e será conduzida pelo Distribuidor Líder sob o regime de melhores esforços de colocação. Desta forma, a Oferta passou a ser de 11.666 (onze mil seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior, com preço inicial de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando o montante total da Oferta de R\$ 1.166.600.000,00 (um bilhão e cento e sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais).

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito performados de titularidade da GLOBEX UTILIDADES S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 2000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.041.260/0652-90 (“Globex”) e/ou sociedades por ela controladas, cujas atividades preponderantes correspondam às atividades preponderantes exercidas pela Globex e que venham a fazer parte do Contrato de Cessão (conforme definido na Seção 1 deste Prospecto Definitivo, item “Definições”, na página 4) ou respectivos aditivos (“Cedente”), originados no âmbito de operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas entre a Cedente e os seus clientes finais, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartões de crédito administrados (i) pelo Banco Bankpar S.A., (ii) pela Redecard S.A., (iii) pela Cielo S.A. e/ou (iv) pela Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Direitos de Crédito”) que atendam às condições e critérios estabelecidos no Regulamento. Para maiores esclarecimentos e informações sobre a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, vide Seção 5 deste Prospecto Definitivo, na página 82.

**A Oferta foi registrada na CVM, em 04 de novembro de 2010, sob nº CVM/SER/RFD/2010/032, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 400/03.**


As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela Globex, nos termos do “Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e a Globex nos termos do Regulamento.

O investimento do Fundo apresenta riscos para o investidor e, ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Benchmark das Quotas Sênior, conforme definido a seguir, não representa nem deve ser considerado como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos quotistas titulares das Quotas Sênior por parte do Fundo, do Administrador, do custodiante do Fundo e da Cedente. **O Fundo e as aplicações realizadas pelos quotistas do Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Distribuidor Líder, do custodiante do Fundo ou da Cedente, bem como de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos Fatores de Risco descritos na página 40 deste Prospecto Definitivo.**

As informações contidas neste Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento pelo investidor ao aplicar seus recursos, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção 3 - Fatores de Risco, nas páginas 40 a 46 deste Prospecto Definitivo.

O Fundo busca aplicar seus recursos em ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Quotas se comparada à oscilação no valor de quota de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior. O tratamento tributário aplicável aos quotistas do Fundo depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da Carteira representada por ativos financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos quotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos quotistas e ao Fundo, vide Seção 4 deste Prospecto Definitivo, item “4.22 - Regras de Tributação do Fundo”, na página 75.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto Definitivo poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Distribuidor Líder e à CVM. A Cedente não prestará quaisquer informações e/ou esclarecimentos aos investidores sobre o Fundo e/ou a Oferta.

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

“Este Prospecto Definitivo foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas Sênior deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, dos Direitos de Crédito ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo.”

Distribuidor Líder



Administrador

  
Administração Fiduciária

Custodiante



Agência de Classificação de Risco

  
KNOW YOUR RISK

Assessoria Jurídica

  
Mattos Filho  
Veiga Filho  
Marrey Jr.  
e Quiroga  
ADVOCADOS

  
BRASIL | PEREIRA NETO | GALDINO | MACEDO  
ADVOCADOS

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
Definições .....	4
Termos e Condições da Oferta .....	19
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA .....</b>	<b>24</b>
2.1. Características da Oferta .....	25
2.2. Negociação das Quotas .....	30
2.3. Contrato de Distribuição .....	30
2.4. Custos da Oferta.....	34
2.5. Outras informações.....	35
2.6. Identificação dos demais prestadores de serviços do Fundo.....	36
2.7. Declarações do Administrador e do Distribuidor Líder .....	38
<b>3. FATORES DE RISCO .....</b>	<b>40</b>
3.1. Riscos de mercado dos Ativos Financeiros .....	41
3.2. Riscos de crédito dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros.....	42
3.3. Risco relacionado à origem e regularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos .....	43
3.4. Riscos de liquidez .....	43
3.5. Riscos operacionais envolvendo o Fundo.....	43
3.6. Riscos de descontinuidade .....	44
3.7. Outros riscos .....	45
<b>4. GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL.....</b>	<b>47</b>
4.1. Denominação, forma, base legal e prazo de duração.....	48
4.2. Público Alvo e valor mínimo de investimento .....	48
4.3. Administração.....	48
4.4. Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas.....	50
4.5. Agência Classificadora de Risco .....	51
4.6. Auditores Independentes do Fundo .....	51
4.7. Outros prestadores de serviços .....	52
4.8. Objetivo de Investimento .....	53
4.9. Política de investimento e composição da Carteira .....	53
4.10. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas.....	55
4.11. Amortização e resgate das Quotas.....	60
4.12. Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento .....	62
4.13. Assembleia Geral .....	64
4.14. Critérios de avaliação dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira .....	64
4.15. Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Suspensão .....	65
4.16. Amortização Extraordinária para fins de enquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento, da política de investimento e outros procedimentos de enquadramento da Razão de Garantia .....	70
4.17. Reserva de pagamento e alocação de recursos para pagamento de despesas do Fundo.....	71
4.18. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo .....	72
4.19. Demonstrações Financeiras.....	73
4.20. Atendimento aos Quotistas .....	73
4.21. Taxa de Administração e demais encargos do Fundo.....	74
4.22. Regras de tributação do Fundo .....	75
4.23. Mecanismos de reforço de crédito e outras garantias .....	78
4.24. Sistema de gerenciamento de riscos e compliance .....	78

4.25. Política de exercício de direito de voto .....	80
<b>5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO .....</b>	<b>81</b>
5.1. Direitos de Crédito .....	82
5.2. Características homogêneas dos devedores dos Direitos de Crédito .....	82
5.3. Política de Cadastro e Concessão de Crédito.....	83
5.4. Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos de Crédito.....	83
5.5. Formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e outras regras gerais referentes à liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos .....	86
5.6. Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito .....	89
5.7. Eventos de Indenização.....	90
5.8. Procedimentos de Cobrança.....	92
5.9. Hipóteses de substituição dos Direitos de Crédito Adquiridos .....	92
5.10. Informações estatísticas sobre os Direitos de Crédito .....	92
<b>6. A CEDENTE .....</b>	<b>94</b>
6.1. Introdução .....	95
6.2. Experiência profissional em outras operações de securitização .....	103
<b>7. OS SACADOS .....</b>	<b>104</b>
7.1. Redecard .....	105
7.2. Cielo .....	106
7.3. FIC .....	99
<b>8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA.....</b>	<b>109</b>
8.1. Informações sobre as partes.....	110
8.2. Relacionamento entre as partes .....	114
8.3. Conflito de interesses .....	118
<b>9. ANEXOS.....</b>	<b>119</b>
ANEXO I - Sumário dos contratos da operação .....	121
ANEXO II - Cópia do instrumento de constituição do Fundo e que aprovou a realização da Primeira Emissão .....	125
ANEXO III – Cópia do instrumento de alteração do Regulamento.....	131
ANEXO IV – Cópia do instrumento de alteração do Regulamento .....	135
ANEXO V - Cópia do instrumento de alteração do Regulamento .....	139
ANEXO VI – Cópia do instrumento de alteração do Regulamento .....	143
ANEXO VII – Cópia do instrumento de alteração do Regulamento .....	147
ANEXO VIII Cópia do instrumento de alteração do Regulamento.....	151
ANEXO IX Cópia do instrumento de alteração do Regulamento .....	155
ANEXO X - Cópia do Regulamento e do Suplemento referente à Primeira Emissão em vigor na data deste Prospecto Definitivo .....	159
ANEXO XI - Relatório de classificação de risco das Quotas Sênior.....	239
ANEXO XII - Minuta do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.....	257
ANEXO XIII - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	259
ANEXO XIV - Declaração do Distribuidor Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03 .....	263
ANEXO XV - Demonstrações financeiras da Cedente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas.....	267
ANEXO XVI - Demonstrações financeiras da FIC elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas.....	373

## **1. INTRODUÇÃO**

---



## DEFINIÇÕES

Os termos e expressões indicados em letra maiúscula utilizados neste Prospecto Definitivo, no singular ou no plural, terão o significado a elas atribuído nesta Seção. Outros termos e expressões contidos neste Prospecto Definitivo, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído neste Prospecto Definitivo ou no Regulamento.

<b>Aceite Eletrônico de Cessão</b>	O arquivo eletrônico a ser colocado à disposição da Cedente e do Administrador pelo Custodiante no âmbito da Interface de Cessão. O Aceite Eletrônico de Cessão conterá os termos e as condições de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo e o Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, em observância ao disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>Administrador</b>	A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003.
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	A Fitch Ratings Brasil Ltda. (Fitch Ratings), agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior nos termos deste Prospecto Definitivo e do Regulamento. O Fundo poderá contratar a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poors) ou a Moody's Investors Service (Moody's) para avaliar o risco das Quotas Sênior, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.
<b>Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	A Globex, conforme contratada pelo Fundo, na qualidade de agente de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança. O Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Agente de Conciliação e Cobrança</b>	A Globex, conforme contratada pelo Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, na qualidade de (i) agente de cobrança dos Direitos de Crédito Adquiridos a vencer, por meio da emissão de solicitações de pagamento aos respectivos Sacados, devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos, para pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo; (ii) agente auxiliar do Custodiante na

	<p>conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos depositados na Conta Autorizada do Fundo, observado que referida conciliação será realizada com base em arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Agente de Conciliação e Cobrança e o Custodiante e encaminhado, diariamente, pelo Agente de Conciliação e Cobrança ao Custodiante; e (iii) agente auxiliar do Custodiante na conciliação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos depositados na Conta Autorizada do Fundo no âmbito das suas atividades de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Conciliação e Cobrança.</p>
<b>Agente de Depósito</b>	<p>A Globex, conforme contratada pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, na qualidade de agente de guarda física e conservação dos Documentos Comprobatórios. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Depósito.</p>
<b>Agente Escriturador</b>	<p>A Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.</p>
<b>Alocação Mínima de Investimento</b>	<p>A alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Adquiridos.</p>
<b>Amex</b>	<p>O Banco Bankpar S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.419.645/0001-95.</p>
<b>Amortização Extraordinária</b>	<p>A amortização extraordinária das Quotas Sênior em circulação realizada exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio líquido do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.</p>
<b>ANBIMA</b>	<p>Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.</p>
<b>Anúncio de Início</b>	<p>O anúncio de início da Oferta de Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo.</p>
<b>Arquivo Eletrônico Analítico</b>	<p>O arquivo eletrônico analítico, que será elaborado em <i>layout</i> previamente acordado entre a Cedente e o</p>

	Custodiante, a ser disponibilizado às terças-feiras de cada semana pela Cedente ao Custodiante, contemplando as informações descritas no Anexo III do Regulamento, relativas às transações que deram origem aos Direitos de Crédito Adquiridos.
<b>Assembleia Geral</b>	A Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e/ou extraordinária, realizada nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.
<b>Ativos Financeiros</b>	São (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central; (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais; e (iv) Certificados de Depósito Bancário – CDB de emissão das Instituições Financeiras Autorizadas.
<b>Auditores Independentes</b>	A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, contratada pelo Fundo para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.
<b>Aviso ao Mercado</b>	O aviso ao mercado acerca da Oferta de que trata o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03.
<b>Banco Central</b>	O Banco Central do Brasil.
<b>Benchmark</b>	O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior de cada emissão/série, conforme estabelecido no Suplemento de cada emissão/série.
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>Carteira</b>	A carteira de investimentos do Fundo, formada por Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros.
<b>Casas Bahia</b>	As Casas Bahia Comercial Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.291.534/0001-67.
<b>CBD</b>	A Companhia Brasileira de Distribuição, sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.508.411/0001-56.
<b>CD-R</b>	<i>compact disc recordable</i> a ser utilizado pela Cedente e pelo Administrador para o arquivamento dos Arquivos Eletrônicos Analíticos no âmbito do registro eletrônico do Termo de Cessão Consolidado na sede do Administrador.
<b>Cedente</b>	A Globex e/ou sociedades por ela controladas, cujas atividades preponderantes correspondam às atividades

	preponderantes exercidas pela Globex e que venham a fazer parte do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito ou respectivos aditivos, na qualidade de titulares e cedentes de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo.
<b>CETIP</b>	A CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Cielo</b>	A Cielo S.A., sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.027.058/0001-91.
<b>CMN</b>	O Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/MF</b>	O Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
<b>Companhia Brasileira de Distribuição ou Grupo Pão de Açúcar</b>	A Companhia Brasileira de Distribuição, sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.508.411/0001-56, e suas controladas.
<b>Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas</b>	O “Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e a Globex, no ato da subscrição de Quotas Subordinadas.
<b>Condições de Cessão</b>	As condições de cessão dos Direitos de Crédito conforme descritas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento, as quais deverão ser verificadas e atendidas pela Cedente em cada Data de Oferta, nos termos deste Prospecto Definitivo, do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. A Cedente será a única responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão.
<b>Conta Autorizada do Fundo</b>	A conta corrente de titularidade e mantida pelo Fundo no Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos.
<b>Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito</b>	O “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito, Conciliação, Cobrança e Depósito de Direitos de Crédito e Outras Avenças” a ser celebrado entre o Fundo e a Globex até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos, com a interveniência do Custodiante. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelecerá (i) os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo e (ii) disciplinará as funções do Agente de Conciliação e Cobrança e do Agente de Depósito.
<b>Contrato de Cobrança de Direitos de</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos e Outras Avenças”, a ser

<b>Crédito Inadimplidos</b>	celebrado entre o Fundo e a Globex, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos regulará, entre outras, as obrigações da Globex relacionadas à prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os Procedimentos de Cobrança.
<b>Contrato de Custódia</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Globex, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.
<b>Contrato de Distribuição</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Estruturação e de Colocação de Quotas Sênior da Primeira Emissão do Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil”, celebrado entre o Fundo, o Distribuidor Líder, o Administrador e a Cedente. O Contrato de Distribuição estabelece, entre outras, as obrigações do Distribuidor Líder como responsável pela coordenação da Oferta.
<b>Contrato de Escrituração de Quotas</b>	O “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Agente Escriturador, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Escrituração de Quotas estabelece, entre outras, as obrigações do Agente Escriturador como responsável pela escrituração das Quotas, para fins de cumprimento do disposto no artigo 11 da Instrução CVM n.º 356/01.
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos neste Prospecto Definitivo, no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e no Regulamento.
<b>Custodiante</b>	O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.
<b>CVM</b>	A Comissão de Valores Mobiliários.

<b>Data de Amortização</b>	Cada data em que houver pagamento de amortização de Quotas Sênior de cada emissão/série, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.
<b>Data de Aquisição e Pagamento</b>	Cada data em que o Fundo efetuar o pagamento à Cedente dos valores relativos aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, e/ou cada data em que Quotas Subordinadas forem integralizadas por meio da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos descritos neste Prospecto Definitivo, no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>Data de Liquidação</b>	A data em que ocorrer a liquidação da Oferta, qual seja, 05 de novembro de 2010.
<b>Data de Oferta</b>	Qualquer Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, em que a Cedente disponibilize ao Custodiante o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, observado que, caso o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis seja disponibilizado após o Horário Limite, será considerada como Data de Oferta o Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis.
<b>Data de Resgate</b>	A data estabelecida para o último pagamento de amortização das Quotas Sênior de cada emissão/série, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.
<b>DDA</b>	O sistema de distribuição da BM&FBOVESPA.
<b>Dia Útil</b>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Prospecto Definitivo e do Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
<b>Direito de Dissidência</b>	O direito de resgate antecipado conferido aos titulares de Quotas Sênior na hipótese de deliberação, pela Assembleia Geral, pela não liquidação do Fundo, quando

	da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, dos Eventos de Liquidação Antecipada ou dos Eventos de Substituição, nos termos do Regulamento.
<b>Direitos de Crédito</b>	Os direitos de crédito performados de titularidade da Cedente e originados no âmbito das operações de compra e venda de produtos e serviços, realizada entre a Cedente e seus clientes finais, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados.
<b>Direitos de Crédito Adquiridos</b>	Os Direitos de Crédito que atendam a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade e que sejam adquiridos pelo Fundo nos termos deste Prospecto Definitivo, do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>Direitos de Crédito Inadimplidos</b>	Os Direitos de Crédito Adquiridos vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento.
<b>Distribuidor Líder</b>	O Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Os documentos que evidenciam e comprovam a existência, a correta formalização, validade e exequibilidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, quais sejam: (i) os respectivos contratos de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema dos Sacados, celebrados entre a Cedente e cada Sacado; (ii) cada Arquivo Eletrônico Analítico; e (iii) o arquivo eletrônico disponibilizado diariamente pelos Sacados ao Custodiante, contemplando as transações de compra e venda de produtos e serviços realizada entre a Cedente e seus clientes finais em cada dia, reconhecidas como válidas pelos Sacados, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Quaisquer dos eventos indicados no item 16.1. do Regulamento e no subitem 4.15.1 deste Prospecto Definitivo, na página {65} deste Prospecto Definitivo.
<b>Eventos de Indenização</b>	Os eventos que ensejam o pagamento de indenização pela Cedente em decorrência de qualquer cessão de Direitos de Crédito Adquiridos, conforme definidos no Capítulo Oito do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e indicados no subitem 5.7. deste Prospecto Definitivo, na página 88 deste Prospecto Definitivo.

<b>Eventos de Liquidação Antecipada</b>	Quaisquer dos eventos indicados no item 16.2. do Regulamento e no subitem 4.15.2 deste Prospecto Definitivo, na página {67} deste Prospecto Definitivo.
<b>Eventos de Substituição</b>	Os Eventos de Avaliação descritos nos incisos (vii) e (viii) do item 16.1. do Regulamento e do subitem 4.15.1 e o Evento de Liquidação Antecipada referido no inciso (ix) do item 16.2. do Regulamento e do item 4.15.2., nas páginas {65} e {67} deste Prospecto Definitivo, que podem resultar ou não, conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>FIC</b>	A Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.881.898/0001-30.
<b>Funções Operacionais</b>	As atividades exercidas pela Globex com relação ao Fundo, na qualidade de Agente de Depósito, Agente de Conciliação e Cobrança e de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.
<b>Fundo</b>	O Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil.
<b>Globex</b>	A Globex Utilidades S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.041.260/0652-90.
<b>Grupo Itaú Unibanco</b>	O conglomerado financeiro formado pela Itaú Unibanco Holding S.A. e suas sociedades controladas, conforme detalhado na Seção 8, item “Informações sobre as partes”, na página 110 deste Prospecto Definitivo.
<b>Grupo Pão de Açúcar</b>	Vide definição de “Companhia Brasileira de Distribuição ou Grupo Pão de Açúcar” acima.
<b>Horário Limite</b>	O horário limite para disponibilização, pela Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante e ao Administrador, qual seja, às 12:30 horas.
<b>IBGE</b>	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
<b>Interface de Cessão</b>	O sistema eletrônico mantido pelo Custodiante no <i>website</i> <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> e colocado à disposição da Cedente e do Administrador, para fins da operacionalização das operações de cessão dos Direitos de Crédito que atendam a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. O acesso da Cedente e do



	Administrador à Interface de Cessão será realizado somente por meio das Pessoas Autorizadas, mediante o fornecimento, pelo Custodiante, de usuários e senhas de acesso específicos, as quais deverão ser previamente cadastradas pelo Custodiante no referido sistema eletrônico, mediante solicitação ao Administrador.
<b>Instituições Financeiras Autorizadas</b>	Para fins do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, são consideradas Instituições Financeiras Autorizadas as seguintes instituições financeiras: (i) Itaú Unibanco S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Bradesco S.A.; (iv) Banco do Brasil S.A.; (v) Banco Citibank S.A.; (vi) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vii) Banco Santander (Brasil) S.A.; (viii) Caixa Econômica Federal; e (ix) Banco ABN-AMRO Real S.A.
<b>Instrução CVM n.º 356/01</b>	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 400/03</b>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 409/04</b>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
<b>Instrução CVM n.º 476/09</b>	Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.
<b>Investidores Qualificados</b>	Os investidores qualificados assim definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
<b>Investidores Super Qualificados</b>	Os investidores assim definidos de acordo com o artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09.
<b>Itaú BBA</b>	O Banco Itaú BBA S.A., acima qualificado.
<b>Itaú Unibanco</b>	O Itaú Unibanco S.A., acima qualificado.
<b>Lei de Mercado de Capitais</b>	Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.
<b>Lei de Mercado Financeiro</b>	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1975, conforme alterada.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lote Suplementar</b>	O lote suplementar de Quotas Sênior que poderia ter sido distribuído no âmbito da Oferta, conforme aprovado de comum acordo entre o Administrador e o Distribuidor Líder, em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada. Referida opção de Lote Suplementar não foi exercida.

<b>Mandala</b>	Mandala Empreendimentos e Participações S.A., sociedade integrante do Grupo Pão de Açúcar e subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual foi incorporada em 22 de dezembro de 2009 pela Globex Utilidades S.A..
<b>MDA</b>	O Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Oferta</b>	Toda e qualquer distribuição pública de Quotas Sênior realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM.
<b>Oferta Pública</b>	Toda e qualquer distribuição pública de Quotas Sênior realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM.
<b>Oferta Restrita</b>	Toda e qualquer distribuição pública de Quotas Sênior com esforços restritos de colocação durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Super Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; (iii) estará automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09; e (iv) estará sujeita às restrições de negociação estabelecidas na Instrução CVM n.º 476/09.
<b>Partes Relacionadas</b>	São as (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras de determinada sociedade; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por uma mesma pessoa física ou jurídica; (iii) as sociedades coligadas; e/ou (iv) as sociedades sob a influência significativa de uma mesma pessoa física ou jurídica, nos termos da legislação aplicável.
<b>Patrimônio Autorizado</b>	O patrimônio autorizado do Fundo, correspondente a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).
<b>Percentuais de Concentração da Carteira</b>	Os percentuais de concentração e diversificação relativos aos Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, que devem ser observados nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.

<b>Pessoas Autorizadas</b>	As Pessoas Autorizadas da Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto.
<b>Pessoas Autorizadas da Cedente</b>	As pessoas autorizadas a representar a Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados em nome da Cedente e a acessar a Interface de Cessão, conforme indicadas no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, e, de tempos em tempos, conforme o caso, informadas pela Cedente ao Administrador, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar a Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito e assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados e a acessar a Interface de Cessão.
<b>Pessoas Autorizadas do Fundo</b>	As pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados em nome do Fundo e a acessar a Interface de Cessão, conforme indicadas no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, e, de tempos em tempos, conforme o caso, informadas pelo Administrador à Cedente, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Administrador em operações de cessão de Direitos de Crédito e assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados e a acessar a Interface de Cessão.
<b>Plano de Distribuição</b>	É o plano adotado pelo Distribuidor Líder no Contrato de Distribuição, com a anuência do Fundo, para realização da Oferta, em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400/03.
<b>Política de Cadastro e Concessão de Crédito</b>	A política de cadastro e concessão de crédito observada pelos Sacados e pela Cedente na originação e formalização dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Anexo II ao Regulamento e neste Prospecto Definitivo.
<b>POS</b>	Terminais de vendas que permitem a captura eletrônica de vendas realizadas com cartões de crédito (" <i>points-of-sale</i> ").
<b>Prazo de Distribuição</b>	O prazo de distribuição das Quotas da Primeira Emissão, o qual terá início na data da publicação do

	Anúncio de Início e encerrar-se-á no 180º (centésimo octogésimo) dia a contar da data da publicação do Anúncio de Início.
<b>Prazo para Resgate Antecipado</b>	O prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação do Fundo, para que ocorra o pagamento e o resgate compulsório e integral das Quotas.
<b>Preço de Aquisição</b>	O preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, calculado de acordo com os critérios descritos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>Preço de Emissão</b>	O preço inicial de emissão das Quotas de cada emissão/série, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido no respectivo Suplemento.
<b>Preço de Subscrição</b>	O valor unitário de cada Quota Sênior da Primeira Emissão objeto da Oferta na Primeira Data de Emissão.
<b>Primeira Data de Emissão</b>	A data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas representativas da Primeira Emissão.
<b>Primeira Emissão</b>	A primeira emissão de Quotas, composta por 11.666 (onze mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior e 1.667 (hum mil e seiscentos e sessenta e sete) Quotas Subordinadas, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Quota, totalizando o montante total de R\$ 1.333.300.000,00 (hum bilhão e trezentos e trinta e três milhões e trezentos mil reais), considerando-se 1.666 (mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior no âmbito do exercício da Quantidade Adicional.
<b>Procedimentos de Cobrança</b>	Os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Conciliação e Cobrança e/ou pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme aplicável, para a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descritos no Anexo I do Regulamento e neste Prospecto Definitivo.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	O procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Distribuidor Líder, na forma da regulamentação aplicável, para a determinação do <i>Benchmark</i> das Quotas Sênior da Primeira Emissão.
<b>Prospecto Definitivo</b>	Este prospecto definitivo da Oferta, elaborado nos termos da regulamentação aplicável.

<b>Quantidade Adicional</b>	A quantidade adicional de Quotas Sênior correspondente a 1.666 (mil seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior, exercida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . As Quotas Sênior objeto da Quantidade Adicional serão distribuídas pelo Distribuidor Líder nas mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas.
<b>Quotas</b>	As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto.
<b>Quotas Sênior</b>	As quotas sênior de emissão do Fundo.
<b>Quotas Subordinadas</b>	As quotas subordinadas de emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior, para fins de pagamento de amortização e resgate, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, as quais serão destinadas exclusivamente à Globex.
<b>Quotista</b>	O titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas.
<b>Quotistas Dissidentes</b>	Os titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.
<b>Razão de Garantia</b>	O resultado, na forma percentual, da divisão do somatório do valor de todas as Quotas Subordinadas em circulação pelo valor total do patrimônio líquido do Fundo, nos termos deste Prospecto Definitivo.
<b>Redecard</b>	A Redecard S.A., sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.425.787/0001-04.
<b>Regulamento</b>	O regulamento do Fundo e seus Anexos, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, em 26 de maio de 2010, sob o n.º 3380535.
<b>Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis</b>	A relação consolidada, por estabelecimento, vencimento e Sacado, dos Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão em um determinado Dia Útil a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a qual deverá ser disponibilizada pela Cedente ao Custodiante, por meio do envio de arquivo eletrônico, conforme definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante.
<b>Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis</b>	A relação consolidada, por estabelecimento, vencimento e Sacado, dos Direitos de Crédito que na respectiva Data de Oferta (i) atendam aos Critérios de Elegibilidade, (ii) cujo respectivo Preço de Aquisição corresponda a, no máximo, o Valor de Aquisição

	<p>Pretendido e (iii) estejam de acordo com as disponibilidades financeiras de aquisição do Fundo e o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a qual será disponibilizada pelo Custodiante (a) à Cedente, por meio do envio de arquivo eletrônico, conforme definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, e (b) à Cedente e ao Administrador, por meio de relatórios disponibilizados no <i>website</i> <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a>. O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis identificará os Direitos de Crédito que serão efetivamente adquiridos pelo Fundo em observância ao disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, os Sacados devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e os respectivos Preços de Aquisição.</p>
<b>Reserva de Pagamento</b>	<p>A reserva constituída pelo Administrador, para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros, segundo os critérios estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.</p>
<b>Resolução CMN n.º 2.682/99</b>	<p>A Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 22 de dezembro de 1999, conforme alterada.</p>
<b>Sacados</b>	<p>A Amex, a Redecard, a Cielo e a FIC, quando referidas em conjunto, administradoras dos cartões de crédito utilizados pelos clientes finais da Cedente para o pagamento de produtos e serviços comercializados pela Cedente, responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito.</p>
<b>SF</b>	<p>O Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
<b>SOMA FIX</b>	<p>O segmento de negociação da BM&amp;FBOVESPA denominado SOMA FIX.</p>
<b>Suplemento</b>	<p>qualquer suplemento ao Regulamento, que descreverá as características específicas de cada emissão/série de Quotas, elaborado em observância ao modelo constante do Anexo IV do Regulamento.</p>
<b>Taxa de Administração</b>	<p>A remuneração mensal devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do Regulamento e do item 4.21, na página 74 deste Prospecto Definitivo.</p>

<b>Taxa de Cessão</b>	A taxa de cessão a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo em observância ao disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.
<b>Taxa DI</b>	A taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI, de 1 (hum) dia, <i>Extra Grupo</i> , calculada e divulgada pela CETIP, e capitalizada em base anual (considerando-se, para tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis).
<b>Termo de Adesão</b>	O “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”, a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas de cada emissão/série.
<b>Termo de Cessão Consolidado</b>	O documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, que regulará a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos deste Prospecto Definitivo, do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, e identificará em seus anexos os Direitos de Crédito Adquiridos bem como os respectivos Preços de Aquisição. O Termo de Cessão Consolidado será assinado pelas Pessoas Autorizadas.
<b>Valor de Aquisição Pretendido</b>	O valor financeiro total informado pelo Administrador ao Custodiante, por meio da Interface de Cessão, que se encontra disponível na Data de Oferta para a aquisição de Direitos de Crédito. O Valor de Aquisição Pretendido deverá atender às disponibilidades financeiras do Fundo na Data de Oferta e, quando aplicável, deverá corresponder a, no máximo, o valor financeiro total dos Direitos de Crédito que a Cedente esteja efetivamente disposta a ceder ao Fundo na Data de Oferta, conforme informado pela Cedente ao Administrador, por meio eletrônico, até às 10 (dez) horas da respectiva Data de Oferta.
<b>Valor Futuro Estimado</b>	O valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Quotas Sênior, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

<b>Número da emissão</b>	1ª (Primeira).
<b>Quotas objeto da Oferta</b>	Quotas Sênior da Primeira Emissão.
<b>Quantidade de Quotas Sênior</b>	11.666 (onze mil e seiscentos e sessenta e seis).
<b>Preço de Emissão</b>	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
<b>Montante total da Oferta</b>	R\$ 1.166.600.000,00 (um bilhão e cento e sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais).
<b>Montante Mínimo de Subscrição</b>	O Fundo poderá iniciar suas atividades, desde que, até a data de encerramento do prazo de subscrição das Quotas, tenham sido subscritas e integralizadas Quotas Sênior representando o montante mínimo de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). As Quotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Administrador.
<b>Prazo e forma de subscrição e integralização das Quotas Sênior</b>	<p>As Quotas Sênior da Primeira Emissão objeto da Oferta deverão ser totalmente subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, observado que o Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo acima referido nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral.</p> <p>As Quotas Sênior da Primeira Emissão que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, nos termos do Regulamento.</p> <p>No ato da subscrição de Quotas Sênior da Primeira Emissão, o subscritor:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Distribuidor Líder;</li><li>(ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto Definitivo;</li><li>(iii) deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, especialmente do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira de investimento do Fundo, da Taxa de Administração, e (b) dos riscos</li></ul>



inerentes ao investimento no Fundo descritos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, bem como da possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital investido no Fundo e ocorrência de patrimônio líquido negativo do Fundo; e

- (iv) indicará um representante, que será responsável pelo recebimento das comunicações que venham a ser enviadas pelo Administrador e pelo Custodiante ou por qualquer outro prestador de serviços no âmbito da Oferta, relativas ao Fundo, nos termos do Regulamento, do Prospecto Definitivo e do Suplemento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico.

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição.

Independentemente do disposto acima, a integralização das Quotas Sênior objeto da Oferta será feita pelo valor da Quota Sênior da Primeira Emissão na data da integralização, correspondente ao Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Emissão, atualizado desde a data da primeira integralização de Quotas Sênior no âmbito da Oferta, até a data da respectiva integralização das Quotas Sênior, calculado de acordo com a Fórmula de Cálculo das Quotas Sênior abaixo indicada.

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão integralizadas, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional (i) por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, ou facultativamente, por meio do DDA, da BM&FBOVESPA; ou (ii) por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser subscritas e integralizadas pela Globex, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação.

#### **Forma de cálculo das Quotas Sênior**

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$VQS_t = (VQS_{t-1} - VAP_{t-1}) \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_{t-1}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{P}{100} + 1 \right\}, \text{onde:}$$

$VQS_t$ : valor de cada Quota Sênior da Primeira Emissão para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data "t";

$VQS_{t-1}$ : valor de cada Quota Sênior da Primeira Emissão para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização, resgate ou nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t";

$VAP_{t-1}$ : valor unitário da amortização periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização no dia útil imediatamente anterior à data "t" (se houver);

Taxa  $DI_{t-1}$ : taxa DI referente ao dia útil anterior à data "t". Exemplo: Se a Taxa DI *over* do dia útil anterior for 10,5%, então Taxa  $DI_{t-1} = 10,5$ ; e

P: 107,75 (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos) conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*.

**Benchmark das Quotas Sênior**

107,75% (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da Taxa DI

**Datas programadas para pagamento de amortização das Quotas Sênior**

O Administrador promoverá amortizações parciais das Quotas Sênior, para fins de distribuição de juros pagos ao Fundo em decorrência da titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, no Dia Útil referente ao término de cada período correspondente ao 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados a partir da data de subscrição das Quotas Sênior. A amortização de Quotas Sênior, para fins de distribuição do valor principal dos Direitos de Crédito Adquiridos, será realizada somente no Dia Útil referente ao término do período correspondente ao 36º (trigésimo sexto) mês contados da data de subscrição das Quotas Sênior.

Quaisquer pagamentos aos titulares de Quotas Sênior da Primeira Emissão adquiridas no âmbito da Oferta, a título de amortização de suas Quotas Sênior da Primeira Emissão, deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior da Primeira Emissão objeto da Oferta.

**Periodicidade e metodologia dos pagamentos das parcelas de amortização das Quotas Sênior**

O valor de cada parcela de amortização será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAP_t = VQS_T - (VUQ - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

$VAP_t$ : valor unitário da amortização de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$ : valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VUQ$ : preço unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$SAM_{T-1}$ : somatório de  $AM_T$  (conforme abaixo definido) efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ : somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

O  $AM_T$  será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$AM_T = (VUQ) \times PPS_T$$

onde:

$AM_T$ : montante do Preço de Emissão a ser amortizado, sendo que, nas amortizações que serão realizadas no Dia Útil correspondente ao término do 12º (décimo segundo) e do 24º (vigésimo quarto) meses, contado a partir da data de subscrição das Quotas Sênior, o  $AM_T$  será equivalente a 0 (zero);

$VUQ$ : Preço de Emissão das Quotas; e

$PPS_T$ : percentual do Preço de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", correspondente a 100% (cem por cento) do Preço de Emissão.

<b>Resgate das Quotas Sênior</b>	O Dia Útil referente ao término do período correspondente ao 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de subscrição das Quotas.
<b>Classificação de risco das Quotas Sênior</b>	A Agência Classificadora de Risco atribuiu às Quotas Sênior da Primeira Emissão a classificação de risco "AAA".
<b>Lote Suplementar</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, havendo demanda por parte dos Investidores Qualificados que a justifique, o Administrador e o Distribuidor Líder poderiam, de comum acordo, exercer opção para distribuição do Lote Suplementar em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada. A distribuição do Lote Suplementar observará as mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas e será conduzida pelo Distribuidor Líder sob o regime de melhores esforços. Referida opção de Lote Suplementar não foi exercida.
<b>Quantidade Adicional</b>	Nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta foi aumentada de comum acordo entre o Administrador e o Distribuidor Líder, em 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada. A distribuição da Quantidade Adicional observará as mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas e será conduzida pelo Distribuidor Líder sob o regime de melhores esforços.
<b>Administrador</b>	A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Distribuidor Líder</b>	O Banco Itaú BBA S.A.
<b>Negociação</b>	As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão registradas para negociação no SOMA FIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA e no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Público Alvo</b>	A Oferta é destinada a Investidores Qualificados.
<b>Inadequação do investimento</b>	A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos.
<b>Informações adicionais</b>	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Distribuidor Líder e/ou à CVM.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

A Oferta será composta por 11.666 (onze mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior da Primeira Emissão com preço unitário, na Primeira Data Emissão, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalizando a Oferta o montante de R\$ 1.166.600.000,00 (um bilhão e cento e sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais). A Oferta será coordenada pelo Distribuidor Líder, de acordo com o Plano de Distribuição; e (ii) as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição.

#### 2.1.1. *Regime*

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública, realizada exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão organizado e não organizado, sendo neste último caso o mercado administrado e operacionalizado pela CETIP, com a intermediação do Distribuidor Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, inexistindo reservas antecipadas e lotes máximos de Quotas Sênior a serem colocadas no âmbito da Oferta, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. As Quotas Sênior que não sejam colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Administrador.

**A Oferta não é adequada a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro.**

#### 2.1.2. *Público alvo da Oferta*

A Oferta é destinada a Investidores Qualificados.

#### 2.1.3. *Registro da Oferta das Quotas Sênior*

**O Fundo e a Oferta foram registrados na CVM, em 04 de novembro de 2010, sob n.º CVM/SER/RFD/2010/032, na forma da Lei de Mercado de Capitais, da Lei de Mercado Financeiro e da Instrução CVM n.º 356/01, da Instrução CVM n.º 400/03 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.**

#### 2.1.4. *Quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta*

A Oferta será composta por 11.666 (onze mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior da Primeira Emissão, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo. As Quotas Subordinadas não serão objeto da Oferta e serão subscritas e integralizadas pela Globex, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

#### *2.1.5. Lote Suplementar e Quantidade Adicional*

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, havendo demanda por parte dos Investidores Qualificados que a justifique, o Administrador e o Distribuidor Líder poderiam, de comum acordo, exercer opção para distribuição do Lote Suplementar em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada. Referida opção de Lote Suplementar não foi exercida.

Nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta foi aumentada de comum acordo entre o Administrador e o Distribuidor Líder, em 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada.

A distribuição da Quantidade Adicional observará as mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas e será conduzida pelo Distribuidor Líder sob o regime de melhores esforços.

O eventual exercício da Quantidade Adicional será objeto de divulgação ao mercado por meio do Anúncio de Início.

#### *2.1.6. Preço de Emissão das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas e valor total da Oferta*

O preço inicial de emissão das Quotas Sênior no âmbito da Oferta será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Quota Sênior, totalizando a Oferta o montante de até R\$ 1.166.600.000,00 (um bilhão cento e sessenta e seis milhões e seiscentos mil reais), sem considerar o eventual exercício do Lote Suplementar e da Quantidade Adicional.

O preço inicial de emissão das Quotas Subordinadas será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Quota Subordinada.

#### *2.1.7. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas Sênior*

As Quotas Sênior da Primeira Emissão deverão ser totalmente subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, em atendimento ao disposto na Instrução CVM n.º 356/01, observado que o Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo acima referido nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral.

As Quotas Sênior da Primeira Emissão que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, nos termos do Regulamento.

No ato da subscrição de Quotas Sênior da Primeira Emissão, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pelo Distribuidor Líder;
- (ii) receberá exemplar atualizado do Prospecto Definitivo da Oferta e do Regulamento;

- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e no Prospecto Definitivo da Oferta, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo descritos no Regulamento e neste Prospecto Definitivo; e
- (iv) indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que venham a ser enviadas pelo Administrador e/ou pelo Agente Escriturador relativas ao Fundo nos termos deste Prospecto Definitivo, do Regulamento e do Suplemento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico. Caberá a cada Quotistas informar ao Administrador e ao Agente Escriturador, a alteração de seus dados cadastrais.

As Quotas Sênior Primeira Emissão serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

Independentemente do disposto acima, a integralização das Quotas Sênior objeto da Oferta será feita pelo valor da Quota Sênior na data da integralização, correspondente ao Preço de Emissão das Quotas Sênior da Primeira Emissão, atualizado desde a data da primeira integralização de Quotas Sênior no âmbito da Oferta, até a data da respectiva integralização das Quotas Sênior, calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VQS_t = (VQS_{t-1} - VAP_{t-1}) \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_{t-1}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{P}{100} + 1 \right\}, \text{onde:}$$

- $VQS_t$ : valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado para a data "t";
- $VQS_{t-1}$ : valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização, resgate ou nas hipóteses definidas no Regulamento, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t";
- $VAP_{t-1}$ : valor unitário da amortização periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização no dia útil imediatamente anterior à data "t" (se houver);
- Taxa  $DI_{t-1}$ : taxa DI referente ao dia útil anterior à data "t". Exemplo: Se a Taxa DI *over* do dia útil anterior for 10,5%, então Taxa  $DI_{t-1} = 10,5$ ; e
- P: 107,75 (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos) da Taxa DI.

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão integralizadas em moeda corrente nacional (i) por meio do DDA da BM&FBOVESPA ou do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.



As Quotas Subordinadas serão integralizadas pela Globex à vista, no ato da subscrição das Quotas Subordinadas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas a ser firmado pela Globex. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas pela Globex, por meio da cessão de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação.

#### *2.1.8. Benchmark das Quotas Sênior*

O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior da Primeira Emissão, o *Benchmark* definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding*, conforme previsto no Suplemento da Primeira Emissão.

O *Benchmark* das Quotas Sênior da Primeira Emissão não representa e nem deve ser considerado uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas titulares das Quotas Sênior da Primeira Emissão por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou da Cedente.

Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior da Primeira Emissão não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior da Primeira Emissão.

As Quotas Subordinadas da Primeira Emissão não terão parâmetro de remuneração definido.

#### *2.1.9. Valor Mínimo de Investimento*

A primeira aplicação de cada investidor no Fundo, realizada por meio de subscrição e integralização de Quotas Sênior da Primeira Emissão no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Sem prejuízo do disposto neste parágrafo, não existe valor mínimo para manutenção de investimentos no Fundo, após a primeira aplicação de cada investidor.

O Fundo poderá iniciar suas atividades, desde que, até a data de encerramento do prazo de subscrição das Quotas, tenham sido subscritas e integralizadas Quotas Sênior representando o montante mínimo de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). As Quotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Administrador.

#### *2.1.10. Datas Programadas para Pagamento de Amortização das Quotas Sênior*

O Administrador promoverá amortizações parciais das Quotas Sênior, para fins de distribuição de juros pagos ao Fundo em decorrência da titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, no Dia Útil referente ao término de cada período correspondente ao 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados a partir da data de subscrição das Quotas Sênior. A amortização de Quotas Sênior, para fins de distribuição do valor principal dos Direitos de Crédito Adquiridos, será realizada somente no Dia Útil referente ao término do período correspondente ao 36º (trigésimo sexto) mês contados da data de subscrição das Quotas Sênior.

Quaisquer pagamentos aos titulares de Quotas Sênior da Primeira Emissão adquiridas no âmbito da Oferta, a título de amortização de suas Quotas Sênior da Primeira Emissão, deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior da Primeira Emissão objeto da Oferta.

*2.1.11. Periodicidade e metodologia dos pagamentos das parcelas de amortização das Quotas Sênior*

O valor de cada parcela de amortização será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VAP_t = VQS_T - (VUQ - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

VAP<sub>t</sub>: valor unitário da amortização de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VQS<sub>T</sub>: valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

VUQ: preço unitário de Emissão das Quotas Sênior;

SAM<sub>T-1</sub>: somatório de AMT (conforme abaixo definido) efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

SVAE<sub>T-1</sub>: somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

O AM<sub>T</sub> será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$AM_T = (VUQ) \times PPS_T$$

onde:

AM<sub>T</sub>: montante do Preço de Emissão a ser amortizado, sendo que, nas amortizações que serão realizadas no Dia Útil correspondente ao término do período do 12º (décimo segundo) e 24º (vigésimo quarto) meses, contados a partir da data de subscrição das Quotas Sênior, o AM<sub>T</sub> será equivalente a 0 (zero);

VUQ: Preço de Emissão das Quotas; e

PPS<sub>T</sub>: percentual do Preço de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", correspondente a 100% (cem por cento) do Preço de Emissão.

#### *2.1.12. Classificação de Risco das Quotas Sênior*

A Agência Classificadora de Risco atribuiu às Quotas Sênior da Primeira Emissão a classificação de risco "AAA".

### **2.2. Negociação das Quotas**

As Quotas Sênior da Primeira Emissão serão registradas para negociação no SOMA FIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, e no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior da Primeira Emissão em operações conduzidas no mercado secundário, o intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado.

As Quotas Subordinadas, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Globex, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência ou oneração em benefício de terceiros, exceto mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o disposto no Regulamento.

### **2.3. Contrato de Distribuição**

#### *2.3.1. Procedimento de Distribuição e Forma de Colocação*

A Oferta das Quotas Sênior da Primeira Emissão será realizada em mercado de balcão organizado e mercado de balcão não-organizado, sendo neste último caso o mercado administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com o Plano de Distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição e neste Prospecto Definitivo, o qual poderá levar em conta as relações do Distribuidor Líder com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do Distribuidor Líder, sem prejuízo do disposto no parágrafo 3º, do artigo 33, da Instrução CVM n.º 400/03, não havendo lotes máximos, nem recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, neste Prospecto Definitivo e na regulamentação aplicável, o Distribuidor Líder realizará a Oferta de acordo com o Plano de Distribuição, sendo que o Distribuidor Líder deverá assegurar que (i) o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes; e (iii) que os seus representantes recebam previamente exemplares do Prospecto da Oferta para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Distribuidor Líder. O Plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- (i) as Quotas serão colocadas junto aos Investidores Qualificados;

- (ii) após o protocolo do pedido de registro de funcionamento do Fundo e da Oferta na CVM e mediante a publicação do Aviso ao Mercado, o Distribuidor Líder realizará apresentações para potenciais investidores (*road show* e/ou *one-on-ones*), conforme determinado pelo Distribuidor Líder de comum acordo com o Administrador e a Cedente, durante os quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Definitivo;
- (iii) os materiais publicitários e/ou documentos de suporte a apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados no âmbito da Oferta serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM n.º 400/03, ou simplesmente encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM n.º 400/03, respectivamente;
- (iv) a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta e do Regulamento aos investidores; e
- (v) não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;
- (vi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Definitivo e do prospecto definitivo da Oferta que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensão, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Distribuidor Líder (i) até as 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que for comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado a integralização de suas Quotas Sênior, os valores referentes à referida integralização serão devolvidos ao investidor sem o acréscimo de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação;
- (vii) A modificação da Oferta será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e o Distribuidor Líder se acautelará e se certificará que, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, o investidor está ciente de que as condições originais da Oferta foram alteradas e de que o investidor tem perfeito conhecimento das novas condições; e

- (viii) caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM n.º 400/03; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM n.º 400/03; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Distribuidor Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início, inclusive, mediante publicação de Aviso ao Mercado. Se o investidor já tiver integralizado as Quotas por ele subscritas, os valores relativos à referida integralização serão devolvidos sem acréscimo de juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

Não serão celebrados contratos de estabilização de preços para as Quotas Sênior.

### 2.3.2. Regime de Colocação

As Quotas Sênior objeto da Oferta serão distribuídas pelo Distribuidor Líder, durante o Prazo de Distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição a um *Benchmark* fixado no Suplemento de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*.

### 2.3.3. Cronograma de Etapas da Oferta

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
<b>Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM</b>	19 de julho de 2010.
<b>Disponibilização do Prospecto Definitivo nos sites do Distribuidor Líder, do Administrador, da CVM, da CETIP e da BM&amp;FBOVESPA</b>	19 de julho de 2010.
<b>Envio, pela CVM, de exigências para concessão do registro da Oferta</b>	16 de agosto de 2010.
<b>Protocolo de atendimento às exigências da CVM</b>	21 de setembro de 2010.
<b>Publicação de aviso ao mercado</b>	21 de setembro de 2010.
<b>Início das apresentações para potenciais investidores (<i>roadshows</i> e <i>one-on-ones</i>)</b>	21 de setembro de 2010.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	19 de outubro de 2010.
<b>Concessão do registro da Oferta pela CVM</b>	04 de novembro de 2010.
<b>Publicação do Anúncio de Início</b>	08 de novembro de 2010.
<b>Disponibilização do Prospecto Definitivo nos sites do Distribuidor Líder, do Administrador, da CVM, da CETIP e da BM&amp;FBOVESPA</b>	08 de novembro de 2010.
<b>Liquidação da Oferta</b>	10 de novembro de 2010.
<b>Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta</b>	19 de novembro de 2010.

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Distribuidor Líder e do Administrador

#### 2.3.4. Procedimento de Liquidação

A transferência, ao Fundo, dos valores obtidos pelo Distribuidor Líder com a colocação das Quotas Sênior da Primeira Emissão no âmbito da Oferta será realizada até às 17:00 horas da Data de Liquidação, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Após a confirmação da transferência referida acima na Conta Autorizada do Fundo, o Fundo pagará a remuneração devida ao Distribuidor Líder nos termos do subitem abaixo deste Prospecto Definitivo, na Data de Liquidação, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis em conta corrente de titularidade do Distribuidor Líder informada ao Fundo pelo Distribuidor Líder em até 2 (dois) dias úteis antes da Data de Liquidação.

#### 2.3.5. Remuneração do Distribuidor Líder

A título de remuneração pelos serviços estabelecidos no Contrato de Distribuição, notadamente, estruturação e coordenação da Oferta, o Distribuidor Líder fará jus à comissão pela execução dos serviços objeto do Contrato de Distribuição equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o número total de Quotas Sênior emitidas, multiplicado pelo Preço de Emissão das Quotas Sênior.

Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente pagará ao Distribuidor Líder, a seu exclusivo critério e se assim entender necessário, uma comissão de incentivo de até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o montante total das Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo que forem emitidas.

### 2.4. Custos da Oferta

A tabela abaixo indica os custos relacionados à Oferta:

<b>Custo da Oferta</b>	<b>Montante (R\$)</b>	<b>% em relação ao montante total da Oferta</b>
Comissão de Colocação	R\$ 3.499.800,00	0,300%
Comissão de Incentivo	0	0,250%
Despesas de Registro CVM	R\$ 82.870,00	0,007%
Despesas de Registro ANBIMA	R\$ 23.332,00	0,002%
Publicações*	R\$ 40.000,00	0,003%
Agências Classificadoras de Risco	R\$ 30.000,00	0,003%
Consultores Legais	R\$ 300.000,00	0,026%
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.976.002,00</b>	<b>0,341%</b>
* valores estimados		

<b>Custo Unitário de Distribuição</b>		
<b>Preço por Quota (R\$)*</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>	<b>% em relação ao valor unitário da Quota</b>
R\$100.000,00	R\$ 340,82	0,341%
<i>* com base no Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão</i>		

<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Oferta (R\$)</b>
R\$ 1.166.600.000,00	R\$3.976.002,00

Os custos relativos à contratação do Custodiante e dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início de suas atividades, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta. Para maiores informações sobre a remuneração do Custodiante e dos Auditores Independentes, vide os itens 4.4 e 4.6, nas páginas {50} e {51} deste Prospecto Definitivo, respectivamente.

## **2.5. Outras informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto Definitivo e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à BM&FBOVESPA, à sede do Administrador e/ou do Distribuidor Líder, conforme o caso, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicadas abaixo, sendo que o Regulamento, este Prospecto Definitivo e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

O Administrador designou os Srs. Walter Watanabe e/ou Leandro Morari como responsáveis por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta.

### **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo – SP

At.: Srs. Walter Watanabe / Leandro Morari

Tel.: (11) 5029-4062 / 5029-4880

Fax: (11) 5029-1394

E-mail: [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br)

Website: [www.intrag.com.br/prospectos](http://www.intrag.com.br/prospectos)

O Distribuidor Líder designou o Sr. Rogério Assaf Gonçalves Freire como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta.



**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Rogério Assaf Gonçalves Freire

Tel.: (11) 3708-2502

Fax: (11) 3708-2533

E-mail: [rgfreire@itaubba.com.br](mailto:rgfreire@itaubba.com.br)

Website: [www.itaubba.com.br/](http://www.itaubba.com.br/)

**Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro**

Rua XV de Novembro, n.º 275

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3233-2000

Fax: (11) 3242-3550

Website: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2276-7435

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

Website: [www.cetip.com.br/](http://www.cetip.com.br/)

**2.6. Identificação dos demais prestadores de serviços do Fundo***Custodiante*

O Custodiante pode ser contatado no seguinte endereço:

**Itaú Unibanco S.A.**

Rua Ururai, n.º 111, térreo (Bloco B)

São Paulo – SP

At.: Sra. Noemi da Silva / Sr. Ricardo Ignacio Rocha

Tel.: (11) 2797-3366 / 2797-3375

E-mail: [noemi.silva@itau-unibanco.com.br](mailto:noemi.silva@itau-unibanco.com.br) / [ricardo-ignacio.rocha@itau-unibanco.com.br](mailto:ricardo-ignacio.rocha@itau-unibanco.com.br)

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela

São Paulo – SP

At.: Sr. Thiago Cannata Chaves

Tel.: (11) 5029-4520

Fax: (11) 5029-1538

E-mail: [thiago.chaves@itau-unibanco.com.br](mailto:thiago.chaves@itau-unibanco.com.br)

Website: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

#### *Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

#### **Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Marina Procknor / André De Vita

Tel.: (11) 3147-7600

Fax.: (11) 3147-7770

E-mail: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br) / [acdevita@mattosfilho.com.br](mailto:acdevita@mattosfilho.com.br)

Website: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

#### *Auditores Independentes*

Os auditores independentes responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

#### **KPMG Auditores Independentes**

Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo – SP

At.: Sr. Pedro Vitor Zago

Tel.: (11) 2183-3290

Fax.: (11) 2183-3001

E-mail: [pzago@kpmg.com.br](mailto:pzago@kpmg.com.br)

Website: <http://www.kpmg.com.br/>

### *Agência Classificadora de Risco*

A agência responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior pode ser contatada no seguinte endereço:

#### **Fitch Ratings Brasil Ltda.**

Rua Bela Cintra, n.º 904, 4º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Ely Mizrahi

Tel.: (11) 4504-2617

Fax: (11) 4504-2601

E-mail: Ely.mizrahi@fitchratings.com

Website: [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br)

## **2.7. Declarações do Administrador e do Distribuidor Líder**

### *2.7.1. Declaração do Administrador*

Nos termos da instrução CVM n.º 400/03, o Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações do Fundo prestadas por ocasião do registro do Fundo e da Oferta perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Sênior da Primeira Emissão, (ii) este Prospecto Definitivo (a) contém as informações do Fundo relevantes e necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior, do Fundo, dos fatores de risco relacionados ao Fundo e inerentes ao investimento nas Quotas Sênior da Primeira Emissão, além de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada, e (b) este Prospecto Definitivo foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, e (iii) as informações do Fundo fornecidas ao mercado durante todo o período de distribuição das Quotas Sênior da Primeira Emissão, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, conforme declaração anexa a este Prospecto Definitivo, assinada pelo Diretor do Administrador responsável pelo Fundo, nos termos do estatuto social do Administrador.

### *2.7.2. Declaração do Distribuidor Líder*

Nos termos da instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor Líder declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador por ocasião do registro do Fundo e da Oferta perante a CVM sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das Quotas Sênior da Primeira Emissão, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, (ii) este Prospecto Definitivo contém as

informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior da Primeira Emissão, do Fundo, da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores e quaisquer outras informações, necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada, e (iii) este Prospecto Definitivo foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto Definitivo, assinada por Diretores Estatutários do Distribuidor Líder, nos termos do estatuto social do Distribuidor Líder.

### **3. FATORES DE RISCO**

---

## FATORES DE RISCO

*Os Direitos de Crédito Adquiridos e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, inclusive, mas não se limitando, conforme o caso, a riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de liquidez e/ou riscos operacionais envolvendo o Fundo, que podem gerar perdas para o Fundo. Mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo o Administrador, o Custodiante, o Distribuidor Líder, a Cedente ou qualquer de suas respectivas afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.*

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto Definitivo e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas à política de investimento do Fundo e à composição da Carteira, bem como os fatores de risco descritos a seguir.*

### **3.1. Riscos de mercado dos Ativos Financeiros**

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Adquiridos e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 11.12. do Regulamento e o valor das Quotas Subordinadas será atualizado na forma estabelecida no item 11.13. do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este parágrafo. Para informações adicionais sobre a forma de atualização das Quotas, vide item “Forma de Cálculo das Quotas Sênior”, na Seção “Termos e Condições da Oferta”, na página 19 deste Prospecto Definitivo.

A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme

estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como o critério de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

### **3.2. Riscos de crédito dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros**

A Cedente não assume qualquer responsabilidade pela solvência dos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito Adquiridos sejam pagos pelos Sacados e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada série/emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante e pela Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

A Cedente notificará o Administrador e o Custodiante, por escrito, mensalmente a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, acerca dos Eventos de Indenização ocorridos no período de 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de envio da notificação, devendo a Cedente, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da referida notificação, restituir imediatamente ao Fundo, nas hipóteses dos incisos (i) a (iii) do item 8.1. do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela Taxa de Cessão aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito Adquirido, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, ou, nas hipóteses dos incisos (iv) a (vi) do item 8.1. do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, os montantes relativos ao pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos que não tenham sido pagos ao Fundo em decorrência dos eventos previstos nos referidos incisos. Não há garantias de que a Cedente cumprirá com as suas

obrigações referidas acima e, caso não as cumpra, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos. Para informações adicionais sobre eventos de indenização, vide item 5.7., na página {90} deste Prospecto Definitivo.

### **3.3. Risco relacionado à origem e regularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos**

O Custodiante realizará auditoria mensal nos Documentos Comprobatórios em observância aos procedimentos descritos no Anexo III do Regulamento, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria periódica acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Adquiridos cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

### **3.4. Riscos de liquidez**

O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze do Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Em razão da não existência de um mercado secundário ativo para a negociação das Quotas, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou até mesmo não conseguir, vender suas Quotas a qualquer terceiro, o que poderá causar prejuízos ao Quotista. Ademais, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista. Ainda, Quotas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Super Qualificados e, no mercado de balcão organizado, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Adquiridos apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Adquiridos. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Adquiridos, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Adquiridos poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

### **3.5. Riscos operacionais envolvendo o Fundo**

A Globex será responsável pelas Funções Operacionais. O descumprimento, pela Globex, de determinadas Funções Operacionais, pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito Adquiridos, caso em que o Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:



- (i) Guarda Física de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a Globex será responsável pela guarda física das vias originais dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositário. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, na qualidade de Agente de Depósito, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.
- (ii) Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos: Nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, a Globex será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.
- (iii) Agente de Conciliação e Cobrança: Nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a Globex atuará como Agente de Conciliação e Cobrança. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

A Cedente, o Fundo, o Administrador, o Custodiante e o Agente Escriturador não serão responsáveis pela solvência dos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou pelo pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão recuperados.

### **3.6. Riscos de descontinuidade**

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas no Suplemento referente a cada série/emissão de Quotas, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou conforme disposto no Capítulo Quinze do Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Informações adicionais sobre o resgate e amortização das Quotas, vide item 4.11., na página {60} deste Prospecto Definitivo. Informações adicionais sobre Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, vide itens 4.15.1 e 4.15.2, nas páginas {65} e {67} deste Prospecto Definitivo, respectivamente.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos.

### **3.7. Outros riscos**

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito Adquiridos serem alcançados por obrigações assumidas pela Cedente e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência da Cedente. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito Adquiridos, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito Adquiridos, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pela Cedente, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores da Cedente. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações da Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Adquiridos. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas por cada um.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

Nos termos do artigo 130 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (Lei de Registros Públicos), para que os termos e condições do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e dos Termos de Cessão Consolidados surtam efeitos contra terceiros desde a data de sua respectiva assinatura, o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e os Termos de Cessão Consolidados devem ser levados a registro nos respectivos domicílios do Administrador e da Cedente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e de cada Termo de Cessão Consolidado. O registro do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e dos Termos de Cessão Consolidados depois de decorrido o prazo legal produzirá efeitos perante terceiros somente a partir da data da sua apresentação nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Adicionalmente, para que o registro produza efeitos plenos, é necessário que o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e os Termos de Cessão Consolidados contenham informações que permitam a individualização dos Direitos de Crédito Adquiridos. De acordo com o Contrato de Cessão, Cobrança e

Depósito, os Termos de Cessão Consolidados deverão ser registrados na Cidade de São Paulo (sede do Administrador), em formato analítico (i.e. com a descrição pormenorizada dos Direitos de Crédito Adquiridos), e na Cidade do Rio de Janeiro (sede da Cedente), em formato sintético (i.e. com a descrição consolidada dos Direitos de Crédito Adquiridos), no prazo estabelecido no Regulamento. Caso o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou os Termos de Cessão Consolidados não sejam levados a registro nos termos da Lei de Registros Públicos ou o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou os Termos de Cessão Consolidados sejam levados a registro depois de decorrido o prazo referido neste item ou, ainda, caso o registro dos Termo de Cessão Consolidados em formato sintético realizado na Cidade do Rio de Janeiro não seja considerado como hábil para produção de efeitos plenos em função do nível de detalhamento de informações relativas aos Direitos de Crédito Adquiridos, o Fundo poderá sofrer perdas, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos para o Fundo.

#### **4. GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**

---

## **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto Definitivo terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na Seção 1, item "Definições", na página 4 deste Prospecto Definitivo. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **4.1. Denominação, forma, base legal e prazo de duração**

O Fundo, denominado **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM n.º 356/01, pelo Regulamento, por este Prospecto Definitivo e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de Quotas terá prazo de vencimento determinado, conforme descrito no respectivo Suplemento.

O patrimônio do Fundo será representado por 2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas.

As características e os direitos, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos no Regulamento, bem como neste Prospecto Definitivo e no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

### **4.2. Público Alvo e valor mínimo de investimento**

As Quotas objeto de Oferta poderão ser subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados e as Quotas objeto de Oferta Restrita poderão ser subscritas exclusivamente por Investidores Super Qualificados. As Quotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pela Globex.

A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Quotas no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Sem prejuízo do disposto neste item, o Fundo não estabelece valor mínimo para a manutenção de investimentos no Fundo, após a primeira aplicação de cada investidor.

### **4.3. Administração**

O Fundo será administrado e a Carteira gerida pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, sociedade

devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2009.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação previsto na Cláusula Doze do Regulamento.

Observadas a regulamentação em vigor e as limitações estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e todos e quaisquer atos de gestão da Carteira, exercendo inclusive os direitos inerentes aos Direitos de Crédito Adquiridos e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze do Regulamento.

Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Doze do Regulamento, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto no item “Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento” da Seção “4. Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil”, na página {62} deste Prospecto Definitivo.

Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos acima descritos não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo, a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no item “Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento” da Seção

“4. Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil”, na página {62} deste Prospecto Definitivo.

Pelos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, o Administrador receberá a Taxa de Administração.

#### **4.4. Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas**

O Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, sociedade devidamente autorizada pela CVM para prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo e custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Adquiridos pelo Fundo.

Tendo em vista a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará, após as cessões dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, a verificação eletrônica de 100% (cem por cento) dos Documentos Comprobatórios no âmbito de cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01.

O Custodiante poderá ser substituído de suas funções, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral, observado ainda o disposto no Contrato de Custódia. Na hipótese de substituição do Custodiante, o Administrador providenciará a alteração do Regulamento, a qual deverá ser comunicada imediatamente aos Quotistas em observância ao disposto no Regulamento.

No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Sacados devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança e Conciliação e/ou Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, neste Prospecto Definitivo, no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, no Contrato de Custódia e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, do Contrato de Custódia e, conforme o caso, nos demais documentos referentes à operacionalização do Fundo do qual seja parte, observado que, nesta hipótese, o Custodiante deverá prestar todo o

auxílio necessário à instituição que vier a substituí-lo, de forma a permitir a perfeita continuidade das operações e funcionamento do Fundo.

Pela prestação dos serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira o Custodiante receberá remuneração anual, a ser paga pelo Fundo, correspondente a 0,165% (cento e sessenta e cinco milésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mensal mínimo de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Pelos serviços de controladoria, o Custodiante receberá remuneração anual, a ser paga pelo Administrador, correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mensal mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Os serviços de escrituração das Quotas serão pagos diretamente pelo Administrador ao Agente Escriturador, nos termos do Contrato de Escrituração de Quotas.

#### **4.5. Agência Classificadora de Risco**

O Fundo contratou a Fitch Ratings Brasil Ltda. para ser responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior.

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral. Na hipótese de substituição da Agência Classificadora de Risco, o Administrador providenciará a alteração do Regulamento, a qual deverá ser comunicada imediatamente aos Quotistas, nos termos do Regulamento.

O Fundo poderá contratar a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poors) ou a Moody's Investors Service (Moody's) para avaliar o risco das Quotas Sênior, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

Pela prestação dos serviços de avaliação de risco das Quotas Sênior, a Agência Classificadora de Risco receberá remuneração anual correspondente a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

#### **4.6. Auditores Independentes do Fundo**

O Fundo contratou a KPMG Auditores Independentes para ser responsável pela avaliação e revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da atuação do Administrador.

Os Auditores Independentes poderão ser substituídos, a qualquer tempo, a exclusivo critério do Administrador. Na hipótese de substituição dos Auditores Independentes do Fundo, o Administrador



providenciará a alteração do Regulamento, a qual deverá ser comunicada imediatamente aos Quotistas, nos termos do Regulamento.

Pela prestação dos serviços de avaliação e revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, os Auditores Independentes receberão remuneração anual correspondente a R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

#### **4.7. Outros prestadores de serviços**

O Fundo conta, ainda, com os seguintes prestadores de serviço:

##### *4.7.1. Agente de Depósito*

O Fundo contratou a Globex, com a interveniência do Custodiante, para ser o Agente de Depósito.

Sem prejuízo dos procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, o Agente de Depósito manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Custodiante e do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.

Em contraprestação aos serviços prestados ao Fundo, na qualidade de Agente de Depósito, a Globex receberá a remuneração de que trata o subitem 4.7.2 abaixo.

##### *4.7.2. Agente de Conciliação e Cobrança*

O Fundo contratou a Globex, com a interveniência do Custodiante, para ser o Agente de Conciliação e Cobrança.

Sem prejuízo dos procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, o Agente de Conciliação e Cobrança será responsável pelas seguintes atividades em benefício do Fundo: (i) cobrança dos Direitos de Crédito Adquiridos a vencer, por meio da emissão de solicitações de pagamento aos respectivos Sacados, devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos, para pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo; (ii) auxílio ao Custodiante na conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos depositados na Conta Autorizada do Fundo, observado que referida conciliação será realizada com base em arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Agente de Conciliação e Cobrança e o Custodiante e encaminhado, diariamente, pelo Agente de Conciliação e Cobrança ao Custodiante; e (iii) auxílio ao Custodiante na conciliação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos depositados na Conta Autorizada do Fundo no âmbito das suas atividades de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

Em contraprestação aos serviços prestados ao Fundo, na qualidade de Agente de Depósito e de Agente de Conciliação e Cobrança, a Globex não fará jus a qualquer remuneração, tendo em vista que a prestação dos serviços na qualidade de Agente de Depósito e de Agente de Conciliação e Cobrança, beneficiará também a própria Globex como única titular de Quotas Subordinadas.

#### *4.7.3. Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos*

O Fundo contratou a Globex para ser o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

Sem prejuízo dos procedimentos descritos no Regulamento e no Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança.

O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, durante o exercício de suas atividades, será o responsável pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto e pela inserção do nome de Sacados inadimplentes, devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus decorrentes dessas medidas, na qualidade de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

Em contraprestação aos serviços prestados ao Fundo, na qualidade de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, a Globex não fará jus a qualquer remuneração, tendo em vista que a prestação dos serviços na qualidade de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos beneficiará também a própria Globex como única titular de Quotas Subordinadas.

### **4.8. Objetivo de Investimento**

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito.

Os Direitos de Crédito que comporão a Carteira deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Oferta, a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade.

### **4.9. Política de investimento e composição da Carteira**

Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter atingido a Alocação Mínima de Investimento. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este parágrafo por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for

obtida pelo Administrador, os Quotistas serão comunicados do fato (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme o disposto no Regulamento.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não for utilizada para a aquisição de Direitos de Crédito Adquiridos poderá ser mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada em Ativos Financeiros.

O Administrador não adotará como parte da política de investimento do Fundo a contratação de operações em mercados de derivativos.

O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

O Fundo deverá observar os seguintes critérios de concentração e diversificação da Carteira:

- (i) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão de um mesmo devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade;
- (ii) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Amex;
- (iii) até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC; e
- (iv) até 100% (cem) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Redecard ou pela Cielo, individualmente, observado o disposto no Regulamento.

O Fundo está dispensado da observância do limite percentual de aquisição de Direitos de Crédito devidos pela Redecard e pela Cielo previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01, nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, inciso I, da Instrução CVM n.º 356/01.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, os Percentuais de Concentração da Carteira referidos no parágrafo acima deverão ser cumpridos pelo Fundo, (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Oferta, em relação aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição pelo Custodiante no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), observado que a verificação dos Percentuais de Concentração da Carteira, pelo Fundo, estará condicionada à disponibilização tempestiva das informações necessárias, pelo Custodiante.

Os Direitos de Crédito Adquiridos e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no Sistema Especial

de Liquidação e de Custódia – SELIC, em nome do Fundo; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, em nome do Fundo; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Quotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Custodiante, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Prospecto Definitivo e no Regulamento. Informações adicionais, vide Seção 3, na página {40} deste Prospecto Definitivo.

O Fundo poderá contratar operações com os controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações integrantes da Carteira, de modo a serem facilmente identificáveis.

Observada a responsabilidade do Custodiante em relação ao atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito Adquiridos, tampouco pela solvência dos Sacados.

A Cedente será exclusivamente responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito Adquiridos, sendo que a Cedente não será responsável pela solvência dos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos.

#### **4.10. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas**

##### *4.10.1. Características das Quotas*

As Quotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em 2 (duas) classes, sendo uma única classe de Quotas Sênior e uma única classe de Quotas Subordinadas.

Todas as Quotas terão forma escritural e serão mantidas pelo Agente Escriturador, por meio de sistemas de depósito, em conta de depósito em nome dos Quotistas.

##### *4.10.2. Patrimônio inicial e Patrimônio Autorizado*

O patrimônio do Fundo, após a Primeira Emissão, será formado por, no máximo, 13.333 (treze mil trezentas e trinta e três) Quotas, sendo 11.666 (onze mil e cento e sessenta e seis mil) Quotas Sênior e 1.667 (hum mil e seiscentas e sessenta e sete) Quotas Subordinadas, com Preço de Emissão, na

Primeira Data de Emissão, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma, totalizando um patrimônio inicial de até R\$ 1.333.300.000,00 (um bilhão e trezentos e trinta e três milhões e trezentos mil reais), observado que a quantidade mínima de Quotas Sênior a ser colocada no âmbito da Primeira Emissão equivalente a 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior.

O patrimônio autorizado do Fundo corresponde a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

#### *4.10.3. Emissão de novas Quotas*

Após a Primeira Emissão do Fundo e até o limite do Patrimônio Autorizado poderão ser realizadas emissões de novas Quotas pelo Administrador, mediante anuência prévia e expressa da Cedente, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral, ao passo que emissões de novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o quorum estabelecido no Capítulo Doze do Regulamento. Exceto no que diz respeito aos prazos de resgate, que deverão ser iguais ou superiores aos prazos de resgate atribuídos às Quotas em circulação, e ao *Benchmark*, que poderá diferir do *Benchmark* atribuído às Quotas em circulação, as novas Quotas que venham a ser emitidas terão as mesmas características, direitos e obrigações das Quotas em circulação, conforme estabelecidos no Regulamento.

Uma vez emitidas, eventuais novas Quotas passarão a integrar o conceito de “Quotas” para fins do disposto neste Prospecto Definitivo e no Regulamento. Dessa forma, as novas Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, remuneradas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto neste Prospecto Definitivo, no Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada série/emissão de Quotas.

O Preço de Emissão das Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo constará do respectivo Suplemento.

Os Quotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas.

#### *4.10.4. Direitos Patrimoniais*

As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior, observado o disposto no item 1, na página {60} deste Prospecto Definitivo.

#### *4.10.5. Direitos de Voto das Quotas*

As Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembleias Gerais.

Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Doze do Regulamento.

Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembleias Gerais, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste subitem, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

#### *4.10.6. Razão de Garantia*

Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas devidamente subscritas e integralizadas deverá corresponder a, no mínimo, 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo, ou seja, o valor das Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas deverá corresponder a, no máximo, 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição pelo Custodiante, por meio do *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), e disponibilizada aos Quotistas na sede do Administrador.

#### *4.10.7. Colocação das Quotas Sênior*

As Quotas Sênior de cada emissão serão objeto de Oferta ou de Oferta Restrita, nos termos da regulamentação aplicável.

As despesas relacionadas ao registro da Oferta serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do disposto no Regulamento.

Sem prejuízo da observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, os anúncios de início das Ofertas apresentarão os termos e condições de cada Oferta, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior de cada emissão.

No âmbito de toda e qualquer Oferta Restrita, será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Super Qualificados e as Quotas Sênior somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Super Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

#### *4.10.8. Colocação das Quotas Subordinadas*

As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta Pública ou de Oferta Restrita e serão subscritas unicamente pela Globex, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que a Globex se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever e a integralizar, durante o prazo de duração do Fundo, Quotas Subordinadas, com o objetivo de garantir o atendimento da Razão de Garantia, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas na hipótese de que trata a seção "Amortização Extraordinária para fins de enquadramento da Razão

de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento, da política de investimento e outros procedimentos de enquadramento da Razão de Garantia”, na página {70} deste Prospecto Definitivo.

#### *4.10.9. Subscrição e Integralização das Quotas*

As Quotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas. As Quotas que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo Administrador, com o consequente aditamento do Suplemento referente à respectiva emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral.

O Suplemento de cada emissão/série estabelecerá um montante mínimo de Quotas Sênior a ser subscrito pelos investidores no âmbito de cada Oferta ou Oferta Restrita, de acordo com o ato que deliberar cada emissão de Quotas, sendo que, caso o montante mínimo não seja alcançado no âmbito da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, o Administrador deverá observar a regulamentação em vigor.

No ato da subscrição de Quotas, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pela sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários responsável pela Oferta ou Oferta Restrita;
- (ii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e, conforme o caso, do prospecto do Fundo;
- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado ou Investidor Super Qualificado, conforme o caso, e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas no Regulamento e, conforme o caso, no prospecto do Fundo, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo descritos no Regulamento e, conforme o caso, no prospecto do Fundo, bem como, em se tratando de subscrição de Quotas Sênior objeto de Oferta Restrita, (c) de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e (d) de que as Quotas Sênior estão sujeitas às restrições de negociação previstas no Regulamento e na Instrução CVM n.º 476/09; e
- (iv) indicar um representante, que será responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pelo Administrador e/ou pelo Agente Escriturador relativas ao Fundo nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico. Caberá a cada Quotista informar ao Administrador e ao Agente Escriturador, a alteração de seus dados cadastrais.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, no ato da subscrição das Quotas Subordinadas, a Globex firmará o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

As Quotas Sênior serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição. As Quotas Subordinadas serão integralizadas pela Globex à vista, no ato da subscrição das Quotas Subordinadas, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas a ser firmado pela Globex.

Independentemente do disposto acima, a integralização de Quotas de cada emissão será feita pelo valor da Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 4.10.10 e 4.10.11, na página {59} deste Prospecto Definitivo.

As Quotas serão integralizadas em moeda corrente nacional (i) por meio do DDA, da BM&FBOVESPA, e/ou do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.

#### *4.10.10. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior*

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Quotas no âmbito de cada emissão, cada Quota Sênior de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

#### *4.10.11. Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas*

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que referido valor corresponderá ao valor do patrimônio líquido do Fundo, deduzida a parcela do patrimônio líquido do Fundo representada pelo somatório do valor de todas as Quotas Sênior em circulação, apurada na forma do Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data da apuração.

#### *4.10.12. Distribuição e Negociação das Quotas*

As Quotas Sênior serão registradas para distribuição e negociação (i) no DDA e no SOMA FIX, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, ou, facultativamente, (ii) no MDA e no SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, respectivamente.

As Quotas Sênior objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Super Qualificados e, no mercado de balcão organizado ou no mercado de bolsa, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário nos termos descritos acima, o agente intermediário da respectiva negociação será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado ou Investidor



Super Qualificado, conforme o caso, bem como por comprovar o cumprimento, conforme o caso, a decorrência do prazo de 90 (noventa) dias acima descrito.

Sem prejuízo do disposto nos parágrafos acima, na hipótese de cessão ou transferência das Quotas Sênior de forma privada, o Quotista vendedor das Quotas Sênior deverá (a) obter do respectivo adquirente (i) Termo de Adesão devidamente assinado; (ii) declaração de Investidor Qualificado ou comprovação da qualidade de Investidor Super Qualificado, conforme o caso, e (iii) cadastro nos termos da Instrução da CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada; e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este parágrafo.

As Quotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Globex nos termos do Regulamento, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, salvo mediante prévia aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto abaixo.

Sem prejuízo do disposto acima, a negociação ou transferência das Quotas Subordinadas também dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no sistema de negociação SOMA FIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, e/ou no sistema de negociação SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Sem prejuízo do disposto acima, as despesas relacionadas ao registro das Quotas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Quotas Subordinadas na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, serão consideradas encargos do Fundo, nos termos do Regulamento.

#### *4.10.13. Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas*

As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

O rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Sênior ou em 2 (dois) níveis equivalentes, nesta última hipótese conforme classificação de risco atribuída por outras agências classificadoras de risco às Quotas Sênior, será considerado um Evento de Avaliação, implicando a adoção das medidas cabíveis pelo Administrador, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo.

### **4.11. Amortização e resgate das Quotas**

#### *4.11.1. Condições gerais e forma de pagamento das amortizações e resgates*

O Administrador, por conta e ordem do Fundo, promoverá amortizações das Quotas, de acordo com o disposto no Capítulo Treze do Regulamento e no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

Sem prejuízo do disposto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, as Quotas Sênior referentes a cada emissão/série de Quotas somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação referentes à respectiva emissão/série ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, ao passo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Quotas, observado o disposto nos Capítulos Treze, Quatorze e Quinze do Regulamento.

Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior da respectiva emissão/série, em benefício de todos os Quotistas titulares das Quotas Sênior objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Quotas serão efetuados, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota de abertura no dia do pagamento, calculado nos termos do Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, ou por meio da BM&FBOVESPA e/ou CETIP, conforme o caso, sendo que, no caso de amortização, o valor das Quotas será reduzido à razão do valor efetivamente amortizado.

Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Quotas Subordinadas poderão ser efetuados por meio da entrega de Direitos de Crédito Adquiridos, mediante solicitação da Globex ao Administrador, observada a regulamentação aplicável.

No âmbito do processo de liquidação do Fundo, os Quotistas poderão receber Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento pelo resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Quatorze do Regulamento, observada a regulamentação aplicável.

Quando a data estabelecida para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota de abertura no dia do pagamento.

#### *4.11.2. Condições especiais aplicáveis às amortizações das Quotas*

Em cada data de amortização de Quotas, conforme previsto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas (e, no caso do inciso (i) abaixo, desde que não haja um Evento de Avaliação,

Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Substituição em andamento), deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto abaixo:

- (i) a Globex poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 5 (cinco) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas de que trata este inciso, a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido no Regulamento e neste Prospecto Definitivo;
- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Somente no caso de o valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época; e
- (iii) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes dos procedimentos referentes a um Evento de Substituição, conforme descrito no Capítulo Dezesesseis do Regulamento, no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e neste Prospecto Definitivo, inclusive mas não se limitando ao pagamento de remuneração a eventuais novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir a Globex, serão arcados prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso a Globex não cumpra a sua obrigação de subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, necessárias à cobertura de tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

#### **4.12. Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento**

Observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao patrimônio líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste item.

Para fins do disposto no Regulamento e neste item, as Quotas Sênior referentes a cada emissão/série terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas em circulação.

A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento aos Quotistas pelo resgate de suas Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze do Regulamento e a regulamentação aplicável.

Na hipótese da Assembleia Geral referida no parágrafo acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Adquiridos e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época.

Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os Quotistas (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas ou correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, ou (ii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que os Quotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 11 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

O Agente de Depósito e/ou o terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante (na hipótese de o Agente de Depósito não estar mais atuando como Agente de Depósito), fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da data da realização da Assembleia Geral acima mencionada, dentro do qual o administrador do condomínio indicará ao Agente de Depósito e/ou ao terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante (conforme o

caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros.

Expirado o prazo acima, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito Adquiridos, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

#### **4.13. Assembleia Geral**

As matérias de competência da Assembleia Geral, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembleias Gerais para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos no Capítulo Doze do Regulamento.

#### **4.14. Critérios de avaliação dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira**

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Adquiridos e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.

Serão observados os seguintes critérios para o cálculo do valor da Carteira pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão apreçados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante disponibilizado no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br); e (ii) os Direitos de Crédito Adquiridos serão contabilizados e registrados com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Adquiridos serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos de Crédito Adquiridos de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682/99, provisão esta que consiste na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito Adquirido, conforme o respectivo nível de risco observado, sendo que referido nível de risco variará de acordo com critérios objetivos estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/99, na legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos não pagos após o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar de seus respectivos vencimentos serão considerados como perdas para o Fundo.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abrangem, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Adquiridos.

#### **4.15. Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Suspensão**

##### *4.15.1. Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância, pelo Custodiante, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Custódia e/ou no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (ii) não observância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e na regulamentação em vigor, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iii) não observância, pelo Agente Escriturador, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Escrituração de Quotas, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iv) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- (v) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;
- (vi) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Escrituração de Quotas;
- (vii) não observância, pela Globex, das Condições de Cessão ou de qualquer das Funções Operacionais e/ou não observância das obrigações da Globex no âmbito do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, conforme o caso, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (viii) inadimplemento, por parte da Globex, de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;
- (ix) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por período igual ou superior a 3 (três) Dias Úteis consecutivos ou 10 (dez) Dias Úteis alternados, neste último caso verificados no período de 1 (um) mês imediatamente anterior;
- (x) salvo o disposto nos itens 8.1. e 19.1 do Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (xi) caso o Fundo deixe de estar enquadrado a qualquer dos Percentuais de Concentração da Carteira por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;

- (xii) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Sênior, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco, ou em 2 (dois) níveis equivalentes, nesta última hipótese conforme classificação de risco atribuída por outras agências classificadoras de risco às Quotas Sênior;
- (xiii) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- (xiv) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento;
- (xv) caso o Administrador e/ou o Custodiante tomem conhecimento da ocorrência de reincidência na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade, ainda que referida falha tenha sido tempestivamente sanada nos termos dos incisos (i) e (vii) acima; e
- (xvi) caso o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou qualquer Termo de Cessão Consolidado não seja registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Administrador e da Cedente nos prazos e termos da legislação aplicável por culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou da Cedente, desde que, comunicados, conforme o caso, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação.

Sem prejuízo do disposto abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e à Cedente, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembleia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze do Regulamento, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou, quando e se for o caso, (iii) se um Evento de Substituição também ocorreu, sendo observado, nesta última hipótese, o disposto no subitem "Eventos de Substituição da Globex", na página {70} deste Prospecto Definitivo.

No caso de a Assembleia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada ou um Evento de Substituição, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os subitens "Eventos de Liquidação Antecipada" e "Eventos de Substituição da Globex", nas páginas {67} e {70} deste Prospecto Definitivo, respectivamente, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral, podendo a Assembleia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada ou um Evento de



Substituição deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à substituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, independentemente de qualquer comunicação aos Quotistas ausentes à referida Assembleia Geral.

#### *4.15.2. Eventos de Liquidação Antecipada*

Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) na hipótese de rescisão dos contratos que regulam as Funções Operacionais ou renúncia da Globex, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iv) na hipótese de rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;
- (v) hipótese de rescisão ou rescisão, conforme o caso, do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- (vi) caso a Razão de Garantia corresponda à percentual inferior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (vii) elevação do índice de Direitos de Crédito Inadimplidos com atraso superior a 10 (dez) dias após as respectivas datas de vencimento para nível superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo, calculado diariamente pelo Administrador, com base em informações disponibilizadas pelo Custodiante no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br);
- (viii) não pagamento, em qualquer data de amortização e/ou data de resgate de Quotas Sênior, conforme estabelecidas no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior ou não pagamento no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar de qualquer data de amortização e/ou data de resgate de Quotas Sênior, conforme estabelecidas no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, na hipótese de ocorrência de erro ou falha operacional nos sistemas do Agente Escriturador ou do Administrador;
- (ix) propositura, pela Globex, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, bem como ingresso de requerimento de recuperação judicial ou autofalência, e a decretação de falência da Globex, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Globex, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (x) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos no Regulamento;
- (xi) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e



- (xii) caso a Cedente deixe de comunicar ao Administrador e ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento da Cedente.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e à Cedente, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

Na Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum ou (ii) aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido aos Quotistas Dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em até 30 (trinta) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral, pelo valor de abertura de suas Quotas Sênior no dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento.

Os Quotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos referentes ao resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador no prazo de até 30 (trinta) dias acima referido, na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos.

Se, ao final do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, os Quotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral referente ao resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os Quotistas Dissidentes receberão Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no item "Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento" da seção "4. GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL", na página {62} deste Prospecto Definitivo.

Caso a Assembleia Geral delibere pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Quotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor de abertura da Quota do dia do pagamento, calculado na forma do Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis no montante de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto no Capítulo Dezenove do Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto no Regulamento, se, no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado, a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no item “Hipóteses e procedimentos de resgate de Quotas mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros em pagamento” da seção “4. Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil”, na página {62} deste Prospecto Definitivo.

O direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral.

O direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Substituição e a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que o referido Evento de Substituição não dá causa à destituição da Globex no exercício das Funções Operacionais. Caso a Assembleia Geral decida que um Evento de Substituição dá causa à destituição da Globex, o direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso até a data de liquidação do Fundo. Quaisquer custos decorrentes dos procedimentos referentes à destituição da Globex nos termos referidos acima, inclusive, mas não se limitando, o pagamento da remuneração dos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir a Globex, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas.

#### *4.15.3. Eventos de Substituição da Globex*

Os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (vii) e (viii) do item 4.15.1 acima e o Evento de Liquidação Antecipada referido no inciso (ix) do item 4.15.2 acima, nas páginas {65} e {67} acima, respectivamente, poderão resultar ou não (i) na liquidação antecipada do Fundo, conforme decisão da Assembleia Geral e/ou (ii) conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição da Globex como prestadora dos serviços que contemplam as Funções Operacionais.

Se a Assembleia Geral decidir que um determinado Evento de Avaliação constitui um Evento de Substituição, o Administrador deverá iniciar os procedimentos para a substituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, no Dia Útil imediatamente seguinte à realização da Assembleia Geral.

Na hipótese descrita no parágrafo anterior, a Globex adotará, imediatamente, todos os procedimentos necessários para que os mecanismos de substituição estabelecidos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito sejam implementados, sem prejuízo do Fundo e/ou da continuidade dos serviços prestados pela Globex em benefício do Fundo no âmbito das Funções Operacionais, nos termos do Regulamento.

Caso a Globex seja destituída das Funções Operacionais, um terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, passará a exercer as Funções Operacionais em substituição à Globex.

#### **4.16. Amortização Extraordinária para fins de enquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento, da política de investimento e outros procedimentos de enquadramento da Razão de Garantia**

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, o Administrador poderá realizar a qualquer tempo e em igualdade de condições, mediante prévia aprovação da Assembleia Geral nos termos do Capítulo Doze do Regulamento, a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento do Fundo descrita no Regulamento e neste Prospecto Definitivo.

Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos deste item, todos os Quotistas serão previamente notificados pelo Administrador, por escrito, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado no âmbito de cada Amortização Extraordinária.

Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

##### *4.16.1. Outros Procedimentos de Enquadramento da Razão de Garantia*

Sem prejuízo do disposto no Regulamento e neste Prospecto Definitivo, o Administrador confirmará, diariamente, se a Razão de Garantia está sendo mantida, nos termos do item 4.10.6, na página {57}

deste Prospecto Definitivo, sendo que, caso seja constatado qualquer desenquadramento da Razão de Garantia, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato à Globex, solicitando à Globex a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de tantas novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

A integralização das novas Quotas Subordinadas pela Globex nos termos deste item deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da carta mencionada no parágrafo anterior.

Para fins de cumprimento do disposto neste item, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral. Nessa hipótese, o Regulamento deverá ser complementado por um Suplemento.

#### **4.17. Reserva de pagamento e alocação de recursos para pagamento de despesas do Fundo**

O Administrador deverá constituir Reserva de Pagamento referente ao pagamento de amortizações ou resgate das Quotas Sênior, de acordo com o disposto abaixo, por meio da aplicação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros:

- (i) até o 60º (sexagésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 50% (cinquenta por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros; e
- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

A partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador deverá utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento de despesas e encargos do Fundo, conforme descritos no Regulamento;
- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado das despesas e encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- (vi) aquisição de Direitos de Crédito ; e
- (vii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

#### **4.18. Política de divulgação de informações relativas ao Fundo**

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Quotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Quotas.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal “DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços”, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo e mantida disponível para os Quotistas na sede do Administrador e nas instituições que coloquem as Quotas, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Quotas Sênior.

O Administrador colocará à disposição dos Quotistas, em sua página mantida na rede mundial de computadores, em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Quotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Prospecto Definitivo e da regulamentação aplicável: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do fundo serão colocadas à disposição na sede do Administrador ou na CVM, nos endereços indicados abaixo:

#### **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo – SP

At.: Srs. Walter Watanabe / Leandro Morari

Tel.: (11) 5029-4062 / 5029-4880

Fax: (11) 5029-1394

**Comissão de Valores Mobiliários**

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ.

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

O Diretor do Administrador responsável pelo Fundo deverá elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando: (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento descrita no Regulamento, inclusive no que diz respeito aos limites de composição e diversificação aplicáveis ao Fundo; e (ii) que as aquisições de Direitos de Crédito Adquiridos pelo Fundo foram realizadas em observância às taxas de mercado.

Os demonstrativos trimestrais de que trata o parágrafo acima deverão ser enviados à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas.

Os demonstrativos trimestrais deverão ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

O Administrador deverá divulgar, anualmente, no periódico referido acima, além de manter disponíveis em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Quotas: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor das Quotas de cada classe; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (iv) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

**4.19. Demonstrações Financeiras**

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**4.20. Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar informações adicionais sobre o Fundo, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

**Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo – SP

At.: Srs. Walter Watanabe / Leandro Morari

Tel.: (11) 5029-4062 / 5029-4880

Fax: (11) 5029-1394

Dúvidas, reclamações e sugestões fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o Administrador através do número (11) 5029-1456, em dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú no 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú através do número 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18h ou através da Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, em dias úteis, das 9 às 18h, através do número 0800 722 1722.

**4.21. Taxa de Administração e demais encargos do Fundo**

Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, o Administrador fará jus à Taxa de Administração correspondente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano provisionada a cada Dia Útil, à razão 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior. A Taxa de Administração será apurada no último Dia Útil de cada mês e paga mensalmente ao Administrador até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A Taxa de Administração não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

O valor em moeda corrente nacional de que trata este parágrafo será reajustado anualmente durante todo o prazo de duração do Fundo, sempre no mês de janeiro de cada ano, pela variação anual (do ano imediatamente anterior ao ano em que o reajuste deva ser realizado) do Índice de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC/FIPE), ou na sua falta, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV), ou, na falta de ambos, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, o qual também é publicado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI/FGV).

O Administrador não receberá taxa de desempenho.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação; e
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

O pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam a Taxa de Administração.

O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

#### **4.22. Regras de tributação do Fundo**

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Definitivo e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.22.1. Da Tributação Aplicável aos Quotistas*

##### *Imposto sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF/Títulos")*

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou de liquidação das Quotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Contudo, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.



### Imposto sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio")

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento).

Até 19 de outubro de 2009, os Quotistas residentes e domiciliados no exterior que investissem nos mercados financeiro e de capitais brasileiros por meio da Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Quotistas Qualificados"), e vinculadas às aplicações no Fundo estavam sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. Contudo, com a edição do Decreto 6.983, a partir de 20 de outubro de 2009, as operações de câmbio para ingressos e remessas de recursos conduzidas pelos Quotistas Qualificados e vinculadas às aplicações no Fundo estão sujeitas às alíquotas de 2% e zero, respectivamente para os ingressos e para as saídas.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas tomará por base: (i) a residência dos Quotistas (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação, quais sejam, (a) a cessão ou alienação de Quotas, (b) o resgate de Quotas, e (c) a amortização de Quotas.

#### I. Quotistas Residentes no Brasil

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

2. Resgate das Quotas: No resgate/liquidação de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A Carteira será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

Caso a Carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas serão tributados pelo Imposto de Renda de acordo com as seguintes alíquotas: (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a Carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Quotistas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois e meio por cento).

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da Carteira, às alíquotas regressivas descritas na hipótese de resgate/liquidação das Quotas, definidas em função do prazo do investimento do Quotista respectivo.

## II. Quotistas Residentes no Exterior

Aos Quotistas Qualificados, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ("Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação").

### II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

1. Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

2. Resgate das Quotas: Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

3. Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

### II.b. Quotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

Os Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao

Imposto de Renda aplicável aos Quotistas residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de (i) 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

#### *4.22.2. Da Tributação Aplicável ao Fundo*

Uma vez que o Fundo não tem personalidade jurídica, a legislação tributária geralmente isenta de tributação ou sujeita à alíquota zero as operações de sua carteira. Assim, ao contrário das pessoas jurídicas, o Fundo não está, em regra, sujeito ao pagamento de tributos.

#### IOF/Títulos

As operações realizadas pela Carteira estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira são isentos do Imposto de Renda.

### **4.23. Mecanismos de reforço de crédito e outras garantias**

Além da Razão de Garantia e da Reserva de Pagamento constituída pelo Administrador nos termos do Capítulo Dezenove do Regulamento, para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas do Fundo, o Fundo não conta com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Quotistas a título de amortização e/ou resgate de suas Quotas.

### **4.24. Sistema de gerenciamento de riscos e *compliance***

A administração do Fundo e da Carteira orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação e regulamentação vigentes.

Na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão

arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Somente no caso de o valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

A política de investimento adotada pelo Fundo e o nível desejável de exposição à risco são acompanhados pelo Administrador, por meio de comitês internos, dos quais participam os principais executivos da Diretoria responsável pela administração de recursos de terceiros do Administrador.

Os comitês internos do Administrador traçam os parâmetros de atuação para os fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados, obedecendo a suas políticas de investimento e acompanhando suas respectivas exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiros e de capitais em geral e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Ademais, os riscos aos quais os fundos de investimento e as carteiras de títulos e valores mobiliários administrados pelo Administrador estão expostos e o cumprimento de suas respectivas políticas de investimento são monitorados por uma área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão do Administrador, que utiliza um modelo de controle de risco de mercado visando estabelecer qual o nível máximo de exposição a risco dos fundos de investimento e/ou das carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados. A utilização desses mecanismos de controle de riscos, contudo, não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

O Administrador verifica a aderência dos fundos de investimento e das carteiras de títulos e valores mobiliários por ele administrados, inclusive, mas não se limitando, quanto à respectiva política de investimento, às definições internas dos seus comitês, aos respectivos níveis de exposição à risco, a legislação e regulamentação aplicáveis, ao regulamento de cada fundo de investimento por ele administrado (conforme o caso) e o extrato emitido pela CVM. A referida verificação é realizada pelo Administrador, que utiliza as posições de fechamento do dia anterior de acordo com a periodicidade, os limites, restrições e/ou vedações estabelecidos em cada fundo de investimento. Desta forma, as verificações de enquadramento das operações realizadas por cada fundo de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários por ele administrados contemplam os dados consolidados da carteira de títulos e valores mobiliários de cada fundo de investimento, de acordo com os critérios adotados internamente pelo Administrador.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos descritos acima não elimina a possibilidade de ocorrência de perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### **4.25. Política de exercício de direito de voto**

Em decorrência de sua política de investimento, conforme descrita no item 4.9., na página {53} deste Prospecto Definitivo, e no Regulamento, o Fundo não adota política de exercício de direito de voto.

## **5. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

## **OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO**

### **5.1. Direitos de Crédito**

Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, às Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade, assim como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos de Crédito, observado que os Direitos de Crédito Adquiridos deverão, necessariamente, ser suportados pelos respectivos Documentos Comprobatórios, os quais deverão ser suficientes para caracterizar a origem, formalização, existência, validade e exequibilidade dos referidos Direitos de Crédito Adquiridos.

Nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a consumação de toda e qualquer cessão de Direitos de Crédito ao Fundo é condicionada à satisfação cumulativa das seguintes condições precedentes:

- (i) atendimento dos Direitos de Crédito a todas as Condições de Cessão;
- (ii) atendimento dos Direitos de Crédito a todos os Critérios de Elegibilidade;
- (iii) formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, inclusive com o pagamento à Cedente do Preço de Aquisição; e
- (iv) inexistência de qualquer violação ou infração por qualquer das partes às disposições do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, do Regulamento e/ou das demais normas aplicáveis à cessão dos Direitos de Crédito.

Sem prejuízo dos itens 5.4.1 e 5.4.2 abaixo, como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação dos procedimentos, termos e condições previstos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. Cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo realizada e formalizada nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito será considerada definitiva para todos os fins de direito.

### **5.2. Características homogêneas dos devedores dos Direitos de Crédito**

As principais características dos Sacados, devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos que compõem o patrimônio líquido do Fundo são, em linhas gerais:

- (i) os Sacados são pessoas jurídicas;
- (ii) os Sacados são administradores de cartão de crédito;
- (iii) os Sacados são constituídos sob a forma de sociedades por ações;
- (iv) os Sacados possuem mais de 5 (cinco) anos de funcionamento no mercado; e
- (v) os Sacados possuem patrimônio líquido superior a R\$ 194 milhões.

### **5.3. Política de Cadastro e Concessão de Crédito**

Os Direitos de Crédito são originados pelos Sacados no âmbito das operações de venda de produtos e serviços financiadas por meio de cartão de crédito administrado pelos Sacados e realizadas entre a Cedente e seus clientes finais em estabelecimentos da Cedente que tenham sido previamente informados aos Sacados, mediante notificação escrita encaminhada pela Cedente aos Sacados com cópia para o Fundo, sendo que referidas notificações deverão informar, ainda, a alteração do domicílio bancário dos Direitos de Crédito para o Fundo, garantindo, desta forma, que o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo sejam efetuados diretamente na Conta Autorizada do Fundo.

Cada Sacado adota uma política própria para o cadastro de seus clientes e definição dos respectivos limites de crédito (e, por conseguinte, emissão dos cartões de crédito), que contemplam desde a obtenção de informações gerais e documentos essenciais de cada cliente, tais como, mas não se limitando a, nome completo, número da cédula de identidade RG e número do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, até a obtenção de informações mais específicas.

A obtenção de informações mais específicas tem por objetivo permitir aos Sacados definir o limite de crédito de cada cliente e podem contemplar, inclusive, mas não se limitando, informações financeiras atuais de cada cliente e pesquisa acerca da eventual existência de apontamentos em órgãos de proteção ao crédito.

Sem prejuízo dos procedimentos adotados por cada Sacado para o cadastro de seus clientes e definição dos respectivos limites de crédito, os Direitos de Crédito são originados pelos Sacados no âmbito de operações de venda, pela Cedente, de produtos e serviços, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartão de crédito, as quais são realizadas mediante a utilização de sistema eletrônico acordado entre a Cedente e cada Sacado, bem como em estrita observância, pelos Sacados e pela Cedente, dos termos e condições estabelecidos em contrato de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema do Sacado e aos manuais operacionais adotados por cada Sacado.

### **5.4. Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão dos Direitos de Crédito**

#### *5.4.1. Condições de Cessão dos Direitos de Crédito*

Sem prejuízo do disposto abaixo, a Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, em cada Data de Oferta, às seguintes Condições de Cessão:

- (i) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Cadastro e Concessão de Crédito;
- (ii) os Direitos de Crédito devem ser performados, ou seja, sua existência e/ou validade não poderão depender de qualquer entrega ou prestação futura da Cedente;



- (iii) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações de venda, pela Cedente, de produtos e serviços, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartão de crédito mediante utilização de sistema eletrônico e em conformidade com as regras estabelecidas entre a Cedente e os respectivos Sacados;
- (iv) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações mercantis existentes, válidas, exequíveis e celebradas entre a Cedente e seus respectivos clientes finais;
- (v) os Sacados deverão ter concordado prévia e expressamente com a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- (vi) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações de compra e venda de produtos e serviços financiadas por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados e realizadas entre a Cedente e seus clientes finais em estabelecimentos da Cedente que tenham sido previamente informados aos Sacados, mediante envio de notificação escrita pela Cedente aos Sacados com cópia para o Fundo, de acordo com o modelo de notificação constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;
- (vii) os Direitos de Crédito devem ser de legítima e exclusiva titularidade da Cedente, bem como devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (viii) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados por meio de sistemas eletrônicos adotados pela Cedente que disponham de controles adequados para (a) impedir a criação do respectivo Direito de Crédito em duplicidade e/ou sem lastro de um efetivo crédito em favor da Cedente; e (b) segregar, do universo de Direitos de Crédito originados, por meio da utilização dos referidos sistemas, todo e qualquer Direito de Crédito;
- (ix) os Direitos de Crédito não podem ser devidos por Sacados devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos e/ou que se encontrem inadimplentes no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária com a Cedente ou com o Fundo; e
- (x) os Direitos de Crédito não podem ser ou terem sido objeto, pelos Sacados, (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação em razão de inadimplemento ou potencial inadimplemento.

A verificação quanto ao atendimento às Condições de Cessão dos Direitos de Crédito será feita exclusivamente pela Cedente, que, no âmbito de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, prestará declaração confirmando tal atendimento ao Administrador, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

#### *5.4.2. Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito*

Sem prejuízo do disposto no subitem 5.4.1 acima, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, em cada Data de Oferta, cumulativamente com as Condições de Cessão, aos Critérios de Elegibilidade indicados abaixo:

- (i) o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito Adquiridos depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de

Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observado o disposto abaixo;

- (ii) o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Amex, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito Adquiridos depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (iii) os Direitos de Crédito deverão ter prazo mínimo de vencimento de 1 (hum) dia contado da respectiva Data de Oferta;
- (iv) os Direitos de Crédito deverão ter prazo máximo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva Data de Oferta;
- (v) o prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito Adquiridos integrantes da Carteira, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, calculado conforme fórmula abaixo:

$$PMC = \frac{\left( \sum_{d=1}^n (VN_d \times N_d) \right) + (VND \times ND)}{VN_t + VND}$$

onde:

*PMC* é o prazo médio da carteira de Direitos de Crédito Adquiridos, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;

*VN<sub>d</sub>* é o valor nominal de cada Direito de Crédito Adquirido na Data de Aquisição e Pagamento, exceto aqueles que, na Data de Aquisição e Pagamento, estejam vencidos e não pagos;

*N<sub>d</sub>* é o número de dias compreendidos entre a data do dia de apuração do saldo da carteira e a data de vencimento, inclusive, do respectivo Direito de Crédito;

*VND* é o valor nominal do Direito de Crédito a ser adquirido;

*ND* é o número de dias compreendidos entre a Data de Aquisição e Pagamento e a data de vencimento, inclusive, do Direito de Crédito a ser adquirido; e

*VN<sub>t</sub>* é o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito Adquiridos na Data de Aquisição e Pagamento, exceto aqueles que, na Data de Aquisição e Pagamento, estejam vencidos e não pagos;

- (vi) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito vencidos; e

- (vii) os Direitos de Crédito não poderão ter vencimento final posterior ao 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate, observado o disposto nos parágrafos abaixo.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Sem prejuízo do disposto acima, o Custodiante não será responsável por verificar o atendimento às Condições de Cessão, obrigação essa que será de inteira responsabilidade da Cedente, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

Na hipótese de (a) rebaixamento da classificação de risco atribuída pela Fitch Ratings ou pela Standard & Poors à CBD para classificação de risco igual ou inferior a "BBB+" ou classificação de risco equivalente atribuída pela Moody's ou (b) as agências classificadoras de risco mencionadas neste parágrafo deixem de atribuir classificação de risco à CBD, o percentual de que trata o inciso (i) acima deverá ser restringido, de modo que o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo em cada Data de Oferta.

A Cedente deverá comunicar imediatamente ao Administrador, que, por sua vez, deverá comunicar imediatamente ao Custodiante, o rebaixamento da classificação de risco de que trata o parágrafo acima, a fim de que o Custodiante possa tomar as providências cabíveis para a alteração em seus sistemas do percentual mencionado no inciso (i) acima.

O disposto acima deverá ser observado pelo Custodiante, em cada Data de Oferta, a partir do 3º (terceiro) Dia Útil após o recebimento da comunicação mencionada acima.

Uma vez restabelecida a classificação de risco atribuída pela Fitch Ratings, pela Standard & Poors e/ou pela Moody's à CBD, conforme o caso, será novamente aplicável o percentual estabelecido no inciso (i) acima, mediante observância dos procedimentos descritos nos parágrafos acima.

Para fins de observância do inciso (iv) acima pelo Custodiante, o Administrador deverá informar ao Custodiante a data correspondente ao 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate, tão logo seja do seu conhecimento.

## **5.5. Formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo e outras regras gerais referentes à liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos**

### **5.5.1. Formalização da Cessão**

Como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos abaixo, sem prejuízo de eventuais outros procedimentos específicos previstos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

Observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, para a formalização de cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, será observado o seguinte procedimento:

- (i) a Cedente disponibilizará ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;
- (ii) o envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis até o limite do Valor de Aquisição Pretendido;
- (iii) após receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, o Custodiante deverá, na Data de Oferta: (a) verificar e validar o atendimento pelos Direitos de Crédito constantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; (b) selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que estejam de acordo com o Valor de Aquisição Pretendido; e (c) disponibilizar ao Administrador, por meio da Interface de Cessão, o Aceite Eletrônico de Cessão;
- (iv) o Administrador, ao acessar a Interface de Cessão, a qual contemplará o Relatório de Direitos de Crédito, confirmará, desde que o Fundo tenha interesse, sua concordância com a aquisição, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, por meio do respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, a ser realizado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, autorizando automaticamente o Custodiante a realizar o pagamento do Preço de Aquisição, tão logo ocorra o Aceite Eletrônico da Cedente, conforme descrito no inciso (v) abaixo;
- (v) após o envio do Aceite Eletrônico de Cessão pelo Fundo, a Cedente deverá acessar a Interface de Cessão e confirmar a cessão dos Direitos de Crédito listados no respectivo Relatório de Direitos de Crédito, por meio do Aceite Eletrônico de Cessão, a ser realizado pelas Pessoas Autorizadas da Cedente;
- (vi) na hipótese de o Aceite Eletrônico de Cessão da Cedente referido acima ser encaminhado ao Custodiante até às 15 horas da Data de Oferta, a Data de Aquisição e Pagamento, na qual o Custodiante realizará o pagamento à Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, será a mesma data que a Data de Oferta. Na hipótese de o Aceite Eletrônico de Cessão da Cedente referido acima ser encaminhado ao Custodiante depois das 15 horas da Data de Oferta, a Data de Aquisição e Pagamento, na qual o Custodiante realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, será o Dia Útil imediatamente seguinte à Data de Oferta;
- (vii) a cessão dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis será efetivada somente após o Aceite Eletrônico do Fundo e da Cedente previstos nos incisos (iv) e (v) acima e do pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos do inciso (vi) acima.

*Registro do Termo de Cessão Consolidado na sede do Administrador*

Cada Termo de Cessão Consolidado será registrado na sede do Administrador de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a partir da primeira Data de Aquisição e Pagamento, a Cedente deverá elaborar, a cada terça-feira, desde que tenham ocorrido cessões de Direitos de Crédito ao Fundo no período decorrido desde a terça-feira imediatamente anterior, Termo de Cessão Consolidado, que terá como anexo os Arquivos Eletrônicos Analíticos devidamente arquivados em CD-R, referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos desde a terça-feira imediatamente anterior à elaboração do Termo de Cessão Consolidado; e
- (ii) a Cedente deverá encaminhar ao Administrador, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de elaboração do Termo de Cessão Consolidado, nos termos do inciso (i) acima, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas da Cedente e 3 (três) CD-Rs. O Administrador, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas da Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão Consolidado e o seu registro eletrônico, juntamente com os CD-Rs anexos, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador, e (b) encaminhará à Cedente, dentro de até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documento da sede do Administrador.

*Registro do Termo de Cessão Consolidado na sede da Cedente*

Cada Termo de Cessão Consolidado será registrado na sede da Cedente de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a partir da primeira Data de Aquisição e Pagamento, após a Cedente elaborar o Termo de Cessão Consolidado, nos termos mencionados em "Registro do Termo de Cessão Consolidado na sede do Administrador" acima, a Cedente enviará o Termo de Cessão Consolidado, por meio eletrônico, ao Administrador, a cada terça-feira, desde que tenham ocorrido cessões de Direitos de Crédito ao Fundo no período decorrido desde a terça-feira imediatamente anterior;
- (ii) após receber o Termo de Cessão Consolidado enviado pela Cedente, o Administrador anexará ao Termo de Cessão Consolidado os Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos desde a terça-feira imediatamente anterior à elaboração do Termo de Cessão Consolidado; e
- (iii) o Administrador deverá encaminhar à Cedente, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de elaboração do Termo de Cessão Consolidado, nos termos do inciso (i) acima, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e 3 (três) vias dos Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis. A Cedente, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas da Cedente nas vias originais do Termo de Cessão Consolidado e o seu

registro, juntamente com os Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis anexos, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Cedente, e (b) encaminhará ao Fundo, dentro de até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documento da sede da Cedente.

Ressalvado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a cessão realizada na forma prevista acima será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, juntamente com todos e quaisquer direitos, privilégios, garantias, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos de Crédito Adquiridos.

## 5.6. Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito

Observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e no Regulamento, pela aquisição de Direitos de Crédito o Fundo pagará à Cedente, em cada Data de Aquisição e Pagamento, o Preço de Aquisição calculado de acordo com a seguinte fórmula e indicado no respectivo Aceite Eletrônico de Cessão e Termos de Cessão Consolidados:

$$PA = \sum_i^n \frac{VN_i}{(1 + \text{Taxa de Cessão})^{\frac{T_i}{252}}}$$

Onde:

**PA:** Preço de Aquisição;

**VN<sub>i</sub>:** Valor nominal do Direito de Crédito "i" objeto de aquisição pelo Fundo;

**T<sub>i</sub>:** Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito "i", exclusive;

**Taxa de Cessão:** Taxa calculada pelo Administrador conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Cessão} = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{DI_f}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times BM \right\} \times \left( 1 + \frac{SE}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

**DI<sub>f</sub>:** Taxa DI futura calculada na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, referente ao Direito de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo com prazo de vencimento mais próximo à faixa de vencimento, constante do Anexo VI ao Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, negociada e divulgada pela BM&FBovespa;

**BM:** Taxa média ponderada considerando o *Benchmark*, conforme fórmula abaixo:

$$BM = \frac{\left( \sum_{k=1}^n BM_k \times \frac{M_k}{M_T} \right)}{100}$$

**BM<sub>k</sub>:** é o *Benchmark* das Quotas Sênior "k", conforme indicado no respectivo Suplemento;

**M<sub>i</sub>:** é o valor total das Quotas Sênior da emissão/série "k", considerando, para fins do cálculo do valor, o respectivo Preço de Emissão;

**M<sub>T</sub>:** é somatório do valor total das Quotas Sênior de todas as emissões/séries, considerando, para fins do cálculo do somatório, o respectivo Preço de Emissão; e

**SE:** Excesso de *Spread*, correspondente a 1% (hum por cento).

Conforme se depreende do disposto acima, pela aquisição de Direitos de Crédito o Fundo pagará à Cedente, em cada Data de Aquisição e Pagamento, o Preço de Aquisição, o qual variará de acordo com a Taxa de Cessão. A Taxa de Cessão praticada pelo Fundo na aquisição de Direitos de Crédito, por sua vez, variará unicamente em razão da Taxa DI futura (DI<sub>t</sub>), levando em consideração, ainda, o *Benchmark* das Quotas Sênior da Primeira Emissão apurado no âmbito do procedimento de Procedimento de *Bookbuilding* e o Excesso de *Spread* (SE) definido na fórmula acima.

A alteração da Taxa de Cessão dependerá de (i) prévia e expressa aprovação das partes e (ii) prévia ciência e aprovação dos Quotistas, sendo que o Administrador se compromete a comunicar o representante dos Quotistas, se houver, e convocar uma Assembleia Geral para deliberar sobre tal matéria. Na hipótese de convocação de Assembleia Geral, deverão ser observados os procedimentos descritos no Regulamento.

## 5.7. Eventos de Indenização

Sem prejuízo do disposto no Capítulo Dezenove do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, para os fins do disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e no Regulamento, considerar-se-ão Eventos de Indenização:

- (i) caso qualquer Direito de Crédito Adquirido venha a ser reclamado por terceiro comprovadamente titular do Direito de Crédito Adquirido ou de ônus, gravame ou encargo constituído previamente à aquisição do referido Direito de Crédito Adquirido pelo Fundo;
- (ii) caso seja constatado que qualquer Direito de Crédito Adquirido não possui origem legal ou seja indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;

- (iii) caso seja constatado que qualquer Direito de Crédito Adquirido tenha sido adquirido pelo Fundo sem o devido atendimento às Condições de Cessão;
- (iv) caso qualquer Direito de Crédito Adquirido não seja pago integralmente pelo respectivo Sacado em decorrência de descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações por comprovada culpa, dolo, omissão ou má-fé da Cedente;
- (v) caso qualquer Direito de Crédito Adquirido não seja pago integralmente pelo respectivo Sacado devido à compensação, pelo Sacado, de valores devidos pela Cedente, inclusive, mas não se limitando, a título de pagamento de tarifas ou taxas no âmbito de cada operação de compra e venda que tenha dado origem ao Direito de Crédito Adquirido ou a título de pagamento de aluguel de equipamentos necessários à realização de transações com cartões de crédito de emissão do Sacado, conforme previstos nos respectivos contratos de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema dos Sacados, celebrados entre a Cedente e cada Sacado; e
- (vi) caso qualquer Direito de Crédito Adquirido não seja pago integralmente pelo respectivo Sacado devido ao cancelamento da operação de compra e venda que tenha dado origem ao Direito de Crédito Adquirido em decorrência do (a) não reconhecimento da compra por parte do cliente final da Cedente titular do cartão de crédito ou (b) fato de a operação de compra e venda que tenha dado origem ao Direito de Crédito Adquirido não obedecer às regulamentações estabelecidas nos respectivos contratos de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema dos Sacados, celebrados entre a Cedente e cada Sacado.

A Cedente notificará o Administrador e o Custodiante, por escrito, mensalmente a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, acerca dos Eventos de Indenização ocorridos no período de 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de envio da notificação, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, devendo a Cedente, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da notificação acima referida, restituir imediatamente ao Fundo, nas hipóteses dos incisos (i) a (iii) acima, o montante, em moeda corrente nacional, correspondente ao Preço de Aquisição atualizado pela Taxa de Cessão aplicada na operação de aquisição de tal Direito de Crédito Adquirido, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, ou, nas hipóteses dos incisos (iv) a (vi) acima, os montantes relativos ao pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos que não tenham sido pagos ao Fundo em decorrência dos eventos previstos nos referidos incisos.



## 5.8. Procedimentos de Cobrança

### 5.8.1. Procedimentos para cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos

No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o inadimplemento de determinado Direito de Crédito Adquirido, o Administrador instruirá o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para que notifique extrajudicialmente o respectivo Sacado devedor do Direito de Crédito Inadimplido para efetuar o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

### 5.8.2. Procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Caso o Sacado devedor do Direito de Crédito Inadimplido não efetue o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido na forma do parágrafo acima, o Administrador instruirá o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para que contrate escritório especializado em cobrança, para que o respectivo escritório realize a cobrança judicial do Direito de Crédito Inadimplido (podendo inclusive protestar o Direito de Crédito Inadimplido ou os títulos que o represente).

## 5.9. Hipóteses de substituição dos Direitos de Crédito Adquiridos

Desde que as operações de cessão ao Fundo sejam formalizadas nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e desta Seção 5, observadas as hipóteses previstas no item 5.7, a Cedente não poderá acrescentar, remover ou substituir quaisquer Direitos de Crédito Adquiridos.

## 5.10. Informações estatísticas sobre os Direitos de Crédito

As tabelas abaixo apresentam os índices de inadimplemento, perda e/ou pré-pagamento dos Direitos de Crédito integrantes da carteira da Cedente e que poderão compor a Carteira, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009.

Performance de pagamentos				
<i>Em milhares de reais</i>				
Situação dos lançamentos baixados	Amex	Redecard	Cielo	Consolidado
Baixa antecipada acima de 180 dias	5.212	109.020	82.555	196.787
Baixa antecipada de 151 a 180 dias	3.223	54.522	47.804	105.550
Baixa antecipada de 121 a 150 dias	5.159	101.714	87.488	194.361
Baixa antecipada de 91 a 120 dias	8.707	106.448	108.279	223.434
Baixa antecipada de 61 a 90 dias	6.499	138.284	94.270	239.053

Baixa antecipada de 31 a 60 dias	10.038	161.156	133.065	304.260
Baixa antecipada de 16 a 30 dias	9.904	138.791	145.914	294.609
Baixa antecipada de 11 a 15 dias	2.089	26.303	20.358	48.751
Baixa antecipada de 6 a 10 dias	1.854	34.507	11.358	47.720
Baixa antecipada de 1 a 5 dias	94	30.728	1.759	32.581
Baixas efetuadas no vencimento	83.406	92.827	327.174	503.407
Baixa efetuada com atraso de 1 a 5 dias	79.013	715.177	787.771	1.581.962
Baixa efetuada com atraso de 6 a 10 dias	17.323	207.843	289.148	514.314
Baixa efetuada com atraso de 11 a 15 dias	1.941	25.540	51.534	79.015
Baixa efetuada com atraso de 16 a 30 dias	2.453	35.263	28.188	65.904
Baixa efetuada com atraso de 31 a 60 dias	1.163	9.633	13.934	24.730
Baixa efetuada com atraso de 61 a 90 dias	550	4.166	6.656	11.373
Baixa efetuada com atraso de 91 a 120 dias	55	2.549	4.469	7.074
Baixa efetuada com atraso de 121 a 150 dias	27	2.278	564	2.870
Baixa efetuada com atraso de 151 a 180 dias	14	127	519	660
Baixa efetuada com atraso acima de 180 dias	142	370	544	1.056
<b>Total</b>	<b>238.869,00</b>	<b>1.997.247,00</b>	<b>2.243.352,00</b>	<b>4.479.468,00</b>

Conforme se depreende da tabela acima, a ocorrência de baixas antecipadas (pré-pagamento) de Direitos de Crédito integrantes da carteira da Cedente e que poderão compor a Carteira corresponde a valor superior ao triplo do valor correspondente às baixas efetuadas no vencimento de Direitos de Crédito integrantes da carteira da Cedente. Tal fato decorre da possibilidade da Cedente, por livre iniciativa, realizar operações com os Sacados, com o objetivo de antecipar o recebimento dos valores relativos a Direitos de Crédito. Ou seja, a Cedente, no curso normal de suas atividades, pode, na medida em que entender aplicável, adiantar o recebimento de Direitos de Crédito não cedidos ao Fundo.

A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos de Crédito Adquiridos, como regra geral, não deverá ocasionar perdas ao Fundo, uma vez que, mediante a realização de pré-pagamento de um Direito de Crédito Adquirido por qualquer Sacado, o Fundo receberá antecipadamente os recursos originalmente devidos em virtude da titularidade do referido Direito de Crédito Adquirido, não havendo qualquer desconto.

## **6. A CEDENTE**

---

## **A CEDENTE**

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos na aquisição de Direitos de Crédito, os quais são de titularidade da Cedente e originados no âmbito de operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas entre a Cedente e seus clientes finais, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes à Globex, na condição de Cedente.

### **6.1. Introdução**

A Globex é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na CVM desde 1981 sob o n.º 6505, e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.041.260/0652-90. Sua sede fica na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, n.º 2000.

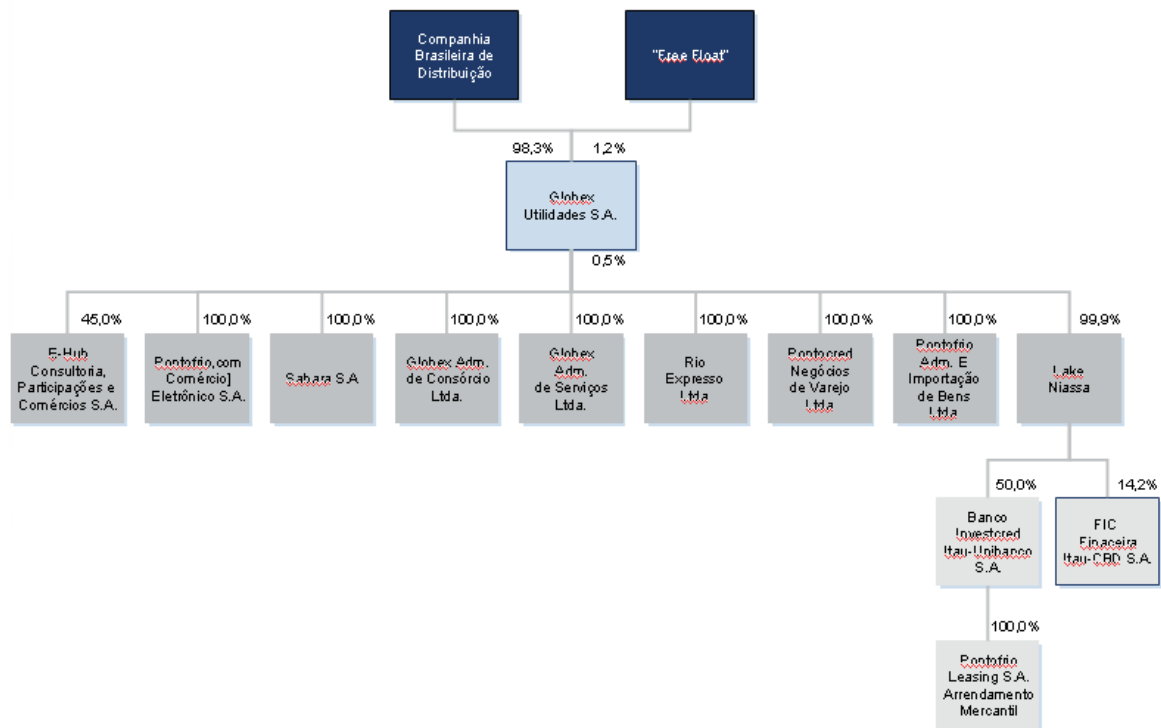
A Globex opera, desde sua criação, sob a marca “Ponto Frio” e é, atualmente, a segunda maior varejista com foco em eletro-eletrônicos e móveis do Brasil.

#### **Breve histórico e estrutura societária**

A Globex foi fundada em 1946 e, inicialmente, atuava no setor de importação para venda a atacado. No início da década de 1950, a Globex abriu sua primeira loja de varejo no Rio de Janeiro. A partir de então, começou o processo de expansão para a capital, Brasília, e os Estados de Goiás e Minas Gerais. Ao longo dos anos, a Globex conquistou espaço no mercado interno, marcando presença nos diversos estados brasileiros, por meio do crescimento próprio da sua rede de lojas, bem como mediante a aquisição de outras redes varejistas, o que demonstra sua tradição no mercado, sólida reputação e amplo reconhecimento da marca.

Na data de apresentação deste Prospecto Definitivo, a Globex era controlada pelo Grupo Pão de Açúcar, a qual era titular de ações ordinárias representando 98,77% (noventa e oito inteiros e setenta e sete centésimos por cento) do capital social da Globex.

O organograma abaixo representa a estrutura societária na qual a Globex estava inserida na data de apresentação deste Prospecto Definitivo:



### Atividades

A Globex tem como principais atividades a (a) importação, exportação, comércio e indústria de utilidades eletrodomésticas e de produtos manufaturados, semi-manufaturados, matérias primas, materiais secundários e material de construção, destinados a atender no campo de utilidades básicas e complementares, a todas as necessidades vitais, úteis ou meramente voluptuárias na órbita pessoal, doméstica, comercial ou industrial; (b) compra, venda, importação, fabricação e aprimoramento de produtos alimentícios, de matérias primas e produtos químicos, vegetais e minerais, de produtos eletrônicos em geral, de produtos de informática e de comunicação de dados, assim como a exploração de serviços de informática e de comunicação de dados; (c) compra, venda, importação, exportação e fabricação de roupas, adornos, enfeites, jóias e complementos de uso masculino ou feminino; (d) compra, venda, importação e fabricação de móveis, instalações, utilidades mecânicas, elétricas e demais complementos e acessórios de uso doméstico, comercial ou industrial, inclusive os destinados a recreação infantil; e (e) comércio, indústria, importação e exportação de artigos de ótica, fotografia e filmes fotográficos e cinematográficos, assim como os serviços atinentes a sua revelação.

A Globex, cuja atividade é exercida por meio da marca "Ponto Frio", está presente em todo território brasileiro (exceto na região Norte do Brasil). Na data deste Prospecto, a Globex possuía aproximadamente 457 (quatrocentas e cinquenta e sete) lojas, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, em regiões que representam aproximadamente 80% (oitenta por cento) do produto interno bruto nacional.

Além disso, a Globex opera por meio de suas lojas físicas e virtuais (Internet e Televendas), de atacado para pequenos e médios varejistas e do canal de vendas corporativas.

### Informações financeiras

O Anexo XIV deste Prospecto Definitivo contempla as demonstrações financeiras da Globex referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável.

As demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram auditadas e revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

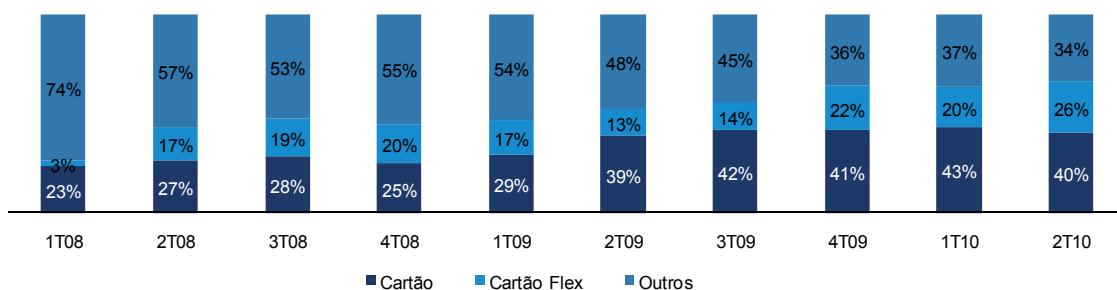
Ademais, seguem abaixo informações adicionais da Globex:

Margem Ebitda



Fonte: Companhia

Vendas de Cartão



### Breve comentário sobre o setor varejista no Brasil

As vendas reais do setor varejista têm apresentado taxas de crescimento positivas desde 2004 e confirmado a tendência de crescimento do setor, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, realizada pelo IBGE em todo o País.

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE realizada em novembro de 2009, o setor varejista brasileiro obteve um aumento de 9,8% (nove inteiros e oito décimos por cento) no volume de vendas no acumulado do ano. Além disso, o setor varejista registrou, em novembro de 2009, resultados positivos na relação "mês/mês anterior", tendo taxas de variação de 1,1% (um inteiro e

um décimo por cento) para o volume de vendas e de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) na receita nominal. Com referidos números, o setor varejista completou 7 (sete) meses consecutivos de crescimento no que diz respeito ao volume de vendas e 8 (oito) meses consecutivos para a receita nominal.

Para medir o desempenho do setor, o IBGE apura a receita bruta de revenda das empresas varejistas formais com 20 (vinte) ou mais pessoas ocupadas, totalizando nove 9.000 (nove mil) informantes em todo o País.

De acordo com o IBGE, no período analisado os 8 (oito) setores que compõem a taxa de desempenho do setor varejista tiveram aumento no volume de vendas. Em novembro de 2009, o segmento de “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” apresentou um aumento de 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento) no volume de vendas, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e foi responsável pela principal contribuição à taxa global do varejo, com participação de 46% (quarenta e seis por cento), e segunda maior influência na formação da taxa do varejo ampliado, com participação de 16% (dezesseis por cento). No período de 12 (doze) meses, o segmento registrou taxa de 7,7% (sete inteiros e sete décimos por cento). Este desempenho acima da média foi proporcionado, essencialmente, pelo aumento da massa real de salários (3,0% de variação sobre novembro de 2008, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, também realizada pelo IBGE, no que se refere à massa de rendimento real habitual dos ocupados) e pela estabilização dos preços dos alimentos (variação de 1,1% no período de 12 meses para o “Grupo Alimentação no Domicílio”, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplio - IPCA); aliados à ampliação do programa de transferência de renda, que tem no bolsa família o principal destaque.

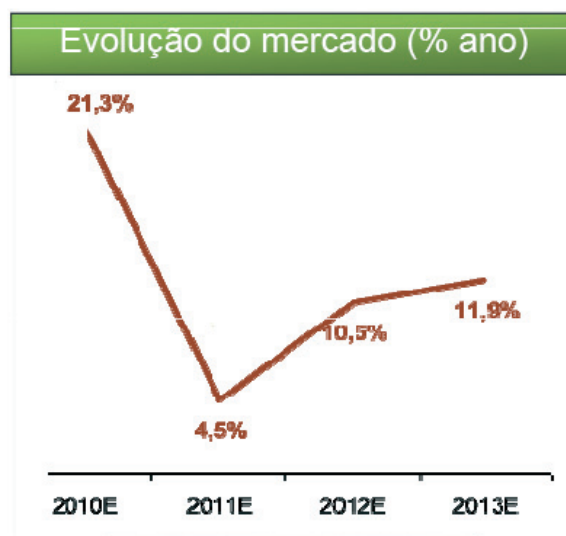
A atividade de “Móveis e eletrodomésticos”, com aumento de 13,9% (treze inteiros e nove décimos por cento) no volume de vendas em relação a novembro de 2008, foi responsável pelo aumento de 26% (vinte e seis por cento) e 9% (nove por cento) das taxas do varejo e do varejo ampliado, respectivamente. Esse resultado, o primeiro em 10 (dez) meses a superar a média do setor varejista, foi uma consequência, segundo o IBGE, inclusive, mas não se limitando, da melhoria do crédito e da queda dos preços da chamada linha branca, proporcionada pela redução do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI. Em termos acumulados, no entanto, o segmento revelou, segundo o IBGE, uma das menores taxas setoriais de desempenho: 0,7% (sete décimos por cento) no acumulado do ano e 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) no período de 12 (doze) meses anteriores a novembro de 2009, consequência de 5 (cinco) meses de resultados negativos assinalados no 1º semestre de 2009.

A evolução de vendas do segmento em 2010, conforme demonstrado pela Globex, revelou um crescimento aproximado de 26,3% no conceito “mesmas lojas” da Globex, Casas Bahia e Extra Eletro, em comparação com o 1º (primeiro) semestre de 2009, conforme abaixo demonstrado:

Histórico de Receita	Vendas Brutas Totais 1S10 (R\$ mi)	Crescimento mesmas lojas (SSS) 1S10/09
	6.562	22,0%
	2.136	36,3%
	248	23,3%
Total	8.946	26,3% <sup>(1)</sup>

(1) Número Proforma

Ainda, no segmento de "Eletroeletrônico, Eletrodoméstico e Móveis", o gráfico abaixo demonstra o crescimento estimado pela Tendências Consultoria, para os próximos anos.



Fonte: Tendências Consultoria

Os outros segmentos que compõem o setor varejista (não ampliado), na Pesquisa Mensal do Comércio, são: "Combustíveis e lubrificantes"; "Tecidos, vestuário e calçados"; "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria"; "Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação"; "Livros, jornais, revistas e papelaria"; e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico".

#### O Grupo Pão de Açúcar

A Globex é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição, empresa integrante do Grupo Pão de Açúcar.



O Grupo Pão de Açúcar é um dos maiores varejistas de alimentos do Brasil, com base em receita bruta e em número de lojas e tinha, em 31 de dezembro de 2009, 1.080 (hum mil e oitenta) lojas em 19 (dezenove) estados e no Distrito Federal. Em 2009, seu faturamento bruto foi de aproximadamente R\$ 26 bilhões. O Grupo Pão de Açúcar está entre os líderes de mercado no setor varejista de alimentos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza. Fazem parte do Grupo Pão de Açúcar as redes "Pão de Açúcar", "CompreBem", "Sendas", "Extra", "Assai" e as lojas "Ponto Frio".

As estratégias de negócios do Grupo Pão de Açúcar compreendem a atuação nos segmentos (a) Varejo alimentar; (b) Diversificação integrada (Eletro – lojas físicas); (c) Canais virtuais; (d) *Real Estate*; e (e) Sustentabilidade.

Desde que a Globex se tornou parte do Grupo Pão de Açúcar, diversas medidas foram adotadas pelo novo controlador para aumentar as vendas das lojas "Ponto Frio". Neste sentido, grupos de trabalhos formados por funcionários do Grupo Pão de Açúcar e da Globex têm trabalhado em conjunto para mapear oportunidades de sinergia existentes. Os primeiros resultados desse trabalho e das decisões tomadas no âmbito dos referidos grupos foram percebidos principalmente a partir de setembro de 2009, quando foi registrado crescimento das vendas da Globex.

#### *Outras informações relevantes*

##### Associação com as Casas Bahia

Em 4 de dezembro de 2009, a Casas Bahia e a Companhia Brasileira de Distribuição, por meio da Mandala, celebraram um acordo de associação. Segundo referido acordo, a Companhia Brasileira de Distribuição e a Casas Bahia integrarão seus respectivos negócios no setor de varejo de bens duráveis, assim como unificarão os negócios de comércio eletrônico de bens duráveis atualmente desenvolvidos pela Globex.

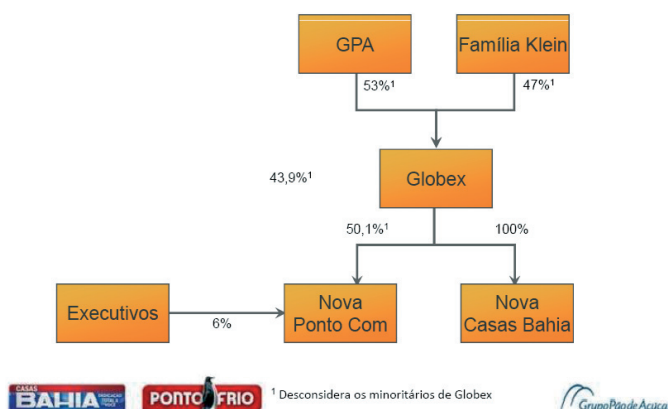
Para a integração societária entre a Companhia Brasileira de Distribuição e a Casas Bahia, a Companhia Brasileira de Distribuição transferirá para a Globex todos os estabelecimentos comerciais onde atualmente são operados negócios de varejo de bens duráveis, exceto os negócios relativos à comercialização de bens duráveis operados pela Companhia Brasileira de Distribuição em seus supermercados e hipermercados, os quais não integram a associação entre a Companhia Brasileira de Distribuição e a Casas Bahia.

A Casas Bahia constituirá uma nova sociedade mediante a conferência, pelo seu valor patrimonial contábil, dos seus ativos e passivos operacionais, incluindo os empregados, bens e direitos de propriedade intelectual das Casas Bahia e dívida líquida no valor de aproximadamente R\$ 950 milhões, relacionados com o negócio objeto da associação. Todavia, não serão transferidos os seguintes ativos e passivos: (i) todos os imóveis de propriedade das Casas Bahia; (ii) a participação societária titulada por Casas Bahia na Indústria de Móveis Bartira Ltda., correspondente a 75% de seu capital social; (iii) as participações societárias em sociedades exclusivamente patrimoniais, não

operacionais; (iv) as aeronaves e hangares; (v) uma parcela da carteira de créditos no valor de R\$ 1.067.273.000,00; e (vi) determinados passivos e provisões identificados pelas partes.

Cada uma das partes permanecerá responsável pelos passivos inerentes aos seus respectivos negócios decorrentes de fatos e atos anteriores à implementação da associação entre a Companhia Brasileira de Distribuição e a Casas Bahia, tendo cada uma delas oferecido garantias do cumprimento de suas obrigações de indenizar.





Após a conclusão da transferência dos ativos e passivos acima descrita, a Companhia Brasileira de Distribuição e a Casas Bahia farão com que a totalidade do capital social da nova sociedade constituída pela Casas Bahia seja transferida para o patrimônio da Globex, por meio de incorporação das ações de emissão da nova sociedade ao patrimônio de Globex ou mediante a adoção de outra estrutura que as partes, de comum acordo, entendam ser mais eficiente. A Globex permanecerá como companhia aberta, com seus valores mobiliários negociados na BM&FBOVESPA e a estrutura societária deverá passar a ser a seguinte:




A Companhia Brasileira de Distribuição e a Globex, em atendimento a Lei das Sociedades por Ações, publicaram, em 1º de julho de 2010, fato relevante ao mercado, comunicando aos seus acionistas a celebração com a Casas Bahia e os sócios da Casas Bahia, na referida data, de aditivo ao acordo de associação celebrado em 4 de dezembro de 2009. Em referido aditivo, as partes reviram certas condições para a associação entre Globex e Casas Bahia, no tocante (i) à integração dos negócios de Globex e Casas Bahia no setor de varejo de bens duráveis, incluindo os negócios de varejo de bens duráveis conduzidos pela Companhia Brasileira de Distribuição em suas lojas Extra-Eleto, e (ii) à integração dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis atualmente explorados por Globex, Casas Bahia e Companhia Brasileira de Distribuição, bem como foram definidas as etapas necessárias para a implementação da associação.

Com esta associação, estima-se que a Companhia Brasileira de Distribuição passe a contar com 1.582 (mil quinhentas e oitante e duas) lojas e um faturamento de cerca de R\$ 40 bilhões.

A Casas Bahia e a Globex possuíam, em 9 de setembro de 2010, 9,2 milhões de clientes com R\$16 bilhões de crédito disponível, conforme demonstrado no quadro abaixo:





<u>Crédito</u>			 +	 +
CARTÃO DE CRÉDITO PRIVATE LABEL (Bradesco + FIC): Poder de escolha e status social.				
Milhões de cartões ativos		4,7	4,5	Grande potencial
% participação nas vendas brutas		17 - 20%	27 - 35%	
TOTAL DE CRÉDITO DISPONÍVEL NA BASE DE CARTÕES				R\$ 16,0 bi

A área de armazenagem da “nova Globex” atingia, em 9 de setembro de 2010, 900mil m<sup>2</sup> e estava dividida da seguinte forma:

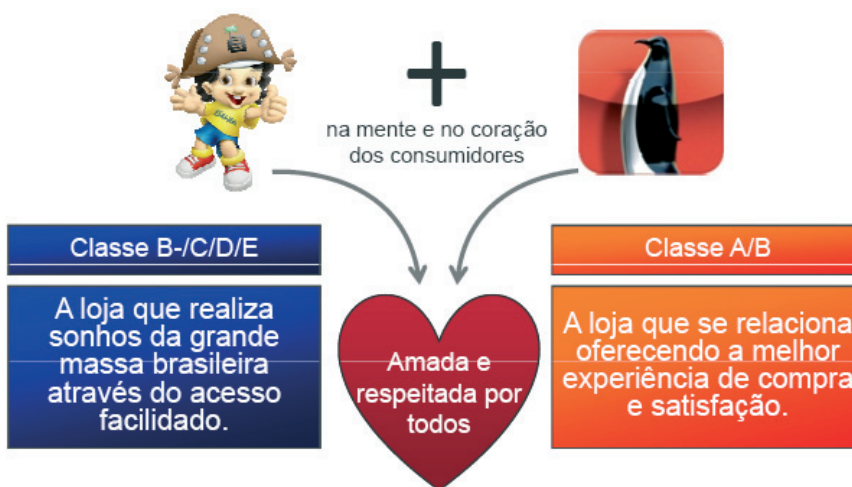
<u>Centrais de distribuição</u>			 +
	10	15	25
Área de armazenagem (mil m <sup>2</sup> )	700	200	900
(milhões m <sup>3</sup> )	8,4	2,4	10,8
Entregas / média mensal	950 mil	170 mil	1.120 mil
Montagens / média mensal	460 mil	55 mil	515 mil
Entregas / dezembro (pico)	1.300 mil	230 mil	1.530 mil
Montagens / dezembro (pico)	650 mil	70 mil	720 mil

Além da operação de varejo, a “nova Globex” possuía, em 9 de setembro de 2010, 25% da Indústria de Móveis Bartira Ltda., com aproximadamente 2 mil colaboradores.

Fábrica de móveis -  
Bartira

			 +
			
Maior fábrica da América Latina 3ª maior do mundo	Mais de 4 milhões de peças produzidas em 2009	Alto potencial de crescimento	
Cerca de 2 mil colaboradores			

As principais diretrizes para diferenciação das marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia" são:



A Globex, em atendimento a Lei das Sociedades por Ações, publicou, em 25 de outubro de 2010, fato relevante ao mercado, comunicando aos seus acionistas a proposta de incorporação, pela Globex, da totalidade das ações de emissão da Casas Bahia, utilizando-se o valor patrimonial contábil das ações da Casa Bahia em 30 de junho de 2010, por meio de aumento de capital da Globex em R\$1.468.900.000,00 (um bilhão, cento e sessenta e oito milhões e novecentos mil reais), com a emissão de 151.663.259 novas ações da Globex. Referida incorporação de ações dependerá da realização de Assembleia Geral Extraordinária da Casas Bahia e de Assembleia Geral Extraordinária da Globex para, dentre outras matérias, aprovar a incorporação das ações da Casas Bahia pela Globex.

## 6.2. Experiência profissional em outras operações de securitização

A Globex não possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis ou atuou como cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios. Na data de elaboração deste Prospecto Definitivo, a Globex não figurava como cedente em qualquer fundo de investimento em direitos creditórios registrado na CVM.

## **7. OS SACADOS**

---

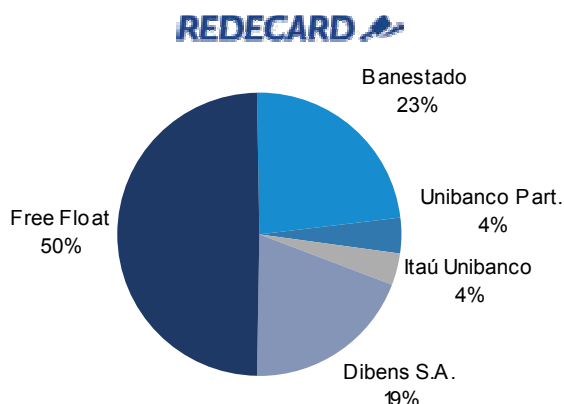
## OS SACADOS

Tendo em vista que o pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos deverá ser realizado pelos Sacados, a presente Seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes aos Sacados que, individualmente, de acordo com a política de investimento do Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, são ou poderão ser responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito Adquiridos, exceto para a Amex que, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos não poderá corresponderá a percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

### 7.1. Redecard

A Redecard é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na CVM sob n.º 20.893, e é uma das companhias líderes da indústria de cartões de pagamento no mercado brasileiro e a principal credenciadora das bandeiras “MasterCard” e “Diners Club International” no Brasil. A Redecard é responsável pelo credenciamento de estabelecimentos para aceitação de cartões de pagamento, bem como pela captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito das bandeiras referidas acima.

O principal acionista da Redecard é o Grupo Itaú Unibanco, que detém 50% (cinquenta por cento) do capital social da Redecard. O organograma abaixo representa a estrutura societária na qual a Redecard estava inserida na data de apresentação deste Prospecto Definitivo:



Além das atividades de credenciamento de estabelecimentos e captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito, a Redecard oferece outros produtos e serviços aos seus clientes, tais como o aluguel dos equipamentos para captura eletrônica de transações (POS), a antecipação de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, referentes às vendas por eles realizadas com cartões de crédito, o serviço de consulta de cheques por meio dos equipamentos utilizados para captura eletrônica de transações (POS), além dos serviços de captura e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e com cartões de lojas (*private label*).

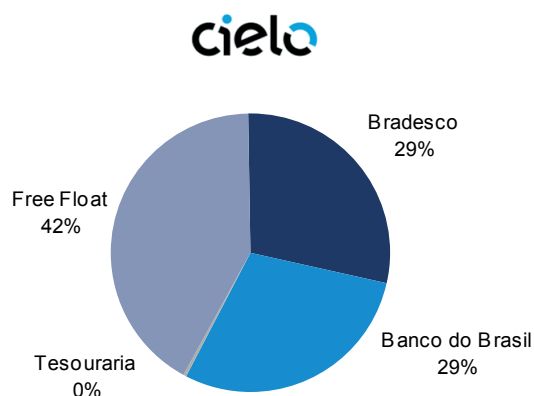
As demonstrações financeiras da Redecard referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas pela PriceWaterhouseCoopers, podem ser encontradas no *website* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no *website* da Redecard ([www.redecard.com.br/ri](http://www.redecard.com.br/ri)).

## 7.2. Cielo

A Cielo é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na CVM sob n.º 21.773, e se instalou no Brasil em 1995. Em 2007, a Cielo era uma das companhias líderes da indústria de cartões de pagamento no mercado brasileiro. A Cielo possui, ainda, uma das maiores coberturas no território nacional, estando presente em quase todo o território nacional.

A Cielo é a única credenciadora, no Brasil, da bandeira “Visa”, sendo responsável pelo credenciamento de estabelecimentos e gestão de rede para aceitação de cartões de pagamento da bandeira “Visa” no Brasil, bem como pela captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito da bandeira “Visa”. A Cielo também realiza a instalação e manutenção dos equipamentos de captura que aluga para os estabelecimentos por ela credenciados.

Entre os principais acionistas da Cielo, vale mencionar as sociedades dos conglomerados financeiros do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, que estão entre os maiores emissores de cartões da bandeira “Visa” no Brasil em termos de volume financeiro de transações, e estão classificados entre os maiores bancos de varejo do Brasil em termos de número de agências, segundo dados do Banco Central. O organograma abaixo representa a estrutura societária na qual a Cielo estava inserida na data de apresentação deste Prospecto Definitivo:



Além dos produtos e serviços tradicionalmente oferecidos no mercado de meios eletrônicos de pagamento, a Cielo também oferece soluções em segmentos que tenham sinergia com suas atividades, atuando na oferta de infra-estrutura de rede para correspondente bancário, recarga de celular, *voucher* eletrônico e plataforma “Troco-Fácil”, bem como na captura e no processamento de transações eletrônicas que não envolvem pagamento, como a conectividade e a autorização de transações no segmento de saúde.

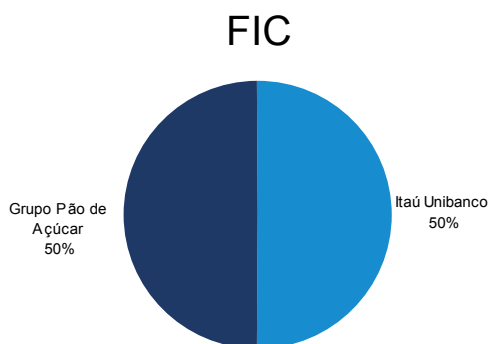
As demonstrações financeiras da Cielo referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas por Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, podem ser encontradas no *website* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no *website* da Cielo ([www.cielo.com.br/ri](http://www.cielo.com.br/ri)).

### 7.3. FIC

A FIC iniciou suas operações em abril de 2005 e, desde então, atua na estruturação e na comercialização de produtos e serviços financeiros.

A FIC é resultado da associação firmada, em 27 de outubro de 2004, entre o Itaú Unibanco e o Grupo Pão de Açúcar, com o objetivo de estruturar e disponibilizar aos clientes do Grupo Pão de Açúcar produtos e serviços financeiros, com exclusividade, incluindo, dentre outros, o oferecimento de cartões de crédito *private label* (para uso restrito nas nossas lojas), cartões com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor, garantia estendida e empréstimo pessoal, com unidades de atendimento financeiro instaladas nas lojas do Grupo Pão de Açúcar.

O controle acionário da FIC é dividido entre o Itaú Unibanco e o Grupo Pão de Açúcar, conforme demonstrado no organograma abaixo:



A associação contempla as lojas de todos os formatos e bandeiras ora operadas ou detidas pelo Grupo Pão de Açúcar, direta ou indiretamente, incluindo supermercados, hipermercados, lojas de conveniência, lojas para comercialização de eletroeletrônicos, lojas de "atacarejo", postos de combustível, drogarias e comércio eletrônico (internet). A inclusão de lojas que venham a ser adquiridas ou novos negócios que venham a ser desenvolvidos pela Globex ou suas controladas no escopo da associação dependerá de negociação entre as partes.

A gestão operacional da FIC é de responsabilidade do Itaú Unibanco, a qual incorporou as atividades de estruturação e comercialização de produtos financeiros para clientes da Globex, anteriormente exercidas pelo Banco Investcred Unibanco S.A., e correlatos para os clientes do Grupo Pão de Açúcar.

A FIC já conta com mais de 200 (duzentas) lojas dentro dos varejistas Pão de Açúcar, Extra, Extra Eletro, CompreBem e Sendas. A parceria com o Grupo Pão de Açúcar prevê a oferta de produtos e



serviços financeiros aos clientes destes varejistas, com o objetivo de aumentar as vendas e manter um programa de fidelidade com os clientes.

As demonstrações financeiras da FIC referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas por PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, constam do Anexo XV a este Prospecto Definitivo, nas páginas 421 a 429.

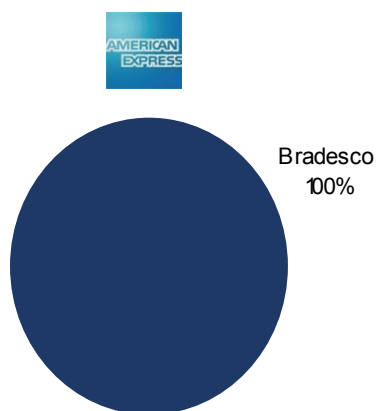
#### **7.4. Amex**

A Amex está presente em mais de 52 (cinquenta e dois) países como emissora de cartões de crédito, sendo que seus cartões são aceitos em mais de 175 (cento e setenta e cinco) países.

Possui mais de 400 mil (quatrocentos mil) estabelecimentos comerciais cadastrados para utilizar os cartões de crédito da Amex no Brasil

A Amex está presente no Brasil desde 1980 e em 18 de maio de 2006 associou-se ao Banco Bradesco S.A..

O organograma abaixo representa a estrutura societária na qual a Amex estava inserida na data de apresentação deste Prospecto Definitivo:



## **8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

## **RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

### **8.1. Informações sobre as partes**

#### *8.1.1. O Administrador*

O Fundo é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31, que é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

O Administrador é controlado diretamente pelo Itaú Unibanco, que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos percentuais) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no País.

O Administrador oferece serviços de administração fiduciária visando a atender às necessidades de controle e acompanhamento da gestão própria ou terceirizada de seus clientes. Estes serviços compreendem a administração legal de fundos de investimento, incluindo as atividades de supervisão, monitoramento, compliance e controle da adequação dos investimentos e aplicações aos limites estabelecidos na legislação aplicável e normas e diretrizes fixadas na política de investimento.

O Administrador exerce suas atividades buscando sempre as melhores condições para os fundos de investimentos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses do cliente, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com ele mantida.

Exerce, ou diligencia para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades de administração dos ativos dos seus clientes, ressalvado o que dispuser a mesma sobre a política relativa ao exercício de direito de voto com relação a participações acionárias.

O Administrador presta todos os serviços previstos pela legislação pertinente e atribuídos a um administrador, em especial os serviços previstos na Instrução CVM n.º 409/04.

Em junho de 2010, atuando exclusivamente na atividade de administração fiduciária de fundos de investimento em direitos creditórios, o Administrador atingiu o volume de R\$ 3,1 bilhões de ativos sob sua supervisão (*"under servicing"*).

#### *8.1.2. O Custodiante*

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos.

O Itaú Unibanco tem profundo conhecimento do mercado financeiro local, ampla gama de clientes e grande capilaridade, o que potencializa sua capacidade de atuação como Custodiante do Fundo. Atua, de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo um leque completo de soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Na data deste Prospecto Definitivo, os clientes do Itaú Unibanco contam com mais de 3.900 (três mil e novecentos) pontos de atendimento e 32.700 (trinta e dois mil e setecentos) caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Itaú Unibanco atua há mais de 10 (dez) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Itaú Unibanco a conquistar o prêmio de único custodiante local "Top Rated" no Brasil e "Best in Class" em 9 (nove) das 10 (dez) categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Itaú Unibanco obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

#### Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que (a) reduz consideravelmente seus custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades, e (b) ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação do Custodiante com os seus clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A "Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais" do Custodiante subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú Unibanco, representada pelo "Centro Técnico e Operacional", para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O "Centro Técnico e Operacional" mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras de investimento sob a responsabilidade do Custodiante, suas Partes Relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente utilizam uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### Políticas de compliance e controles internos

A “Área de Mercado de Capitais” do Custodiante possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para o acompanhamento da regulamentação aplicável.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente recertificados pela norma ISO 9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

#### *8.1.3. O Distribuidor Líder*

O Banco Itaú BBA S.A. é um banco de atacado brasileiro, com ativos na ordem de R\$ 174 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 11,9 bilhões em 31 de março de 2010. O banco faz parte do Grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

A área de *Investment Banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com o ranking ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, com participações de mercado de, respectivamente, 26% (vinte seis por cento), 20% (vinte por cento), 19% (dezenove por cento), 24% (vinte e quatro por cento), 46% (quarenta e seis por cento) e 24% (vinte e quatro por cento). Ainda, em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio “World’s Best Investment Banks”, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de “Melhor Banco de Investimento da América Latina”, concedido pela “The Banker”. Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de “Best Local Investment Bank in Brazil”. Recebeu ainda o prêmio de “Best Corporate Bond of the Year”, concedido pela participação como *joint-bookrunner* na emissão de Senior Notes pela Telemar.

No mercado de renda fixa local, em 2009, as participações em emissões de debêntures e notas promissórias totalizaram R\$ 9,3 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do Grupo OHL Brasil (R\$1,4 bilhão, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$548 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (R\$600 milhões), da Alupar (R\$250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$810 milhões), da Companhia Energética do Ceará - Coelce (R\$245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A. (R\$2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$ 700 milhões, por meio de 3 concessionárias do grupo), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$100 milhões), da Companhia Energética do Ceará (Coelce) (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (R\$650 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (R\$120 milhões), duas emissões para CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$180 milhões e R\$200 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC CEEE IV-D (R\$130 milhões), e, nos anos anteriores, FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões) e CRI da BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

No segmento de renda fixa internacional, em 2009, o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 8 (oito) ofertas de *bonds* de empresas latino-americanas, cujo montante total alcançou US\$4,75 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú BBA atuou como *bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Marfrig (US\$500 milhões, do Banco Panamericano (US\$500 milhões), de Globo Participações (US\$325 milhões), de Itaú Unibanco (US\$ 1 bilhão), do Banco ABC Brasil (US\$300 milhões), de Magnesita (US\$400 milhões), do Banco Daycoval (US\$300 milhões), de BR Foods (US\$750 milhões), de Banco Votorantim (US\$750 milhões), de BicBanco (US\$275 milhões), de Gerdau (US\$1,25 bilhão), CSN (US\$750 milhões), Votorantim (US\$1.0 bilhão) e Arcos Dorados (US\$450 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de

assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No ranking ANBIMA, o banco terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% (cinquenta e oito por cento) das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 (vinte quatro) operações realizadas com um volume total de R\$12,9 bilhões.

## **8.2. Relacionamento entre as partes**

Além do relacionamento referente à Oferta, as partes mantêm relacionamento nos termos dos itens a seguir.

### *8.2.1. Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante*

O Administrador e o Custodiante integram o mesmo conglomerado financeiro, controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Administrador é controlado diretamente pelo Custodiante, que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos) das quotas representativas do seu capital social.

Na data deste Prospecto Definitivo, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações: (a) o Custodiante foi contratado pelo Administrador para a prestação de serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, nos termos do Contrato de Custódia (para informações adicionais sobre o Contrato de Custódia, vide Seção 4, item "4.44 - Controladoria, Custódia Qualificada e Escrituração das Quotas", na página {50} deste Prospecto Definitivo); e (b) o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada de ativos integrantes das carteiras de investimento de outros fundos de investimento em direitos creditórios administrados pelo Administrador, quais sejam, (i) "BMG FIDC - Créditos Consignados VI", (ii) "BMG FIDC Consignados Públicos VII", (iii) "CEMIG - FIDC Conta CRC", (iv) "FIDC CESP II", (v) "FIDC CESP III", (vi) "FIDC EMAE – Energia", (vii) "FIDC Energisa", (viii) "FIDC Panamericano Veículos I", (ix) "FIDC NP Alemanha Multicarteira", (x) "FIDC NP América Multicarteira" e (xi) "JP Morgan FIDC NP Multicarteira e Logística FIDC-NP". As prestações de serviços referidas no inciso (b) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento em direitos creditórios celebrados entre o Administrador e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm

prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento em direitos creditórios, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 28 de junho de 2005 e o último em 29 de maio de 2009. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% (quatro centésimos por cento) a 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

#### *8.2.2. Relacionamento do Administrador e do Custodiante com a Globex e os demais prestadores de serviços do Fundo*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento societário com a Globex e os demais prestadores de serviços do Fundo.

Na data deste Prospecto Definitivo, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Globex além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo.

A Globex, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante e suas Partes Relacionadas. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros. Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira do Pão de Açúcar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, cujas sociedades cedentes integram o Grupo Pão de Açúcar.

#### *8.2.1. Relacionamento do Distribuidor Líder com o Administrador*

O Distribuidor Líder e o Administrador são sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detém, indiretamente, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das cotas representativas do capital social do Administrador e detém, diretamente ou indiretamente, 100% (cem por cento) das ações com direito de voto do capital social do Distribuidor Líder.

O Administrador é uma instituição validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada pela CVM a participar do mercado de capitais brasileiro como administradora de fundos de investimento e administradora de carteiras de títulos e valores mobiliários. Por sua vez, o Distribuidor Líder é o banco de atacado do Grupo Itaú Unibanco, cujas principais atividades estão concentradas nas áreas de clientes corporativos, tesouraria, internacional e *investment banking*.

Na data deste Prospecto Definitivo, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Distribuidor Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Distribuidor Líder atuar como coordenador em distribuições públicas de quotas de fundos de investimento administrados pelo Administrador.



### 8.2.2. *Relacionamento entre o Distribuidor Líder e a Cedente*

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto Definitivo, a Cedente ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Distribuidor Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto Definitivo, as seguintes operações:

(i) serviços de *cash management*, especificamente: (a) Cobrança Bancária, contratada em 2006 por prazo indeterminado, e volume médio mensal de R\$ 92 milhões; (b) Recolhimento de Valores (numerário), contratado em 1999 por prazo indeterminado, e volume médio mensal de R\$ 400 milhões; (c) Folha de Pagamentos, contratado em 2004 por prazo indeterminado, para atender aproximadamente 63 (sessenta e três) mil funcionários, e volume médio mensal de R\$ 78 milhões; (d) Pagamento de Fornecedores e Tributos, contratado em 1999 por prazo indeterminado, e volume médio mensal de R\$ 2 bilhões;

(ii) Aplicações Financeiras em CDBs e/ou operações compromissadas, com prazos de vencimento e remuneração variados, e valor total aproximado de R\$ 358 milhões;

(iii) operações de Fiança bancária, contratadas a partir de 2006 e vencimento indeterminado, e valor total aproximado de R\$ 383 milhões;

(iv) operações de Finame, contratadas a partir de 2007 e vencimento final em 2011, indexadas à TJLP, e valor total aproximado de R\$ 4 milhões;

(v) operações de Leasing, contratadas a partir de 2008 e vencimento final em 2013, indexadas ao CDI, e valor total aproximado de R\$ 31 milhões;

(vi) operações de Cessão de Crédito, contratadas ao longo de 2010 e vencimento final em 2010, com indexador pré-fixado, e valor total aproximado de R\$ 37 milhões;

(vii) operação de *Swap*, contratada em 25 de junho de 2007 e com vencimento em 01 de março de 2013, com empresa ativa em taxa pré-fixada e passiva em CDI, e notional de R\$ 780 milhões;

(viii) posição, na carteira própria, de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da sétima emissão da Companhia Brasileira de Distribuição, emitida em 15 de junho de 2009 e vencimento em 05 de junho de 2011, e valor aproximado de R\$ 226 milhões;

(ix) Apólices de Seguros: (a) Patrimonial, com vigência de 30 de novembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, e cobertura básica (incêndio) de R\$ 206 milhões; (b) D&O (*Directors and Officers*), com vigência de 23 de novembro de 2009 a 23 de novembro de 2010, e cobertura de US\$ 50 milhões; (c) Transporte, com vigência de 01 de novembro 2009 a 01 de novembro de 2010, e cobertura para transporte nacional e internacional de aproximadamente R\$ 9,5 milhões.

(x) Reservas em Previdência Privada Aberta, referente a contribuições das empresas do Grupo Pão de Açúcar e dos seus funcionários, em valor aproximado de R\$ 25 milhões; e

(xi) Acordo de Associação na FIC, com vigência até 28 de setembro de 2029, para exploração de serviços financeiros para os clientes de todos os formatos e bandeiras operadas ou detidas pelo Grupo Pão de Açúcar, direta ou indiretamente, incluindo supermercados, hipermercados, lojas de conveniência, lojas para comercialização de eletroeletrônicos, lojas de “atacarejo”, postos de combustível, drogarias e comércio eletrônico (internet).

#### *8.2.3. Relacionamento dos Sacados com o Administrador e o Custodiante*

Na data deste Prospecto Definitivo, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com os Sacados.

Os Sacados, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante e suas Partes Relacionadas. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

#### *8.2.4. Relacionamento entre os Sacados e a Cedente*

Os Sacados, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com a Cedente, nos termos a seguir:

##### Cielo

“Contrato de Afiliação ao Sistema Visanet”, firmado em 1º de junho de 1999, por prazo indeterminado, pelo qual a Cedente aderiu ao sistema Visanet, passando a Cielo a atuar na intermediação do relacionamento entre a Cedente e os usuários dos cartões de crédito da bandeira “VISA” que sejam clientes da Cedente e realizem operações de compra e venda de produtos e serviços nos estabelecimentos da Cedente.

##### Amex

“Contrato de Afiliação de Estabelecimento”, firmado em 3 de maio de 2004, por prazo indeterminado, pelo qual a Cedente filiou-se ao Sistema de Cartões de Crédito American Express, e se comprometeu a aceitar os cartões de crédito da Amex como meio de pagamento das operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas nos estabelecimentos da Cedente.

##### Redecard

“Contrato de Credenciamento e Adesão de Estabelecimento ao Sistema Redecard”, firmado entre a Cedente e a Redecard, por prazo indeterminado, visando à prestação de serviço à Cedente, por parte

da Redecard, de administração e garantia de operações com cartão de crédito e/ou outros produtos da Redecard, bem como de fornecimento de máquinas para a captura das operações com cartão de crédito realizadas nos estabelecimentos da Cedente, nos termos do contrato registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 438.401, em 27 de fevereiro de 1997.

#### FIC

“Contrato de Parceria Comercial para Emissão de Cartões de Crédito Flex”, firmado em 19 de outubro de 2007, por prazo indeterminado, o qual estabeleceu as regras gerais para o lançamento e comercialização de cartões de crédito, emitidos e administrados pela FIC, e que tem como mercado alvo os clientes da Cedente.

### **8.3. Conflito de interesses**

Na data deste Prospecto Definitivo não havia nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo que poderia, de alguma forma, resultar em um conflito de interesses entre os participantes do Fundo, além daquelas mencionadas no item “Relacionamento entre as partes”, bem como não havia conflitos de interesse entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, controladoria, custódia qualificada e escrituração e administração do Fundo, quer seja em relação à Cedente, ao Administrador, ao Distribuidor Líder e/ou ao Custodiante, além de eventuais conflitos de interesse decorrentes das relações mencionadas acima. Ademais, na data deste Prospecto Definitivo, os prestadores de serviço do Fundo possuíam completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

## **9. ANEXOS**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO I**

---

Sumário dos contratos da operação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO I**

### **Sumário dos contratos da operação**

*Para fins do disposto neste Anexo I, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Anexo I, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Prospecto Preliminar, do qual este Anexo I é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

#### **I.1. - Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito**

O "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito, Conciliação, Cobrança e Depósito de Direitos de Crédito e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e a Globex, com a interveniência do Custodiante. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelece os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo e disciplina as Funções Operacionais.

#### **I.2. - Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos**

O "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e a Globex. O Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos regula, entre outras, as obrigações da Globex relacionadas à prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os Procedimentos de Cobrança.

#### **I.3. - Contrato de Custódia**

O "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Globex. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01.

#### **I.4. – Contrato de Distribuição**

O "Contrato de Prestação de Serviços de Estruturação e de Colocação de Quotas Sênior da Primeira Emissão do Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil", a ser celebrado entre o Fundo, o Distribuidor Líder, o Administrador e a Cedente. O Contrato de Distribuição estabelece, entre outras, as obrigações do Distribuidor Líder como responsável pela coordenação da Oferta.

#### **I.5. – Contrato de Escrituração**

O "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Agente Escriturador. O Contrato de Escrituração estabelece, entre outras, as obrigações do Agente Escriturador como responsável pela escrituração das Quotas, para fins de cumprimento do disposto no artigo 11 da Instrução CVM n.º 356/01.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO II**

---

Cópia do instrumento de constituição do Fundo e que aprovou a realização da Primeira Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

26 MAR 2003 380535

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

1. Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
  - a. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios padronizado nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.927, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 356/01"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL** ("Fundo");
  - b. aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("Regulamento");
  - c. nomear o Sr. Nilvio Ventura Fecchio, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 17.410.677 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 094.378.158-28, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
  - d. assumir as funções de administração do Fundo e de gestão da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira");
  - e. aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo:
    - (i) Banco Itaú S.A., para ser responsável pela custódia qualificada dos ativos integrante da Carteira, controladoria do Fundo e escrituração das quotas emitidas pelo Fundo;
    - (ii) KPMG Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e
    - (iii) Fitch Ratings Brasil Ltda., para ser responsável pela classificação de risco das quotas sênior de emissão do Fundo;

26 MAI 2003 003380535

REGISTRADO

- f. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo ("Primeira Emissão"), composta por 600.000 (seiscentas mil) quotas sênior ("Quotas Sênior") e 60.000 (sessenta mil) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas", sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas referidas em conjunto como "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Quotas terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Quotas corresponderá a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de R\$ 660.000.000,00 (seiscentos e sessenta milhões de reais). As Quotas terão as características e os direitos definidos no Regulamento e no suplemento ao Regulamento referente à Primeira Emissão ("Suplemento") ora aprovados, que seguem anexos ao presente instrumento de constituição. As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM n.º 400/03", respectivamente), a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados (conforme definidos no Regulamento); (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente pela Globex Utilidades S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.041.260/0652-90. As Quotas serão objeto de colocação exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e/ou no mercado de balcão organizado. As Quotas Sênior serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e para negociação no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior (*Benchmark*) será definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Distribuidor Líder (conforme abaixo definido), na forma da regulamentação aplicável (Procedimento de *Bookbuilding*);
- g. aprovar a contratação do Banco Itaú BBA S.A., para ser responsável pela coordenação da Oferta ("Distribuidor Líder");
- h. Aprovar o Suplemento, o qual segue anexo a este instrumento de constituição como parte integrante e inseparável do Regulamento; e
- i. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 e pela Instrução CVM n.º 400/03, para a obtenção (i) do registro de funcionamento do Fundo e (ii) do registro da distribuição pública das Quotas Sênior.

26 MAI 003380535

REGISTRADO

2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo e aprovação da Primeira Emissão, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Silvio M. Uchoa Junior  
Gerente de Negócios Jurídicos

São Paulo, 25 de maio de 2010.

Marcel Rocha Broglio  
INTRAG DTVM  
CPF: 289.362.018-41

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos**  
**e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.896/0001-25**  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	6.636,66	Protocolado sob nº	3380535	em	26/05/2010
ESTADO	1.888,23	Registrado e microfilmado sob nº	3380535		
IPESP	1.397,20	do Registro de Títulos e Documentos.			
R. CIVIL	349,30				
T.J.	349,30				
TOTAL	10.618,69				

São Paulo, 26 de maio de 2010

Bel. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho  
Antonio José da Silva Almeida  
Oficiais Substitutos

Selos e taxas  
Recolhidas p/ verba  
12090801

**OSEIAS FERREIRA NOBRE P**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO III**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REPUBLICA DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE REGISTRO E IMOBILIZAÇÃO

28 JUN 2010 09:37:56

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3380535; e
- (ii) Não houve, até esta data, subscrição de quotas do Fundo;

resolve:

- a. alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento");
- b. aprovar a nova versão do Regulamento, que segue anexa a este instrumento particular de alteração; e

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 28 de junho de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:   
Cargo: **Nilvo Ventura Fecchio**  
**Diretor**  
**INTRAG DTVM LTDA**

Por:   
Cargo: **Leandro Marini**  
**INTRAG DTVM LTDA**  
**DIRETOR**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO IV**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

14 JUL 2010 003385289

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("**Administrador**") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("**Fundo**"):

**CONSIDERANDO QUE:**

(i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3380535. O Regulamento foi alterado por meio de instrumento particular do Administrador, datado de 28 de junho de 2010, devidamente registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 28 de junho de 2010, sob o n.º 003.383.756; e

(ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

**resolve:**

- a. deliberar que (i) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400/03**"), havendo demanda por parte dos Investidores Qualificados (conforme definidos no regulamento do Fundo) que a justifique, o Administrador e a instituição intermediária líder da distribuição pública das quotas sênior da primeira emissão do Fundo ("**Primeira Emissão**" e "**Oferta**", respectivamente) poderão, de comum acordo, exercer opção para distribuição de lote suplementar de quotas sênior da Primeira Emissão em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de quotas sênior da Primeira Emissão originalmente ofertada no âmbito da Oferta ("**Lote Suplementar**"); e (ii) nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM 400/03, a quantidade de quotas sênior da Primeira Emissão objeto da Oferta poderá ser aumentada de comum acordo entre o Administrador e a instituição intermediária líder da Oferta, em até 20% (vinte por cento) da quantidade de quotas sênior inicialmente ofertada, sem prejuízo do exercício do Lote Suplementar ("**Quantidade Adicional**"). A distribuição do Lote Suplementar e da Quantidade Adicional observará as mesmas condições e preço das quotas sênior da Primeira Emissão inicialmente ofertadas;

14 JUL 2010 003385289

REGISTRADO

- b. alterar o suplemento ao regulamento do Fundo ("Regulamento") referente à Primeira Emissão ("Suplemento"), inclusive, mas não se limitando, para refletir a deliberação constante do item acima;
- c. alterar o Regulamento;
- d. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 14 de julho de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por: [Assinatura]  
Cargos: Luiz de Almeida Cardia  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 258.169.058-66  
RG: 17.870.255-8

Por: [Assinatura]  
Cargos: Márcio F. Merigue  
Gerente

**1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.895/0001-25**  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	277,00	Protocolado sob nº	3385291	em 14/07/2010
ESTADO	78,97	Registrado e autenticado sob nº	3385289	
IPESP	68,70	do Registro de Títulos e Documentos		
R.CIVIL	14,30	Análise sob nº	3385335	
T.J.	14,90			
TOTAL	445,43			

**São Paulo, 14 de julho de 2010.**  
Bel. Paulo Roberto do Carmo Rêgo - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira / Odilza Ferreira Nobre Filho  
Antonio José da Silva Almeida  
Oficiais Substitutos

Seixo e lacos  
Recolhidos p/verba  
12185673



**ANEXO V**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

15 JUL 2010 003385401

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**REGISTRADO**  
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO**  
**GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -**  
**CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

(i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3380535. O Regulamento foi alterado por meio de instrumentos particulares do Administrador devidamente registrados no mesmo 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, em 28 de junho de 2010 e 14 de julho de 2010, sob os n.º 003.383.756 e 003.385.289, respectivamente; e

(ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

resolve:

- a. alterar regulamento do Fundo ("Regulamento") e o suplemento ao regulamento do Fundo referente à Primeira Emissão ("Suplemento");
- b. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 15 de julho de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:

Cargo:

Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 254.474.378-62 (RG: 14.141.065-6)

Por:

Cargo:

Márcio F. Mergue  
Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO VI**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

13 SET 2003 90179

13 SET 2003 90179

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("**Administrador**") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("**Fundo**"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3380535 ("**Instrumento Particular**"); e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

**resolve:**

- a. alterar termos e condições da primeira emissão de quotas do Fundo ("**Primeira Emissão**") constantes do Instrumento Particular, para fazer constar que a Primeira Emissão será composta por 10.000 (dez mil) quotas sênior ("**Quotas Sênior**") e 1.250 (um mil e duzentas e cinquenta) quotas subordinadas ("**Quotas Subordinadas**", sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas referidas em conjunto como "**Quotas**"), correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Quotas terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Quotas corresponderá a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão o montante de R\$ 1.125.000.000,00 (um bilhão e cento e vinte e cinco milhões de reais). As Quotas terão as características e os direitos definidos no Regulamento e no suplemento ao Regulamento referente à Primeira Emissão ("**Suplemento**", que seguem anexos ao presente instrumento de constituição. As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Oferta**" e "**Instrução CVM n.º 400/03**", respectivamente), a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados (conforme

13SET 003390179

definidos no Regulamento); (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente pela Globex Utilidades S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.041.260/0652-90. As Quotas serão objeto de colocação exclusivamente no mercado brasileiro, no mercado de balcão não organizado e/ou no mercado de balcão organizado, sendo neste último caso o mercado administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). As Quotas Sênior serão registradas para distribuição e negociação (1) no sistema de distribuição da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") denominado DDA e no segmento de negociação da BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, e (2) no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e no Módulo de Fundos – SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, respectivamente. O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior (*Benchmark*) será definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Distribuidor Líder (conforme abaixo definido), na forma da regulamentação aplicável (Procedimento de *Bookbuilding*), observado que o *Benchmark* das Quotas Sênior será equivalente a, no máximo, 111% (cento e onze por cento) da Taxa DI;

- b. alterar o Regulamento e o Suplemento, inclusive, mas não se limitando, para refletir a deliberação constante do item acima e exigências formuladas pela BM&FBOVESPA, conforme o caso;
- c. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 8 de setembro de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:

Cargo: Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 264.474.378-82 RG: 14.141.969-6

Por:

Cargo: Walter H. Watanabe  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 269.562.908-71  
RG: 27.462.280-7

**ANEXO VII**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

16 SET 2010 06:33:0522

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3380535; e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;


**resolve:**

- a. alterar o suplemento anexo ao regulamento do Fundo para refletir a alteração (i) da periodicidade e metodologia dos pagamentos das parcelas de amortização das Quotas Sênior do Fundo e (ii) das datas programadas para o pagamento de amortização das Quotas Sênior para fins de distribuição do valor principal dos direitos de crédito adquiridos pelo Fundo; e
- b. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 15 de setembro de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:   
Cargo: João de Oliveira Zambon  
CPF: 090.709.498-21  
RG: 17.168.058-8

Por:   
Cargo: Claudio Italo Scura  
CPF: 089.873.038-38  
RG: 16.290.319

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO VIII**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

29 SET 2010 03391482

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
REGISTRADO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL.**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seu representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3.380.535; e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

**resolve:**

- a. Tendo em vista a Razão de Garantia, conforme definida no regulamento do Fundo ("Regulamento"), retificar o suplemento da primeira emissão de quotas do Fundo ("Primeira Emissão" e "Suplemento", respectivamente) para refletir (i) a quantidade de quotas subordinadas emitidas pelo Fundo no âmbito da Primeira Emissão; (ii) o total de quotas emitidas pelo Fundo no âmbito da Primeira Emissão; e (iii) o valor total da Primeira Emissão; e
- b. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 27 de setembro de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:  
Cargo:

Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF 264.474.378-82 RG 14.141.989-6

Por:  
Cargo:

Walter H. Watanabe  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF 269.582.908-71  
RG 27.462.290-7

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO IX**

---

Cópia do instrumento que alterou o Regulamento



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

25 OUT 2010 003393269

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**

Por este instrumento particular, **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus representantes legais abaixo assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 12.023.850/0001-94 ("Fundo"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) O Fundo encontra-se devidamente constituído por instrumento particular celebrado mediante ato único do Administrador, em 26 de maio de 2010, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob n.º 3.380.535; e
- (ii) O Fundo não possui, nesta data, qualquer investidor registrado;

**resolve:**

- a. retificar o suplemento da primeira emissão de quotas do Fundo, anexo ao regulamento do Fundo ("Suplemento" e "Regulamento", respectivamente) para refletir (i) a Forma de Cálculo das Quotas Sênior e (ii) o Benchmark das Quotas Sênior, conforme definidos no Suplemento; e
- b. aprovar as novas versões do Regulamento e do Suplemento, que seguem anexas a este instrumento particular de alteração.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 21 de outubro de 2010.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:   
Cargo: Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 264.474.378-82 RG: 14.141.969-6

Por:   
Cargo: Walter H. Watanabe  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 266.562.908-71  
RG: 27.462.280-7

Antonio J. S. Almeida  
Substituto



Emol.	R\$ 261,00
Estado	R\$ 74,14
Ipesp	R\$ 55,17
R. Civil	R\$ 13,99
T. Justiça	R\$ 13,99
Total	R\$ 418,29
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 48.564.896/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
Protocolado e prenotado sob o n. **3.393.271** em  
**25/10/2010** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.393.269**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **3380535**  
São Paulo, 25 de outubro de 2010

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial

<input checked="" type="checkbox"/>	CONFERIDO POR:
<input checked="" type="checkbox"/>	Charles S. Pedro
<input checked="" type="checkbox"/>	Douglas G. Santos
<input type="checkbox"/>	Jose R. Casemiro

**ANEXO X**

---

Cópia do Regulamento e do Suplemento referente à Primeira Emissão em vigor  
na data deste Prospecto Definitivo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1 ORIGINAL DE ACORDO DE TIPO OS DOCUMENTOS SP  
Nº 003393269

25 OUT 2010 003393269

REGISTRADO

---

**REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

---

São Paulo, 21 de outubro de 2010

25 OUT 2003 3393269

**ÍNDICE GERAL**

<b>Capítulo Um</b>	Das Definições .....4
<b>Capítulo Dois</b>	Da Denominação, Forma, Prazo de Duração e Composição Do Patrimônio Do Fundo .....15
<b>Capítulo Três</b>	Do Público Alvo Do Fundo e do investimento inicial mínimo no fundo .....16
<b>Capítulo Quatro</b>	Do Objetivo de Investimento Do Fundo.....16
<b>Capítulo Cinco</b>	Dos Direitos de Crédito .....17
<b>Capítulo Seis</b>	Das Condições de Cessão e dos Critérios de elegibilidade.....17
<b>Capítulo Sete</b>	Da Formalização Da Cessão dos Direitos de Crédito elegíveis Ao Fundo e Outras Regras Gerais Referentes À Liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos .....22
<b>Capítulo Oito</b>	Da Política de Investimento, Composição e Diversificação Da Carteira Do Fundo .....26
<b>Capítulo Nove</b>	Dos Critérios de Avaliação dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros Integrantes Da Carteira.....28
<b>Capítulo Dez</b>	Da Composição Do Patrimônio Do Fundo e das Emissões de Quotas.....29
<b>Capítulo Onze</b>	Das Características, Direitos, Condições de Emissão, Subscrição e Integralização das Quotas .....30
<b>Capítulo Doze</b>	Da Assembleia Geral de Quotistas .....36
<b>Capítulo Treze</b>	Da Amortização e Do Resgate das Quotas.....40
<b>Capítulo Quatorze</b>	Das Hipóteses e Procedimentos de Resgate de Quotas Mediante A Entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e de Ativos Financeiros em Pagamento .....42
<b>Capítulo Quinze</b>	Da Amortização Extraordinária para Fins de Enquadramento da Razão de Garantia, da Alocação Mínima de Investimento e da Política de Investimento e Outros Procedimentos de Enquadramento da Razão de Garantia .....44
<b>Capítulo Dezesseis</b>	Dos Eventos de Avaliação, dos Eventos de Liquidação Antecipada e dos Eventos de Substituição.....45
<b>Capítulo Dezessete</b>	Dos Encargos Do Fundo .....52
<b>Capítulo Dezoito</b>	Dos Procedimentos de Cobrança .....53
<b>Capítulo Dezenove</b>	Da Reserva de Pagamento e da Alocação de Recursos para Pagamento de Despesas do Fundo.....54

<b>Capítulo Vinte</b>	Das Demonstrações Financeiras .....	55
<b>Capítulo Vinte e Um –</b>	Dos Fatores de Risco .....	55
<b>Capítulo Vinte e Dois</b>	Do Administrador, Custodiante e demais Prestadores de Serviço do Fundo .....	61
<b>Capítulo Vinte e Três</b>	Da Remuneração do Administrador .....	63
<b>Capítulo Vinte e Quatro</b>	Da Divulgação de Informações .....	64
<b>Capítulo Vinte e Cinco</b>	Das Disposições Gerais .....	65
<b>Anexo I</b>	Procedimentos de Cobrança .....	67
<b>Anexo II</b>	Política de Cadastro e Concessão de Crédito.....	68
<b>Anexo III</b>	Procedimento de Verificação dos Documentos Comprobatórios.....	69
<b>Anexo IV</b>	Modelo de Suplemento .....	71



25 OUT 2003 003393269

## CAPÍTULO UM - DAS DEFINIÇÕES

1.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Regulamento e em seus Anexos, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos neste Capítulo Um, exceto se de outra forma estiverem definidos neste Regulamento e/ou em seus Anexos:

**"Aceite Eletrônico de Cessão"**: o arquivo eletrônico a ser colocado à disposição da Cedente e do Administrador pelo Custodiante no âmbito da Interface de Cessão. O Aceite Eletrônico de Cessão conterá os termos e as condições de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo e o Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, em observância ao disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Administrador"**: a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003;

**"Agência Classificadora de Risco"**: a Fitch Ratings Brasil Ltda. (Fitch Ratings), agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas Sênior nos termos deste Regulamento. O Fundo poderá contratar a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poors) ou a Moody's Investors Service (Moody's) para avaliar o risco das Quotas Sênior, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco;

**"Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos"**: a Globex, conforme contratada pelo Fundo, na qualidade de agente de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança. O Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;

**"Agente de Conciliação e Cobrança"**: a Globex, conforme contratada pelo Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, na qualidade de (i) agente de cobrança dos Direitos de Crédito Adquiridos a vencer, por meio da emissão de solicitações de pagamento aos respectivos Sacados, devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos, para pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo; (ii) agente auxiliar do Custodiante na conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos depositados na Conta Autorizada do Fundo, observado que referida conciliação será realizada com base em

25 OUT 2000 003393269

arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Agente de Conciliação e Cobrança e o Custodiante e encaminhado, diariamente, pelo Agente de Conciliação e Cobrança ao Custodiante; e (iii) agente auxiliar do Custodiante na conciliação dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos depositados na Conta Autorizada do Fundo no âmbito das suas atividades de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Conciliação e Cobrança;

**"Agente de Depósito":** a Globex, conforme contratada pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, na qualidade de agente de guarda física e conservação dos Documentos Comprobatórios. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito estabelece, dentre outras obrigações, as atribuições e responsabilidades do Agente de Depósito;

**"Agente Escriturador":** o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64;

**"Alocação Mínima de Investimento":** a alocação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo em Direitos de Crédito Adquiridos;

**"Amex":** o Banco Bankpar S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.419.645/0001-95;

**"Amortização Extraordinária":** a amortização extraordinária das Quotas Sênior em circulação realizada exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio líquido do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo Oito deste Regulamento, conforme prevista no Capítulo Quinze deste Regulamento;

**"Anexo I":** o Anexo I deste Regulamento, que descreve os Procedimentos de Cobrança;

**"Anexo II":** o Anexo II deste Regulamento, que descreve a Política de Cadastro e Concessão de Crédito;

**"Anexo III":** o Anexo III deste Regulamento, que contempla o procedimento a ser observado pelo Custodiante para a verificação do lastro dos Direitos de Crédito Adquiridos, ou seja, dos Documentos Comprobatórios nos termos da regulamentação aplicável;

**"Anexo IV":** o Anexo IV deste Regulamento, que contempla o modelo de Suplemento de cada emissão;



25 OUT 2000 3393269

REGISTRADO

**"CNPJ/MF":** o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;

**"CBD":** a Companhia Brasileira de Distribuição, sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.508.411/0001-56;

**"Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas":** o "Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e a Globex, no ato da subscrição de Quotas Subordinadas;

**"Condições de Cessão":** as condições de cessão dos Direitos de Crédito descritas no item 6.1. deste Regulamento, as quais deverão ser verificadas e atendidas pela Cedente em cada Data de Oferta, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. A Cedente será a única responsável pela verificação e atendimento das Condições de Cessão;

**"Conta Autorizada do Fundo":** a conta corrente de titularidade e mantida pelo Fundo no Custodiante, na qual serão depositados os recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos;

**"Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito":** o "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito, Conciliação, Cobrança e Depósito de Direitos de Crédito e Outras Avenças" a ser celebrado entre o Fundo e a Globex até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos, com a interveniência do Custodiante. O Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito (i) estabelecerá os termos e condições que serão observados para a realização das operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo e (ii) disciplinará as Funções Operacionais;

**"Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos":** o "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Fundo e a Globex, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos regulará, entre outras, as obrigações da Globex relacionadas à prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os Procedimentos de Cobrança;

**"Contrato de Custódia":** o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência e anuência da Globex, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos

25 OUT 2000 003393269

de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01;

**"Contrato de Escrituração"**: o "Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Agente Escriturador, até a Primeira Data de Emissão, conforme alterado e/ou modificado, de tempos em tempos. O Contrato de Escrituração estabelece, entre outras, as obrigações do Agente Escriturador como responsável pela escrituração das Quotas, para fins de cumprimento do disposto no artigo 11 da Instrução CVM n.º 356/01;

**"Critérios de Elegibilidade"**: os critérios de elegibilidade a serem observados pelo Custodiante em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme descritos no item 6.2. deste Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Custodiante"**: o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04;

**"CVM"**: a Comissão de Valores Mobiliários;

**"Data de Amortização"**: cada data em que houver pagamento de amortização de Quotas Sênior de cada emissão/série, conforme cronograma previsto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas;

**"Data de Aquisição e Pagamento"**: cada data em que o Fundo efetuar o pagamento à Cedente dos valores relativos aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, em moeda corrente nacional, nos termos do item 7.2. abaixo, e/ou cada data em que Quotas Subordinadas forem integralizadas por meio da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos descritos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Data de Oferta"**: qualquer Dia Útil a partir da celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, em que a Cedente disponibilize ao Custodiante o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, observado que, caso o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis seja disponibilizado após o Horário Limite, será considerada como Data de Oferta o Dia Útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;

**"DDA": o sistema de distribuição da BM&FBOVESPA:**

**"Direito de Dissidência":** o direito de resgate antecipado conferido aos titulares de Quotas Sênior, na hipótese de deliberação, pela Assembleia Geral, pela não liquidação do Fundo, nos termos do Capítulo Dezesseis deste Regulamento;

**“Direitos de Crédito”:** os direitos de crédito performados de titularidade da Cedente e originados no âmbito das operações de compra e venda de produtos e serviços, realizada entre a Cedente e seus clientes finais, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados;

**"Direitos de Crédito Adquiridos":** os Direitos de Crédito que atendam a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade e que sejam adquiridos pelo Fundo nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Direitos de Crédito Inadimplidos":** os Direitos de Crédito Adquiridos vencidos e não pagos nas respectivas datas de vencimento;

**"Documentos Comprobatórios":** os documentos que evidenciam e comprovam a existência, correta formalização, validade e exequibilidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, quais sejam: (i) os respectivos contratos de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema dos Sacados, celebrados entre a Cedente e cada Sacado; (ii) cada Arquivo Eletrônico Analítico; e (iii) o arquivo eletrônico disponibilizado diariamente pelos Sacados ao Custodiante, contemplando as transações de compra e venda de produtos e serviços realizada entre a Cedente e seus clientes finais em cada dia, reconhecidas como válidas pelos Sacados, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados;

25 OUT 2019 003393269

**"Eventos de Avaliação"**: quaisquer dos eventos indicados no item 16.1. deste Regulamento;

**"Eventos de Indenização"**: quaisquer dos eventos indicados no item 8.1. do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Eventos de Liquidação Antecipada"**: quaisquer dos eventos indicados no item 16.2. deste Regulamento;

**"Eventos de Substituição"**: os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (vii) e (viii) do item 16.1. abaixo e o Evento de Liquidação Antecipada referido no inciso (ix) do item 16.2. abaixo, que podem resultar ou não, conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"FIC"**: a Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.881.898/0001-30;

**"Funções Operacionais"**: as atividades exercidas pela Globex com relação ao Fundo, na qualidade de Agente de Depósito, Agente de Conciliação e Cobrança e de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;

**"Fundo"**: o Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil;

**"Globex"**: a Globex Utilidades S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.041.260/0652-90;

**"Horário Limite"**: o horário limite para disponibilização, pela Cedente, em uma determinada Data de Oferta, do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis ao Custodiante, qual seja, às 12:30 horas;

**"Interface de Cessão"**: o sistema eletrônico mantido pelo Custodiante no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br) e colocado à disposição da Cedente e do Administrador, para fins da operacionalização das operações de cessão dos Direitos de Crédito que atendam a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. O acesso da Cedente e do Administrador à Interface de Cessão será realizado somente por meio das Pessoas Autorizadas, mediante o fornecimento, pelo Custodiante, de usuários e senhas de acesso específicos, as quais deverão ser previamente cadastradas pelo Custodiante no referido sistema eletrônico, mediante solicitação ao Administrador;

25 OUT 2003 003393269

**"Instituições Financeiras Autorizadas":** para os fins deste Regulamento, são consideradas Instituições Financeiras Autorizadas as seguintes instituições financeiras: (i) Itaú Unibanco S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Bradesco S.A.; (iv) Banco do Brasil S.A.; (v) Banco Citibank S.A.; (vi) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vii) Banco Santander (Brasil) S.A.; (viii) Caixa Econômica Federal; e (ix) Banco ABN-AMRO Real S.A.;

**"Instrução CVM n.º 356/01":** Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

**"Instrução CVM n.º 400/03":** Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

**"Instrução CVM n.º 409/04":** Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;

**"Instrução CVM n.º 476/09":** Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009;

**"Investidores Qualificados":** os investidores assim definidos de acordo com o artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04;

**"Investidores Super Qualificados":** os investidores assim definidos de acordo com o artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09;

**"MDA":** o Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP;

**"Oferta":** toda e qualquer distribuição pública de Quotas Sênior realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM;

**"Oferta Restrita":** toda e qualquer distribuição pública de Quotas Sênior com esforços restritos de colocação durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Super Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; (iii) estará automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09; e (iv) estará sujeita às restrições de negociação estabelecidas na Instrução CVM n.º 476/09;

**"Patrimônio Autorizado":** O patrimônio autorizado do Fundo, correspondente a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);



25 OUT 2003 393269

#### REGISTRO

**"Percentuais de Concentração da Carteira":** os percentuais de concentração e diversificação relativos aos Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, conforme descritos no item 8.5. deste Regulamento, que devem ser observados nos termos do item 8.6. deste Regulamento;

**"Pessoas Autorizadas":** as Pessoas Autorizadas da Cedente e as Pessoas Autorizadas do Fundo, quando referidas em conjunto;

**"Pessoas Autorizadas da Cedente":** as pessoas autorizadas a representar a Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados em nome da Cedente e a acessar a Interface de Cessão, conforme indicadas no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, e, de tempos em tempos, conforme o caso, informadas pela Cedente ao Administrador, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar a Cedente em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, assinar os respectivos Termos de Cessão de Cessão Consolidados e acessar a Interface de Cessão;

**"Pessoas Autorizadas do Fundo":** as pessoas autorizadas a representar o Fundo em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, bem como para assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados em nome do Fundo e a acessar a Interface de Cessão, conforme indicadas no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, e, de tempos em tempos, conforme o caso, informadas pelo Administrador à Cedente, por meio da apresentação (i) do competente instrumento de mandato, constituindo procuradores para este fim; ou, conforme o caso, (ii) dos competentes documentos societários, elegendo representantes legais com poderes necessários para representar o Administrador em operações de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, e assinar os respectivos Termos de Cessão Consolidados e a acessar a Interface de Cessão;

**"Política de Cadastro e Concessão de Crédito":** a política de cadastro e concessão de crédito observada pelos Sacados e pela Cedente na origemação e formalização dos Direitos de Crédito, conforme descrita no Anexo II deste Regulamento;

**"Prazo para Resgate Antecipado":** o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da Assembleia Geral que deliberar pela liquidação do Fundo, para que ocorra o pagamento e o resgate compulsório e integral das Quotas;

25 OUT 2003 393269

**"Preço de Aquisição":** o preço de aquisição dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, calculado de acordo com os critérios descritos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Preço de Emissão":** o preço inicial de emissão das Quotas de cada emissão/série, expresso em moeda corrente nacional, conforme definido no respectivo Suplemento;

**"Primeira Data de Emissão":** a data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas da primeira emissão de Quotas;

**"Procedimentos de Cobrança":** os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme aplicável, para a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descritos no Anexo I deste Regulamento;

**"Quotas":** as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas, quando referidas em conjunto;

**"Quotas Sênior":** as quotas sênior de emissão do Fundo;

**"Quotas Subordinadas":** as quotas subordinadas de emissão do Fundo, que se subordinam às Quotas Sênior, para fins de pagamento de amortização e resgate, conforme descrito neste Regulamento, as quais serão destinadas exclusivamente à Globex;

**"Quotista":** o titular de Quotas Sênior ou de Quotas Subordinadas;

**"Quotistas Dissidentes":** os titulares de Quotas Sênior que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação do Fundo nos termos do Capítulo Dezesesseis deste Regulamento;

**"Razão de Garantia":** o resultado, na forma percentual, da divisão do somatório do valor de todas as Quotas Subordinadas em circulação pelo valor total do patrimônio líquido do Fundo, conforme disposto no item 11.6. deste Regulamento;

**"Redecard":** a Redecard S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.425.787/0001-04;

**"Regulamento":** este regulamento do Fundo e seus Anexos;

**"Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis":** a relação consolidada, por estabelecimento, vencimento e Sacado, dos Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão em um

FORMAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO  
25 OUT 2000 003393269

determinado Dia Útil a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a qual deverá ser disponibilizada pela Cedente ao Custodiante, por meio do envio de arquivo eletrônico, conforme definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante;

**"Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis"**: a relação consolidada, por estabelecimento, vencimento e Sacado, dos Direitos de Crédito que na respectiva Data de Oferta (i) atendam aos Critérios de Elegibilidade, (ii) cujo respectivo Preço de Aquisição corresponda a, no máximo, o Valor de Aquisição Pretendido e (iii) estejam de acordo com as disponibilidades financeiras de aquisição do Fundo e o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil a partir da data de celebração do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a qual será disponibilizada pelo Custodiante (a) à Cedente, por meio do envio de arquivo eletrônico, conforme definido de comum acordo entre a Cedente e o Custodiante, e (b) à Cedente e ao Administrador, por meio de relatórios disponibilizados no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br). O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis identificará os Direitos de Crédito que serão efetivamente adquiridos pelo Fundo em observância ao disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, os Sacados devedores dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e os respectivos Preços de Aquisição;

**"Reserva de Pagamento"**: a reserva constituída pelo Administrador, para fazer frente ao pagamento das amortizações e do resgate das Quotas Sênior, por meio da aplicação dos recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros, segundo os critérios estabelecidos no Capítulo Dezenove deste Regulamento;

**"Resolução CMN n.º 2.682/99"**: a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 22 de dezembro de 1999, conforme alterada;

**"Sacados"**: A Amex, a Redecard, a Cielo e a FIC, quando referidas em conjunto, administradoras dos cartões de crédito utilizados pelos clientes da Cedente para o pagamento de produtos e serviços comercializados pela Cedente, responsáveis pelo pagamento dos Direitos de Crédito;

**"SF"**: o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;

**"SOMA FIX"**: o segmento de negociação da BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX;

**"Suplemento"**: qualquer suplemento a este Regulamento, que descreverá as características específicas de cada emissão/série de Quotas, elaborado em observância ao modelo constante do Anexo IV;

25 OUT 2003 003393269

**"Taxa de Administração":** a remuneração mensal devida ao Administrador pela prestação dos serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do Capítulo Vinte e Três deste Regulamento;

**"Taxa de Cessão":** a taxa de cessão a ser utilizada na determinação do Preço de Aquisição de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo em observância ao disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Termo de Adesão":** o "Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas de cada emissão/série;

**"Termo de Cessão Consolidado":** o documento elaborado de acordo com o modelo constante do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, que regulará a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;

**"Valor de Aquisição Pretendido":** o valor financeiro total informado pelo Administrador ao Custodiante, por meio da Interface de Cessão, que se encontra disponível na Data de Oferta para a aquisição de Direitos de Crédito. O Valor de Aquisição Pretendido deverá atender às disponibilidades financeiras do Fundo na Data de Oferta e, quando aplicável, deverá corresponder a, no máximo, ao valor financeiro total dos Direitos de Crédito que a Cedente esteja efetivamente disposta a ceder ao Fundo na Data de Oferta, conforme informado pela Cedente ao Administrador, por meio eletrônico, até o Horário Limite da respectiva Data de Oferta; e

**"Valor Futuro Estimado":** o valor estimado pelo Administrador para realizar o pagamento da próxima parcela de amortização ou do resgate devido às Quotas Sênior, o qual deverá ser alocado em Ativos Financeiros em observância aos percentuais indicados no item 19.1. deste Regulamento.

1.2. – Cada Suplemento deverá ser interpretado de acordo com as definições constantes deste Capítulo Um, o disposto neste Regulamento e as definições específicas apresentadas exclusivamente em cada Suplemento. Na hipótese de conflito entre as definições constantes deste Regulamento e de cada Suplemento, prevalecerão as definições constantes deste Regulamento.

## **CAPÍTULO DOIS – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

2.1. – O Fundo, denominado **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL**, é um fundo de investimento em direitos creditórios

25 OUT 2000 003393269

constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM n.º 356/01, por este Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2.2. – O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de Quotas terá prazo de vencimento determinado, conforme descrito no respectivo Suplemento.

2.3. – O patrimônio do Fundo será representado por 2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas.

2.3.1. – As características e os direitos, assim como as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas seguem descritos no Capítulo Onze e nos Capítulos Treze a Quinze deste Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

### **CAPÍTULO TRÊS – DO PÚBLICO ALVO DO FUNDO E DO INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

3.1. – As Quotas objeto de Oferta poderão ser subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados e as Quotas objeto de Oferta Restrita poderão ser subscritas exclusivamente por Investidores Super Qualificados. As Quotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pela Globex.

3.2. – A primeira aplicação a ser realizada por cada investidor no Fundo, por meio de subscrição e integralização de Quotas no mercado primário, deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Sem prejuízo do disposto neste item, o Fundo não estabelece valor mínimo para a manutenção de investimentos no Fundo, após a primeira aplicação de cada investidor.

### **CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO**

4.1. – Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Quotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito.

4.1.1. – Os Direitos de Crédito que comporão a Carteira deverão atender, cumulativamente, em cada Data de Oferta, a todas as Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade.

4.1.2. – Não poderão compor a Carteira Direitos de Crédito cuja existência e/ou validade dependam de qualquer entrega ou prestação futura da Cedente.

25 OUT 2003 003393269

#### REGISTRADO

4.2. – Sem prejuízo do disposto no item 4.1. acima, o Fundo poderá aplicar recursos nos Ativos Financeiros, em estrita observância aos critérios de seleção, composição e diversificação estabelecidos no Capítulo Oito deste Regulamento.

4.3. – O Fundo buscará atingir, para as Quotas Sênior, o *Benchmark* estabelecido no Suplemento referente a cada emissão de Quotas.

4.3.1. – O *Benchmark* das Quotas Sênior não representa e nem deve ser considerado uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Quotistas titulares das Quotas Sênior por parte do Fundo, do Administrador, do Custodiante e/ou da Cedente.

4.3.2. – Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Sênior não farão jus a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representará o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

4.4. – As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

### **CAPÍTULO CINCO – DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

5.1. – Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, às Condições de Cessão e a todos os Critérios de Elegibilidade, assim como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos referidos Direitos de Crédito, observado que os Direitos de Crédito Adquiridos deverão, necessariamente, ser suportados pelos respectivos Documentos Comprobatórios, os quais deverão ser suficientes para caracterizar a origem, formalização, existência, validade e exequibilidade dos referidos Direitos de Crédito Adquiridos.

5.2. – A aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo será realizada em estrita observância às regras, condições e procedimentos estabelecidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

### **CAPÍTULO SEIS – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

6.1. – Sem prejuízo do disposto no item 6.2. abaixo, a Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, em cada Data de Oferta, às seguintes Condições de Cessão:

25 OUT 2000 003393269

- (i) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Cadastro e Concessão de Crédito;
- (ii) os Direitos de Crédito devem ser performados, ou seja, sua existência e/ou validade não poderão depender de qualquer entrega ou prestação futura da Cedente;
- (iii) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações de venda, pela Cedente, de produtos e serviços, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartão de crédito mediante utilização de sistema eletrônico e em conformidade com as regras estabelecidas entre a Cedente e os respectivos Sacados;
- (iv) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações mercantis existentes, válidas, exequíveis e celebradas entre a Cedente e seus respectivos clientes finais;
- (v) os Sacados deverão ter concordado prévia e expressamente com a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- (vi) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados no âmbito de operações de compra e venda de produtos e serviços financiadas por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados e realizadas entre a Cedente e seus clientes finais em estabelecimentos da Cedente que tenham sido previamente informados aos Sacados, mediante notificação escrita encaminhada pela Cedente aos Sacados com cópia para o Fundo, sendo que referidas notificações deverão informar, ainda, a alteração do domicílio bancário dos Direitos de Crédito para o Fundo, garantindo, desta forma, que o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo sejam efetuados diretamente na Conta Autorizada do Fundo;
- (vii) os Direitos de Crédito devem ser de legítima e exclusiva titularidade da Cedente, bem como devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (viii) os Direitos de Crédito deverão ter sido originados por meio de sistemas eletrônicos adotados pela Cedente que disponham de controles adequados para (a) impedir a criação do respectivo Direito de Crédito em duplicidade e/ou sem lastro de um efetivo crédito em favor da Cedente; e (b) segregar, do universo de Direitos de Crédito originados, por meio da utilização dos referidos sistemas, todo e qualquer Direito de Crédito;

25 OUT 2000 3393269

- (ix) os Direitos de Crédito não podem ser devidos por Sacados devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos e/ou que se encontrem inadimplentes no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária com a Cedente ou com o Fundo; e
- (x) os Direitos de Crédito não podem ser ou terem sido objeto, pelos Sacados, (a) de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa ou (b) de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação em razão de inadimplemento ou potencial inadimplemento.

6.1.1. – A verificação quanto ao atendimento às Condições de Cessão dos Direitos de Crédito será feita exclusivamente pela Cedente, que, no âmbito de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, prestará declaração confirmando tal atendimento ao Administrador, nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

6.2. – Sem prejuízo do disposto no item 6.1. acima, somente poderão ser objeto de cessão ao Fundo Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, em cada Data de Oferta, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (i) o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, observado o disposto no item 6.2.5. abaixo;
- (ii) o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Amex, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (iii) os Direitos de Crédito deverão ter prazo mínimo de vencimento de 1 (um) dia contado da respectiva Data de Oferta;
- (iv) os Direitos de Crédito deverão ter prazo máximo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva Data de Oferta;
- (v) o prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito Adquiridos integrantes da Carteira, depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, calculado conforme fórmula abaixo;

$$PMC = \frac{\left( \sum_{d=1}^n (VN_d \times N_d) \right) + (VND \times ND)}{VN_t + VND}$$

19



25 OUT 2003 003393269

REGISTRADO

onde:

**PMC** é o prazo médio da carteira de Direitos de Crédito Adquiridos, em número inteiro de dias, obtido pelo arredondamento do resultado da fórmula;

**$VN_d$**  é o valor nominal de cada Direito de Crédito Adquirido na Data de Aquisição e Pagamento, exceto aqueles que, na Data de Aquisição e Pagamento, estejam vencidos e não pagos;

**$N_d$**  é o número de dias compreendidos entre a data do dia de apuração do saldo da carteira e a data de vencimento, inclusive, do respectivo Direito de Crédito;

**VND** é o valor nominal do Direito de Crédito a ser adquirido;

**ND** é o número de dias compreendidos entre a Data de Aquisição e Pagamento e a data de vencimento, inclusive, do Direito de Crédito a ser adquirido; e

**VN<sub>t</sub>** é o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito Adquiridos na Data de Aquisição e Pagamento, exceto aqueles que, na Data de Aquisição e Pagamento, estejam vencidos e não pagos;

- (vi) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito vencidos; e
- (vii) os Direitos de Crédito não poderão ter vencimento final posterior ao 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate, observado o disposto no item 6.2.6. abaixo.

6.2.1. – O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo. Sem prejuízo do disposto acima, o Custodiante não será responsável por verificar o atendimento às Condições de Cessão, obrigação essa que será de inteira responsabilidade da Cedente, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

6.2.2. – Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser encaminhadas pela Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa

25 OUT 2000 003393269

verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre a Cedente e o Custodiante.

6.2.3. – O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade com base (i) nas informações encaminhadas pela Cedente nos termos do item 6.2.2. acima e (ii) nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

6.2.4. – O não atendimento superveniente às Condições de Cessão e/ou aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, após cada Data de Aquisição e Pagamento, não constituirá qualquer direito de indenização do Fundo contra o Administrador ou contra o Custodiante com relação a eventuais Direitos de Crédito Adquiridos que tenham sido regularmente cedidos nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

6.2.5. – Na hipótese de (i) rebaixamento da classificação de risco atribuída pela Fitch Ratings ou pela Standard & Poors à CBD para classificação de risco igual ou inferior a "BBB+" ou classificação de risco equivalente atribuída pela Moody's ou (ii) as agências classificadoras de risco mencionadas neste item deixem de atribuir classificação de risco à CBD, o percentual de que trata o inciso (i) do item 6.2. acima deverá ser restringido, de modo que o valor total de Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC, considerado o valor exigível dos Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo, não poderá corresponder a percentual superior a 12,5% (doze inteiros e cinquenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo em cada Data de Oferta.

6.2.5.1. – A Cedente deverá comunicar imediatamente ao Administrador, que, por sua vez, deverá comunicar imediatamente ao Custodiante, o rebaixamento da classificação de risco de que trata o item 6.2.5. acima, a fim de que o Custodiante possa tomar as providências cabíveis para a alteração em seus sistemas do percentual mencionado no inciso (i) do item 6.2. acima.

6.2.5.2. – O disposto no item 6.2.5. acima deverá ser observado pelo Custodiante, em cada Data de Oferta, a partir do 3º (terceiro) Dia Útil após o recebimento da comunicação mencionada no item 6.2.5.1. acima.

6.2.5.3. – Uma vez restabelecida a classificação de risco atribuída pela Fitch Ratings, pela Standard & Poors e/ou pela Moody's à CBD, conforme o caso, será novamente aplicável o percentual estabelecido no inciso (i) do item 6.2. acima, mediante observância dos procedimentos descritos nos itens 6.2.5.1. e 6.2.5.2. acima.

25 OUT 2000 003393269

6.2.6. – Para fins de observância do inciso (iv) do item 6.2. acima pelo Custodiante, o Administrador deverá informar ao Custodiante a data correspondente ao 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate, tão logo seja do seu conhecimento.

6.3. – Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração, inclusão e/ou exclusão em relação aos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas modificações, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita do Administrador informando o Custodiante sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos de Crédito com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos seus serviços ao Fundo ou da sua substituição por um novo custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia no prazo indicado neste item 6.3., serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

### **CAPÍTULO SETE – DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS AO FUNDO E OUTRAS REGRAS GERAIS REFERENTES À LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS**

#### **Formalização da Cessão**

7.1. – Sem prejuízo do disposto nos itens 6.1. e 6.2. acima, como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação cumulativa dos eventos descritos no item 7.2. abaixo, sem prejuízo de eventuais outros procedimentos específicos previstos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

7.2. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, para a formalização de cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, será observado o seguinte procedimento:

- (i) a Cedente disponibilizará ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis;
- (ii) o envio ao Custodiante do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis caracterizará a oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis até o limite do Valor de Aquisição Pretendido;

25 OUT 2010 003393269

REGISTRAR

- (iii) após receber o Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis, o Custodiante deverá, na Data de Oferta: (a) verificar e validar o atendimento pelos Direitos de Crédito constantes do Relatório de Direitos de Crédito Disponíveis aos Critérios de Elegibilidade; (b) selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam aos Critérios de Elegibilidade e que estejam de acordo com o Valor de Aquisição Pretendido; e (c) disponibilizar ao Administrador, por meio da Interface de Cessão, o Aceite Eletrônico de Cessão;
- (iv) o Administrador, ao acessar a Interface de Cessão, a qual contemplará o Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, confirmará, desde que o Fundo tenha interesse, sua concordância com a aquisição, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, por meio do respectivo Aceite Eletrônico de Cessão, a ser realizado pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, autorizando automaticamente o Custodiante a realizar o pagamento do Preço de Aquisição, tão logo ocorra o Aceite Eletrônico da Cedente, conforme descrito no inciso (v) abaixo;
- (v) após o envio do Aceite Eletrônico de Cessão pelo Fundo, a Cedente deverá acessar a Interface de Cessão e confirmar a cessão dos Direitos de Crédito listados no respectivo Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, por meio do Aceite Eletrônico de Cessão, a ser realizado pelas Pessoas Autorizadas da Cedente;
- (vi) na hipótese de o Aceite Eletrônico de Cessão da Cedente referido acima ser encaminhado ao Custodiante até às 15 horas da Data de Oferta, a Data de Aquisição e Pagamento, na qual o Custodiante realizará o pagamento à Cedente do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, será a mesma que a Data de Oferta. Na hipótese de o Aceite Eletrônico de Cessão da Cedente referido acima ser encaminhado ao Custodiante depois das 15 horas da Data de Oferta, a Data de Aquisição e Pagamento, na qual o Custodiante realizará o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, será o Dia Útil imediatamente seguinte à Data de Oferta;
- (vii) a cessão dos Direitos de Crédito listados no Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis será efetivada somente após o Aceite Eletrônico do Fundo e da Cedente previstos nos incisos (iv) e (v) acima e do pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, nos termos do inciso (vi) acima.

Registro do Termo de Cessão Consolidado na sede do Administrador

REGISTRADO  
25 OUT 2003 393269

7.2.1. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, cada Termo de Cessão Consolidado será registrado na sede do Administrador de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a partir da primeira Data de Aquisição e Pagamento, a Cedente deverá elaborar, a cada terça-feira, desde que tenham ocorrido cessões de Direitos de Crédito ao Fundo no período decorrido desde a terça-feira imediatamente anterior, Termo de Cessão Consolidado, que terá como anexo os Arquivos Eletrônicos Analíticos devidamente arquivados em CD-R, referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos desde a terça-feira imediatamente anterior à elaboração do Termo de Cessão Consolidado; e
- (ii) a Cedente deverá encaminhar ao Administrador, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de elaboração do Termo de Cessão Consolidado, nos termos do inciso (viii) acima, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas da Cedente e 3 (três) CD-Rs. O Administrador, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas da Cedente, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão Consolidado e o seu registro eletrônico, juntamente com os CD-Rs anexos, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Administrador, e (b) encaminhará à Cedente, dentro de até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documento da sede do Administrador.

#### Registro do Termo de Cessão Consolidado na sede da Cedente

7.2.2. – Observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, cada Termo de Cessão Consolidado será registrado na sede da Cedente de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) a partir da primeira Data de Aquisição e Pagamento, após a Cedente elaborar o Termo de Cessão Consolidado, nos termos do inciso (i) do item 7.2.1., a Cedente enviará o Termo de Cessão Consolidado por meio eletrônico ao Administrador, a cada terça-feira, desde que tenham ocorrido cessões de Direitos de Crédito ao Fundo no período decorrido desde a terça-feira imediatamente anterior;
- (ii) após receber o Termo de Cessão Consolidado enviado pela Cedente, o Administrador anexará ao Termo de Cessão Consolidado os Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos desde a terça-feira imediatamente anterior à elaboração do Termo de Cessão Consolidado; e

25OUT 2003 003393269

REGISTRADO

- (iii) o Administrador deverá encaminhar à Cedente, dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de elaboração do Termo de Cessão Consolidado, nos termos do inciso (I) acima, 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo e as 3 (três) vias dos Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis. A Cedente, ao receber as 3 (três) vias originais do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinadas pelas Pessoas Autorizadas do Fundo, (a) providenciará as assinaturas das Pessoas Autorizadas da Cedente nas vias originais do Termo de Cessão Consolidado e o seu registro, juntamente com os Relatórios de Direitos de Crédito Elegíveis anexos, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Cedente, e (b) encaminhará ao Fundo, dentro de até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão Consolidado devidamente assinada pelas Pessoas Autorizadas e registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documento da sede da Cedente.

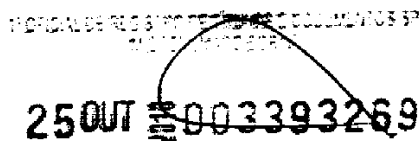
#### Custódia dos Documentos Comprobatórios

7.3. – O Agente de Depósito manterá sob sua custódia os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, nos termos e para os efeitos dos Artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela sua guarda e conservação em nome do Custodiante e do Fundo, durante o prazo de duração do Fundo, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor.

7.3.1. – O Agente de Depósito deverá disponibilizar ao Fundo e/ou ao Custodiante, de forma organizada, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito Adquiridos, sempre que solicitado pelo Administrador e/ou pelo Custodiante, observado o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

#### Agente de Conciliação e Cobrança

7.4. – O Agente de Conciliação e Cobrança será responsável pelas seguintes atividades em benefício do Fundo: (i) cobrança dos Direitos de Crédito Adquiridos a vencer, por meio da emissão de solicitações de pagamento aos respectivos Sacados, devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos, para pagamento diretamente na Conta Autorizada do Fundo; (ii) auxílio ao Custodiante na conciliação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos depositados na Conta Autorizada do Fundo, observado que referida conciliação será realizada com base em arquivo eletrônico definido de comum acordo entre o Agente de Conciliação e Cobrança e o Custodiante e encaminhado, diariamente, pelo Agente de Conciliação e Cobrança ao Custodiante; e (iii) auxílio ao Custodiante na conciliação dos pagamentos



referentes aos Direitos de Crédito Inadimplidos depositados na Conta Autorizada do Fundo no âmbito das suas atividades de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

#### Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos

7.5. – O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança.

7.5.1. – O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, durante o exercício de suas atividades, será o responsável pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto e pela inserção do nome de Sacados inadimplentes, devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos, em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus decorrentes dessas medidas, na qualidade de Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

#### Substituição da Globex no exercício das Funções Operacionais

7.6. – Caso um Evento de Substituição seja determinado pela Assembleia Geral nos termos deste Regulamento, a Globex deverá ser imediatamente destituída das Funções Operacionais, mediante observância dos procedimentos descritos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito. Na hipótese da Globex ser destituída do exercício das Funções Operacionais, um terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, passará a exercer as Funções Operacionais em substituição à Globex, até a liquidação do Fundo de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito.

### **CAPÍTULO OITO – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

8.1. – Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Emissão, o Fundo deverá ter atingido a Alocação Mínima de Investimento. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima de Investimento, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item 8.1. por novo período de 90 (noventa) dias, mas sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pelo Administrador, os Quotistas serão comunicados do fato (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, ou (iii) por meio de publicação de aviso no



25 OUT 2000 393269

periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3. deste Regulamento.

8.2. – A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não for utilizada para a aquisição de Direitos de Crédito Adquiridos poderá ser mantida em moeda corrente nacional e/ou alocada em Ativos Financeiros.

8.3. – O Administrador não adotará como parte da política de investimento do Fundo a contratação de operações em mercados de derivativos.

8.4. – O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

8.5. – O Fundo deverá observar os seguintes critérios de concentração e diversificação da Carteira: (i) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Ativos Financeiros de emissão de um mesmo devedor ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade; (ii) até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Amex; (iii) até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela FIC; e (iv) até 100% (cem por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito Adquiridos devidos pela Redecard ou pela Cielo, individualmente, observado o disposto no item 8.5.1. abaixo.

8.5.1. – O Fundo está dispensado da observância do limite percentual de aquisição de Direitos de Crédito devidos pela Redecard e pela Cielo previsto no *caput* do artigo 40-A da Instrução CVM n.º 356/01, nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, inciso I, da Instrução CVM n.º 356/01.

8.6. – Os Percentuais de Concentração da Carteira referidos no item 8.5. acima deverão ser cumpridos pelo Fundo (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Oferta, em relação aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição pelo Custodiante no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), observado que a verificação dos Percentuais de Concentração da Carteira, pelo Fundo, estará condicionada à disponibilização tempestiva das informações necessárias, pelo Custodiante.

8.7. – Os Direitos de Crédito Adquiridos e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão mantidos em custódia pelo Custodiante, bem como, quando for o caso, registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas



25 OUT 2000 003393269

específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, em nome do Fundo; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central, em nome do Fundo; ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central e/ou pela CVM.

8.8. – O Fundo e as aplicações realizadas pelos Quotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Custodiante, da Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos no Capítulo Vinte e Um deste Regulamento.

8.9. – O Fundo poderá contratar operações com os controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias do Administrador ou ainda com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações integrantes da Carteira, de modo a serem facilmente identificáveis.

8.10. – Observada a responsabilidade do Custodiante em relação ao atendimento, em cada Data de Oferta, dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades controladas, coligadas, sob controle comum ou subsidiárias não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito Adquiridos, tampouco pela solvência dos Sacados.

8.11. – A Cedente será exclusivamente responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito Adquiridos, sendo que a Cedente não será responsável pela solvência dos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos.

## **CAPÍTULO NOVE – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

9.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos de Crédito Adquiridos e aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e a receber, menos as exigibilidades do Fundo.

9.2. – Serão observados os seguintes critérios para o cálculo do valor da Carteira pelo Custodiante: (i) os Ativos Financeiros serão apreçados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme

25 OUT 2003 393269

estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante disponibilizado no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br); e (ii) os Direitos de Crédito Adquiridos serão contabilizados e registrados com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

9.3. – Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito Adquiridos serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

9.4. – O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos de Crédito Adquiridos de acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 2.682/99, provisão esta que consiste na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual do Direito de Crédito Adquirido, conforme o respectivo nível de risco observado, sendo que referido nível de risco variará de acordo com critérios objetivos estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/99, na legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

9.4.1. – Os Direitos de Crédito Inadimplidos não pagos após o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar de seus respectivos vencimentos serão considerados como perdas para o Fundo.

9.4.2. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito Adquiridos.

## **CAPÍTULO DEZ – DA COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO E DAS EMISSÕES DE QUOTAS**

10.1. – O patrimônio do Fundo é representado por 2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos no Capítulo Onze e nos Capítulos Treze a Quinze deste Regulamento, bem como nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Quotas. O Patrimônio Autorizado corresponderá a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

10.1.1. – As Quotas deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. As Quotas que não forem subscritas no prazo acima referido serão canceladas pelo

25 OUT 2016 003393289

Administrador, com o consequente aditamento do Suplemento referente à respectiva emissão, sem necessidade de aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral.

10.1.2. – O Suplemento de cada emissão/série estabelecerá um montante mínimo de Quotas Sênior a ser subscrito pelos investidores no âmbito de cada Oferta ou Oferta Restrita, de acordo com o ato que deliberar cada emissão de Quotas, sendo que, caso o montante mínimo não seja alcançado no âmbito da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, o Administrador deverá observar a regulamentação em vigor.

10.2. – Emissões de novas Quotas, após a primeira emissão do Fundo e até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas pelo Administrador, mediante anuência prévia e expressa da Cedente, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral, ao passo que emissões de novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, observado o quorum estabelecido no Capítulo Doze abaixo.

10.2.1. – Exceto no que diz respeito aos prazos de resgate, que deverão ser iguais ou superiores aos prazos de resgate atribuídos às Quotas em circulação, e ao *Benchmark*, que poderá diferir do *Benchmark* atribuído às Quotas em circulação, as novas Quotas que venham a ser emitidas terão as mesmas características, direitos e obrigações das Quotas em circulação estabelecidos neste Regulamento.

10.2.2. – Uma vez emitidas, eventuais novas Quotas passarão a integrar o conceito de “Quotas” para fins do disposto neste Regulamento. Dessa forma, as novas Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas, integralizadas, remuneradas, amortizadas e resgatadas de acordo com o disposto no Capítulo Onze e nos Capítulos Treze a Quinze deste Regulamento, bem como no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

10.3. – O Preço de Emissão das Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo constará do respectivo Suplemento.

10.4. – Os Quotistas não terão o direito de preferência para subscrever e integralizar novas Quotas.

## **CAPÍTULO ONZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

### **Características das Quotas**

11.1. – As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo e são de 2 (duas) classes, quais sejam, Quotas Sênior e Quotas Subordinadas.

11.1.1. – Observado o disposto no item 10.2.1. acima, as Quotas Sênior poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração, sendo que cada série terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações nos termos deste Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

11.2. – Todas as Quotas terão forma escritural e serão mantidas pelo Agente Escriturador, por meio de sistemas de depósito, em conta de depósito em nome dos Quotistas.

#### Direitos Patrimoniais

11.3. – As Quotas Sênior terão prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas Sênior, observado o disposto no Capítulo Treze deste Regulamento.

#### Direitos de Voto das Quotas

11.4. – As Quotas Sênior terão direito de voto, correspondendo cada Quota Sênior a um voto nas Assembleias Gerais.

11.5. – Enquanto houver Quotas Sênior em circulação, as Quotas Subordinadas somente terão direito a voto de acordo com o disposto no Capítulo Doze. Após o resgate integral de todas as Quotas Sênior, as Quotas Subordinadas ainda em circulação terão direito de voto em todas as deliberações das Assembleias Gerais, observado que, quando e se os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas tiverem direito a voto nos termos deste item, cada Quota Subordinada corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

#### Razão de Garantia

11.6. – Até o resgate integral das Quotas Sênior, o valor das Quotas Subordinadas devidamente subscritas e integralizadas deverá corresponder a, no mínimo, 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo. Ou seja, o valor das Quotas Sênior devidamente subscritas e integralizadas deverá corresponder a, no máximo, 87,5% (oitenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

25 OUT 2003 393269

REGISTRADO

11.6.1. – A Razão de Garantia será apurada diariamente pelo Administrador, com base exclusivamente em informações colocadas à disposição pelo Custodiante, por meio do website [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), e disponibilizada aos Quotistas na sede do Administrador.

#### Colocação das Quotas Sênior

11.7. – As Quotas Sênior de cada emissão serão objeto de Oferta ou de Oferta Restrita, nos termos da regulamentação aplicável.

11.7.1. – As despesas relacionadas ao registro da Oferta serão consideradas como encargos do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do disposto no Capítulo Dezesete deste Regulamento.

11.7.2. – Sem prejuízo da observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, os anúncios de início das Ofertas apresentarão os termos e condições de cada Oferta, bem como informarão as condições e os prazos para subscrição e integralização das Quotas Sênior de cada emissão.

11.7.3. – No âmbito de toda e qualquer Oferta Restrita, será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Super Qualificados e as Quotas Sênior somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Super Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

#### Colocação das Quotas Subordinadas

11.8. – As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta ou Oferta Restrita e serão subscritas unicamente pela Globex, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

11.8.1. – O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições em que a Globex se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a subscrever e integralizar, durante o prazo de duração do Fundo, Quotas Subordinadas, com o objetivo de garantir o atendimento da Razão de Garantia, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas na hipótese de que trata o inciso (iii) do item 13.7. abaixo.

#### Subscrição e Integralização das Quotas

25 OUT 2009 003393269

11.9. – As Quotas deverão ser subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta ou Oferta Restrita, conforme prazo estabelecido no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas. No ato da subscrição de Quotas, o subscritor:

- (i) assinará o boletim individual de subscrição e recibo de integralização, que será autenticado pela sociedade integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários responsável pela Oferta ou Oferta Restrita;
- (ii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e, conforme o caso, do prospecto do Fundo;
- (iii) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de Investidor Qualificado ou Investidor Super Qualificado, conforme o caso, e atestar que está ciente, dentre outras coisas, (a) das disposições contidas neste Regulamento e, conforme o caso, no prospecto do Fundo, (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo descritos neste Regulamento e, conforme o caso, no prospecto do Fundo, bem como, em se tratando de subscrição de Quotas Sênior objeto de Oferta Restrita, (c) de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e (d) de que as Quotas Sênior estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Regulamento e na Instrução CVM n.º 476/09; e
- (iv) indicar um representante, que será responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pelo Administrador e/ou pelo Agente Escriturador relativas ao Fundo nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico. Caberá a cada Quotista informar ao Administrador e ao Agente Escriturador, a alteração de seus dados cadastrais.

11.9.1. – Sem prejuízo do disposto no item acima, no ato da subscrição das Quotas Subordinadas, a Globex firmará o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

11.10. – As Quotas Sênior serão integralizadas à vista, no ato da respectiva subscrição. As Quotas Subordinadas serão integralizadas pela Globex à vista, no ato da subscrição das Quotas Subordinadas, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas a ser firmado pela Globex.

11.10.1. – Independentemente do disposto acima, a integralização de Quotas de cada emissão será feita pelo valor da Quota na data da integralização, calculado de acordo com o disposto nos itens 11.12. e 11.13. abaixo.

25 OUT 2003 393269

11.11. – As Quotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, (i) por meio do DDA, da BM&FBOVESPA, e/ou do MDA administrado e operacionalizado pela CETIP; ou (ii) por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na Conta Autorizada do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas mediante a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, em observância ao disposto neste Regulamento.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Sênior

11.12. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à data da primeira integralização de Quotas no âmbito de cada emissão, cada Quota Sênior de cada emissão terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, de acordo com a fórmula descrita no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

#### Critérios para Apuração do Valor das Quotas Subordinadas

11.13. – A partir do primeiro Dia Útil seguinte à Primeira Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado diariamente pelo Custodiante, na abertura de cada Dia Útil, para fins de pagamento de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que referido valor corresponderá ao valor do patrimônio líquido do Fundo, deduzida a parcela do patrimônio líquido do Fundo representada pelo somatório do valor de todas as Quotas Sênior em circulação, apurada na forma deste Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data da apuração.

#### Negociação das Quotas

11.14. – As Quotas Sênior serão registradas para distribuição e negociação (1) no DDA e no SOMA FIX, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA ou, facultativamente, (2) no MDA e no SF, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, respectivamente.

11.14.1. – As Quotas Sênior objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Super Qualificados e, no mercado de balcão organizado ou no mercado de bolsa, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

11.14.2. – Na hipótese de negociação das Quotas Sênior em operações conduzidas no mercado secundário nos termos do item 11.14. acima, o agente intermediário da respectiva negociação

25 OUT 2003 003393269

será integralmente responsável por comprovar a classificação do novo Quotista como Investidor Qualificado ou Investidor Super Qualificado, conforme o caso, bem como por comprovar o cumprimento do disposto no item 11.14.1. acima.

11.14.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, na hipótese de cessão ou transferência das Quotas Sênior de forma privada o Quotista vendedor das Quotas Sênior deverá (a) obter do respectivo adquirente (i) Termo de Adesão devidamente assinado; (ii) declaração de Investidor Qualificado ou comprovação da qualidade de Investidor Super Qualificado, conforme o caso, e (iii) cadastro nos termos da Instrução da CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada; e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item.

11.15. – As Quotas Subordinadas, as quais serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Globex nos termos deste Regulamento, não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, sendo proibida a sua transferência para ou a sua oneração em benefício de terceiros, salvo mediante prévia aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto abaixo.

11.15.1. – Sem prejuízo do disposto acima, a negociação ou transferência das Quotas Subordinadas também dependerá de prévio registro na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, bem como no sistema de negociação SOMA FIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, ou no sistema de negociação SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

11.15.2. – Sem prejuízo do disposto acima, as despesas relacionadas ao registro das Quotas em sistemas de negociação e relacionadas ao eventual registro das Quotas Subordinadas na CVM, nos termos da regulamentação em vigor, serão consideradas encargos do Fundo, nos termos do Capítulo Dezessete abaixo.

#### Classificação de Risco das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas

11.16. – As Quotas Sênior serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

11.17. – A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Quotas Subordinadas.

11.18. – O rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Sênior ou em 2 (dois) níveis equivalentes, nesta última hipótese conforme classificação de risco atribuída por outras agências classificadoras de risco às Quotas Sênior, será considerado um Evento de Avaliação, implicando a adoção das medidas cabíveis pelo Administrador, nos termos do Capítulo Dezesseis deste Regulamento.





25 OUT 2003 393269

REGISTRO

- (xi) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Substituição, a Globex deve ser destituída das Funções Operacionais e/ou se tais Eventos de Substituição devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;
- (xii) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo;
- (xiii) aprovar a emissão de novas Quotas acima do Patrimônio Autorizado;
- (xiv) aprovar o aporte adicional de recursos no Fundo para a adoção de Procedimentos de Cobrança;
- (xv) alterar os critérios e procedimentos para amortização parcial ou total e resgate das Quotas;
- (xvi) deliberar sobre os procedimentos de entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas aos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento;
- (xvii) deliberar sobre a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação nas hipóteses previstas no Capítulo Quinze abaixo;
- (xviii) alterar o *Benchmark*;
- (xix) alterar a forma de cálculo da taxa de cessão estabelecida no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;
- (xx) aprovar a negociação, transferência ou a oneração das Quotas Subordinadas, nos termos do item 11.15. acima; e
- (xxi) eleger o administrador do condomínio de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros de que trata o item 14.2.2. abaixo.

12.2. – Como regra geral, os Quotistas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item 12.1. acima. Enquanto existirem Quotas Sênior em circulação, no entanto, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas não terão direito a voto sobre as matérias indicadas nos incisos (iv), (x), (xi), (xii), (xiv), (xvi), (xvii), (xx) e (xxi) do item 12.1. acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão

25 OUT 2000 003393269

direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no item 12.1. acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.

12.2.1. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (i), (ii), (iv), (viii), (xvii) e (xxi) do item 12.1. acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas dos Quotistas presentes e com direito a voto na respectiva matéria.

12.2.2. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (iii), (v) e (ix) do item 12.1. acima dependerão, em primeira convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem a maioria das Quotas dos Quotistas presentes.

12.2.3. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (x), (xi) e (xii) do item 12.1. acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Sênior em circulação.

12.2.4. – As deliberações sobre a matéria indicada no inciso (vi) do item 12.1. acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas de cada classe em circulação, ao passo que as deliberações sobre a matéria indicada no inciso (xvi) do item 12.1. acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em circulação.

12.2.5. – As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (vii), (xiii), (xv), (xviii) e (xix) do item 12.1. acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas de cada classe em circulação, ao passo que as deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (xiv) e (xx) do item 12.1. acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas Sênior em circulação.

12.3. – A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas, nos termos da regulamentação aplicável, observado que os custos decorrentes da nomeação de quaisquer representantes dos Quotistas nos termos deste item serão suportados exclusivamente pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior.

25 OUT 2003 3393269

12.4. – Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, bem como em virtude de determinação da CVM, mediante comunicação aos Quotistas sobre referida alteração no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.5. – A convocação de Assembleia Geral será feita pelo Administrador, (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3. deste Regulamento, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado que a convocação deverá indicar sempre o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral, assim como os assuntos a serem tratados.

12.5.1. – Não se realizando a Assembleia Geral na data estabelecida na convocação acima referida, será novamente realizada Assembleia Geral, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante convocação na forma referida no item 12.5. acima. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

12.5.2. – Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

12.6. – Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral não for realizada na sede do Administrador, as convocações enviadas aos Quotistas ou publicadas, nos termos do item 12.5. acima, deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo.

12.6.1. – As Assembleias Gerais poderão reunir-se pessoalmente ou por conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante. Das Assembleias Gerais serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Quotistas votantes e devidamente registradas no competente registro de títulos e documentos.

12.7. – Os titulares de Quotas Subordinadas terão direito a comparecer a toda e qualquer Assembleia Geral, independentemente de terem ou não direito a voto com relação à matéria objeto de deliberação.

12.8. – Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral poderá reunir-se, a qualquer momento, por convocação realizada a exclusivo critério do Administrador, ou mediante

25 OUT 2000 003393269

solicitação ao Administrador, de Quotistas titulares de Quotas com direito a voto que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas com direito a voto na deliberação em questão, sendo que, na última hipótese, o Administrador será responsável por convocar, em até 10 (dez) dias corridos, a Assembleia Geral solicitada pelos Quotistas.

12.9. – As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista com direito a voto em todas as deliberações do dia.

12.10. – Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

12.11. – Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, inclusive, mas não se limitando, do direito de voto outorgado ao Quotista titular de Quotas Subordinadas nos termos deste Capítulo, não terão direito a voto na Assembleia Geral o Administrador e seus empregados, bem como a Cedente e os Sacados, mesmo na hipótese de deterem Quotas Sênior.

12.12. – Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua realização, por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas ou (iii) publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3. deste Regulamento.

### **CAPÍTULO TREZE – DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DAS QUOTAS**

#### *Condições Gerais e Forma de Pagamento de Amortizações e Resgates*

13.1. – O Administrador, por conta e ordem do Fundo, promoverá amortizações das Quotas de acordo com o disposto neste Capítulo Treze e no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas.

13.2. – Sem prejuízo do disposto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, as Quotas Sênior referentes a cada emissão/série de Quotas somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização das Quotas Sênior emitidas e em circulação referentes à respectiva emissão/série ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro, ao passo que as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral das parcelas de amortização e resgate das Quotas Sênior e amortização das Quotas Subordinadas emitidas e em circulação ou na data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro.

25 OUT 2000 003393269

13.3. – A distribuição de principal e quaisquer ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante amortização ou resgate de Quotas, observado o disposto neste Capítulo Treze e nos Capítulos Quatorze e Quinze abaixo.

13.3.1. – Quaisquer pagamentos aos Quotistas a título de amortização de Quotas Sênior deverão abranger, proporcionalmente e sem direito de preferência ou prioridade, todas as Quotas Sênior da respectiva emissão/série, em benefício de todos os Quotistas titulares das Quotas Sênior objeto de amortização. Quando do pagamento de resgate de Quotas, as Quotas objeto de resgate serão canceladas.

13.4. – Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Quotas serão efetuados, em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota de abertura no dia do pagamento, calculado nos termos deste Regulamento e do Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Quotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central, ou por meio da BM&FBOVESPA e/ou CETIP, conforme o caso, sendo que, no caso de amortização, o valor das Quotas será reduzido à razão do valor efetivamente amortizado.

13.4.1. – Os pagamentos das parcelas de amortização ou de resgate das Quotas Subordinadas poderão ser efetuados por meio da entrega de Direitos de Crédito Adquiridos, mediante solicitação da Globex ao Administrador, observada a regulamentação aplicável.

13.5. – No âmbito do processo de liquidação do Fundo, os Quotistas poderão receber Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento pelo resgate de suas Quotas, conforme o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento, observada a regulamentação aplicável. Nesta hipótese, o pagamento aos Quotistas pelo resgate de suas Quotas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

13.6. – Quando a data estabelecida para pagamento de amortização ou resgate de Quotas cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte, pelo valor da Quota de abertura no dia do pagamento.

#### *Condições Especiais Aplicáveis a Amortizações das Quotas*

13.7. – Em cada data de amortização de Quotas, conforme previsto no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas (e, no caso do inciso (i) abaixo, desde que não haja um Evento de Avaliação, Evento de Liquidação Antecipada ou Evento de Substituição em andamento), deverão ser observadas as seguintes disposições, sem prejuízo do disposto neste Capítulo:

25 OUT 2003 393269

- (i) a Globex poderá ter a amortização extraordinária de suas Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos, inclusive Direitos de Crédito Inadimplidos, mediante solicitação por escrito ao Administrador, com antecedência de 5 (cinco) Dias Úteis, desde que, após o pagamento extraordinário de amortização das Quotas Subordinadas de que trata este inciso, a Razão de Garantia seja mantida conforme estabelecido neste Regulamento;
- (ii) na hipótese do patrimônio líquido do Fundo sofrer perdas em decorrência do não pagamento dos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tais perdas serão arcadas prioritariamente pelas Quotas Subordinadas até o limite do valor correspondente aos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros não pagos, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais perdas, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Somente no caso de o valor total das Quotas Subordinadas não ser suficiente para arcar com eventuais perdas decorrentes de não pagamento de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, o valor das Quotas Sênior será afetado negativamente, nos valores de tais perdas não absorvidas pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época; e
- (iii) quaisquer custos imputados ao Fundo que sejam decorrentes dos procedimentos referentes a um Evento de Substituição, conforme descrito no Capítulo Dezesseis abaixo e no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, inclusive mas não se limitando ao pagamento de remuneração a eventuais novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir a Globex, serão arcados prioritariamente pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas. Uma vez excedido o valor total das Quotas Subordinadas e caso a Globex não cumpra a sua obrigação de subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas nos termos deste Regulamento, necessárias à cobertura de tais custos, o efeito de tais custos repercutirá nas Quotas Sênior, nos valores de tais custos não absorvidos pelo valor total das Quotas Subordinadas em circulação à época.

#### **CAPÍTULO QUATORZE – DAS HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE QUOTAS MEDIANTE A ENTREGA DE DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS E DE ATIVOS FINANCEIROS EM PAGAMENTO**

14.1. – Observado o disposto no item 14.2. abaixo, caso o Fundo não detenha, na data de liquidação do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o



25 OUT 2003 393269

REGISTRADO

pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas. Nesta hipótese, o resgate deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP.

14.1.1. – Qualquer entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao patrimônio líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

14.1.2. – Para fins do disposto neste Capítulo, as Quotas Sênior referentes a cada emissão/série terão prioridade no pagamento de resgate sobre todas as Quotas Subordinadas em circulação.

14.2. – A Assembleia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento aos Quotistas pelo resgate de suas Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze deste Regulamento e a regulamentação aplicável.

14.2.1. – Na hipótese da Assembleia Geral referida no item 14.2. acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito Adquiridos e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

14.2.2. – O Administrador deverá notificar os Quotistas (i) por meio de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas ou (iii) por meio de publicação de aviso no periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme item 24.3. deste Regulamento, para que os Quotistas elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 da Lei n.º 10.406, de 11 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.



25 OUT 2003 393269

NÚCLEO

14.2.3. – Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

14.2.4. – O Agente de Depósito e/ou o terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante (na hipótese de o Agente de Depósito não estar mais atuando como Agente de Depósito), fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos respectivos Documentos Comprobatórios e Ativos Financeiros pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da data da realização da Assembleia Geral de que trata o item 14.2. acima, dentro do qual o administrador do condomínio indicará ao Agente de Depósito e/ou ao terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito Adquiridos, Documentos Comprobatórios respectivos e Ativos Financeiros. Expirado este prazo, o Administrador poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito Adquiridos, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

**CAPÍTULO QUINZE – DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINS DE  
ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA, DA ALOCAÇÃO MÍNIMA DE  
INVESTIMENTO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E  
OUTROS PROCEDIMENTOS DE ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA**

*Amortização Extraordinária*

15.1. – O Administrador poderá realizar, a qualquer tempo e em igualdade de condições, mediante prévia aprovação da Assembleia Geral nos termos do Capítulo Doze acima, a Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação, pelo valor atualizado das Quotas Sênior em circulação na data da Amortização Extraordinária, calculado de acordo com o disposto neste Regulamento e no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia e/ou à Alocação Mínima de Investimento e/ou à política de investimento descrita no Capítulo Oito deste Regulamento.

15.1.1. – Na hipótese de realização de Amortização Extraordinária nos termos deste Capítulo, todos os Quotistas serão previamente notificados pelo Administrador, por escrito, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, inclusive sobre o valor total esperado no âmbito de cada Amortização Extraordinária.

15.2. – Qualquer Amortização Extraordinária afetará todos os Quotistas titulares de Quotas Sênior, de forma proporcional e em igualdade de condições.

25 OUT 2003 003393269

REGISTRADO

*Outros Procedimentos de Enquadramento da Razão de Garantia*

15.3. – Sem prejuízo do disposto no item 13.7. acima, o Administrador confirmará, diariamente, se a Razão de Garantia está sendo mantida nos termos do item 11.6. acima, sendo que, caso seja constatado qualquer desenquadramento da Razão de Garantia, o Administrador comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato à Globex, solicitando à Globex a realização de aporte adicional de recursos mediante a subscrição e integralização de tantas novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, nos termos e condições do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas. A integralização das novas Quotas Subordinadas pela Globex nos termos deste item deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da carta mencionada neste item.

15.4. – Para fins de cumprimento do disposto no item 15.3. acima, o Administrador poderá deliberar pela emissão de novas Quotas Subordinadas, sem necessidade de autorização prévia da Assembleia Geral. Nessa hipótese, esse Regulamento deverá ser complementado por um Suplemento.

**CAPÍTULO DEZESSEIS – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO, DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DOS EVENTOS DE SUBSTITUIÇÃO**

*Eventos de Avaliação*

16.1. – São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) não observância, pelo Custodiante, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Custódia e/ou no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, conforme o caso, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (ii) não observância, pelo Administrador, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento e na regulamentação em vigor, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (iii) não observância, pelo Agente Escriturador, dos deveres e das obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Escrituração, desde que, comunicado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;

25 OUT 2003 003393269

- (iv) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- (v) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos;
- (vi) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Escrituração;
- (vii) não observância, pela Globex, das Condições de Cessão ou de qualquer das Funções Operacionais e/ou não observância das obrigações da Globex no âmbito do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, conforme o caso, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação;
- (viii) inadimplemento, por parte da Globex, de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;
- (ix) caso o Fundo deixe de atender à Razão de Garantia por período igual ou superior a 3 (três) Dias Úteis consecutivos ou 10 (dez) Dias Úteis alternados, neste último caso verificados no período de 1 (um) mês imediatamente anterior;
- (x) salvo o disposto no item 8.1. acima e no item 19.1. abaixo, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima de Investimento por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (xi) caso o Fundo deixe de estar enquadrado a qualquer dos Percentuais de Concentração da Carteira por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos;
- (xii) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Sênior, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência Classificadora de Risco, ou em 2 (dois) níveis equivalentes, nesta última hipótese conforme classificação de risco atribuída por outras agências classificadoras de risco às Quotas Sênior;
- (xiii) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;

25 OUT 2000 003393269

REGISTRATO

- (xiv) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;
- (xv) caso o Administrador e/ou o Custodiante tomem conhecimento da ocorrência de reincidência na aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade, ainda que referida falha tenha sido tempestivamente sanada nos termos dos incisos (i) e (vii) acima; e
- (xvi) caso o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou qualquer Termo de Cessão Consolidado não seja registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Administrador e da Cedente nos prazos e termos da legislação aplicável por culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou da Cedente, desde que, comunicados, conforme o caso, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida comunicação.

16.1.1. – Sem prejuízo do disposto no item 16.3. abaixo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e à Cedente, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, uma Assembleia Geral, a qual decidirá, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima, (i) se o referido Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação Antecipada, assim como se haverá liquidação do Fundo e quais os procedimentos a serem adotados; ou (ii) se devem ser tomadas medidas adicionais e quais medidas adicionais devem ser tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação, ou, quando e se for o caso, (iii) se um Evento de Substituição também ocorreu, sendo observado, nesta última hipótese, o disposto no item 16.3. abaixo.

16.1.2. – No caso de a Assembleia Geral deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada ou um Evento de Substituição, o Administrador observará os procedimentos de que tratam os itens 16.2. ou 16.3. abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova Assembleia Geral, podendo a Assembleia Geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação Antecipada ou um Evento de Substituição deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo ou à substituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, independentemente de qualquer comunicação aos Quotistas ausentes à referida Assembleia Geral.

25 OUT 2003 393269

REGISTRADO

*Eventos de Liquidação Antecipada*

16.2. – Além das hipóteses previstas na regulamentação aplicável, são considerados Eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação Antecipada;
- (ii) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iii) na hipótese de rescisão dos contratos que regulam as Funções Operacionais ou renúncia da Globex, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos ali definidos;
- (iv) na hipótese de rescisão ou rescisão do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito;
- (v) hipótese de rescisão ou rescisão, conforme o caso, do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- (vi) caso a Razão de Garantia corresponda à percentual inferior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
- (vii) elevação do índice de Direitos de Crédito Inadimplidos com atraso superior a 10 (dez) dias após as respectivas datas de vencimento para nível superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo, calculado diariamente pelo Administrador, com base em informações disponibilizadas pelo Custodiante no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br);
- (viii) não pagamento, em qualquer data de amortização e/ou data de resgate de Quotas Sênior, conforme estabelecidas no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, do valor da amortização e/ou do valor do resgate das Quotas Sênior ou não pagamento no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar de qualquer data de amortização e/ou data de resgate de Quotas Sênior, conforme estabelecidas no Suplemento referente a cada emissão/série de Quotas, na hipótese de ocorrência de erro ou falha operacional nos sistemas do Agente Escriturador ou do Administrador;
- (ix) propositura, pela Globex, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, bem como ingresso de requerimento de recuperação judicial ou

25000 0003393269

autofalência, e a decretação de falência da Globex, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Globex, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

- (x) na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral não nomear instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (xi) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
- (xii) caso a Cedente deixe de comunicar ao Administrador e ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento da Cedente.

16.2.1. – Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação Antecipada, o Fundo imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito, mediante comunicado do Administrador ao Custodiante e à Cedente, sendo que o Administrador convocará, imediatamente, Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do Fundo.

16.2.2. – Na Assembleia Geral mencionada no item 16.2.1. acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

16.2.3. – Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Quotistas da liquidação antecipada do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo em observância ao disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

16.2.4. – Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, será concedido aos Quotistas Dissidentes o Direito de Dissidência, que consiste no direito de resgate antecipado de suas Quotas Sênior, a ser pago em até 30 (trinta) dias contados da data de realização da referida Assembleia Geral, pelo valor de abertura de suas Quotas Sênior no dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento. Os Quotistas Dissidentes deverão informar ao Administrador sobre a sua intenção de exercer o Direito de Dissidência na Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, sob pena de não mais poderem exercer o seu Direito de Dissidência em momento posterior. Os pagamentos referentes ao resgate antecipado das Quotas Sênior de titularidade dos Quotistas Dissidentes serão realizados pelo Administrador no prazo de até 30 (trinta) dias acima referido, na medida em que o Fundo tenha

25 OUT 2000 003393269

recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se, ao final do prazo de 30 (trinta) dias acima referido, os Quotistas Dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral referente ao resgate de suas Quotas Sênior em moeda corrente nacional, os Quotistas Dissidentes receberão Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como pagamento de seu Direito de Dissidência, quando será aplicável o disposto no Capítulo Quatorze deste Regulamento.

16.2.5. – Na hipótese da Assembleia Geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, quando da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, todas as Quotas serão resgatadas até o final do Prazo para Resgate Antecipado, pelo valor de abertura da Quota do dia do pagamento, calculado na forma deste Regulamento, observado o seguinte procedimento:

- (i) as Quotas Sênior terão prioridade no pagamento de resgate sobre as Quotas Subordinadas;
- (ii) as Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o pagamento integral de todas as Quotas Sênior;
- (iii) durante o Prazo para Resgate Antecipado, as Quotas serão resgatadas em moeda corrente nacional, na medida em que o Fundo tenha recursos em moeda corrente nacional disponíveis no montante de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iv) os pagamentos de amortização e resgate referidos acima serão realizados em observância ao disposto no Capítulo Dezenove deste Regulamento; e
- (v) sem prejuízo do disposto neste Regulamento, se, no último Dia Útil do Prazo para Resgate Antecipado, a totalidade das Quotas não tiver sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, os Quotistas receberão Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate de suas Quotas, entrega essa que será realizada de acordo com o disposto no Capítulo Quatorze.

16.2.6. – O direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada, até a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que (i) o referido Evento de Avaliação constitui um evento de liquidação antecipada do Fundo, sem prejuízo da prioridade dos titulares de Quotas Sênior no recebimento de pagamento de resgate de suas Quotas, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo; ou (ii) o referido Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada não dá causa à liquidação antecipada do Fundo,



25 OUT 2003 393269

independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Quotistas na Assembleia Geral.

16.2.7. – O direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas e/ou qualquer direito de voto ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Substituição e a data da deliberação, pela Assembleia Geral, de que o referido Evento de Substituição não dá causa à destituição da Globex no exercício das Funções Operacionais. Caso a Assembleia Geral decida que um Evento de Substituição dá causa à destituição da Globex, o direito da Globex ao recebimento de qualquer pagamento de amortização das Quotas Subordinadas ficará suspenso até a data de liquidação do Fundo. Quaisquer custos decorrentes dos procedimentos referentes à destituição da Globex nos termos referidos acima, inclusive, mas não se limitando, o pagamento da remuneração dos novos prestadores de serviços do Fundo que venham a substituir a Globex, serão arcados, prioritariamente, pelas Quotas Subordinadas, tal como se as Quotas Subordinadas tivessem sido amortizadas no valor correspondente a tais custos, até o montante correspondente ao valor total das Quotas Subordinadas.

#### *Eventos de Substituição da Globex*

16.3. – Os Eventos de Avaliação referidos nos incisos (vii) e (viii) do item 16.1. acima e o Evento de Liquidação Antecipada referido no inciso (ix) do item 16.2. acima poderão resultar ou não (i) na liquidação antecipada do Fundo, conforme decisão da Assembleia Geral e/ou (ii) conforme decisão da Assembleia Geral, na destituição da Globex como prestadora dos serviços que contemplam as Funções Operacionais.

16.3.1. – Se a Assembleia Geral decidir que um determinado Evento de Avaliação constitui um Evento de Substituição, o Administrador deverá iniciar os procedimentos para a substituição da Globex no exercício das Funções Operacionais, no Dia Útil imediatamente seguinte à realização da Assembleia Geral.

16.3.2. – Na hipótese descrita no item 16.3.1. acima, a Globex adotará imediatamente, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, todos os procedimentos necessários para que os mecanismos de substituição estabelecidos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito sejam implementados, sem prejuízo do Fundo e/ou da continuidade dos serviços prestados pela Globex em benefício do Fundo no âmbito das Funções Operacionais nos termos deste Regulamento.

16.3.3. – Caso a Globex seja destituída das Funções Operacionais, um terceiro contratado pelo Fundo, com a interveniência do Custodiante, passará a exercer as Funções Operacionais em substituição à Globex.



25 OUT 2017 003393269

REGISTRADO

## **CAPÍTULO DEZESSETE – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

17.1. – Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas com auditores independentes encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha as suas Quotas admitidas à negociação; e
- (x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

17.2. – As despesas decorrentes de serviços de consultoria para seleção de Ativos Financeiros, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo, correndo por conta do Administrador.

25 OUT 2000 3393269

17.3. – O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração cobrada do Fundo pelo Administrador e não excedam a Taxa de Administração.

17.4. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída dos Quotistas.

## **CAPÍTULO DEZOITO – DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA**

18.1. – Nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos é responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos realizará suas funções observando sempre os Procedimentos de Cobrança descritos no Anexo I e outros esforços e procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

18.1.1. – Todos os custos e despesas que venham a ser incorridos pelo Fundo e pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, além daqueles previstos no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e no Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas titulares de Quotas Sênior, neste último caso por meio de aporte de recursos no Fundo (mediante a subscrição de novas Quotas Sênior) pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior, proporcionalmente à participação de cada um dos referidos Quotistas na composição do patrimônio líquido do Fundo, conforme aprovado em Assembleia Geral nos termos do Capítulo Doze acima, não estando o Administrador ou o Custodiante ou a Cedente, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança de tais Direitos de Crédito Inadimplidos. O Administrador ou o Custodiante ou a Cedente não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados aos Procedimentos de Cobrança.

18.2. – Fica desde já estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo ou pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos antes (i) do recebimento integral do adiantamento dos valores a que se refere o item anterior; e (ii) da assunção, pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de

25 OUT 2003 393289

medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive no caso de os Quotistas titulares de Quotas Sênior não aportarem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

18.3. – Todos os valores aportados pelos Quotistas titulares de Quotas Sênior no Fundo nos termos do item acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação, bem como decorrentes da não recuperação dos créditos referidos, dentro ou não do prazo de duração do Fundo.

#### **CAPÍTULO DEZENOVE – DA RESERVA DE PAGAMENTO E DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DO FUNDO**

19.1. – O Administrador deverá constituir Reserva de Pagamento referente ao pagamento de amortizações ou resgate das Quotas Sênior, de acordo com o disposto abaixo, por meio da aplicação dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros:

- (i) até o 60º (sexagésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 50% (cinquenta por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros; e
- (ii) até o 30º (trigésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, 100% (cem por cento) do Valor Futuro Estimado deverá estar alocado em Ativos Financeiros.

19.2. – A partir da Primeira Data de Emissão, o Administrador deverá utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento de despesas e encargos do Fundo, conforme descritos neste Regulamento;

25 OUT 2020 003393269

- (ii) formação de reserva equivalente ao montante estimado das despesas e encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) constituição da Reserva de Pagamento;
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Sênior;
- (v) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- (vi) aquisição de Direitos de Crédito ; e
- (vii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO VINTE – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- 20.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.
- 20.2. – O exercício social do Fundo encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.
- 20.3. – O Fundo estará sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.
- 20.4. – As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

## **CAPÍTULO VINTE E UM – DOS FATORES DE RISCO**

- 21.1. – Todo investidor interessado em adquirir Quotas deve, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, considerar os fatores de risco descritos a seguir:

### Riscos de Mercado dos Ativos Financeiros

- 1. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de

25 OUT 2000 393269

comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

2. – O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos de Crédito Adquiridos e nos Ativos Financeiros. Considerando-se que o valor das Quotas Sênior será atualizado na forma estabelecida no item 11.12. deste Regulamento e o valor das Quotas Subordinadas será atualizado na forma estabelecida no item 11.13. deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão de tais descasamentos, não sendo o Administrador e o Custodiante responsáveis por quaisquer perdas que venham a ser impostas aos Quotistas, em razão dos descasamentos de que trata este item.

3. – A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado) e no Manual de Precificação do Custodiante. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como o critério de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira. As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

#### Riscos de Crédito dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros

4. – A Cedente não assume qualquer responsabilidade pela solvência dos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito Adquiridos sejam pagos pelos Sacados e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Custodiante e pela Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

5. – Os Ativos Financeiros estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos Financeiros. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da

25 OUT 2000 003393269

qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.

6. – O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros e quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

#### Riscos de Liquidez

7. – O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo Doze deste Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário, bem como, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista. Ainda, Quotas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Super Qualificados e, no mercado de balcão organizado, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

8. – O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Adquiridos apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito Adquiridos. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito Adquiridos, e poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito Adquiridos poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

#### Riscos Operacionais envolvendo o Fundo

9. – A Globex será responsável pelas Funções Operacionais. O descumprimento, pela Globex, de determinadas Funções Operacionais, pode dificultar ou impossibilitar o recebimento, pelo Fundo, dos pagamentos referentes a Direitos de Crédito Adquiridos, caso em que o Fundo e os

25 OUT 2003 393269

Quotistas poderão sofrer perdas significativas. Dentre tais riscos operacionais destacam-se os seguintes:

9.1. – Guarda Física de Documentos Comprobatórios: Nos termos do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a Globex será responsável pela guarda física das vias originais dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositário. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, na qualidade de Agente de Depósito, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

9.2. – Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos: Nos termos do Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, a Globex será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os Procedimentos de Cobrança. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

9.3. – Agente de Conciliação e Cobrança: Nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, a Globex atuará como Agente de Conciliação e Cobrança. Não há como assegurar que a Globex atuará de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito na qualidade de Agente de Conciliação e Cobrança, o que poderá acarretar em perdas para o Fundo e os Quotistas.

10. – Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

11. – A Cedente, o Fundo, o Administrador, o Custodiante e o Agente Escriturador não serão responsáveis pela solvência dos Direitos de Crédito Adquiridos e/ou pelo pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos. O Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos será responsável por cobrar os Direitos de Crédito Inadimplidos, em observância aos Procedimentos de Cobrança, os quais não assegurarão que os valores devidos ao Fundo serão recuperados.

#### Riscos de Descontinuidade



25 OUT 2003 393269

12. – Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Quotas, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação Antecipada ou conforme disposto no Capítulo Quinze deste Regulamento. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador e pelo Custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

13. – Este Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento Avaliação ou Evento de Liquidação Antecipada, poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Adquiridos e Ativos Financeiros recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Sacados devedores dos Direitos de Crédito Adquiridos.

#### Risco Relacionado à Origem e Regularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos

14. – O Custodiante realizará auditoria mensal nos Documentos Comprobatórios em observância aos procedimentos descritos no Anexo III, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Tendo em vista que a auditoria periódica acima referida será realizada após a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito Adquiridos cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos. Esse fato poderá trazer perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### Outros Riscos

15. – O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito Adquiridos serem alcançados por obrigações assumidas pela Cedente e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência da Cedente. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito Adquiridos, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito Adquiridos, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pela Cedente, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de



25 OUT 2003 393269

prejudicar os credores da Cedente. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações da Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

16. – A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos de Crédito Adquiridos. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas por cada um.

17. – As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

18. – Nos termos do artigo 130 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (Lei de Registros Públicos), para que os termos e condições do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e dos Termos de Cessão Consolidados surtam efeitos contra terceiros desde a data de sua respectiva assinatura, o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e os Termos de Cessão Consolidados devem ser levados a registro nos respectivos domicílios do Administrador e da Cedente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e de cada Termo de Cessão Consolidado. O registro do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e dos Termos de Cessão Consolidados depois de decorrido o prazo legal produzirá efeitos perante terceiros somente a partir da data da sua apresentação nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos. Adicionalmente, para que o registro produza efeitos plenos, é necessário que o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e os Termos de Cessão Consolidados contenham informações que permitam a individualização dos Direitos de Crédito Adquiridos. De acordo com o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, os Termos de Cessão Consolidados deverão ser registrados na Cidade de São Paulo (sede do Administrador), em formato analítico (i.e. com a descrição pormenorizada dos Direitos de Crédito Adquiridos), e na Cidade do Rio de Janeiro (sede da Cedente), em formato sintético (i.e. com a descrição consolidada dos Direitos de Crédito Adquiridos), no prazo estabelecido neste Regulamento. Caso o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou os Termos de Cessão Consolidados não sejam levados a registro nos termos da Lei de Registros Públicos ou o Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito e/ou os Termos de Cessão Consolidados sejam levados a registro depois de decorrido o prazo referido neste item ou, ainda, caso o registro dos Termo de Cessão Consolidados em formato sintético realizado na Cidade do Rio de Janeiro não seja considerado como hábil para produção de efeitos plenos em função do nível de detalhamento de informações relativas aos Direitos de Crédito Adquiridos, o Fundo poderá sofrer perdas, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos de Crédito Adquiridos para o Fundo.

25 OUT 003393269

## **CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

22.3. – O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do

25 OUT 2000 3393289

Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo Doze acima.

22.3.1. – Na hipótese de o Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o item acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Capítulo Doze acima, para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral, observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Quatorze acima.

22.3.2. – Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo e gestão da Carteira até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

22.3.3. – Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 22.3.2. acima não substitua o Administrador dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos mencionado acima, o Administrador poderá proceder à liquidação automática do Fundo, a partir do 40º (quadragésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral que nomear a nova instituição administradora, devendo ser observado, se for o caso, o disposto no Capítulo Quatorze acima.

#### Custódia e Controladoria

22.4. – O Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, sociedade devidamente autorizada pela CVM para prestar serviços de custódia qualificada de títulos e valores mobiliários, para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo e custódia qualificada dos ativos integrantes da Carteira.

22.4.1. – Sem prejuízo do disposto no item acima, o Custodiante será responsável pela verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade pelos Direitos de Crédito, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito Adquiridos pelo Fundo.

22.4.2. – Tendo em vista a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o Custodiante realizará, após as cessões dos

25 OUT 2008 08:39:32

Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, a verificação eletrônica de 100% (cem por cento) dos Documentos Comprobatórios no âmbito de cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, nos termos da Instrução CVM n.º 356/01.

22.4.3. – No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Sacados devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança e Conciliação e/ou Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

22.4.4. – Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, no Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, no Contrato de Custódia e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito, do Contrato de Custódia e nos demais documentos referentes à operacionalização do Fundo do qual seja parte, observado que, nesta hipótese, o Custodiante deverá prestar todo o auxílio necessário à instituição que vier a substituí-lo, de forma a permitir a perfeita continuidade das operações e funcionamento do Fundo.

#### Escrituração de Quotas

22.5. – O Agente Escriturador foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de escrituração de Quotas, nos termos do Contrato de Escrituração de Quotas.

### **CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR**

23.1. – Pela administração do Fundo e gestão da Carteira, o Administrador fará jus à Taxa de Administração correspondente a 0,06% (seis centésimos por cento) ao ano provisionada a cada Dia Útil, à razão 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior. A Taxa de Administração será apurada no último Dia Útil de cada mês e paga mensalmente ao Administrador até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

23.1.1. – A Taxa de Administração não poderá ser inferior ao valor mínimo mensal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).



25 OUT 2003 393269

REGISTRADO

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

24.6. – O Diretor do Administrador responsável pelo Fundo deverá elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento descrita neste Regulamento, inclusive no que diz respeito aos limites de composição e diversificação aplicáveis ao Fundo; e
- (ii) que as aquisições de Direitos de Crédito Adquiridos pelo Fundo foram realizadas em observância às taxas de mercado.

24.6.1. – Os demonstrativos trimestrais de que trata o item acima deverão ser enviados à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas.

24.6.2. – Os demonstrativos trimestrais deverão ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

24.7. – O Administrador deverá divulgar, anualmente, no periódico referido no item 24.3 acima, além de manter disponíveis em sua sede e dependências, e nas instituições que coloquem Quotas: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor das Quotas de cada classe; (iii) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem; e (iv) os relatórios da Agência Classificadora de Risco.

## **CAPÍTULO VINTE E CINCO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.

25 OUT 2000 003393269

25.2. – Este Regulamento, seus eventuais aditamentos e os respectivos Suplementos serão levados a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente localizado na cidade da sede do Administrador.

25.3. – Fica eleito o Foro do domicílio dos Quotistas, para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas deste Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.4. – Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o "Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú", por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Corporativa Itaú", por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência ao Administrador, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar o Administrador por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

25 OUT 2000 3393269

REGISTRADO

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

**Procedimentos de Cobrança**

*Para fins do disposto neste Anexo I, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Anexo I, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Anexo I é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

**Procedimentos de Cobrança**

O presente Anexo I contempla os procedimentos a serem adotados pelo Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

**Procedimentos para cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos**

No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o inadimplemento de determinado Direito de Crédito Adquirido, o Administrador instruirá o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para que notifique extrajudicialmente o respectivo Sacado devedor do Direito de Crédito Inadimplido para efetuar o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido dentro de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação do Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

**Procedimentos para cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos**

Caso o Sacado devedor do Direito de Crédito Inadimplido não efetue o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido na forma do parágrafo acima, o Administrador instruirá o Agente de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos para que contrate escritório especializado em cobrança, para que o respectivo escritório realize a cobrança judicial do Direito de Crédito Inadimplido (podendo inclusive protestar o Direito de Crédito Inadimplido ou os títulos que o represente).



25 OUT 2000 003393269

**ANEXO II AO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

**Política de Cadastro e Concessão de Crédito**

*Para fins do disposto neste Anexo II, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Anexo II, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Anexo II é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

Os Direitos de Crédito são originados pelos Sacados no âmbito de operações de compra e venda de produtos e serviços financiadas por meio de cartões de crédito administrados pelos Sacados e realizadas entre a Cedente e seus clientes finais em estabelecimentos da Cedente que tenham sido previamente informados aos Sacados, mediante notificação escrita encaminhada pela Cedente aos Sacados com cópia para o Fundo, sendo que referidas notificações deverão informar, ainda, a alteração do domicílio bancário dos Direitos de Crédito para o Fundo, garantindo, desta forma, que o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo sejam efetuados diretamente na Conta Autorizada do Fundo.

Cada Sacado adota uma política própria para o cadastro de seus clientes e definição dos respectivos limites de crédito (e, por conseguinte, emissão dos cartões de crédito), que contemplam desde a obtenção de informações gerais e documentos essenciais de cada cliente, tais como, mas não se limitando a, nome completo, número da cédula de identidade RG e número do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, até a obtenção de informações mais específicas.

A obtenção de informações mais específicas tem por objetivo permitir aos Sacados definir o limite de crédito de cada cliente e podem contemplar, inclusive, mas não se limitando, informações financeiras atuais de cada cliente e pesquisa acerca da eventual existência de apontamentos em órgãos de proteção ao crédito.

Sem prejuízo dos procedimentos adotados por cada Sacado para o cadastro de seus clientes e definição dos respectivos limites de crédito, os Direitos de Crédito são originados pelos Sacados no âmbito de operações de venda, pela Cedente, de produtos e serviços, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartão de crédito, as quais são realizadas mediante a utilização de sistema eletrônico acordado entre a Cedente e cada Sacado, bem com em estrita observância, pelos Sacados e pela Cedente, dos termos e condições estabelecidos em contrato de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema do Sacado e aos manuais operacionais adotados por cada Sacado.

25 OUT 2000 3393269

**ANEXO III AO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

*Para fins do disposto neste Anexo III, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Anexo III, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Anexo III é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

**Procedimento de Verificação dos Documentos Comprobatórios**

A verificação eletrônica de 100% (cem por cento) dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo Custodiante, mensalmente e após as cessões dos Direitos de Crédito Adquiridos ao Fundo, observados os seguintes procedimentos:

1. Os Sacados deverão encaminhar, diariamente, ao Custodiante, o arquivo eletrônico das transações, reconhecidas e validadas pelos Sacados, referente às vendas realizadas pela Cedente aos seus clientes finais, cujos pagamentos foram financiados por meio de cartão de crédito administrado pelos Sacados;
2. A Cedente deverá encaminhar, às terças-feiras de cada semana, o Arquivo Eletrônico Analítico, o qual contemplará as seguintes informações relativas às transações que deram origem aos Direitos de Crédito Adquiridos desde a terça-feira imediatamente anterior ao seu envio:
  - a. Nome do Sacado;
  - b. Número do Direito Creditório Adquirido;
  - c. Número da Transação;
  - d. Número da Parcela da Transação;
  - e. Data da Venda;
  - f. Data de Vencimento; e
  - g. Valor da Transação.
3. O Custodiante, mediante os recebimento dos arquivos de que tratam os itens 1 e 2 acima, realizará a verificação eletrônica da existência e consistência das informações relativas às transações que deram origem aos Direitos de Crédito Adquiridos em cada mês;
4. O Custodiante fará a verificação eletrônica dos contratos de credenciamento e adesão de estabelecimentos ao sistema dos Sacados celebrados entre a Cedente e cada Sacado,

25 OUT 2015 003393269

através de arquivo digitalizado atualizado enviado pela Cedente até o 2º (segundo) Dia Útil de cada mês; e

5. O Custodiante informará ao Administrador, à Cedente, Agência Classificadora de Risco e aos auditores independentes do Fundo o resultado da verificação eletrônica efetuada de acordo com a metodologia descrita neste Anexo III, em observância à regulamentação aplicável.

25 OUT 2003 003393269

**ANEXO IV AO REGULAMENTO DO  
GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
CRÉDITO MERCANTIL**

*Para fins do disposto neste Anexo IV, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Anexo IV, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Anexo IV é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

**Modelo de Suplemento**

**Suplemento Referente à [•] Emissão e [Oferta][Oferta Restrita] de Quotas do  
Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil**

*Para fins do disposto neste Suplemento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Suplemento, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, se de outra forma não estiverem aqui definidos.*

<b>Características da [•] Emissão de Quotas do Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil</b>	
Número da Emissão	[•]
Classes/Série de Quotas	[•]
Data de Emissão	[•]
Quantidade de Quotas Sênior	[•] ([•])
Quantidade de Quotas Subordinadas	[•] ([•])
Total de Quotas Emitidas	[•] ([•])
Forma de colocação das Quotas	As Quotas Sênior serão objeto de [Oferta][Oferta Restrita], nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas Subordinadas não serão objeto de [Oferta][Oferta Restrita] e serão subscritas unicamente pela Globex, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas
Preço de Emissão	R\$ [•] ([•])

72

25 OUT 2003 003393269

**Suplemento Referente à Primeira Emissão e Oferta de Quotas do  
 Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil**

*Para fins do disposto neste Suplemento, os termos e expressões indicados em letra maiúscula neste Suplemento, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento, do qual este Suplemento é parte integrante e inseparável, exceto se de outra forma aqui definidos.*

<b>Características da Primeira Emissão de Quotas do Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Crédito Mercantil</b>	
Número da Emissão	1ª (Primeira).
Classes/Série de Quotas	2 (duas) classes de Quotas, quais sejam, as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas.
Data de Emissão	A data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização de Quotas Sênior.
Quantidade de Quotas Sênior	Até 11.666 (onze mil e seiscentos e sessenta e seis), considerando-se 1.666 (mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior objeto da Quantidade Adicional.
Quantidade de Quotas Subordinadas	Até 1.667 (hum mil e seiscentas e sessenta e sete).
Total de Quotas Emitidas	Até 13.333 (treze mil e trezentos e trinta e três), considerando-se as Quotas Sênior objeto da Quantidade Adicional.
Forma de colocação das Quotas	As Quotas Sênior serão objeto de Oferta, nos termos da regulamentação aplicável. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente pela Globex, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.
Preço de Emissão	R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
Valor da Emissão	Até R\$ 1.333.300.000,00 (um bilhão e trezentos e trinta e três milhões e trezentos mil reais), considerando-se 1.666 (mil e seiscentas e sessenta e seis) Quotas Sênior no

25 OUT 2003 393269

	âmbito do exercício da Quantidade Adicional mencionada abaixo.
Montante Mínimo de Subscrição	O Fundo poderá iniciar suas atividades, desde que, até a data de encerramento do prazo de subscrição das Quotas, tenham sido subscritas e integralizadas Quotas Sênior representando o montante mínimo de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). As Quotas que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Administrador.
Lote Suplementar e Quantidade Adicional	<p>Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, havendo demanda por parte dos Investidores Qualificados que a justifique, o Administrador e a Instituição intermediária líder da Oferta poderiam, de comum acordo, exercer opção para distribuição de lote suplementar de Quotas Sênior em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Sênior originalmente ofertada ("Lote Suplementar"). Referida opção de Lote Suplementar não foi exercida.</p> <p>Nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta foi aumentada de comum acordo entre o Administrador e a Instituição intermediária líder da Oferta, em 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada ("Quantidade Adicional").</p> <p>A distribuição da Quantidade Adicional observará as mesmas condições e preço das Quotas Sênior inicialmente ofertadas.</p>
Prazo de Subscrição das Quotas	As Quotas da Primeira Emissão deverão ser totalmente subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do anúncio de início da Oferta, observado que o Administrador poderá solicitar à CVM a prorrogação do prazo acima referido nos termos da regulamentação aplicável, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral. As Quotas Sênior e as Quotas

25 OUT 2003 003393289

	Subordinadas deverão ser subscritas na mesma data.
Benchmark das Quotas Sênior	107,75% (cento e sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da Taxa DI.
Forma de Cálculo das Quotas Sênior	<p>As Quotas Sênior serão calculadas de acordo com a seguinte expressão:</p> $VQS_t = (VQS_{t-1} - VAP_{t-1}) \times \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_{t-1}}{100} \right)^{\frac{360}{365}} - 1 \right] \times \frac{P}{100} + 1, \text{ onde:}$ <p><math>VQS_t</math>: valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "t";</p> <p><math>VQS_{t-1}</math>: valor de cada Quota Sênior para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização, resgate ou nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "t";</p> <p><math>VAP_{t-1}</math>: valor unitário da amortização periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização no dia útil imediatamente anterior à data "t" (se houver);</p> <p><math>\text{Taxa DI}_{t-1}</math>: taxa DI referente ao dia útil anterior à data "t". Exemplo: Se a Taxa DI <i>over</i> do dia útil anterior for 10,5%, então <math>\text{Taxa DI}_{t-1} = 10,5</math>; e</p> <p>P: 107,75 conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p>
Forma de Cálculo das Quotas Subordinadas	Nos termos do item 11.13. do Regulamento.
Periodicidade e Metodologia dos Pagamentos das Parcelas de Amortização das Quotas Sênior	$VAP_t = VQS_T - (VUQ - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AMT$ <p><math>VAP_t</math>: valor unitário da amortização de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";</p> <p><math>VQS_T</math>: valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";</p> <p><math>VUQ</math>: preço unitário de Emissão das Quotas Sênior;</p>



25 OUT 2000 3393269

	<p>REGISTRADO</p> <p><b>SAM<sub>T-1</sub></b>: somatório de AMT (conforme abaixo definido) efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p><b>SVAE<sub>T-1</sub></b>: somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";</p> <p>O AM<sub>T</sub> será apurado de acordo com a seguinte expressão:</p> $AMT = (VUQ) \times PPS$ <p>onde:</p> <p>AM<sub>T</sub>: montante do Preço de Emissão a ser amortizado, sendo que, nas amortizações que serão realizadas no Dia Útil correspondente ao término do 12º (décimo segundo) e 24º (vigésimo quarto) meses, contado a partir da data de subscrição das Quotas Sênior, o AM<sub>T</sub> será equivalente a 0 (zero);</p> <p>VUQ: Preço de Emissão das Quotas; e</p> <p>PPS: percentual do preço de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", correspondente a 100% (cem por cento) do Preço de Emissão.</p>
<p>Datas Programadas para o Pagamento de Amortização das Quotas Sênior</p>	<p>Amortização das Quotas Sênior, para fins de distribuição de juros pagos ao Fundo em decorrência da titularidade dos Direitos de Crédito Adquiridos, será realizada no Dia Útil referente ao término de cada período correspondente ao 12º (décimo segundo), 24º (vigésimo quarto) e 36º (trigésimo sexto) meses contados a partir da data de subscrição das Quotas Sênior. A amortização de Quotas Sênior, para fins de distribuição do valor principal dos</p>

25 OUT 2003 393269

	Direitos de Crédito Adquiridos, será realizada somente no Dia Útil referente ao término do período correspondente ao 36º (trigésimo sexto) mês contados da data de subscrição das Quotas Sênior.
Data Programada para o Pagamento de Resgate das Quotas Sênior	O Dia Útil referente ao término do período correspondente ao 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de subscrição das Quotas.
Amortização das Quotas Subordinadas	Nos termos do Capítulo Treze do Regulamento.
Quantidade Total de Quotas Sênior após esta Emissão	-
Quantidade Total de Quotas Subordinadas após esta Emissão	-
Patrimônio Líquido Total do Fundo antes da realização desta Emissão	-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO XI**

---

Relatório de classificação de risco das Quotas Sênior

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABS/Recebíveis  
Comerciais  
Brasil  
Relatório de Rating  
Preliminar

## Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil

Classe Sênior - Série 2010-1

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi  
55 11 4504-2617  
[ely.mizrahi@fitchratings.com](mailto:ely.mizrahi@fitchratings.com)

Jayne Bartling  
55 11 4504-2602  
[jayne.bartling@fitchratings.com](mailto:jayne.bartling@fitchratings.com)

### Pesquisa Relacionada

#### Metodologia

- “Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitizations”, 28 de janeiro de 2008;
- “Global Structured Finance Rating Criteria”, 16 de agosto de 2010;
- “Criteria for Structured Finance Loss Severity Ratings”, 17 de fevereiro de 2009.

#### Outra Pesquisa

- “Relatório Analítico: Companhia Brasileira de Distribuição (CBD)”, 20 de julho de 2010;
- “Relatório Analítico: Redecard S.A.”, 22 de abril de 2010.

### Sumário

Resumo da Transação .....	1
Transação e Estrutura Legal .....	3
Análise do Colateral .....	4
Estrutura Financeira .....	9
Risco de Contrapartes .....	11
Monitoramento .....	12
Apêndice A: Originação e Cobrança .....	13
Apêndice B: Perfil do Originador .....	14
Apêndice C: Resumo da Transação .....	15

Este relatório substitui o relatório de mesmo nome, publicado em 20 de setembro de 2010, e está sendo republicado para corrigir o rating da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (A(bra), Perspectiva Positiva) nas páginas 2, 4 e 15.

### Resumo da Transação

#### Ratings

Classe/Série	Montante (BRL BI)	Vencimento Final Legal	Rating Preliminar	Reforço de Crédito <sup>a</sup>	Rating de Severidade de Perda <sup>b</sup>	Perspectiva
Cota Sênior - Série 2010-1	1,35	Out./2013	AAA(bra)	12,5%	LS-1	Estável
Cotas Subordinadas	0,19	Out./2013	NA	--	NA	--
<b>Total Emissão</b>	<b>1,54</b>					

\*O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 10 de setembro de 2010. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA – Não Avaliada.

<sup>a</sup> Reforço de crédito na forma de cotas subordinadas, adicionado à sobrecolateralização (calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL38,83 milhões). Este saldo devedor da carteira reflete a dedução de despesas estimadas de estruturação a serem pagas no início da operação.

<sup>b</sup> Detalhes estão no relatório “Criteria for Structured Finance Loss Severity Ratings”, de 17 de fevereiro de 2009.

Fonte: Fitch Ratings

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo ‘AAA(bra)’ à primeira série de cotas seniores do Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil (Globex FIDC). Esta operação é uma securitização de recebíveis comerciais performados, provenientes de operações de compra de produtos e serviços de consumidores por meio de cartões de crédito nas lojas da Globex Utilidades S.A. (Globex), da marca “Ponto Frio”, empresa pertencente à Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (Grupo Pão de Açúcar). A primeira série de cotas seniores será objeto de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços pelo Banco Itaú BBA S.A. (Itaú BBA), enquanto a emissão de cotas subordinadas terá distribuição privada, e a integralização e subscrição serão realizadas pela Globex.

O Rating Preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores desta operação reflete a capacidade de pagamento pontual e integral do principal investido, mais a taxa benchmark de rendimento de 111% do CDI nas datas programadas de amortização, até seu vencimento final.

### Principais Fundamentos do Rating

#### Pontos Fortes

- **Reforço de Crédito** - A diferença entre o valor presente da carteira de direitos creditórios da operação, de BRL1,54 bilhão, e a emissão de até BRL1,35 bilhão da primeira série de cotas seniores gera um reforço de crédito inicial de 12,5% em benefício da classe sênior. Além do reforço de crédito inicial, através do desconto dos créditos, será gerada uma sobrecolateralização de aproximadamente 0,61%. O modo de utilização desta sobrecolateralização será “use ou perca”, ou seja, caso esta não seja utilizada para absorver as perdas iniciais da carteira, será direcionada para as cotas subordinadas, podendo ser amortizada à medida que o reforço de crédito permaneça sempre igual ou superior a 12,5%.

- **Qualidade de Crédito dos Sacados** - Os sacados elegíveis para esta operação são Banco Bankpar S.A. (Amex), Cielo S.A. (Cielo), Redecard S.A. (Redecard) e Financeira Itaú CBD S.A. (FIC). A qualidade de crédito deste último sacado é inferior à das demais; entretanto, a exposição da FIC não poderá ser superior a duas vezes o reforço de crédito presente. Caso o rating do Grupo Pão de Açúcar 'A(bra)' seja rebaixado em até dois níveis, para até 'BBB+(bra)' (BBB mais (bra)), a exposição da FIC ficará limitada ao reforço de crédito presente no fundo.
- **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Todo pagamento referente aos direitos creditórios cedidos será realizado numa conta de titularidade do fundo, custodiada no Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco). No momento da cessão será enviada uma notificação para os sacados dos créditos, junto com a informação sobre a conta de pagamento dos direitos creditórios adquiridos. O mecanismo implementado nesta operação segrega devidamente os recebimentos da operação aos recebimentos da Globex, mitigando adequadamente o risco de fungibilidade ou mistura do fluxo de caixa, no entender da Fitch.

## Pontos Fracos

- **Descasamento das Taxas de Juros** - O passivo desta operação está indexado por uma taxa pós-fixada, e o ativo rentabilizado, por uma taxa prefixada, o que gera uma exposição a descasamento de taxa de juros dentro do prazo do ativo. A operação não contempla o uso de instrumentos de derivativos, que poderia mitigar este risco. A Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa e no cálculo da reserva dinâmica um cenário de aumento do CDI com o intuito de verificar se a estrutura de capital do fundo é capaz de absorver o risco em questão.
- **Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - A carteira de direitos creditórios elegível para esta operação está exposta a cancelamentos e *charge backs*. Ambos são considerados como eventos de diluição. Estes eventos reduzem a expectativa de recebimento de fluxo de caixa e não estão ligados à qualidade de crédito dos sacados presentes na transação, e sim à dinâmica comercial entre os consumidores e a Globex. Tais eventos, conforme o histórico observado, apresentaram percentuais baixos: os eventos relacionados a cancelamentos representaram 0,72% do total de vendas realizadas e aqueles relativos a *charge backs*, 0,27%.

## Aplicação de Critério e Dados Históricos

### Aplicação de Critério

A Fitch utilizou para esta análise o “Critério Global de Avaliação para Securitizações de Recebíveis Comerciais”, publicado em 28 de janeiro de 2008, o “Critério para Ratings de Severidade de Perda de Finanças Estruturadas”, publicado em 17 de fevereiro de 2009, e o “Critério Global para Rating de Finanças Estruturadas”, publicado em 30 de setembro de 2009. Os relatórios estão disponíveis em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

### Dados Históricos

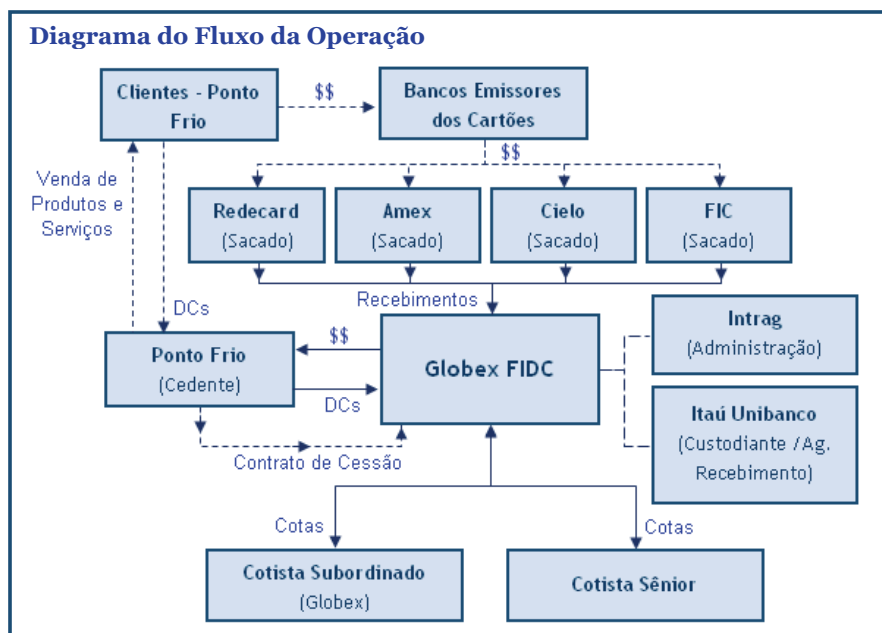
Através do relatório elaborado pela KPMG Risk Advisory Services Ltda. (KPMG), a Fitch recebeu informações históricas, em base mensal, referentes aos direitos creditórios da Globex devidos por Redecard, Cielo e Amex. O período relativo às informações foi de janeiro de 2007 a dezembro de 2009 e estas apresentaram os eventos de diluição presentes na carteira, o desempenho de pagamentos destes sacados, o volume de vendas mensal da Globex e o prazo de pagamento das vendas. Entretanto, o período de informações sobre os créditos devidos pela FIC abrange janeiro de 2008 a dezembro de 2009 e os eventos de diluição destes recebíveis (*charge backs* e cancelamentos) não foram apresentados em base mensal.

## Transação e Estrutura Legal

O Globex FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. No entanto, cada série de cotas terá prazo determinado, e o prazo da primeira série de cotas seniores será de três anos, a partir da primeira subscrição. O fundo será administrado pela Intrag DTVM Ltda. (Intrag), e o Itaú Unibanco exercerá as funções relacionadas à custódia e ao recebimento dos ativos do fundo. A Globex foi contratada como fiel depositária dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios, agente de conciliação dos recebimentos e agente de cobrança dos créditos vencidos e a vencer.

Duas classes de cotas serão emitidas pelo fundo, sênior e subordinada. O montante da primeira série de cotas seniores será de até BRL1,0 bilhão, que, de acordo com o lote suplementar e quantidade adicional, previsto na Instrução 400 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), poderá chegar a até BRL1,35 bilhão.

A primeira série de cotas seniores terá prazo total de três anos e seus investidores receberão amortizações de juros ao final do primeiro e segundo anos, e principal e juros no terceiro ano. Será subscrito e integralizado pela Globex o montante de até BRL192,85 milhões em cotas subordinadas, que, considerando a emissão da primeira série de cotas seniores, perfazerá 12,5% do Patrimônio Líquido (PL) do fundo. As cotas subordinadas serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas seniores, desde que se mantenha o percentual mínimo de 12,5% do PL do fundo. Ao longo do prazo de três anos das cotas seniores, em qualquer momento, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas extraordinariamente, respeitando-se o mesmo percentual mínimo de subordinação.



## Estrutura Legal

A Fitch solicitou e recebeu uma minuta do parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando a correta constituição do fundo conforme as leis vigentes. A cessão dos direitos creditórios será um negócio jurídico perfeito, que assegura ao fundo a titularidade sobre os créditos adquiridos.



## Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a agência conta com uma opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal, nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch, nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

## Análise de Colateral

Os direitos creditórios elegíveis para esta operação são originários de operações de compra de consumidores, financiados por cartões de crédito, nos estabelecimentos comerciais da Globex. Quando o pagamento da compra é realizado por meio de um cartão de crédito, a liquidação segue três etapas:

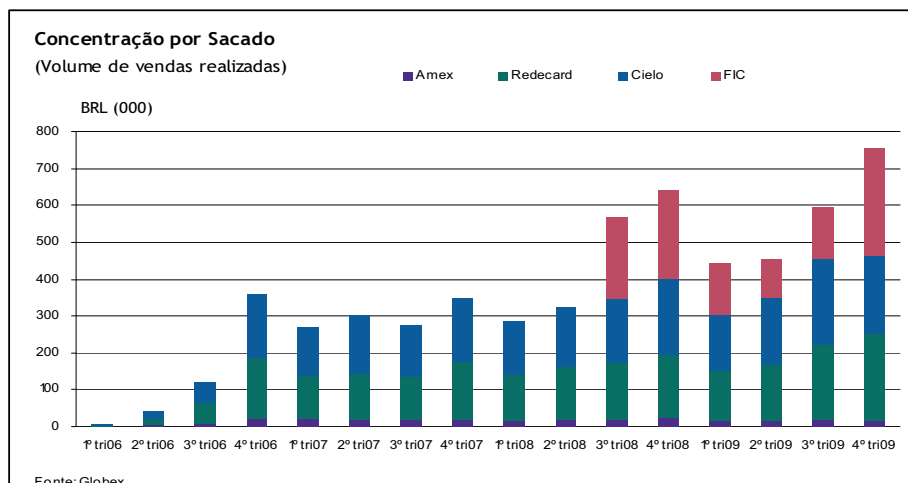
- 1ª - O consumidor paga o valor relativo à compra para a instituição emissora do cartão de crédito;
- 2ª - A instituição emissora do cartão transfere o recurso para Cielo ou Redecard, conforme o caso; e
- 3ª - A Redecard ou a Cielo transfere o recurso da venda para o lojista (Globex).

Assim, quando a compra é realizada com cartão de crédito, a exposição do lojista ao risco de pagamento do consumidor é transferida para a instituição emissora do respectivo cartão, e o risco do lojista de receber o pagamento da venda passa a ser da operadora do cartão de crédito. Desta forma, caso a emissora do cartão não realize a transferência do recurso referente à liquidação da venda, Cielo e Redecard pagam o valor devido ao lojista e, respectivamente, cobram a inadimplência da instituição emissora do cartão.

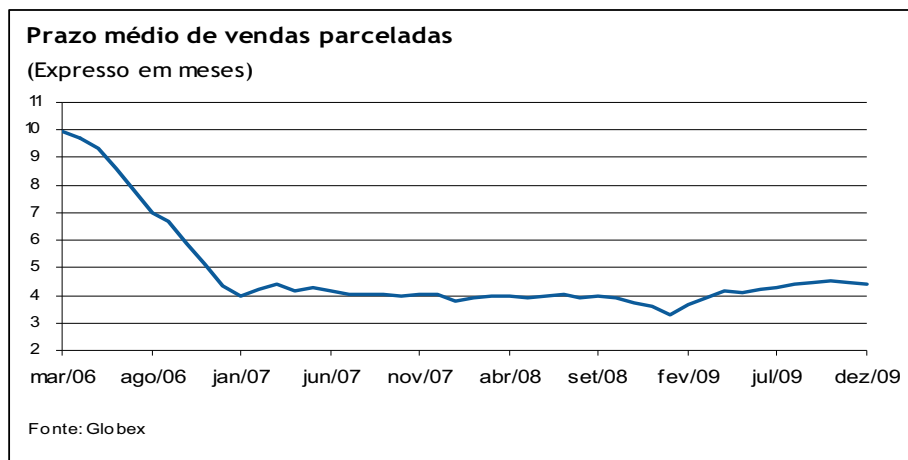
A Globex aceita como forma de pagamento cartões de crédito da FIC (*joint venture* entre Itaú Unibanco e Grupo Pão de Açúcar). Neste caso, o risco de crédito do consumidor fica a cargo da FIC, e a Globex passa a estar exposta ao risco de inadimplência da FIC. A cessão do direito creditório devido pela FIC é elegível para o fundo. Entretanto, a soma dos créditos devidos por esta é limitada a duas vezes o reforço de crédito presente na transação. Caso o rating 'A(bra)' atribuído pela Fitch ao Grupo Pão de Açúcar seja rebaixado em até dois níveis, para até 'BBB+(bra)' (BBB mais (bra)), a exposição da FIC passa a ser limitada ao reforço de crédito da transação.

O perfil da carteira da Globex em relação à concentração apresentada no gráfico abaixo poderá se alterar no decorrer da transação, em virtude das mudanças recentes realizadas em relação às regras de exclusividade de processamento das operadoras de cartões sobre as respectivas bandeiras de cartões.

Tendo em vista que a exclusividade no processamento de transações de determinadas bandeiras de cartões foi extinta, a tendência é de que o volume de transações que trafegam pela rede das operadoras varie conforme o acordo que a operadora possui junto ao estabelecimento que realiza a venda.



O prazo de pagamento dos direitos creditórios poderá variar conforme o número de parcelas pelo qual o consumidor opte no momento da compra. A operação, entretanto, estabelece um prazo máximo para o direito creditório ser considerado elegível e o prazo médio que a carteira deverá apresentar.



De acordo com o gráfico acima, houve redução em relação ao prazo médio de pagamento de março de 2006 até janeiro de 2007. A partir de então, o prazo médio se manteve em aproximadamente quatro meses, o que indica que os clientes da Globex parcelaram suas compras em quatro vezes, em média. O aumento em relação ao prazo médio de pagamento poderia indicar uma política mais agressiva de vendas por parte da Globex, ao conceder aos seus clientes a possibilidade de pagamento parcelado das compras em mais vezes, o que aumentaria a capacidade de consumo destes.

### Crítérios de Elegibilidade

O Itaú Unibanco será responsável por verificar, previamente à aquisição por parte do fundo, se os direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade. São considerados critérios de elegibilidade:

- O total de direitos creditórios devidos pela FIC não poderá ser superior a

25,0% do PL do fundo;

- O total de direitos creditórios devidos pela Amex não poderá ser superior a 20,0% do PL fundo;
- O prazo de vencimento dos direitos creditórios deverá ser de no mínimo um dia e, no máximo, 360 dias;
- O prazo médio de vencimento dos direitos creditórios não poderá ser superior a 180 dias;
- O fundo não poderá adquirir direitos creditórios vencidos; e
- Os direitos creditórios não poderão ter vencimento final posterior ao trigésimo dia anterior à data de resgate das cotas seniores.

Além dos critérios de elegibilidade, os direitos creditórios deverão atender, antes da aquisição, às condições de cessão. A Globex é responsável por verificar e declarar se os direitos creditórios atendem às seguintes condições:

- Os direitos creditórios devem ser performados, ou seja, sua existência e/ou validade não poderão depender de qualquer entrega ou prestação de serviço futura da Globex;
- Os direitos creditórios deverão ter sido originados no âmbito de operações de venda, pela Globex, de produtos e serviços, cujos pagamentos sejam financiados por meio de cartão de crédito mediante utilização de sistema eletrônico e em conformidade com as regras estabelecidas entre a Globex e os sacados elegíveis;
- Os sacados deverão ter concordado prévia e expressamente com a cessão dos direitos creditórios;
- Os direitos creditórios não podem ser devidos por sacados com créditos não pagos e/ou que se encontrem inadimplentes no cumprimento de qualquer obrigação com a Globex ou o fundo; e
- Os direitos creditórios não podem ser ou ter sido objeto, pelos sacados, de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa ou de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação em razão de inadimplemento ou potencial inadimplemento.

### Risco de Inadimplência e Perda

A Fitch recebeu informações sobre o desempenho de pagamento dos sacados em relação aos créditos devidos para a Globex. Estas informações consideraram a diferença entre a data de vencimento da operação de venda a crédito e a data da baixa no sistema da Globex. O comportamento de pagamentos destes sacados apresentou incidência de atrasos, mas estes atrasos estão ligados a questões relacionadas a conciliação e baixa no sistema da Globex.

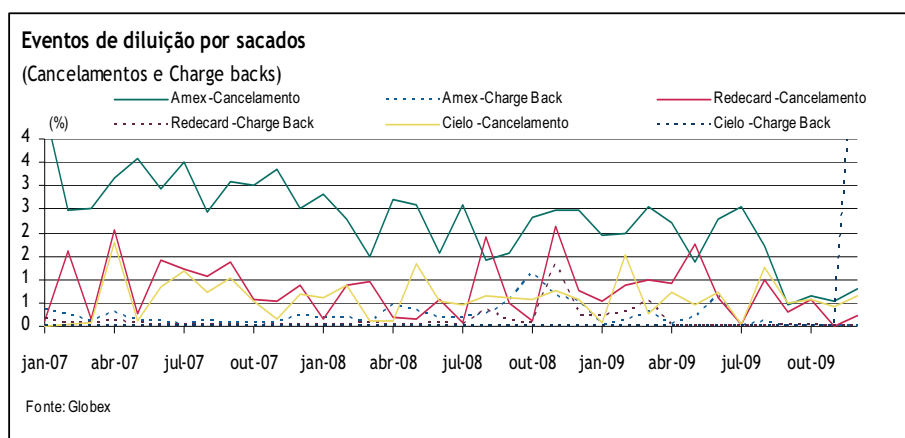
Os atrasos estão concentrados dentro da faixa de um a trinta dias, ou seja, segundo as informações apresentadas, aproximadamente 84,2% dos pagamentos realizados têm baixa até cinco dias após a data de vencimento e 98,9%, até trinta dias.

### Risco de Diluição

Os eventos de diluição são consequência de uma questão comercial entre a Globex e seus clientes finais, que impactam a expectativa de recebimento de fluxo de caixa, tornando-a inferior ao esperado. A Fitch identificou, através das informações

fornecidas, que a carteira de recebíveis comerciais elegível para a operação apresenta os seguintes eventos de diluição:

- **Cancelamentos:** O cancelamento de vendas presente na carteira da Globex ocorre principalmente no departamento de móveis, e a motivação para este evento se dá em função de atrasos na entrega do produto adquirido pelo consumidor ou não cumprimento dos prazos de montagem; e
- **Charge Backs:** Este evento é resultado da contestação por parte do cliente final da Globex sobre uma compra indevida cobrada na fatura de seu cartão de crédito. Assim, caso a compra não seja reconhecida pelo cliente final, as operadoras de cartão solicitam à Globex os comprovantes de venda, devidamente assinados. A Globex, por sua vez, deverá enviar os comprovantes às operadoras dentro do prazo especificado, objetivando o recebimento da venda efetuada. Do contrário, a compra contestada é estornada sem ônus para o consumidor.



Em dezembro de 2009, conforme podemos observar no gráfico acima, houve maior incidência de *charge backs* da operadora Cielo do que anteriormente observado. Este percentual no respectivo mês foi igual a 6,9%, e isto se deu em função do reconhecimento, neste mês, da perda efetiva referente a valores registrados nas contas a receber da companhia relativas aos anos de 2005 a 2009.

### Concentração por Sacado

A operação estabelece que Redecard, Cielo, Amex e FIC serão os únicos sacados elegíveis, sendo que a exposição de cada um está definida conforme os percentuais de concentração presentes na seção “Critérios de Elegibilidade”.

#### Redecard

A Redecard, avaliada pela Fitch com o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA(bra)’ e com os IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) em Moeda Estrangeira e em Moeda Local ‘BBB’, respectivamente, foi criada em 1996 como resultado de uma divisão entre departamentos da Credicard. A Redecard atua como licenciadora e processadora de pagamentos no Brasil através de uma licença não-exclusiva concedida pela MasterCard, o que garante o pagamento de 100% das operações. A Redecard segue as políticas e normas estabelecidas pela associação entre MasterCard e Diners Club.

A Redecard captura, transmite, processa e liquida operações feitas através de cartões de crédito MasterCard, Diners Club e Visa e cartões de débito MasterCard, Maestro Redeshop e VisaElectron. Além disso, a empresa oferece serviços como

aluguel de equipamentos e pagamento eletrônico antecipado de recebíveis de venda de cartões de crédito aos estabelecimentos conveniados.

## **Cielo**

A rede Cielo iniciou suas atividades no Brasil em 1995, com o nome Visanet. Em 2007, a empresa foi uma das líderes da indústria de cartões de pagamento no país e, após 15 anos operando exclusivamente com a bandeira Visa, passou, a partir de julho de 2010, a ser credenciadora da Mastercard. A rede Cielo é responsável pelo credenciamento dos estabelecimentos comerciais e gerenciamento de rede, bem como pela captura, transmissão, processamento e liquidação de transações financeiras feitas com cartões de crédito e débito das bandeiras Visa e Mastercard. A Cielo também executa a instalação e manutenção de equipamentos, capturando as rendas de aluguel de instituições credenciadas.

Os principais acionistas da Cielo são as empresas dos conglomerados financeiros do Banco do Brasil, Banco Bradesco S.A. (Bradesco) e Grupo Santander Brasil, os maiores emissores de cartão Visa no país em termos de transações financeiras.

## **Amex**

Em março de 2006, a American Express passou a ser subsidiária integral do grupo Bradesco, quando foi realizada a aquisição das operações de cartões de crédito, corretagem de seguros, serviços de viagens, de câmbio no varejo e operações de crédito direto ao consumidor da Amex.

## **FIC**

A FIC é uma *joint venture* entre o Itaú Unibanco e o Grupo Pão de Açúcar, criada em julho de 2004. A empresa tem como foco realizar operações de financiamento ao consumidor para clientes do Grupo Pão de Açúcar. A FIC começou a funcionar em abril de 2005, com a permissão do Banco Central do Brasil para financiar produtos e serviços do Grupo Pão de Açúcar. O Banco Itaú pagou pela parceria BRL455 milhões, dos quais BRL150 milhões foram atribuídos ao seu capital inicial (BRL75 milhões de cada sócio responsável). O prêmio pago pelo Itaú Unibanco ao Grupo Pão de Açúcar foi igual a BRL380 milhões.

## **Descasamento de Taxa de Juros**

O passivo desta operação é indexado por uma taxa pós-fixada e o ativo é rentabilizado por uma taxa prefixada, o que resulta em exposição ao descasamento de taxa de juros dentro do prazo do ativo. Assim, a cada cessão de direitos creditórios realizada pelo fundo, a variação da taxa de juros indexadora do passivo será automaticamente ajustada. A operação não utiliza instrumentos de derivativos, o que poderia mitigar o risco de descasamento de taxa de juros. Graças a esta exposição, a Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa e no cálculo da reserva dinâmica um cenário de aumento do CDI, com o objetivo de verificar a capacidade da estrutura de capital do fundo em absorver este risco.

## **Risco de Liquidez**

O atraso ou a falta de pagamento dos devedores elegíveis poderá diminuir a liquidez disponível, impactando a capacidade de pagamento da operação em relação à dívida sênior e às despesas e aos encargos correntes. Este risco pode derivar da insolvência ou troca do serviço de cobrança de créditos inadimplentes prestado pela Globex. A exposição deste risco para o primeiro e o segundo pagamentos das cotas seniores está adequadamente mitigada através da reserva de amortização. No terceiro e último pagamento, esta exposição é eliminada pelo fato de que os direitos creditórios vencerão obrigatoriamente trinta dias antes da data do pagamento, gerando naturalmente uma reserva para fazer frente ao futuro pagamento. Mais detalhes sobre o mecanismo da reserva de amortização se encontram na seção “Reserva de Caixa”.

## Estrutura Financeira e Modelagem de Fluxo de Caixa

### Reforço de Crédito

#### Subordinação

Esta transação estabelece um percentual mínimo de subordinação em benefício das cotas seniores de 12,5% do PL do FIDC, ou seja, ao levar em conta a diferença entre o montante da primeira série de cotas seniores de até BRL1,35 bilhão e o valor presente da carteira de direitos creditórios de BRL1,54 bilhão, haverá 12,5% a mais em ativos dados como reforço de crédito para a classe sênior.

Este percentual é verificado diariamente pela Intrag e, caso esteja abaixo do mínimo estabelecido, a aquisição de novos direitos creditórios deve ser interrompida e o fato, comunicado imediatamente à Globex. Esta, por sua vez, terá até três dias úteis, a partir da data de recebimento da comunicação, para subscrever e integralizar novas cotas subordinadas, com o objetivo de reenquadrar o percentual mínimo estabelecido. Caso se verifique que a subordinação mínima não foi restabelecida, a Intrag deverá convocar uma assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação constitui um evento de liquidação antecipada da operação.

A Globex poderá se beneficiar de amortizações de cotas subordinadas, antes das amortizações das cotas seniores, caso: o fundo conte com um percentual de subordinação acima do mínimo estabelecido; a reserva de pagamento das cotas seniores seja atendida; o fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidas; e, em caso de ocorrência de um evento de avaliação, este tenha sido adequadamente sanado até a data da requerida amortização.

#### Recompra ou Substituição de Direitos Creditórios

O suporte da Globex em relação à recompra de créditos inadimplidos em benefício da transação não foi um componente considerado nesta avaliação, já que esta ação seria voluntária, e não obrigatória. Na estrutura da operação, não há limite máximo permitido de recompra de créditos, e é possível realizar amortizações de cotas subordinadas através de créditos inadimplidos.

A recompra de direitos creditórios ou amortização de cotas subordinadas em direitos creditórios inadimplidos pode distorcer o real desempenho da carteira cedida ao fundo, bem como criar uma arbitragem por parte do cedente na operação. A Fitch, através de seu processo de monitoramento mensal, observa o real desempenho desta carteira, incorporando os créditos recomprados em seus índices de performance e, em conjunto, busca entender se a ferramenta de recompra ou amortização de cotas subordinadas em direitos creditórios inadimplidos é utilizada reiteradamente, tornando o veículo de securitização dependente de tal mecanismo.

#### Sobrecolateralização

A taxa de aquisição estabelecida nesta operação será igual ao custo das cotas seniores acrescido de 1,0% ao ano (a.a.). Assim, em resposta ao desconto dos direitos de crédito, a Fitch estima que será gerada uma sobrecolateralização de aproximadamente 0,61%, o que poderá beneficiar os cotistas seniores. A estimativa foi realizada conforme a tabela abaixo:

Sobrecolateralização		
Componente	Cálculo	Resultado
Direitos Creditórios		12,05%
(Cotas seniores)	$111\% \times 10,75\% \times 87,5\%$	(10,44%)
(Custos e Despesas da Operação)		(1,0%)
<b>Sobrecolateralização</b>		<b>0,61%</b>

Elaboração: Fitch Ratings

A Fitch assumiu para o cálculo:

- CDI de 10,75% a.a.;
- O PL do fundo estará totalmente investido em direitos creditórios;
- Custos e Despesas (taxa de administração e custódia) a 1,0% a.a.; e
- Representatividade das cotas seniores frente ao PL de 87,5%.

Caso o excesso gerado não seja utilizado para absorver em primeira instância as perdas da carteira, a Globex poderá solicitar a amortização extraordinária do montante excedente do percentual mínimo de subordinação de 12,5% do PL do fundo. Esta amortização está condicionada a determinadas condições estabelecidas na operação.

## Reserva de Caixa

O fundo possui em sua estrutura uma reserva de caixa para fins de pagamento de futuras amortizações de cotas seniores. A Intrag deverá compor esta reserva, de forma que sessenta e trinta dias antes de cada amortização programada a operação possua, respectivamente, 50% e 100% do pagamento projetado das cotas seniores em caixa ou investimentos elegíveis de elevada liquidez. Caso seja verificado pela Intrag que a reserva não está devidamente constituída, o processo de aquisição de novos direitos creditórios será interrompido até que a reserva seja atendida.

## Ordem de Prioridade de Pagamentos

A Intrag será responsável, no curso normal da operação, por alocar os recursos recebidos de liquidações dos ativos do fundo, conforme a seguinte ordem:

- Pagamento de despesas e encargos da operação;
- Formação de reserva equivalente ao montante estimado das despesas e encargos da operação a serem incorridos no mês subsequente àquele em que for efetuada a respectiva reserva;
- Constituição da reserva de cotas seniores, referente ao pagamento que será realizado no mês subsequente àquele em que for efetuada a respectiva reserva;
- Pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das cotas seniores;
- Formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação da operação, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- Aquisição de novo colateral; e
- Pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das cotas subordinadas.

Na ocorrência de um evento de liquidação antecipada ou caso um evento de avaliação seja considerado um evento de liquidação antecipada, o fundo deixará de constituir a reserva para despesas, pagamento de cotas seniores e de adquirir novos direitos creditórios, e todo o fluxo de caixa recebido será alocado entre despesas e encargos e amortização de cotas seniores até o resgate integral.

## Índices de Performance e Principais Gatilhos

Esta operação conta com um gatilho de performance referente ao montante de créditos vencidos e não pagos, independentemente de a causa do não pagamento estar relacionada a um evento de diluição ou crédito. Assim, caso o montante de créditos inadimplidos por mais de dez dias seja superior a 2,0% do PL da operação, será declarado automaticamente um evento de liquidação antecipada. A Intrag acompanha diariamente o desempenho deste gatilho e deverá fornecer a informação à Fitch todo mês.

A agência também espera receber do administrador todo mês, para fins do cálculo



dos índices de performance de monitoramento, a informação referente ao montante de direitos creditórios da carteira do fundo pagos pela Globex, aqueles que estejam inadimplidos por motivos relacionados a *charge backs*, cancelamentos (diluição) e crédito.

## Reserva Dinâmica

Em uma securitização de recebíveis comerciais, além do índice de cobertura de devedores, a Fitch avalia, através do cálculo da reserva dinâmica, se o reforço de crédito da operação condiz com a categoria de rating atribuído à dívida sênior.

A reserva dinâmica é uma fórmula que indica a formação e os constantes ajustes sobre o reforço de crédito de uma securitização, com base na performance histórica da carteira de recebíveis objeto de securitização, levando em conta as mudanças nas características deste portfólio.

Apesar de a concentração dos sacados ter sido o principal componente desta análise, a Fitch calculou a reserva dinâmica para a operação com base nas informações do desempenho histórico da carteira de recebíveis da Globex. Entretanto, tendo em vista que os sacados elegíveis não apresentaram atrasos em relação ao desempenho de pagamento, foram calculadas apenas a reserva de diluições e a reserva para custos da transação e descasamento de taxa de juros. No cálculo de ambas as reservas, foi considerado o cenário de estresse compatível com a categoria de rating 'AAA(bra)'.

- Reserva para Diluições - 7,57%; e
- Reserva para Custos da Transação e Descasamento de Taxa de Juros - 3,06%.

A soma dos componentes da reserva dinâmica, ou seja, a reserva para diluições e a reserva para custos da transação e descasamento de taxa de juros, resultou em 10,63%.

## Riscos de Contrapartes

### Desvio ou Mistura do Fluxo de Recebimento (*Commingling*) e *Servicing*

Todo pagamento referente aos direitos creditórios cedidos será realizado numa conta de titularidade do fundo, custodiada no Itaú Unibanco. No momento da cessão será enviada uma notificação para os sacados dos créditos, com a respectiva informação sobre a conta de pagamento dos direitos creditórios adquiridos. A Globex será responsável por conciliar os pagamentos recebidos nesta conta, bem como por cobrar os créditos vencidos e não pagos. O descumprimento desta função por parte da Globex ou desempenho não satisfatório comprometerá o recebimento dos pagamentos dos créditos pertencentes ao fundo e prejudicará a performance de pagamento dos direitos creditórios. A Fitch entende que a estrutura da operação poderá ser impactada caso o perfil de crédito do Grupo Pão de Açúcar se deteriore, já que isto poderia indicar piora em relação à capacidade operacional da Globex (empresa pertencente ao grupo) no exercício das funções atribuídas.

No entender da agência, a estrutura e os mecanismos de recebimentos presentes na transação mitigam adequadamente os riscos relacionados ao desvio e à mistura do fluxo de recebimentos dos créditos cedidos pela Globex. Na opinião da Fitch, a conta de recebimento dos direitos creditórios não possui exposição ao risco de fungibilidade da Globex, já que o fundo é o detentor de sua titularidade.



## Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	Globex FIDC - Crédito Mercantil	NA	--
Cedente	Globex Utilidades S.A.	NA	--
Administrador	Intrag DTVM Ltda.	NA	--
Custodiante	Itaú Unibanco S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável

NA – Não Avaliada  
Fonte: Fitch Ratings

## Monitoramento

O desempenho desta operação será acompanhado continuamente pela Fitch, até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o rating atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do rating, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## Apêndice A: Originação e Cobrança

### Originação

Os direitos creditórios são originados por operações de compra de produtos e serviços financiadas por cartões de crédito administrados pelos sacados, e que ocorram entre a Globex e seus clientes finais. Os estabelecimentos comerciais da Globex devem, por meio de notificação escrita, informar aos sacados previamente. As notificações devem comunicar a alteração do domicílio bancário dos direitos de crédito para o fundo, garantindo que o pagamento dos respectivos direitos de crédito ofertados seja efetuado diretamente na conta autorizada do fundo.

Sacados e cedente devem observar termos e condições estabelecidos em contrato de credenciamento e adesão de estabelecimentos, bem como manuais operacionais adotados por cada sacado.

Cada sacado segue políticas próprias para o cadastro de seus clientes e a definição de limites de crédito (e, por conseguinte, emissão dos cartões de crédito), que contemplam desde a obtenção de informações gerais e documentos essenciais de cada cliente, tais como, mas não se limitando a, nome completo, número da carteira de identidade (RG) e número do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, até a obtenção de informações mais específicas.

A obtenção de informações mais específicas tem por objetivo permitir aos sacados definir o limite de crédito de cada cliente e pode contemplar, inclusive, mas não se limitando, a informações financeiras atuais de cada cliente e pesquisa acerca da eventual existência de apontamentos em órgãos de proteção ao crédito.

### Procedimentos de Cobrança

A Globex é responsável por exercer as atividades de recebimento e cobrança extrajudicial e judicial dos direitos creditórios vencidos e não pagos, conforme estabelecido no contrato de cobrança. A cobrança dos créditos inadimplidos deverá seguir os procedimentos abaixo:

#### Procedimentos para cobrança extrajudicial dos direitos de crédito inadimplidos

Após a ocorrência da inadimplência, a Intrag deverá, em até cinco dias, instruir a Globex (o agente de cobrança de direitos de crédito inadimplidos) a notificar extrajudicialmente o respectivo sacado. Este, por sua vez, deverá efetuar o pagamento do direito de crédito em até três dias úteis após o recebimento da notificação.

#### Procedimentos para cobrança judicial dos direitos de crédito inadimplidos

Havendo inadimplência, a Intrag deverá contactar a Globex, que deverá contratar um escritório especializado para exigir a cobrança judicial do direito de crédito inadimplido.

## Apêndice B: Originador

### Perfil e Histórico

A Globex iniciou suas atividades em 1946, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1972, investiu fortemente na expansão de suas atividades pelo território nacional. Em poucas décadas, a empresa ampliou sua atuação para 11 estados brasileiros. Em 1996, a Globex promoveu a abertura de seu capital, negociando ações na Bolsa de Valores de São Paulo. Em outubro de 2001, a empresa concretizou a venda de 50% do capital do Banco Investcred ao Unibanco e, em 8 de junho de 2009, foi adquirida pelo Grupo Pão de Açúcar.

Atualmente, conta com sete centros de distribuição, localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, totalizando 106.433 m<sup>2</sup> de área de armazenagem.

## Apêndice C: Resumo da Transação

### Globex FIDC - Crédito Mercantil

### Brasil/Receíveis Comerciais

#### Estrutura de Capital

Classe/Série	Rating Preliminar	Perspectiva	(%)	Montante (BRL BI)	Reforço de Crédito (%)	Taxa Benchmark (% do CDI)	Freq. Pgto.	Vencimento Final	ISIN
Sênior Série 2010-1	'AAA(bra)'	Estável	87,5	1,35	12,50%	111% do CDI	Anual	Out./2013	--
Subordinada	NA	--	12,5	0,19	--	--	Anual	Out./2013	--
<b>Total</b>			<b>100,0</b>	<b>1,54</b>					

NA - Não Avaliado.

#### Informações Relevantes

Detalhes:		Partes:	
Data de Início de Distribuição	--	Emissor	Globex FIDC - Crédito Mercantil
País / Ativo	Brasil / ABS/Receíveis Comerciais	Cedente	Globex Utilidades S.A.
País da SPE	Brasil	Administrador	Intrag DTVM Ltda.
Analistas	Ely Mizrahi	Custodiante	Banco Itaú Unibanco S.A.
	55 11 4504-2617	Frequência de Amortização	Anual
	Jayne Bartling		
	55 11 4504-2602		
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira		
	55 11 4504-2613		

#### Fundamentos do Rating

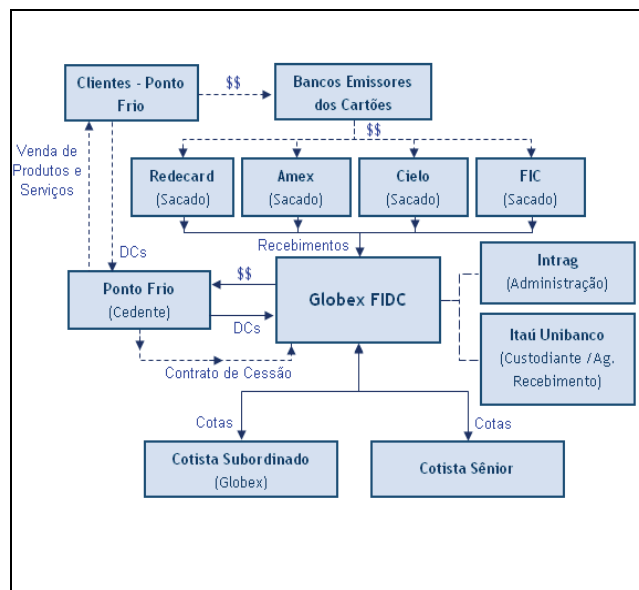
• **Reforço de Crédito** - A diferença entre o valor presente da carteira de direitos creditórios da operação, de BRL1,54 bilhão, e a emissão de até BRL1,35 bilhão da primeira série de cotas seniores gera um reforço de crédito inicial de 12,5% em benefício da classe sênior. Além do reforço de crédito inicial, através do desconto dos créditos, será gerada uma sobrecolateralização de aproximadamente 0,61%. O modo de utilização desta sobrecolateralização será "use ou perca", ou seja, caso esta não seja utilizada para absorver as perdas iniciais da carteira, será direcionada para as cotas subordinadas, podendo ser amortizada à medida que o reforço de crédito permaneça sempre igual ou superior a 12,5%.

• **Qualidade de Crédito dos Sacados** - Os sacados elegíveis para esta operação são Banco Bankpar S.A (Amex), Cielo S.A. (Cielo), Redecard S.A. (Redecard) e Financeira Itaú CBD S.A. (FIC). A qualidade de crédito deste último sacado é inferior à das demais; entretanto, a exposição da FIC não poderá ser superior a duas vezes o reforço de crédito presente. Caso o rating do Grupo Pão de Açúcar 'A(bra)' seja rebaixado em até dois níveis, para até 'BBB-(bra)', a exposição da FIC ficará limitada ao reforço de crédito presente no fundo.

• **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Todo pagamento referente aos direitos creditórios cedidos será realizado numa conta de titularidade do fundo, custodiada no Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco). No momento da cessão será enviada uma notificação para os sacados dos créditos, junto com a informação sobre a conta de pagamento dos direitos creditórios adquiridos. O mecanismo implementado nesta operação segrega devidamente os recebimentos da operação aos recebimentos da Globex, mitigando adequadamente o risco de fungibilidade ou mistura do fluxo de caixa, no entender da Fitch.

• **Descasamento das Taxas de Juros** - O passivo desta operação está indexado por uma taxa pós-fixada, e o ativo rentabilizado, por uma taxa prefixada, o que gera uma exposição a descasamento de taxa de juros dentro do prazo do ativo. A operação não contempla o uso de instrumentos de derivativos, que poderia mitigar este risco. A Fitch incorporou em sua modelagem de fluxo de caixa e no cálculo da reserva dinâmica um cenário de aumento do CDI com o intuito de verificar se a estrutura de capital do fundo é capaz de absorver o risco em questão.

• **Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - A carteira de direitos creditórios elegível para esta operação está exposta a cancelamentos e charge backs. Ambos são considerados como eventos de diluição. Estes eventos reduzem a expectativa de recebimento de fluxo de caixa e não estão ligados à qualidade de crédito dos sacados presentes na transação, e sim à dinâmica comercial entre os consumidores e a Globex. Tais eventos, conforme o histórico observado, apresentaram percentuais baixos: os eventos relacionados a cancelamentos representaram 0,72% do total de vendas realizadas e aqueles relativos a charge backs, 0,27%.



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE:

[HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://WWW.FITCHRATINGS.COM). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2010 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existent de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

**ANEXO XII**

---

Minuta do Contrato de Cessão, Cobrança e Depósito

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO XIII**

---

Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL** ("Fundo"), vem declarar, no âmbito da distribuição pública das quotas sênior ("Quotas Sênior") da primeira emissão do Fundo ("Oferta"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e (b) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta (i) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contêm e conterão, na data de início da Oferta, as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e inerentes aos investimentos nas Quotas Sênior e de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

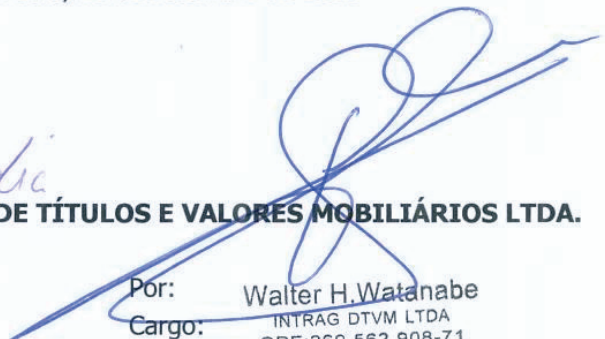
São Paulo, 16 de setembro de 2010

  
**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:  
Cargo:

Luiz de Almeida Calvo  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 258.169.058-50  
RG: 18.870.255-7

Por:  
Cargo:

  
Walter H. Watanabe  
INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 269.562.908-71  
RG: 27.462.290-7

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO XIV**

---

Declaração do Distribuidor Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

**BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, na qualidade de instituição responsável pela distribuição pública das quotas sênior da primeira emissão do **GLOBEX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CRÉDITO MERCANTIL** ("Fundo" e "Oferta", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas referentes ao registro do Fundo perante a CVM, que integram o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 16 de setembro de 2010

  
**BANCO ITAÚ BBA S.A.**

Por: **Pedro Nunes**  
Cargo: DIRETOR

  
Por: Alexandre Aoude  
Cargo: Diretor Executivo



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO XV**

---

Demonstrações financeiras da Cedente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e regulamentação da CVM aplicável, devidamente auditadas



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>00650-5</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>GLOBEX UTILIDADES SA</b>	3 - CNPJ <b>33.041.260/0652-90</b>
4 - NIRE <b>33300141073</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, 2000		2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
3 - CEP 22631-051	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 2472-8449	8 - TELEFONE 2472-8555	9 - TELEFONE -
11 - DDD 21	12 - FAX 2472-8777	13 - FAX 2472-8777	14 - FAX 2472-8777
15 - E-MAIL orivaldo.padilha@pontofrio.com.br			
10 - TELEX			

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME ORIVALDO PADILHA				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, 2000			3 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
4 - CEP 22631-051	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro			6 - UF RJ
7 - DDD 021	8 - TELEFONE 2472-8449	9 - TELEFONE 2472-8555	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 021	13 - FAX 2472-8777	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL orivaldo.padilha@pontofrio.com.br				

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2009	31/12/2009
2 - Penúltimo	01/01/2008	31/12/2008
3 - Antepenúltimo	01/01/2007	31/12/2007
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES		5 - CÓDIGO CVM 00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ CARLOS MONTEIRO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 443.201.918-20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2009	2 31/12/2008	3 31/12/2007
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	124.382	124.382	30.120
2 - Preferenciais	0	0	60.238
3 - Total	124.382	124.382	90.358
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	577	577	0
5 - Preferenciais	0	0	577
6 - Total	577	577	577

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1190 - Comércio (Atacado e Varejo)
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Comércio varejista de eletrodomésticos
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
31/12/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	2.274.149	1.921.280	2.111.180
1.01	Ativo Circulante	1.211.984	1.266.991	1.431.111
1.01.01	Disponibilidades	55.011	73.354	293.447
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes a Caixa (Nota 5)	55.011	73.354	293.447
1.01.02	Créditos	303.836	582.905	541.895
1.01.02.01	Clientes	159.966	484.403	387.492
1.01.02.01.01	Contas a Receber (Nota 7)	159.966	484.403	387.492
1.01.02.02	Créditos Diversos	143.870	98.502	154.403
1.01.02.02.01	JCP e Dividendos (Nota 12b)	2.957	7.390	33.335
1.01.02.02.02	Impostos a Recuperar (Nota 10)	140.913	91.112	121.068
1.01.03	Estoques	660.641	427.169	367.302
1.01.03.01	Estoques para Revenda (Nota 9)	656.866	423.050	364.761
1.01.03.02	Estoques Outros (Nota 9)	3.775	4.119	2.541
1.01.04	Outros	192.496	183.563	228.467
1.01.04.01	Titulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	1.677	20.409	0
1.01.04.02	IR e CS Diferidos (Nota 11b)	29.202	0	0
1.01.04.03	Partes Relacionadas (Nota 12b)	22.910	63.396	41.386
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	46.820	9.132	5.088
1.01.04.05	Outras Contas a Receber (Nota 8)	91.887	90.626	181.993
1.02	Ativo Não Circulante	1.062.165	654.289	680.069
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	720.667	258.085	232.099
1.02.01.01	Créditos Diversos	111.439	55.541	50.459
1.02.01.01.01	Impostos a Recuperar (Nota 10)	111.439	55.541	50.459
1.02.01.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	609.228	202.544	181.640
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais (Nota 17)	78.238	40.102	67.227
1.02.01.03.02	IR e CS Diferidos (Nota 11b)	520.097	144.338	114.413
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber (Nota 8)	10.893	18.104	0
1.02.02	Ativo Permanente	341.498	396.204	447.970
1.02.02.01	Investimentos	139.430	122.713	253.879
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	139.001	122.284	253.450
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	429	429	429
1.02.02.02	Imobilizado	167.614	212.968	163.056
1.02.02.02.01	Imobilizado (Nota 13)	167.614	212.968	163.056
1.02.02.03	Intangível	34.454	60.523	31.035

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
1.02.02.03.01	Intangível (nota14)	34.454	60.523	31.035
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	2.274.149	1.921.280	2.111.180
2.01	Passivo Circulante	1.288.666	985.116	1.216.637
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	61.415	101.486	455.716
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	61.415	101.486	455.716
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	883.615	611.524	449.835
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	174.765	143.437	65.815
2.01.04.01	Salários, Enc Sociais e Impostos a Pagar	174.765	143.437	65.815
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.673	4.310	42.843
2.01.05.01	JCP e Dividendos a Pagar	1.673	4.310	42.843
2.01.06	Provisões	6.859	6.240	12.854
2.01.06.01	Provisão para Contingências (Nota 17)	6.859	6.240	6.591
2.01.06.02	Provisão para IR e CS	0	0	6.263
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	160.339	118.119	189.574
2.01.08.01	Contas a Pagar- Controladas (Nota 12b)	19.925	15.625	24.659
2.01.08.02	Obrigações Tributárias- PAES (Nota 18)	3.534	3.879	3.799
2.01.08.03	Provisão para reestruturação	41.740	0	0
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	95.140	98.615	161.116
2.02	Passivo Não Circulante	343.125	251.366	169.373
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	343.125	251.366	169.373
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	48.005	88.235	89.240
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	48.005	88.235	89.240
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	219.872	97.546	61.175
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências (Nota 17)	209.780	97.546	61.175
2.02.01.03.02	Provisão para Perda de Investimento	10.092	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	40.592	36.874	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	34.656	28.711	18.958
2.02.01.06.01	Obrigações Tributárias- PAES (Nota 18)	11.876	15.200	18.958
2.02.01.06.02	Outros	22.780	13.511	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	642.358	684.798	725.170
2.05.01	Capital Social Realizado	671.033	671.033	413.471
2.05.01.01	Capital Social (Nota 18)	671.033	671.033	413.471
2.05.02	Reservas de Capital	314.037	40.913	28.856
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	33.556	33.556	282.843

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.04.01	Legal	828	828	47.698
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	32.728	32.728	235.145
2.05.04.07.02	Reserva para Investimento	35.940	35.940	238.357
2.05.04.07.03	(-) Ações em Tesouraria	(3.212)	(3.212)	(3.212)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	189	189	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	189	189	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(376.457)	(60.893)	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.153.331	4.465.151	4.174.896
3.01.01	Venda de Mercadorias Líquidas Devoluções	3.993.019	4.375.766	4.170.890
3.01.02	Prestações de Serviços	114.385	43.443	4.006
3.01.03	Rev. de Ajuste a Valor Presente s/vendas	45.927	45.942	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(740.181)	(957.909)	(996.882)
3.02.01	Imposto s/ Vendas de Merc. Líq. Devol.	(723.812)	(951.649)	(996.364)
3.02.02	Imposto sobre Prestações de Serviços	(16.369)	(6.260)	(518)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.413.150	3.507.242	3.178.014
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.821.173)	(2.863.846)	(2.634.260)
3.05	Resultado Bruto	591.977	643.396	543.754
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.054.487)	(656.522)	(625.946)
3.06.01	Com Vendas	(520.571)	(481.257)	(459.365)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(266.928)	(126.896)	(96.991)
3.06.03	Financeiras	(72.669)	(43.971)	(102.476)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	12.060	10.792	70.943
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(84.729)	(54.763)	(173.419)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	163	1.619	0
3.06.04.01	Recuperação de Créditos em Compensação	163	1.619	0
3.06.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(178.152)	(33.728)	(64.066)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(50.305)	(44.404)	(42.475)
3.06.05.02	Remuneração Administradores/Indenizações	(14.850)	(4.477)	(4.837)
3.06.05.03	Outras Receitas (despesas) Operac. Líq.	(72.535)	31.941	(8.628)
3.06.05.04	Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(40.462)	(16.788)	(8.126)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(16.330)	27.711	96.952
3.07	Resultado Operacional	(462.510)	(13.126)	(82.192)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	69.911
3.08.01	Receitas	0	0	69.911
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(462.510)	(13.126)	(12.281)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	5.290
3.11	IR Diferido	146.946	12.195	53.280
3.11.01	IR e CS Diferido	146.946	12.195	53.280
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	43.000
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(315.564)	(931)	89.289



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	123.805	123.805	89.781
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			0,99452
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(2,54888)	(0,00752)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	154.125	251.775	(519.482)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(103.448)	64.506	(2.250)
4.01.01.01	Lucro/ Prejuízo Líquido Exercício	(315.564)	(931)	89.289
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	50.305	44.404	42.475
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	16.330	(27.711)	(96.952)
4.01.01.04	IR e CS Diferidos	(146.946)	(12.195)	4.819
4.01.01.05	Ajuste a Valor Presente	18.786	5.499	30.075
4.01.01.06	Encargos Financeiros Provisonados	4.663	16.785	(69.866)
4.01.01.07	Var. Mon. Cambial itens longo prazo	5.528	5.145	(53.280)
4.01.01.08	Provisão para Contingências Líquidas	114.006	16.906	0
4.01.01.09	Provisão Remuneração Baseado em Ações	4.881	7.807	50.166
4.01.01.10	Provisão para Crédito Liquid. Duvidosa	40.462	16.788	0
4.01.01.11	Projetos Descontinuados	21.986	0	0
4.01.01.12	Prov. Perda e Baixa de Imob. e Intang.	35.060	0	0
4.01.01.13	Prov. para reestruturação	41.740	0	0
4.01.01.14	Baixas no Ativo Imobilizado	4.572	(10.822)	0
4.01.01.15	Outros	743	2.831	1.024
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	257.573	187.269	(517.232)
4.01.02.01	Contas a Receber	304.052	(151.721)	(95.091)
4.01.02.02	Outras Contas a Receber	5.950	142.762	(131.857)
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(105.699)	26.481	(119.042)
4.01.02.04	Estoques	(231.798)	(63.789)	92.910
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	(36.065)	(2.493)	(1.827)
4.01.02.06	Outros Realizáveis	16.451	135.320	0
4.01.02.07	Fornecedores	259.121	165.611	(100.724)
4.01.02.09	Contas a Pagar	12.121	(82.179)	65.405
4.01.02.10	Obrigações Tributárias	0	0	(2.819)
4.01.02.11	Salários, Encargos Soc. e Impos. a Pagar	26.999	30.425	30.554
4.01.02.12	Encargos Financeiros Pagos	0	0	(250.550)
4.01.02.13	Outras Exigibilidades	6.441	(13.148)	(4.191)
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(91.879)	15.917	178.161
4.02.01	Investimentos	0	(1.900)	0
4.02.02	Imobilizado e Intangível	(41.242)	(109.433)	(75.073)
4.02.03	Valores a Receber por Venda At. Permanen	0	0	108.972
4.02.04	Aporte de Capital em Subsidiária	(24.552)	(10.000)	0
4.02.05	Aplicações Títulos Valores Mobiliários	13.204	110.125	150.611
4.02.06	Depósitos Judiciais	(39.289)	27.125	(6.349)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(80.589)	(357.251)	484.186
4.03.01	Adições	0	100.480	1.638.500
4.03.02	Pagamentos	(80.589)	(457.731)	(1.154.314)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(18.343)	(89.559)	142.865
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.354	162.913	20.048
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.011	73.354	162.913

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033	40.913	0	33.556	(60.893)	189	684.798
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	671.033	40.913	0	33.556	(60.893)	189	684.798
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(315.564)	0	(315.564)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	258.015	0	0	0	0	258.015
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	15.109	0	0	0	0	15.109
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	314.037	0	33.556	(376.457)	189	642.358

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	413.471	28.856	0	282.843	1	(4.351)	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	(43.403)	0
5.03	Saldo Ajustado	413.471	28.856	0	282.843	0	(47.754)	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	(931)	0
5.05	Destinações	0	0	0	0	7.447	(11.380)	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	(3.933)	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	7.447	(7.447)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	828	828	(828)	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	189	189
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	189	189
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	257.562	0	0	(257.562)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	12.057	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	40.913	0	33.556	0	(60.893)	189
								684.798

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	413.471	28.726		236.424			678.621
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0		0			0
5.03	Saldo Ajustado	413.471	28.726		236.424			678.621
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0		0	89.289		89.289
5.05	Destinações	0	0		46.289	(89.289)		(43.000)
5.05.01	Dividendos	0	0		0	0		0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0		0	(43.000)		(43.000)
5.05.03	Outras Destinações	0	0		46.289	(46.289)		0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0		4.464	(4.464)		0
5.05.03.02	Constituição Reserva para Investimento	0	0		41.825	(41.825)		0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0		0	0		0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0		0	0		0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0		0	0		0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0		0	0		0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0		0	0		0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0		0	0		0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0		0	0		0
5.10	Ações em Tesouraria	0	130		130	0		260
5.11	Outras Transações de Capital	0	0		0	0		0
5.12	Outros	0	0		0	0		0
5.13	Saldo Final	413.471	28.856		282.843	0		725.170

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	4.123.392	4.502.704	4.240.239
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	4.153.331	4.479.660	4.174.896
6.01.02	Outras Receitas	10.523	39.832	74.511
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(40.462)	(16.788)	(9.168)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.204.119)	(3.062.744)	(2.818.021)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(2.821.173)	(2.863.846)	(2.634.260)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(322.884)	(197.529)	(169.823)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(60.062)	0	0
6.02.04	Outros	0	(1.369)	(13.938)
6.03	Valor Adicionado Bruto	919.273	1.439.960	1.422.218
6.04	Retenções	(50.305)	(44.404)	(42.475)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(50.305)	(44.404)	(42.475)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	868.968	1.395.556	1.379.743
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	(4.270)	38.403	167.895
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.330)	27.611	96.952
6.06.02	Receitas Financeiras	12.060	10.792	70.943
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	864.698	1.433.959	1.547.638
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	864.698	1.433.959	1.547.638
6.08.01	Pessoal	276.599	262.552	231.654
6.08.01.01	Remuneração Direta	228.196	200.230	163.519
6.08.01.02	Benefícios	27.794	27.700	28.880
6.08.01.03	F.G.T.S.	20.609	21.331	23.065
6.08.01.04	Outros	0	13.291	16.190
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	694.096	1.008.678	1.010.466
6.08.02.01	Federais	287.100	389.538	352.536
6.08.02.02	Estaduais	394.612	610.328	651.685
6.08.02.03	Municipais	12.384	8.812	6.245
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	209.567	163.660	216.229
6.08.03.01	Juros	84.692	52.422	118.319
6.08.03.02	Aluguéis	124.875	111.220	97.910
6.08.03.03	Outras	0	18	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(315.564)	(931)	89.289
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(315.564)	(931)	89.289
6.08.05	Outros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1	Ativo Total	2.437.471	2.445.606	2.814.973
1.01	Ativo Circulante	1.416.129	1.885.925	2.347.736
1.01.01	Disponibilidades	83.355	101.456	531.133
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes a Caixa (Nota 5)	83.355	101.456	531.133
1.01.02	Créditos	405.547	1.170.486	1.044.767
1.01.02.01	Clientes	246.133	1.039.875	881.054
1.01.02.01.01	Contas a Receber (Nota 7)	246.133	1.039.875	881.054
1.01.02.02	Créditos Diversos	159.414	130.611	163.713
1.01.02.02.01	JCP e Dividendos (Nota 12b)	4.884	3.668	16.667
1.01.02.02.02	Impostos a Recuperar (Nota 10)	154.530	126.943	147.046
1.01.03	Estoques	727.071	455.895	367.302
1.01.03.01	Estoques para Revenda (Nota 9)	723.296	451.776	364.761
1.01.03.02	Estoques Outros	3.775	4.119	2.541
1.01.04	Outros	200.156	158.088	404.534
1.01.04.01	Titulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	2.786	25.007	189.730
1.01.04.02	IR e CS Diferidos (Nota 11b)	32.884	24.661	5.246
1.01.04.03	Partes Relacionadas (Nota 12b)	13.965	5.105	15.757
1.01.04.04	Despesas Antecipadas	57.859	10.028	5.269
1.01.04.05	Outras Contas a Receber (Nota 8)	92.662	93.287	188.532
1.02	Ativo Não Circulante	1.021.342	559.681	467.237
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	725.276	272.446	265.964
1.02.01.01	Créditos Diversos	111.439	57.205	63.418
1.02.01.01.01	Clientes	0	1.664	12.959
1.02.01.01.02	Impostos a Recuperar (nota 10)	111.439	55.541	50.459
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	613.837	215.241	202.546
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais (Nota 17)	78.756	40.509	67.484
1.02.01.03.02	IR e CS Diferidos (Nota 11b)	524.082	155.831	133.818
1.02.01.03.03	Outras Contas a Receber (Nota 8)	10.999	18.901	1.244
1.02.02	Ativo Permanente	296.066	287.235	201.273
1.02.02.01	Investimentos	71.151	1.434	753
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	70.686	774	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	465	660	753
1.02.02.02	Imobilizado	183.249	222.524	194.703
1.02.02.02.01	Imobilizado (Nota 13)	183.249	222.524	194.703
1.02.02.03	Intangível	41.666	63.277	5.817
1.02.02.03.01	Intangível (Nota14)	41.666	63.277	5.817



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2009	4 - 31/12/2008	5 - 31/12/2007
2	Passivo Total	2.437.471	2.445.606	2.814.973
2.01	Passivo Circulante	1.502.214	1.536.348	1.878.072
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	61.415	492.737	1.062.252
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.030.342	716.094	455.258
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	201.477	151.351	71.436
2.01.04.01	Salários, Enc. Sociais e Impostos Pagar	201.477	151.351	71.436
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.673	7.980	60.278
2.01.05.01	JCP e Dividendos a Pagar	1.673	7.980	60.278
2.01.06	Provisões	10.045	32.834	38.280
2.01.06.01	Provisão para Contingência (Nota 17)	7.593	6.767	6.591
2.01.06.02	Provisão para IR e CS	2.452	26.067	31.689
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	197.262	135.352	190.568
2.01.08.01	Contas a Pagar- Partes Relac. (Nota 12b)	19.598	6.767	10.546
2.01.08.02	Obrigações Tributárias- PAES (Nota 18)	3.534	3.879	3.915
2.01.08.03	Provisão para reestruturação	41.740	0	0
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	132.390	124.706	176.107
2.02	Passivo Não Circulante	292.899	224.460	211.731
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	292.899	224.460	211.731
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	48.089	88.122	119.626
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	210.090	98.294	61.504
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências (Nota 17)	210.090	98.294	61.504
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	34.720	38.044	30.601
2.02.01.06.01	Obrigações Tributárias-PAES (Nota 18)	11.876	16.620	19.487
2.02.01.06.02	Outros	22.844	21.424	11.114
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	642.358	684.798	725.170
2.05.01	Capital Social Realizado	671.033	671.033	413.471
2.05.01.01	Capital Social	671.033	671.033	413.471
2.05.02	Reservas de Capital	314.038	40.913	28.856
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	33.555	33.556	282.843
2.05.04.01	Legal	828	828	47.698
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2009	4 -31/12/2008	5 -31/12/2007
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	32.727	32.728	235.145
2.05.04.07.01	Ajuste Vir. Mercado-TVM Deriv Controlada	0	0	0
2.05.04.07.02	Reserva para Investimentos	35.939	35.940	238.357
2.05.04.07.03	(-) Ações em Tesouraria	(3.212)	(3.212)	(3.212)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	189	189	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	189	189	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(376.457)	(60.893)	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	4.991.859	4.803.314	4.518.102
3.01.01	Venda de Mercadorias Líquidas Devoluções	4.589.754	4.359.628	4.170.890
3.01.02	Rendas de Operações de Créditos	199.181	277.560	265.579
3.01.03	Prestações de Serviços	145.270	121.097	81.633
3.01.04	Rev. de Ajuste a Valor Presente s/vendas	57.654	45.029	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(826.842)	(974.632)	(1.014.147)
3.02.01	Impostos s/ Venda de Merc. Líq. Devol.	(800.082)	(947.884)	(996.364)
3.02.02	Impostos sobre Rendas Operações Crédito	(8.035)	(10.152)	(9.580)
3.02.03	Impostos sobre Prestações de Serviços	(18.725)	(16.596)	(8.203)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	4.165.017	3.828.682	3.503.955
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.294.411)	(2.908.528)	(2.693.825)
3.05	Resultado Bruto	870.606	920.154	810.130
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.324.559)	(918.533)	(872.183)
3.06.01	Com Vendas	(600.158)	(524.721)	(462.332)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(333.461)	(156.850)	(171.443)
3.06.03	Financeiras	(75.304)	(35.452)	(82.147)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.524	30.586	105.432
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(96.828)	(66.038)	(187.579)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.835	10.559	29.111
3.06.04.02	Recuperação de Créditos em Compensação	9.835	10.559	29.111
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(327.870)	(211.988)	(185.372)
3.06.05.01	Depreciações e Amortizações	(51.877)	(44.853)	(42.796)
3.06.05.02	Remuneração Administradores/Indenizações	(16.378)	(5.227)	(4.974)
3.06.05.03	Provisão p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(164.596)	(194.159)	(126.609)
3.06.05.04	Outras Receitas (Despesas) Operac. Líq.	(95.019)	32.251	(10.993)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.399	(81)	0
3.07	Resultado Operacional	(453.953)	1.621	(62.053)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	69.911
3.08.01	Receitas	0	0	69.911
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(453.953)	1.621	7.858
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.977)	(26.117)	(17.545)
3.11	IR Diferido	142.366	23.565	55.976
3.11.01	IR e CS Diferido	142.366	23.565	55.976
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	43.000
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(315.564)	(931)	89.289

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	123.805	123.805	89.781
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			0,99452
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(2,54888)	(0,00752)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.341	156.556	(426.975)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.902	321.550	152.105
4.01.01.01	Lucro/ Prejuízo Líquido Exercício	(315.564)	(931)	89.289
4.01.01.02	Depreciações e Amortizações	51.877	44.853	42.796
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(2.399)	81	0
4.01.01.04	IR e CS Diferidos	(142.366)	(23.565)	(55.976)
4.01.01.05	Ajuste a Valor Presente	27.228	5.395	0
4.01.01.06	Encargos Financeiros Provisonados	947	76.033	109.744
4.01.01.07	Var. Mon. Cambial itens Longo Prazo Líq.	5.528	5.145	5.003
4.01.01.08	Prov. (Reversão) Contingências, Líquid	113.842	17.852	30.014
4.01.01.09	Prov. Remuneração Baseado Ações	15.109	12.057	0
4.01.01.10	Prov. Para Crédito de Liquid. Duvidosa	164.596	194.159	0
4.01.01.11	Projetos Descontinuados	21.986	0	0
4.01.01.12	Prov. Perda e Baixa de Imob. e Intang.	35.060	0	0
4.01.01.13	Prov para reestruturação	41.740	0	0
4.01.01.14	Baixas do Ativo Imobilizado	4.572	(10.822)	(69.866)
4.01.01.15	Outros	746	1.293	1.101
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	120.439	(164.994)	(579.080)
4.01.02.01	Contas a Receber	51.787	(347.780)	(137.648)
4.01.02.02	Outras Contas a Receber	5.506	113.866	(132.346)
4.01.02.03	Impostos a Recuperar	(95.158)	16.626	(129.726)
4.01.02.04	Estoques	(269.783)	(92.515)	92.910
4.01.02.05	Despesas Antecipadas	(45.435)	(3.280)	(1.882)
4.01.02.06	Outros Realizáveis	(7.100)	(4.658)	(17.566)
4.01.02.07	Fornecedores	393.337	264.785	(121.058)
4.01.02.08	Contas a Pagar	42.676	(136.098)	98.250
4.01.02.09	Obrigações Tributárias	0	0	(2.802)
4.01.02.10	Salários, Enc. Sociais e Impos. a Pagar	34.304	34.325	16.893
4.01.02.11	Encargos Financeiros Pagos	0	0	(250.550)
4.01.02.12	Outras Exigibilidades	10.305	(10.265)	6.445
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(81.737)	76.051	231.607
4.02.01	Investimentos	0	0	0
4.02.02	Imobilizado e Intangível	(53.716)	(115.647)	(75.262)
4.02.03	Valores a Receber por Venda At. Permanen	0	0	108.972
4.02.05	Aplicações Títulos Valores Mobiliários	11.487	164.723	204.365
4.02.06	Depósitos Judiciais	(39.508)	26.975	(6.468)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(75.298)	(662.284)	508.424
4.03.01	Adições	0	2.777.389	2.664.495
4.03.02	Pagamentos	(75.298)	(3.439.673)	(2.156.071)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/12/2009	4 -01/01/2008 a 31/12/2008	5 -01/01/2007 a 31/12/2007
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(13.694)	(429.677)	313.056
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	97.049	531.133	218.077
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.355	101.456	531.133

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	671.033		40.913	0	33.556	189	684.798
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	671.033	40.913		0	33.556	189	684.798
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(315.564)	0	(315.564)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	258.015		0	0	0	258.015
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	15.109		0	0	0	15.109
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	314.037		0	33.556	(376.457)	642.358



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	413.471	28.856	0	282.843	1	(4.351)	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	(43.403)	0
5.03	Saldo Ajustado	413.471	28.856	0	282.843	0	(47.754)	0
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	(931)	0
5.05	Destinações	0	0	0	7.447	0	(11.380)	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	(3.933)	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.447	0	(7.447)	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	828	0	(828)	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	189	189
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	189	189
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	257.562	0	0	(257.562)	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	12.057	0	0	0	0	12.057
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	671.033	40.913	0	33.556	0	(60.893)	189
								684.798

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	413.471	28.726		236.424		0	678.621
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0		0		0	0
5.03	Saldo Ajustado	413.471	28.726		236.424		0	678.621
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0		0	89.289		89.289
5.05	Destinações	0	0		46.289	(89.289)		(43.000)
5.05.01	Dividendos	0	0		0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0		0	(43.000)		(43.000)
5.05.03	Outras Destinações	0	0		46.289	(46.289)		0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0		4.464	(4.464)		0
5.05.03.02	Constituição Reserva para investimento	0	0		41.825	(41.825)		0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0		0	0		0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0		0	0		0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0		0	0		0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0		0	0		0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0		0	0		0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0		0	0		0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0		0	0		0
5.10	Ações em Tesouraria	0	130			130		260
5.11	Outras Transações de Capital	0	0		0	0		0
5.12	Outros	0	0		0	0		0
5.13	Saldo Final	413.471	28.856		282.843		0	725.170

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/12/2009	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2007 a 31/12/2007
6.01	Receitas	4.853.627	4.682.983	4.495.448
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	4.991.859	4.817.822	4.518.143
6.01.02	Outras Receitas	26.364	59.320	104.535
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(164.596)	(194.159)	(127.230)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.786.141)	(3.126.183)	(2.910.250)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(3.294.411)	(2.908.528)	(2.693.825)
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(432.755)	(213.900)	(201.292)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(58.975)	4.199	0
6.02.04	Outros	0	(7.954)	(15.133)
6.03	Valor Adicionado Bruto	1.067.486	1.556.800	1.585.198
6.04	Retenções	(51.877)	(44.853)	(42.796)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(51.877)	(44.853)	(42.796)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.015.609	1.511.947	1.542.402
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.911	30.505	105.474
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.399	(81)	42
6.06.02	Receitas Financeiras	21.512	30.586	105.432
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.039.520	1.542.452	1.647.876
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.039.520	1.542.452	1.647.876
6.08.01	Pessoal	330.600	314.742	273.113
6.08.01.01	Remuneração Direta	274.130	243.159	198.652
6.08.01.02	Benefícios	33.530	32.106	32.660
6.08.01.03	F.G.T.S.	22.940	24.484	25.493
6.08.01.04	Outros	0	14.993	16.308
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	801.134	1.054.373	1.056.021
6.08.02.01	Federais	364.403	425.296	393.253
6.08.02.02	Estaduais	422.715	615.810	651.685
6.08.02.03	Municipais	14.016	13.267	11.083
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223.350	174.279	229.453
6.08.03.01	Juros	96.797	62.623	129.575
6.08.03.02	Aluguéis	126.553	111.638	99.878
6.08.03.03	Outras	0	18	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(315.564)	(942)	89.289
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	(11)	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(315.564)	(931)	89.289
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	0	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
Globex Utilidades S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Globex Utilidades S.A. e controladas (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 do Banco Investcred Unibanco S.A. (“BINV”), subsidiária indireta da Companhia, cujo investimento indireto representava 0,7% e 3,6% do ativo total da controladora em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente, e cuja receita líquida consolidada proporcionalmente representava 5% e 7%, do saldo consolidado da Companhia naquelas datas, foram examinadas por outros auditores independentes, e nossa opinião, no que se refere a essas demonstrações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia, está baseada no parecer desse auditor independente, emitido sem ressalvas, datado de 2 de fevereiro de 2010 e com ênfase sobre o fato de que a reorganização societária (mencionada na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras) ocorrida em 31 de dezembro de 2009 encontra-se em fase de homologação pelo BACEN. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”), subsidiária indireta da Companhia, cujo investimento indireto representava 2,5% do ativo total da controladora em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, e nossa opinião, no que se refere a essas demonstrações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia, está baseada no parecer desse auditor independente, emitido sem ressalvas, datado de 2 de fevereiro de 2010 e com ênfase sobre o fato de que a reorganização societária (mencionada na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras) ocorrida em 31 de dezembro de 2009 encontra-se em fase de homologação pelo BACEN.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria adotadas no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

---

00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90
---------	----------------------	--------------------

---

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

---

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres dos outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2, em decorrência do processo de harmonização de práticas, critérios e estimativas contábeis e entendimento jurídico do novo acionista controlador, que identificou determinadas diferenças de entendimentos na aplicação conceitual de padrões contábeis atribuíveis a períodos anteriores, os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2008, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros -, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Carlos Monteiro  
Contador  
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ainda sob os efeitos da crise financeira global de 2008, a Globex iniciou 2009, como grande parte do mercado varejista de eletroeletrônicos no Brasil, impactada pelo aumento na restrição de crédito que, aliado a outros fatores operacionais trouxe efeitos negativos na performance do 1º semestre, principalmente com queda nas vendas.

Com a compra da Globex pelo Grupo Pão de Açúcar (GPA) em julho de 2009, conseguimos reverter a tendência de queda, encerrando o ano com recuperação dos resultados e crescimento das vendas.

As vendas brutas totais apresentaram desempenho negativo de 7,0% no 1º semestre de 2009 e desempenho positivo de 16,8% no 2º semestre, totalizando R\$ 4.934,2 milhões em 2009. No conceito “mesmas lojas”, as vendas brutas de mercadorias, incluindo as operações de comércio eletrônico, cresceram 3,3% em 2009 e, no 2º semestre, cresceram 14,9%, com destaque para o crescimento de 160,5% do comércio eletrônico.

O desempenho do 2º semestre já é consequência do processo de integração com o GPA, iniciado logo após o anúncio da aquisição. Desde então, diversas ações foram tomadas com o objetivo de retomar o crescimento das vendas com rentabilidade e redirecionar os esforços para o nosso maior ativo: o Cliente.

Além da constituição de uma nova Diretoria no Ponto Frio, também foram criados grupos de trabalho, formados por gestores da Globex e do GPA, que têm trabalhado conjuntamente com o objetivo de acelerar o *turnaround* do Ponto Frio, processo que está dentro do cronograma planejado.

Esse processo, que envolveu o mapeamento de oportunidades de integração e sinergias em diversas áreas, começou a ser implantado nas áreas imobiliária, financeira e administrativa, de compras de serviços e de materiais indiretos, de prevenção de perdas, jurídica, logística e principalmente na área comercial.

Os primeiros resultados dessas ações já foram percebidos no final do 3º trimestre, quando registramos recuperação de vendas. Destacamos as seguintes iniciativas: maior disponibilidade de mercadorias nas lojas; maior investimento em mídia com campanhas promocionais mais agressivas e abrangentes; e maior disponibilidade de crédito, alcançada com a integração e utilização dos cartões do GPA nas lojas do Ponto Frio.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

#### 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Também a redução do IPI sobre a linha branca e móveis promovida pelo Governo Federal contribuiu para um forte crescimento dessas categorias. Na mesma linha, a adoção do modelo de substituição tributária contribuiu para a maior formalização do setor e, conseqüentemente, para um nível de competição mais justa.

Em 4 de dezembro de 2009, o GPA e a Casas Bahia celebraram um acordo de associação, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições que regerão a associação de Globex e Casas Bahia, para a integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis atualmente desenvolvidos por Globex, Casas Bahia e GPA.

Em 3 de fevereiro de 2010, o GPA e Casas Bahia comunicaram aos seus acionistas e ao mercado os termos principais do Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO) celebrado com o Conselho

Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Foi acordada a manutenção: (i) das marcas Casas Bahia e Ponto Frio, com a realização de campanhas promocionais separadas, a fim de assegurar investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) do funcionamento das lojas atualmente existentes nos 146 municípios nos quais as duas empresas estão presentes; (iii) dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) das suas respectivas políticas de concessão de crédito; (v) das estruturas de compras e os seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área; e (vi) dos níveis gerais de emprego nos CDs e nas respectivas lojas.

Consideramos o acordo positivo, na medida em que o CADE reconhece que não há necessidade de suspender ou "congelar" os efeitos da associação, sendo suficiente para dar conforto às autoridades durante o processo de análise.

A participação e o engajamento de todos os nossos colaboradores têm sido fundamental para a conquista dos resultados. Temos certeza de contar com pessoas qualificadas e com garra para superar os desafios que ainda estão por vir. Por isso, agradecemos a dedicação de todos.

#### **A Administração**

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Para efeito de comparação, os comentários apresentados a cerca do desempenho operacional e financeiro da Globex Utilidades S.A., referem-se aos seguintes números: (i) “**consolidados**” – incluem integralmente os resultados operacionais e financeiros do Banco Investcred dos primeiros 9 meses de 2009, e (ii) em “**bases comparáveis**” – que excluem os resultados operacionais e financeiros do Banco Investcred.

A partir do 4º trimestre de 2009, os números de Globex Utilidades S.A. não são mais impactados pelo Banco Investcred, passando a ser apresentado na linha de Equivalência Patrimonial. Maiores detalhes no capítulo de Equivalência Patrimonial.

### DESEMPENHO DE VENDAS

#### Desempenho de vendas

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Consolidado <sup>(2)</sup> 2009	Varejo 2009	Varejo 2008	Var.
Vendas Brutas	4.934,2	4.710,9	4.466,6	5,5%
Vendas Líquidas	4.165,0	3.951,8	3.548,5	11,4%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

#### [Comentários “consolidados” – com o Banco Investcred]

**Em 2009**, as vendas brutas totalizaram R\$ 4.934,2 milhões, um crescimento de 3,7% em relação a 2008. As vendas líquidas atingiram R\$ 4.165,0 milhões, com crescimento de 8,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

#### [Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]

**Em 2009**, as vendas brutas totalizaram R\$ 4.710,9 milhões, um crescimento de 5,5% em relação a 2008. As vendas líquidas atingiram R\$ 3.951,8 milhões, com crescimento de 11,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No conceito "mesmas lojas", as vendas brutas de mercadorias, incluindo as operações de comércio eletrônico, cresceram 3,3% em comparação com 2008. Esse desempenho foi impactado pelo desempenho negativo de 10,1%, registrado no 1º semestre de 2009. A partir do 2º semestre, com a conclusão de transferência de controle para o GPA, diversas decisões foram tomadas com o objetivo de retomar o crescimento de vendas como: (i) maior disponibilidade de mercadorias nas lojas; (ii) campanhas em mídia mais agressivas e abrangentes; (iii) maior disponibilidade de crédito, como a ação de integração das bases de cartões do GPA, que viabilizou a utilização de cartões do Grupo nas lojas do Ponto Frio; e (iv) campanhas e ofertas durante as comemorações natalinas. Como resultado, as vendas brutas de mercadorias do 2º semestre atingiram um crescimento de 14,9%.

## LUCRO BRUTO

### Lucro Bruto

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Consolidado <sup>(3)</sup> 2009	Varejo 2009	Varejo 2008	Var.
Lucro Bruto	870,6	683,8	699,2	-2,2%
Margem Bruta - %	20,9%	17,3%	19,7%	-2,4 p.p. <sup>(2)</sup>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

(3) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

### [Comentários "consolidados" – com o Banco Investcred]

Em 2009, o lucro bruto totalizou R\$ 870,6 milhões, uma redução de 5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem bruta de 20,9%.

### [Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]

Em 2009, o lucro bruto totalizou R\$ 683,8 milhões, um recuo de 2,2% em relação a 2008. A margem bruta atingiu 17,3%, uma redução de 2,4 pontos percentuais.

## DESPESAS OPERACIONAIS TOTAIS

### Despesas Operacionais

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Consolidado <sup>(3)</sup> 2009	Varejo 2009	Varejo 2008	Var.
Desp. c/ Vendas	(600,2)	(587,9)	(510,7)	15,1%
Desp. Gerais e Adm.	(333,5)	(291,0)	(121,5)	139,5%
Outras	(263,8)	(148,0)	5,9	n/a
Desp. Operacionais totais	(1.197,4)	(1.026,9)	(626,3)	64,0%
% s/ vendas líquidas	-28,7%	-26,0%	-17,6%	-8,4 p.p. <sup>(2)</sup>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

(3) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**[Comentários “consolidados” – com o Banco Investcred]**

Em 2009, as despesas operacionais totais atingiram R\$ 1.197,4 milhões, um crescimento de 42,8% em relação a 2008. Esse desempenho foi impactado principalmente pelos gastos: (i) eventos não-recorrentes de gastos com reestruturação R\$ 79,0 milhões; (ii) harmonização de práticas contábeis R\$ 176,5 milhões; e (iii) despesas operacionais com PontoFrio.com que iniciou suas vendas a partir de dezembro/08 no valor de R\$ 105,0 milhões; totalizando R\$ 360,5 milhões em 2009. Excluindo-se esses eventos, que totalizaram R\$ 360,5 milhões em 2009, as despesas operacionais totais reduziram 0,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**[Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]**

Em 2009, as despesas operacionais totais atingiram R\$ 1.026,9 milhões, um crescimento de 64,0% em relação a 2008. Excluindo-se o montante acima mencionado, o crescimento das despesas operacionais totais teria sido de 6,4% em relação ao ano de 2008.

**EBITDA <sup>1</sup>**

**Demonstração da Reconciliação do EBITDA**

(R\$ milhões)	Consolidado <sup>(2)</sup> 2009	Varejo 2009	Varejo 2008	Var.
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>(315,6)</b>	<b>(328,0)</b>	<b>(8,3)</b>	<b>n/a</b>
Depreciação e Amortização	51,9	51,3	44,8	14,6%
Receita (Desp) Financeira Líquida	75,3	78,6	35,6	120,8%
Imposto de Renda	(138,4)	(144,9)	0,8	n/a
<b>EBITDA</b>	<b>(326,8)</b>	<b>(343,1)</b>	<b>72,9</b>	<b>n/a</b>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

**EBITDA**

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Consolidado <sup>(2)</sup> 2009	Varejo 2009	Varejo 2008	Var.
<b>EBITDA</b>	<b>(326,8)</b>	<b>(343,1)</b>	<b>72,9</b>	<b>n/a</b>
<b>Margem EBITDA - %</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>2,1%</b>	<b>n/a</b>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

<sup>a</sup> EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação e amortização. A inclusão da informação EBITDA tem como objetivo fornecer uma medida que permita avaliar a geração de caixa das operações da empresa. O termo EBITDA se refere a um indicador definido como lucro (prejuízo) antes de juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida como GAAP e pode não ser comparável com indicadores com o mesmo nome reportados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado substituto do lucro operacional ou medida de liquidez melhor do que o fluxo de caixa operacional, que são determinados de acordo com GAAP. O EBITDA é fornecido para prover informação adicional a respeito da nossa capacidade de pagar dívidas, realizar investimentos e cobrir necessidades de capital de giro, por entendermos que é uma análise requerida e utilizada pelos investidores. Cálculo demonstrado na página 9, no quadro da DRE.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**[Comentários “consolidados” – com o Banco Investcred]**

Em 2009, o EBITDA totalizou um montante negativo de R\$ 326,8 milhões, versus um resultado positivo de R\$ 81,9 milhões em 2008. Excluindo-se os gastos não-recorrentes com reestruturação e harmonização de práticas contábeis, que totalizaram R\$ 255,5 milhões, o EBITDA de 2009 teria sido negativo em R\$ 71,3 milhões.

**[Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]**

Em 2009, o EBITDA totalizou um valor negativo de R\$ 343,1 milhões, versus um resultado positivo de R\$ 72,9 milhões em 2008. Esse desempenho foi impactado pelos gastos não-recorrentes com reestruturação e harmonização de práticas contábeis, que totalizaram R\$ 255,5 milhões em 2009. Excluindo-se esse efeito, o EBITDA de 2009 teria sido negativo em R\$ 87,6 milhões.

**RESULTADO FINANCEIRO**

**Resultado Financeiro**

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	<b>Consolidado <sup>(2)</sup> 2009</b>	<b>Varejo 2009</b>	<b>Varejo 2008</b>	<b>Var.</b>
Rec. Financeiras	21,5	17,5	20,1	-12,8%
Desp. Financeiras	(96,8)	(96,1)	(55,6)	72,6%
<b>Result. Financeiro</b>	<b>(75,3)</b>	<b>(78,6)</b>	<b>(35,6)</b>	<b>120,8%</b>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

**[Comentários “consolidados” – com o Banco Investcred]**

Em 2009, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 75,3 milhões negativos, um crescimento de 112,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, fortemente impactado por despesas de juros decorrentes do aumento de desconto de recebíveis no montante de R\$ 26 milhões e pela harmonização de práticas contábeis no montante de R\$ 9,6 milhões. Desconsiderando-se esses eventos, o resultado financeiro líquido seria de R\$ 39,7 milhões.

**[Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]**

Em 2009, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 78,6 milhões negativos, um crescimento de 120,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando-se os eventos acima, o resultado financeiro líquido de 2009 seria de R\$ 43,0 milhões negativos, um crescimento de 20,8% em relação ao ano de 2008.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cconciliação da Dívida Líquida - Op. de Varejo (R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Consolidado 31/12/2009	Varejo 31/12/2008
Dívida Bruta (1)	109,5	189,7
Curto Prazo	61,4	101,5
Longo Prazo	48,1	88,2
Disponibilidades (2)	83,4	97,0
Títulos e Valores Mobiliários (3)	2,8	25,0
<b>Dívida Líquida = (1) - (2) - (3)</b>	<b>23,4</b>	<b>67,7</b>

1 - Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

### Equivalência Patrimonial

Em 30 de setembro de 2009 foi assinado contrato de associação entre o GPA e o Itaú Unibanco Holding S.A., com o objetivo de alavancar as vendas do Ponto Frio e ampliar a rentabilidade com a adoção de uma política de concessão de crédito criteriosa, formas de pagamentos diferenciadas e busca por sinergias.

Em 31 de dezembro de 2009, conforme determinado no contrato de associação, foi promovida a reorganização societária das empresas financeiras do Grupo, quando foi realizada a cisão parcial do acervo líquido do Banco Investcred - BINV, com base no balanço patrimonial em 30/09/09 e a parcela cindida foi incorporada na FIC. Essa reorganização encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central.

Em decorrência do exposto, desde de 1 de outubro de 2009, a gestão do BINV passou a ser exercida integralmente pela FIC, quando BINV deixou de ser tratado de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Globex, passando a ser reconhecido através de equivalência patrimonial.

Como resultado da reestruturação acima, a participação direta do GPA na FIC passa a ser de 36% e Globex na FIC, de 14%. A participação consolidada do GPA na FIC continua a ser de 50%.

**Em 2009**, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 2,4 milhões refletindo o resultado da participação no BINV e na FIC.

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PREJUÍZO LÍQUIDO**

**Prejuízo Líquido**

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	<b>Consolidado<sup>(3)</sup> 2009</b>	<b>Varejo 2009</b>	<b>Varejo 2008</b>	<b>Var.</b>
Prejuízo Líquido	(315,6)	(328,0)	(8,3)	n/a
Margem Líquida - %	-7,6%	-8,3%	-0,2%	-8,1 p.p. <sup>(2)</sup>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

(3) Consolidado = Varejo + Banco Investcred

**[Comentários “consolidados” – com o Banco Investcred]**

Em 2009, o prejuízo líquido totalizou R\$ 315,6 milhões ante um prejuízo líquido de R\$ 0,9 milhões em 2008. Esse desempenho foi impactado pelos gastos não-recorrentes com reestruturação e pela harmonização de práticas contábeis no montante de R\$ 172,5 milhões. Desconsiderando-se esses eventos o prejuízo líquido em 2009 seria de R\$ 143,1 milhões.

**[Em bases comparáveis – sem o Banco Investcred]**

Em 2009, o prejuízo líquido totalizou R\$ 328,0 milhões versus um prejuízo líquido de R\$ 8,3 milhões em 2008. Esse desempenho foi impactado pelos gastos não-recorrentes com reestruturação e pela harmonização de práticas contábeis no montante de R\$ 172,5 milhões. Desconsiderando-se esses eventos o prejuízo líquido em 2009 seria de R\$ 155,5 milhões.

**INVESTIMENTOS**

Em 2009, os investimentos totalizaram R\$ 52,5 milhões, contra os R\$ 121,0 milhões investidos em 2008. A redução de investimentos reflete a decisão da empresa de buscar um maior nível de rentabilidade dentro do processo de turnaround.

<b>Formato</b>	<b>Dados</b>	<b>4T09</b>	<b>4T08</b>
<b>Digital</b>	Lojas	53	52
	Total M²	7.767	7.255
<b>Mega</b>	Lojas	6	6
	Total M²	19.715	19.715
<b>Rua</b>	Lojas	304	314
	Total M²	240.001	249.202
<b>Shopping</b>	Lojas	92	86
	Total M²	64.960	61.274
<b>Total</b>	<b>Lojas M²</b>	<b>455 332.443</b>	<b>458 337.446</b>

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

UF	Lojas		Metragem (m²)	
	4T09	4T08	4T09	4T08
Bahia	53	52	7.766,5	7.255,2
Distrito Federal	17	17	14.098,2	14.056,4
Espírito Santo	10	11	7.526,7	8.401,6
Goiás	14	16	10.379,0	11.564,5
Minas Gerais	68	69	47.020,9	47.337,5
Mato Grosso	7	7	5.119,1	5.119,1
Paraná	22	25	16.544,1	20.213,6
Rio de Janeiro	93	88	89.368,5	84.827,6
Rio Grande do Sul	35	36	28.172,3	28.740,3
Santa Catarina	19	23	14.272,9	17.583,8
São Paulo	117	114	92.174,2	92.346,8
<b>TOTAL</b>	<b>455</b>	<b>458</b>	<b>332.442,5</b>	<b>337.446,3</b>

Demonstração do Resultado Consolidado em Legislação Societária (R\$ milhões)  
Reportado por Segmento - Acumulado Ano

(R\$ milhões) <sup>(1)</sup>	Varejo			Banco Investcred			Consolidado		
	2009	2008	var.	2009	2008	var.	2009	2008	var.
Receita Bruta de Vendas	4.710,9	4.466,6	5,5%	223,3	291,7	-23,4%	4.934,2	4.758,3	3,7%
Receita Líquida de Vendas	3.951,8	3.548,5	11,4%	213,2	280,2	-23,9%	4.165,0	3.828,7	8,8%
Custo das Mercadorias Vendidas	(3.268,0)	(2.849,3)	14,7%	(26,4)	(59,2)	-55,3%	(3.294,4)	(2.908,5)	13,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>683,8</b>	<b>699,2</b>	<b>-2,2%</b>	<b>186,8</b>	<b>221,0</b>	<b>-15,5%</b>	<b>870,6</b>	<b>920,2</b>	<b>-5,4%</b>
Despesas com Vendas	(587,9)	(510,7)	15,1%	(12,2)	(14,1)	-12,9%	(600,2)	(524,7)	14,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(291,0)	(121,5)	139,5%	(42,5)	(35,3)	20,2%	(333,5)	(156,9)	112,6%
Remuneração da diretoria	(16,4)	(5,2)	213,3%	-	-	-	(16,4)	(5,2)	213,3%
PDD	(44,0)	(16,8)	162,1%	(120,6)	(177,4)	-32,0%	(164,6)	(194,2)	-15,2%
Recuperação de créditos em compensação	0,2	1,6	-89,9%	9,7	8,9	8,2%	9,8	10,6	-6,9%
Equivalência patrimonial	2,3	(0,1)	-	0,1	-	-	2,4	(0,1)	-
Outras despesas (receitas) operacionais	(90,0)	26,4	-	(5,0)	5,9	-	(95,0)	32,3	-
<b>Total das Despesas Operacionais<sup>(2)</sup></b>	<b>(1.026,9)</b>	<b>(626,3)</b>	<b>64,0%</b>	<b>(170,5)</b>	<b>(211,9)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(1.197,4)</b>	<b>(838,2)</b>	<b>42,8%</b>
<b>Lucro Oper. antes da Deprec. e Amort.</b>	<b>(343,1)</b>	<b>72,9</b>	<b>-</b>	<b>16,3</b>	<b>9,0</b>	<b>80,4%</b>	<b>(326,8)</b>	<b>81,9</b>	<b>-</b>
e Rec. (Desp.) Financeiras - EBITDA	(51,3)	(44,8)	14,6%	(0,6)	(0,1)	492,4%	(51,9)	(44,9)	15,7%
<b>Lucro Oper. antes de Impostos</b>	<b>(394,4)</b>	<b>28,1</b>	<b>-</b>	<b>15,7</b>	<b>8,9</b>	<b>76,0%</b>	<b>(378,6)</b>	<b>37,1</b>	<b>-</b>
e Rec. (Desp.) Financeiras - EBIT	(394,4)	28,1	-12,8%	15,7	8,9	-61,6%	(378,6)	37,1	-29,6%
Receitas financeiras	(96,1)	(55,6)	72,6%	(0,8)	(10,4)	-92,7%	(96,8)	(66,0)	46,6%
Despesas financeiras	(78,6)	(35,6)	120,8%	3,3	0,1	109,5%	(75,3)	(35,5)	112,4%
<b>Lucro Operacional Antes I.R</b>	<b>(473,0)</b>	<b>(7,5)</b>	<b>-</b>	<b>19,0</b>	<b>9,1</b>	<b>109,5%</b>	<b>(454,0)</b>	<b>1,6</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda	144,9	(0,8)	-	(6,5)	(1,7)	276,6%	138,4	(2,6)	-
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>(328,0)</b>	<b>(8,3)</b>	<b>-</b>	<b>12,5</b>	<b>7,3</b>	<b>70,0%</b>	<b>(315,6)</b>	<b>(0,9)</b>	<b>-</b>

% de Vendas Líquidas	2009		2008		2009		2008		2009		2008	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Lucro Bruto</b>	<b>17,3%</b>	<b>19,7%</b>	<b>87,6%</b>	<b>78,9%</b>	<b>87,6%</b>	<b>78,9%</b>	<b>20,9%</b>	<b>24,0%</b>	<b>20,9%</b>	<b>24,0%</b>	<b>20,9%</b>	<b>24,0%</b>
Despesas com Vendas	-14,9%	-14,4%	-5,7%	-5,0%	-5,7%	-5,0%	-14,4%	-13,7%	-14,4%	-13,7%	-14,4%	-13,7%
Despesas Gerais e Administrativas	-7,4%	-3,4%	-19,9%	-12,6%	-19,9%	-12,6%	-8,0%	-4,1%	-8,0%	-4,1%	-8,0%	-4,1%
Remuneração da diretoria	-0,4%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,4%	-0,1%	-0,4%	-0,1%	-0,4%	-0,1%
PDD	-1,1%	-0,5%	-56,6%	-63,3%	-56,6%	-63,3%	-4,0%	-5,1%	-4,0%	-5,1%	-4,0%	-5,1%
Recuperação de créditos em compensação	0,0%	0,0%	4,5%	3,2%	4,5%	3,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%
Equivalência patrimonial	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Outras despesas (receitas) operacionais	-2,3%	0,7%	-2,3%	2,1%	-2,3%	2,1%	-2,3%	0,8%	-2,3%	0,8%	-2,3%	0,8%
<b>Total de Despesas Operacionais</b>	<b>-26,0%</b>	<b>-17,6%</b>	<b>-80,0%</b>	<b>-75,6%</b>	<b>-80,0%</b>	<b>-75,6%</b>	<b>-28,7%</b>	<b>-21,9%</b>	<b>-28,7%</b>	<b>-21,9%</b>	<b>-28,7%</b>	<b>-21,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>-8,7%</b>	<b>2,1%</b>	<b>7,6%</b>	<b>3,2%</b>	<b>7,6%</b>	<b>3,2%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>2,1%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>2,1%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>2,1%</b>
Depreciação e Amortização	-1,3%	-1,3%	-0,3%	0,0%	-0,3%	0,0%	-1,2%	-1,2%	-1,2%	-1,2%	-1,2%	-1,2%
<b>EBIT</b>	<b>-10,0%</b>	<b>0,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>3,2%</b>	<b>7,4%</b>	<b>3,2%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>1,0%</b>	<b>-9,1%</b>	<b>1,0%</b>
Receitas (Desp.) Financeiras Líquidas	-2,0%	-1,0%	1,3%	0,0%	1,3%	0,0%	-1,8%	-0,9%	-1,8%	-0,9%	-1,8%	-0,9%
<b>Lucro antes do I.R.</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>3,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>3,2%</b>	<b>-10,9%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-10,9%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-10,9%</b>	<b>0,0%</b>
Imposto de Renda	3,7%	0,0%	-3,1%	-0,6%	-3,1%	-0,6%	3,3%	-0,1%	3,3%	-0,1%	3,3%	-0,1%
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>-8,3%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>5,9%</b>	<b>2,6%</b>	<b>5,9%</b>	<b>2,6%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>0,0%</b>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos  
(2) total de despesas operacionais sem contemplar as despesas de depreciação e amortização.

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Patrimonial - Consolidado Globex

<b>ATIVO<sup>(1)</sup></b>	<b>2009 Consolidado</b>	<b>2008 Consolidado</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.416,1</b>	<b>1.885,9</b>
Caixa e equivalente a caixa	83,4	101,5
Contas a receber	246,1	1.039,9
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	4,9	3,7
Impostos a recuperar	154,5	126,9
Estoques	727,1	455,9
Títulos e valores mobiliários	2,8	25,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32,9	24,7
Partes relacionadas	14,0	5,1
Despesas antecipadas	57,9	10,0
Outras contas a receber	92,7	93,3
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>725,3</b>	<b>272,4</b>
Contas a receber	-	1,7
Depósitos judiciais	78,8	40,5
Impostos a recuperar	111,4	55,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	524,1	155,8
Outras contas a receber	11,0	18,9
Investimentos	<b>296,1</b>	<b>287,2</b>
Participações em controladas	70,7	0,8
Outros	0,5	0,7
Imobilizado	183,2	222,5
Intangível	41,7	63,3
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.437,5</b>	<b>2.445,6</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO<sup>(1)</sup></b>	<b>2009 Consolidado</b>	<b>2008 Consolidado</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.502,2</b>	<b>1.536,3</b>
Fornecedores		
Mercadorias para revenda	955,5	561,9
Materiais e serviços	74,9	154,2
Empréstimos e financiamentos	61,4	492,7
Contas a pagar		
Controladas	19,6	6,8
Provisão para reestruturação	41,7	-
Outras	132,4	124,7
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	201,5	151,4
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1,7	8,0
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2,5	26,1
Provisão para contingências	7,6	6,8
Obrigações tributárias - PAES	3,5	3,9
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>292,9</b>	<b>224,5</b>
Empréstimos e financiamentos	48,1	88,1
Provisão para contingências	210,1	98,3
Obrigações tributárias - PAES	11,9	16,6
Dívidas com empresas ligadas		-
Provisão para perda com investimento		
Outros	22,8	21,4
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>642,4</b>	<b>684,8</b>
Capital social	671,0	671,0
Reservas de capital	314,0	40,9
Reservas de lucros	33,6	33,6
Prejuízos acumulados	(376,5)	(60,9)
Ajuste de avaliação patrimonial	0,2	0,2
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.437,5</b>	<b>2.445,6</b>

<sup>(1)</sup> (R\$ milhões)

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Demonstrações de Fluxo de Caixa**

(Em R\$ milhões)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31 de Dezembro</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Prejuízo líquido do Exercício</b>	<b>(315,6)</b>	<b>(0,9)</b>
Ajustes ao prejuízo líquido	<b>338,5</b>	<b>322,5</b>
Depreciações e amortizações	51,9	44,9
Equivalência patrimonial	(2,4)	0,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(142,4)	(23,6)
Ajuste a valor presente	27,2	5,4
Encargos financeiros provisionados	0,9	76,0
Variação monetária e cambial de itens de longo prazo líquidas	5,5	5,1
Provisão para contingências, líquidas	113,8	17,9
Provisão de remuneração baseado em ações	15,1	12,1
Provisão para devedores duvidosos	164,6	194,2
Projetos descontinuados	22,0	-
Provisão para perda e baixa de imobilizado e intangível	35,1	-
Provisão para reestruturação	41,7	-
Baixas no ativo imobilizado	4,6	(10,8)
Outros	0,7	1,3
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos operacionais</b>	<b>(360,2)</b>	<b>(317,7)</b>
Contas a receber	51,8	(347,8)
Outros contas a receber	5,5	113,9
Impostos a recuperar	(95,2)	16,6
Estoques	(269,8)	(92,5)
Despesas antecipadas	(45,4)	(3,3)
Outros realizáveis	(7,1)	(4,7)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais</b>	<b>480,6</b>	<b>152,7</b>
Fornecedores	393,3	264,8
Contas a pagar	42,7	(136,1)
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	34,3	34,3
Outras exigibilidades	10,3	(10,3)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>143,3</b>	<b>156,6</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado e Intangível	(53,7)	(115,6)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	11,5	164,7
Depósitos judiciais	(39,5)	27,0
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>(81,7)</b>	<b>76,1</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamento:		
Adições	-	2.777,4
Pagamentos	(75,3)	(3.439,7)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(75,3)</b>	<b>(662,3)</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido do Período</b>	<b>(13,7)</b>	<b>(429,7)</b>
Caixa e equivalente a caixa no início do exercício	97,0	531,1
Caixa e equivalente a caixa no final do exercício	83,4	101,5
<b>Redução do saldo de caixa e equivalente a caixa</b>	<b>(13,7)</b>	<b>(429,7)</b>
<b>Informações complementares - itens que não afetaram caixa:</b>		
Aumento de capital com reservas	-	257,6
Dividendos e juros sobre o capital propostos	-	3,9
Ajustes de exercícios anteriores	60,9	4,4
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,2
Arrendamento Mercantil	1,5	2,9
Ágio incorporação reversa	258,0	-



00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Segmentação de Vendas Brutas por Formato (R\$ milhões)<sup>(1)(2)</sup>**

Ano	2009	%	2008	%	Var.(%)
Redes de Lojas	3.594,8	76,8%	3.715,4	83,9%	-3,2%
Atacado	464,5	9,9%	417,7	9,4%	11,2%
Internet	619,8	13,2%	296,3	6,7%	109,2%
<b>Total Varejo</b>	<b>4.679,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.429,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,6%</b>

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) Receita Bruta, Líquida de Devoluções e de despesas com AVP

**Segmentação de Vendas Líquidas por Formato (R\$ milhões)<sup>(1)(2)</sup>**

Ano	2009	%	2008	%	Var.(%)
Redes de Lojas	2.947,0	76,0%	2.897,5	83,7%	1,7%
Atacado	373,7	9,6%	340,6	9,8%	9,7%
Internet	556,3	14,3%	225,1	6,5%	147,2%
<b>Total Varejo</b>	<b>3.877,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.463,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,9%</b>

1 - Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

2 - Receita Bruta, Líquida de Devoluções e de despesas com AVP

**Composição de Vendas da Controladora (% sobre Vendas Líquidas)<sup>(1)</sup>**

	2009	2008
Ano	Ano	Ano
À Vista	41,7%	40,7%
Cartão de Terceiros	37,1%	23,7%
Cartão Flex	17,1%	15,2%
À Prazo	4,0%	20,4%
Carnê	3,9%	19,4%
Cheque Pré-Datado	0,1%	1,0%

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

**Movimentação de Lojas por Formato**

	Digital	Rua	Shopping	Ponto Frio (total)	Área de Vendas (m²)	Número de Funcionários
31/12/2008	52	315	91	458	337.446	12.129
31/12/2009	53	305	97	455	332.442	9.587

\*Errata: O número de lojas dos formatos rua e shopping fechadas no 3T09 de 7 e 2, foram corrigidos para 9 e 1 respectivamente

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia contratou da Deloitte Touche Tohmatsu, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente, basicamente serviços de compliance que não ultrapassaram 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

## CONTATOS

### Departamento de Relações com Investidores

Telefone: + 55 (11) 3886-0421

Fax: +55 (11) 3886-0421

[gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br](mailto:gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br)

## AVISO

Este material inclui informações e opiniões sobre eventos futuros sujeitas a riscos e incertezas os quais baseiam-se nas atuais expectativas, projeções e tendências sobre os negócios da Companhia. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais essas opiniões se baseiam. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações futuras constantes deste material podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os acionistas e investidores não devem tomar quaisquer decisões com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste material.

EBITDA é igual ao lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido e das despesas de depreciação e amortização. A inclusão da informação EBITDA tem como objetivo fornecer uma medida que permita avaliar a geração de caixa das operações da empresa. O termo EBITDA se refere a um indicador definido como lucro (prejuízo) antes de juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida como GAAP e pode não ser comparável com indicadores com o mesmo nome reportados por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado substituto do lucro operacional ou medida de liquidez melhor do que o fluxo de caixa operacional, que são determinados de acordo com GAAP. O EBITDA é fornecido para prover informação adicional a respeito da nossa capacidade de pagar dívidas, realizar investimentos e cobrir necessidades de capital de giro.

A dívida líquida foi incluída neste documento por ser frequentemente utilizada por analistas de ações, investidores e outros interessados em empresas que atuam em nossos segmentos. A dívida líquida não é um índice financeiro de acordo com o BR GAAP e não deve ser considerada como um substituto ao resultado do exercício para a mensuração do desempenho operacional ou aos fluxos de caixa como um índice de liquidez. Como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a nossa apresentação de Dívida Líquida pode não ser comparável a outros índices com denominação similar e utilizados por outras empresas

---

00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90
---------	----------------------	--------------------

---

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

GLOBEX UTILIDADES S/A  
CNPJ/MF 33.041.260/0652-90  
CAPITAL ABERTO  
NIRE Nº 33300141073

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, por seus membros abaixo assinados, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro 2009 da Globex Utilidades S/A. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer dos auditores independentes, **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes**, o Conselho Fiscal, com lastro no artigo 163 da Lei das S/A, opina no sentido de que as referidas demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2010.

**CONSELHEIROS**

  
Benjamin Elio Moro

  
João Verner Juenemann

  
Julio Cesar Espósito de Medeiros

---

00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90
---------	----------------------	--------------------

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

**DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE**

Eu, Jorge Fernando Herzog, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subseqüentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de Globex Utilidades S.A. e controladas, e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2010

Jorge Fernando Herzog

**Diretor Presidente**

---

00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90
---------	----------------------	--------------------

---

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

**DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

Eu, Orivaldo Padilha, declaro que:

- Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subseqüentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
- Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de Globex Utilidades S.A. e controladas, e baseado nas discussões subseqüentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2010

Orivaldo Padilha

**Diretor de Relações com Investidores**

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Globex Utilidades S.A. (“Globex” ou “Companhia”) e as empresas sob seu controle societário estão organizadas de forma integrada. A Companhia opera sob a marca “Ponto Frio”, cuja atividade está presente em todo território brasileiro, exceto na região Norte do Brasil, possui um total de 455 lojas, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, incluindo itens tais como: móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

A Companhia atua, também: (i) através de sua controlada, PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A., na comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral pela Internet por meio do site [www.pontofrio.com.br](http://www.pontofrio.com.br) e pelo canal de *Tele vendas*; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral; (ii) através do canal virtual de venda no atacado, pelo qual a Companhia vende seus produtos a empresas com o fim de revenda, principalmente, para redes varejistas de menor porte; (iii) através do canal virtual de Venda Corporativa, pelo qual a Companhia vende seus produtos diretamente a empresas, cuja finalidade é o consumo final; e (iv) através de sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”), que opera em conjunto com outras sociedades do Grupo Pão de Açúcar, e tem por finalidade, dentre outras, financiar as vendas a prazo conduzidas pela Companhia, por meio de carteira de crédito. A Financeira Itaú CBD S.A., também, opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento. A gestão da FIC é realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A. conforme definido no contrato de associação do Grupo Pão de Açúcar com o Itaú Unibanco e em acordo de acionistas.

O resultado de suas atividades provém do ganho mercantil na comercialização dos produtos e da intermediação de serviços e, também, por ganhos resultantes das operações de financiamentos, deduzidas das perdas com inadimplência. As vendas a prazo realizadas pela Companhia são financiadas, principalmente, pela Financeira Itaú CBD S.A.

Em 08 de Junho de 2009, a Globex comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), que opera as marcas Pão de Açúcar, Sendas, Extra, Extra Eletro, Extra Perto, Extra Fácil, CompreBem e Assai, celebrou um Contrato de Compra de Ações, representando 70,24% do capital total e votante de Companhia, sendo o processo de aquisição dessas ações finalizado em 08 de setembro de 2009. Após os processos de Oferta Pública de Ações (OPA) realizadas nos dias 08 de setembro de 2009 e 03 de fevereiro de 2010, a CBD passou a deter 95,46% e 98,32%, respectivamente, do capital total e votante da Companhia com base nas ações em circulação (vide Nota 19).

a) Reorganizações Societárias

(i) Mandala Empreendimentos e Participações Ltda

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 22 de dezembro de 2009 foi aprovada em AGE a incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações Ltda (subsidiária da CBD utilizada no processo de aquisição) na Companhia com efeitos a partir de 31 de outubro de 2009, resultando na transferência do controle acionário direto da Companhia anteriormente detido pela Mandala para a CBD. A incorporação foi feita de acordo com o protocolo de justificação de incorporação nos termos do artigo 227, da lei 6.404/76, conforme alterado.

Os efeitos da incorporação da Mandala na Companhia referem-se substancialmente a adição no ativo no montante de R\$ 258.015, que está apresentado nas demonstrações financeiras como crédito fiscal em contrapartida em reserva especial de ágio no Patrimônio Líquido, de acordo com a Instrução CVM 319/99. Tal crédito fiscal, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração da Companhia e examinadas pelo Conselho Fiscal, será realizado no prazo máximo de 10 anos (conforme descrito na nota 19h).

(ii) Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda

Em 30 de dezembro de 2009 o Grupo Pão Açúcar realizou reorganização societária através de sua subsidiária Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake"), conforme 1º Alteração do Contrato Social em 30 de dezembro de 2009 de Lake Niassa, a acionista CBD cedeu e transferiu 9.990 cotas que detinha do capital da sociedade no valor nominal de R\$ 9.990,00 para a Globex e o outro sócio cedeu e transferiu 10 cotas no valor nominal de R\$ 10,00 para Pontocred Negócios de Varejo Ltda e retiraram-se da sociedade na Lake.

Em ato contínuo, os novos sócios decidiram aumentar o capital da sociedade de R\$ 10.000,00 para R\$ 70.223.909,33 mediante emissão de 70.213.909 novas cotas, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela sócia Globex, através da troca do seu investimento direto no Banco Investcred por um investimento indireto por meio da Lake Niassa. A Pontocred Negócios de Varejo Ltda. renunciou expressamente ao exercício do direito de preferência. Essa transação não gerou ágio ou deságio, já que foram transações com entidades sob controle comum.

(iii) Empresas financeiras do grupo

Em 31 de dezembro de 2009 foi promovida reorganização societária das empresas financeiras do grupo. Conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária do Banco Investcred Unibanco S.A., foi realizada a cisão parcial do acervo líquido do BINV no montante de R\$ 110.316, com base no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2009. Um dos resultados dessa reorganização foi à cisão do Banco Investcred e a posterior incorporação da parcela cindida na empresa Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC). Nessa parcela cindida está contemplada toda a operação, produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes do Ponto Frio, portanto todos os direitos e obrigações registrados no balanço de Globex com o Banco Investcred passam a ser com a FIC.

00650-5

GLOBEX UTILIDADES SA

33.041.260/0652-90

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Essa reorganização significou em troca de ações dessas empresas para a acionista Globex que passou a ter participação de 14,36% em FIC e 50% do saldo remanescente do Banco Investcred através de sua subsidiária Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. Essa transação não gerou ágio ou deságio, já que foram transações com entidades sob controle comum. A referida alteração encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central.

Em decorrência do exposto, a partir de 1 de outubro de 2009, a gestão do BINV passou a ser exercida integralmente pela FIC, quando BINV deixou de ser tratado de forma consolidada nas demonstrações financeiras da Globex, passando a ser reconhecido através de equivalência patrimonial.

##### b) Associação Casas Bahia

Em dezembro de 2009, o Grupo Pão de Açúcar (GPA) e os sócios controladores de Casa Bahia celebraram um Acordo de Associação visando à integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis. Esta associação permitirá ao GPA oferecer ao consumidor um maior sortimento de produtos, melhor atendimento e acesso facilitado ao crédito. A presente operação está pendente de aprovação perante os órgãos antitruste brasileiro.

Em 03 de fevereiro de 2010, a Companhia e a Casa Bahia celebraram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE um Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO), determinando o seguinte: (i) as Companhias deverão manter as suas marcas Casas Bahia e o Ponto Frio, bem como deverão realizar campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) as Companhias deverão manter em funcionamento as lojas atualmente existentes nos 146 municípios nos quais as duas empresas estão presentes; (iii) manterão seus respectivos Centros de Distribuição (CDs), comprometendo-se, ainda, a manter os seus níveis gerais de emprego; (iv) manterão a Fábrica de Móveis Bartira; (v) manterão as suas respectivas políticas de concessão crédito; e (vi) deverão manter as estruturas de compras e os seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, as empresas poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2010.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante o ano de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações financeiras do exercício comparativo.

Opcionalmente, a Companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu por não exercer essa faculdade para as demonstrações financeiras de 2009, e no seu melhor julgamento, apresenta abaixo um breve descritivo das possíveis alterações relevantes nas práticas contábeis anteriormente adotadas, para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e período comparativo:

- CPC 16 Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575, de 05 de junho de 2009: A Companhia não espera que o referido Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil atual de estoques converge com a prática contábil requerida por este CPC.
- CPC 18 Investimento em Coligada e em Controlada, aprovado pela Deliberação CVM nº 605, de 26 de novembro de 2009: A Companhia não espera que o referido Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil atual de avaliação dos investimentos converge com a prática contábil requerida por este CPC.
- CPC 19 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture), aprovado pela Deliberação CVM nº 606, de 26 de novembro de 2009: A Companhia não espera que o referido Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil atual de avaliação dos investimentos converge com a prática contábil requerida por este CPC.
- CPC 20 Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009: A Administração da Companhia está analisando os efeitos que este pronunciamento poderia ter em suas demonstrações financeiras.
- CPC 21 Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de Julho de 2009: A Administração da Companhia está analisando os efeitos que este pronunciamento poderia ter em suas demonstrações financeiras.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 22 Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de Julho de 2009: Determina o requerimento de divulgação de informações segregadas por segmento operacional da Companhia. “Segmento operacional” é definido como um componente da entidade: (a) que desenvolve atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas; (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões; e (c) para a qual haja informação financeira disponível. A Administração da Companhia prevê divulgação adicional em suas demonstrações financeiras decorrente dos dados e indicadores dos ativos, passivos e resultados identificáveis para cada um de seus segmentos operacionais. A determinação dos segmentos operacionais a serem considerados nessa divulgação, encontra-se ainda sob análise da Administração da Companhia.
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009: A Companhia não espera que a referida norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil quanto tratamento de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro converge com a prática contábil requerida por essa norma.
- CPC 24 Evento Subsequente, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009: O principal impacto na aplicação dessa norma refere-se contabilização de dividendos. De acordo com a mesma, ao final do exercício a Companhia deverá reconhecer como passivo somente o dividendo mínimo obrigatório estabelecido em seu Estatuto ou, quando esse for omissivo, aquele determinado na Lei 6.404. Dividendos adicionais ao mínimo serão registrados como passivo na medida em que forem aprovados pelos órgãos competentes da Companhia, veja tópico “ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos”. Uma vez que historicamente e para esse exercício, a proposta de distribuição de dividendos da Companhia é efetuada em valor próximo ao mínimo obrigatório, a Administração não espera que esse Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras.
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009: O CPC 25 não aborda o conceito de obrigação legal até então aplicado pelas Companhias brasileiras à luz da norma “NPC 22 - Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas”. Em certas situações, essa diferença conceitual entre uma obrigação legal (NPC 22) e uma provisão (CPC 25), torna-se um ponto sensível no que se refere à manutenção ou reversão de eventuais provisões para contingências registradas pela Companhia. Dessa forma, esse assunto será detalhadamente analisado pela Administração da Companhia em 2010 com o objetivo avaliar a necessidade ou não de reversões e constituições de provisões para contingências. Para maiores informações sobre as contingências registradas pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 vide nota explicativa 17.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 26 Apresentação das Demonstrações financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009: A Companhia entende que o referido Pronunciamento Técnico produzirá impactos sobre a apresentação de suas demonstrações financeiras, uma vez que define extensivos requerimentos de divulgação sobre políticas contábeis e a introdução da demonstração do resultado abrangente, prática essa que deverá ser aplicada pela Companhia nas demonstrações financeiras a serem preparadas em 2010 (incluindo as demonstrações financeiras do período comparativo).
- CPC 27 Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009: A Companhia entende que a referida norma pode produzir impactos sobre suas demonstrações financeiras, principalmente em função do referido CPC introduz o requerimento de dedução do valor residual estimado dos ativos imobilizados para cálculo da depreciação. Atualmente a Companhia efetua a depreciação dos ativos pelo seu custo de formação integral sem deduzir o valor residual estimado, com isso, caso os estudos atualmente em progresso concluam sobre a aplicabilidade do requerimento, a depreciação dos bens existentes podem ser reduzidas nas próximas demonstrações financeiras.
- CPC 30 Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009: A Companhia não espera que o referido Pronunciamento Técnico produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil de reconhecimento de receita converge com a prática contábil requerida por este CPC.
- CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, aprovado pela Deliberação CVM nº 598, de 15 de setembro de 2009: A Administração da Companhia está analisando os efeitos que este pronunciamento poderia ter em suas demonstrações financeiras.
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009: A Companhia não espera que essa norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil em relação aos tributos sobre o lucro, na forma do Imposto de Renda da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, corrente e diferido, já está alinhada com a prática contábil requerida por este CPC.
- CPC 33 Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009: A Companhia não espera que o pronunciamento produza efeitos significativo em suas demonstrações financeiras.
- CPC 36 Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 608, de 26 de novembro de 2009: A Companhia não espera que a referida norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil de consolidação converge com a prática contábil requerida por este CPC.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- CPC 38, 39 e 40 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação, Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009: CPC 38 - Atualmente a Companhia está em processo de levantamento dos efeitos da aplicação das novas normas. Os principais assuntos já identificados que poderão afetar as demonstrações financeiras do exercício de 2010 são: Cálculo da provisão para perdas ao valor recuperável dos instrumentos financeiros; Segregação e marcação a mercado dos derivativos embutidos; Instrumentos patrimoniais que seriam classificados como dívida; Reconhecimento de ativos baixados em operações de securitização; Operações de descontos de duplicatas; CPC 40 - A Companhia espera que a referida norma aumente o nível de divulgações sobre os instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras do exercício de 2010.
- Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010: Se refere ao documento de revisão de certos parágrafos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 02, 03, 16, 26 e 36, e da Orientação Técnica OCPC 01. A Companhia avaliou as alterações e concluiu que não representaram modificações relevantes nas práticas contábeis atualmente utilizadas, porém prevê que quando da aplicação em 2010 do CPC 36, a alteração acima mencionada poderá alterar a forma de apresentação da peça contábil da demonstração das mutações do patrimônio líquido e a inserção das demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios.
- OCPC 03 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº. 03/2009, de 19 de novembro de 2009; A Companhia não espera que a referida norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil converge com a prática contábil requerida por esta Interpretação.
- ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 613, de 22 de dezembro de 2009: A Companhia não espera que a referida norma produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil converge com a prática contábil requerida por esta Interpretação.
- ICPC 04 Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 614, de 22 de dezembro de 2009: A Administração da Companhia esta analisando os efeitos que esta interpretação poderia ter em suas demonstrações financeiras.
- ICPC 05 Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria, aprovado pela Deliberação CVM nº 615, de 22 de dezembro de 2009: A Administração da Companhia esta analisando os efeitos que esta interpretação poderia ter em suas demonstrações financeiras.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, aprovado pela Deliberação CVM nº 601, de 07 de outubro de 2009: A Companhia não espera que a referida Interpretação Técnica produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil converge com a prática contábil requerida por esta Interpretação.
- ICPC 09 Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009: A Companhia não espera que a referida Interpretação Técnica produza impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras, uma vez que sua prática contábil converge com a prática contábil requerida por esta Interpretação.
- ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009: Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43. A Companhia está avaliando a vida útil dos seus bens e aplicará tal mudança de depreciação prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010. Adicionalmente, a Companhia não optará em determinar o custo atribuído nos saldos iniciais.
- ICPC 12 Interpretação Técnica ICPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares, aprovado pela Deliberação CVM nº 621, de 22 de dezembro de 2009: A Administração da Companhia está analisando os efeitos que esta interpretação poderia ter em suas demonstrações financeiras.

(i) Ajustes e reclassificações referentes a exercícios anteriores:

A Companhia, como parte do processo de harmonização de práticas, critérios e estimativas contábeis e entendimento jurídico do novo acionista controlador, identificou as seguintes diferenças de entendimentos na aplicação conceitual de padrões contábeis atribuíveis a exercícios anteriores:

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Compartilhamento de despesas – Banco Investcred

A Globex incorreu em diversas despesas necessárias a sua atividade que beneficiaram igualmente o Banco Investcred até 30 de setembro de 2009 e outras empresas do Grupo. Para algumas dessas despesas, o critério de rateio foi estabelecido com base em estimativa inicial das partes (critério de rateio por método indireto). Muito embora a Companhia entenda que o critério tal como estabelecido está revestido de razoabilidade, reconhece ser a matéria sobre incidência de impostos controversa. Dessa forma, optou-se por um provisionamento em obediência à literalidade das normas de regência pertinente, inclusive para períodos anteriores. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2009, foi reconhecida pela Companhia uma obrigação tributária da ordem de R\$ 41.419, dos quais R\$ 37.176 referem-se a períodos anteriores a 31 de dezembro de 2008. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sendo reapresentado, refletindo a referida decisão em R\$ 4.038, (montante bruto do efeito de imposto de renda e contribuição social diferido).

b) Contingências cíveis (“consumeristas”):

A Companhia realizou estudo sobre o estágio de diversos casos de reclamações de consumidores junto aos Juizados Especiais. Como resultado de tal revisão, foi detectada a necessidade de complemento em sua provisão para contingências. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2009 a Companhia mantém um complemento de sua provisão no montante de R\$ 19.982, dos quais R\$ 19.114 referem-se a exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2008. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sendo reapresentado, refletindo a conclusão do referido estudo em R\$ 6.700 (montante bruto do efeito de imposto de renda e contribuição social diferido).

c) Receita oriunda do contrato de exclusividade sobre a prestação de serviços bancários relativos à folha de pagamento:

Em 11 de junho de 2008, a Companhia firmou contrato com uma instituição financeira, cujo objetivo é a aquisição do direito de prestar serviços bancários relativos à Folha de Pagamentos da Companhia em regime de exclusividade durante o período de 5 (cinco) anos. Como parte de tal contrato, a Companhia recebeu dessa instituição financeira o montante de R\$19.300, que foi reconhecido integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, quando deveria ter sido diferido pelo prazo do referido contrato. A Companhia está reapresentando o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008 para corrigir a receita diferida em R\$ 17.370. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sendo reapresentado, refletindo a correção do referido ajuste no montante de R\$ 15.763 (reversão de receita), líquido de Pis e Cofins (montante bruto do efeito de imposto de renda e contribuição social diferido).

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Ajustes de exercícios anteriores na Globex Administração de Consórcio Ltda.:

Em 30 de junho de 2009, a Administração da Companhia acatou determinação do BACEN para reconstituição dos passivos correspondentes dos itens (a) e (b) abaixo demonstrados, em contrapartida com a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Cumpre informar que os registros contábeis iniciais dessas transações foram efetuados com base em parecer de nossos consultores jurídicos (item "(a)") e com base em processo movido pela Associação Brasileira de Administradores de Consórcio (item "(b)").

Descrição	
(a) Rendimentos financeiros de grupos constituídos anteriormente a Circular nº 2.766/97, referente a recursos não procurados.	11.906
(b) Taxa de administração sobre recursos não procurados de grupos constituídos sob a égide da Portaria 190/89 e da Circular nº 2.386/93 do BACEN.	<u>1.431</u>
Efeito no investimento	13.337

Os referidos efeitos são relacionados à transações anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

- e) Custos Logísticos: A Companhia vem apresentando os gastos incorridos em sua operação logística como despesas de vendas, porém como prática do acionista controlador esses gastos são agregados aos custos de aquisição dos estoques e registrados como custos das mercadorias vendidas de acordo com a realização dos estoques. Para fins de harmonização das práticas contábeis, estamos reclassificando, a parcela dos gastos com a operação logística dos anos de 2009 e 2008 que deveriam estar apropriadas no custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações de crédito. Essa reclassificação tem impacto no lucro bruto da controladora de R\$ 70.678 (2,07%) em 2009 e de R\$ 77.129 (2,20%) em 2008 e no consolidado de R\$ 80.166 (1,92%) em 2009 e de R\$ 79.049 (2,06%) em 2008. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, está sendo reapresentado refletindo a referida reclassificação.
- f) Custos de Captação: Os custos de captação para as operações de crédito do BINV têm sido apresentados na receita líquida, porém para fins de harmonização de práticas contábeis com o acionista controlador estamos reclassificando esses valores para o custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações de crédito. No ano de 2009 esses valores somaram R\$ 26.389 e no ano de 2008 R\$ 59.247. O Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, está sendo reapresentado refletindo a referida reclassificação.
- g) Taxa de administração de cartão de crédito: Durante o ano de 2008 as despesas de taxa de administração de cartão de crédito foram classificadas como despesas financeiras, porém no ano de 2009, para fins de harmonização de prática com o acionista controlador, estão apresentadas como despesas de vendas. No ano de 2008 os valores de R\$ 22.514 na controladora e R\$ 23.020 no consolidado, estão sendo reapresentados refletindo a referida reclassificação.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os efeitos agregados por conta dos ajustes acima mencionados estão demonstrados abaixo, conforme requerido pela Deliberação 564/2008 que aprovou a NPC “nº 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (Correlação – IAS 8)”:

Contas patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2008	2008	2008	2008
	(Publicado)	(Reapresentado)	(Publicado)	(Reapresentado)
Ativo circulante				
Impostos a recuperar	89.505	91.112	125.336	126.943
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido diferido	119.840	144.338	131.333	155.831
Participações em controladas	135.621	122.284	774	774
Passivo circulante				
Outras contas a pagar	88.219	98.615	101.613	125.345
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	106.261	143.437	114.174	151.351
Passivo não circulante				
Provisão para contingências	78.432	97.546	79.180	98.294
Outros	-	13.510	7.913	21.423
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados	-	(60.892)	-	(60.892)
Contas de resultado	Controladora		Consolidado	
	2008	2008	2008	2008
	(Publicado)	(Reapresentado)	(Publicado)	(Reapresentado)
Receita Líquida	3.507.242	3.507.242	3.769.435	3.828.682
Custo de captações no mercado	-	-	(59.247)	-
Custo das mercadorias vendidas, das operações de crédito e dos serviços prestados	(2.786.717)	(2.863.846)	(2.770.232)	(2.906.608)
Despesas com vendas	(535.872)	(481.257)	(580.750)	(526.641)
Despesas administrativas	(119.030)	(126.896)	(148.984)	(156.850)
Despesas financeiras	(74.406)	(54.763)	(86.187)	(66.038)
Outras receitas (despesas) operacionais	47.704	31.941	48.014	32.251
Imposto diferido	3.185	12.195	14.555	23.565
Lucro (prejuízo) do exercício	16.559	(931)	16.559	(931)
Resultado por ação	0,13	(0,01)	-	-



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contas de Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	2008	2008	2008	2008
	(Publicado)	(Reapresentado)	(Publicado)	(Reapresentado)
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	16.559	(931)	16.559	(931)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(3.185)	(12.195)	(14.555)	(23.565)
Decréscimo (acréscimos) em passivos operacionais				
Contas a pagar	(92.916)	(82.179)	(103.877)	(93.140)
Outras exigibilidades	31.729	47.492	(8.346)	7.417

Contas da Demonstração do Valor Adicionado	Controladora		Consolidado	
	2008	2008	2008	2008
	(Publicado)	(Reapresentado)	(Publicado)	(Reapresentado)
Outras receitas	55.595	39.832	75.708	59.945
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas, operações de crédito e dos serviços prestados	(2.786.717)	(2.863.846)	(2.829.479)	(2.908.528)
Materiais – energia - serviços terceiros – outros	(203.464)	(197.529)	(221.652)	(213.900)
Pessoal	277.500	262.552	329.832	314.741
Remuneração direta	211.001	200.230	254.010	243.159
Benefícios	30.845	27.700	35.259	32.106
Encargos	22.413	21.331	25.572	24.484
Impostos, taxas e contribuição	1.020.766	1.008.678	1.066.072	1.054.373
Federais	400.763	389.538	436.532	425.296
Estaduais	610.350	610.328	615.832	615.810
Municipais	9.253	8.812	13.708	13.267
Remuneração de capitais de terceiros	206.441	163.661	217.060	174.280
Juros	72.065	52.422	82.266	62.623
Aluguéis	134.357	111.220	134.775	111.638
Remuneração de capital próprio	16.559	(931)	16.548	(942)
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	16.559	(931)	16.559	(931)

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A Companhia e suas controladas mantêm práticas contábeis uniformes.

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui a Companhia e suas controladas.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, reservas e resultados acumulados entre as Companhias consolidadas.
- Segregação das parcelas do patrimônio líquido e do resultado pertencentes aos acionistas não controladores, indicadas em itens específicos.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora Globex Utilidades S.A. e das controladas integrais, Globex Administração e Serviços Ltda., Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda., Rio Expresso Comércio Atacadista de Eletrodomésticos Ltda., Globex Administração de Consórcios Ltda., Pontocred Negócios de Varejo Ltda., PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A., Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda., e da controlada em conjunto E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A.

A partir de 2008, a controlada no exterior Sabara S.A., por não se caracterizar como entidade independente de acordo com o CPC 02, teve seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da controladora como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal integral ou proporcional à participação da Companhia nos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Companhias, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas eliminações (i) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Companhias; e (ii) dos saldos de contas correntes e outros valores integrantes do ativo, passivo e resultado mantidos entre as Companhias.

No ano de 2008 a Companhia constituiu a empresa PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. e adquiriu participação de 45% na empresa E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A., a fim de reestruturar e desenvolver suas atividades de comércio eletrônico, anteriormente desenvolvidas, principalmente, por equipe interna da Companhia, através do site [www.pontofrio.com](http://www.pontofrio.com) e do canal de tele vendas destinados a consumidores finais.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas entre a Globex e a PontoFrio.com, com prazo de 99 anos e não oneroso por todo o tempo em que a Globex detiver o controle da PontoFrio.com. Foi acordado investimento pela Globex na E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. empresa que tem como objetivo prestar serviços na área de comércio eletrônico.

O Banco Investcred Unibanco S.A. fez parte das demonstrações financeiras consolidadas até 30 de setembro de 2009 no modelo de consolidação proporcional em 50%, conforme Instrução CVM 247 de 27 de março de 1996, porém após essa data o controle dessa Companhia deixou de ser compartilhado, alterando o tratamento contábil consolidação de balanço para equivalência na Globex e passando a ser consolidado integralmente dentro das demonstrações financeiras consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., em consequência da gestão do BINV passou a ser realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A. conforme definido no contrato de associação do Grupo Pão de Açúcar com o Itaú Unibanco.

O balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados considerando o percentual de participação, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, estão representadas a seguir:

	31.12.2008		31.12.2008
<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponibilidades	406	Depósitos	782.788
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.400	Obrigações fiscais e previdenciárias	22.387
Relações interfinanceiras	10.066	Obrigações sociais e estatutárias	14.954
Operações de crédito	984.601	Outros contas a pagar	203.924
Outros	158.893		1.024.053
	<u>1.162.366</u>		
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Operações de crédito	3.326	Depósitos	10.185
Outros créditos	16.292	Obrigações fiscais e previdenciárias	18.543
	<u>19.618</u>		<u>28.728</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Investimentos	9.900	Capital social	66.019
Imobilizado	142	Reserva de capital	32.075
Intangível	556	Reserva de lucros	41.707
	<u>10.598</u>		<u>139.801</u>
	<u>30.216</u>		
TOTAL DO ATIVO	<u>1.192.582</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.192.582</u>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Período de nove meses findo em	
	<u>30.09.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Rendas de operações de crédito	404.700	573.000
Resultado de títulos e valores mobiliários	<u>7.057</u>	<u>20.554</u>
	411.757	593.554
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Custo de captação	(53.570)	(119.756)
Provisão para créditos de liquidação	<u>(241.134)</u>	<u>(354.736)</u>
	(294.704)	(474.492)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>117.053</u>	<u>119.062</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de prestação de serviços	48.022	28.195
Despesas de pessoal	(2.789)	(3.158)
Outras despesas administrativas	(107.087)	(137.829)
Despesas tributárias	(24.175)	(30.754)
Resultado de participação em controlada	408	571
Outras receitas operacionais	44.365	77.012
Outras despesas operacionais	<u>(38.144)</u>	<u>(34.898)</u>
	(79.400)	(100.861)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>37.653</u>	<u>18.201</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	<u>37.653</u>	<u>18.201</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Provisão para imposto de renda	2.105	(13.507)
Provisão para contribuição social	1.277	(6.110)
Ativo fiscal diferido	<u>(16.019)</u>	<u>16.547</u>
	(12.637)	(3.070)
PARTICIPAÇÕES – EMPREGADOS	(353)	(451)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>24.663</u>	<u>14.680</u>
Quantidade de ações	190.580	190.580
Lucro por ação R\$	129,41	77,03

As demonstrações financeiras do Banco Investcred, apresentadas acima, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido sem ressalva, mas com ênfase sobre o fato de que a reorganização societária (mencionada na nota 1) ocorrida em 31 de dezembro de 2009, encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em decorrência da alteração do controle acionário, a Companhia adequou suas práticas e critérios contábeis visando à harmonização com as práticas e critérios do novo controlador. Os efeitos dessa harmonização estão apresentados a seguir e nas respectivas notas explicativas em que os saldos foram afetados.

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado:

- Receitas e despesas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de mercadorias e intermediação de serviços são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidos de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. Quanto às receitas de operações de crédito são reconhecidas ao longo da vigência dos contratos.

A constituição da despesa de ajuste a valor presente, incidente sobre as vendas a prazo, tem como contrapartida a rubrica “contas a receber de clientes” e suas reversões são registradas em rubrica separada, denominada “reversão do ajuste a valor presente das vendas de mercadoria”.

Em decorrência da harmonização das práticas contábeis com o novo acionista controlador, a Companhia passou a registrar, as despesas de taxa de administração de cartão de crédito na rubrica “Despesas com vendas”, anteriormente registradas em “Despesas financeiras”

- Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes à vida útil de ativos imobilizados, provisões para perdas em ativos, contingências, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

- Caixa e equivalente a caixa

Esse grupo está composto pelo saldo que permanece nos caixas das lojas, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Companhia foram avaliados como “mantidos até o vencimento” e encontram-se registrados pelo valor principal investido, acrescido dos rendimentos contratados (“custo amortizado do ativo”), exceto quando mencionado.

Esses títulos e valores mobiliários estão, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os saldos referentes às instituições financeiras que fazem parte do balanço consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estão registrados a valor de mercado em conformidade aos termos das circulares do Banco Central do Brasil - BACEN nº 3082/01 e 3068/01.

• Contas a receber

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber pelo valor presente com parcelas de até 18 vezes, acrescido de juros auferidos até a data do balanço, quando aplicável, representado, principalmente, por créditos de vendas parceladas com cartão de crédito.

A Companhia calculou e contabilizou o ajuste a valor presente de ativos circulantes relevantes. No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia e suas controladas consideraram as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, durante o exercício de 2009 essas taxas variaram entre 0,75% e 1,25% ( 0,79% à 4,83% em 2008).

A Companhia, quando necessário, efetua operação de desconto de recebíveis de cartões de crédito junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover-se de capital de giro para suprir eventuais desencaixes no fluxo de caixa. Nessa operação, a Companhia entrega os recebíveis como garantia das captações de recursos, sendo que, o risco dos recebíveis é da Companhia e das controladas. As despesas financeiras incorridas pela Companhia e suas controladas nessa operação são apropriadas por competência no resultado, de acordo com o vencimento das parcelas.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir perdas sobre a carteira de financiamentos e demais créditos a receber, com base em análise preparada pela administração da Companhia e das controladas que considera as perdas históricas, bem como avaliação dos títulos cuja realização é duvidosa. Em decorrência da harmonização com o novo controlador, a Companhia passou a registrar provisão sobre cheques referentes à “compras a vista”, imediatamente após a segunda devolução.

- Estoques para revenda

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, adicionados aos custos logísticos incorridos, ajustado a valor presente, que não excede ao valor de mercado. A Companhia constitui provisão para perdas nos estoques de acordo com o ciclo de vida de cada categoria de produtos e a identificação dos dias de estoques. Com base nestes parâmetros, define-se o desconto a ser praticado sobre o preço normal de tabela, de forma a permitir a venda dos produtos. A provisão é constituída na hipótese do preço com desconto, líquido dos impostos, serem inferiores ao custo contábil. A Companhia efetua provisão para os produtos que apresentam pequenos defeitos estéticos “feirinha” ou que estejam em condição de “sucata”, respectivamente, as taxas de 40% e 80% do custo contábil. Essas taxas foram definidas com base nas perdas históricas. A Companhia, também, constitui provisões para perdas com inventário na medida em que realiza a contagem dos estoques nos ciclos definidos ao longo do ano.

A Companhia vem apresentando os gastos incorridos em sua operação logística como despesas de vendas, porém como prática do acionista controlador esses gastos são agregados aos custos de aquisição dos estoques e registrados como custos das mercadorias vendidas de acordo com a realização dos estoques.

Na controladora, a constituição e a respectiva reversão do ajuste a valor presente, foram registradas em contrapartida de estoques, por ter o giro próximo ao giro de fornecedores. Na controlada PontoFrio.com, por ter o giro de estoques menor que o de fornecedores, a reversão do ajuste a valor presente têm seus efeitos registrados no resultado do exercício.

- Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social são apurados sob o regime de tributação no lucro real e são classificados em corrente e diferido:

Corrente - O imposto de renda e a contribuição social no Brasil, tributado pelo lucro real, são calculados tomando-se por base o lucro tributável à alíquota de 25% (15% mais adicional de 10% sobre lucro excedente a R\$ 240) e 9%, respectivamente. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios passados com lucros fiscais de exercícios futuros, sem prazo de prescrição, porém com restrição de utilização limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Diferido - O imposto de renda e a contribuição social diferidos incluem os efeitos do reconhecimento de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, benefício fiscal decorrente de ágio de incorporação reversa e das diferenças temporárias, que são compostas, principalmente por provisões normalmente relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis do lucro real e da base de cálculo da contribuição social ao tempo do registro, mas apenas posteriormente, na data de sua realização financeira. Na apuração do imposto de renda e contribuição social, são reconhecidas todas as provisões registradas como diferenças temporárias.

O imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

- Investimentos - Participações em controladas

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

- Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização são calculadas pelo método linear, à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 13 e 14.

A Companhia e suas controladas já contrataram especialistas para revisão do prazo de vida útil econômica dos bens corpóreos e incorpóreos. A referida revisão será concluída durante o exercício social de 2010 e eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010, conforme dispensa prevista no parágrafo 7 do ICPC 10.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Arrendamento Mercantil Financeiro

Os bens relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, cujos controles, riscos e benefícios são exercidos pela adquirente, classificam-se como arrendamento mercantil financeiro. Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros da Companhia, foram registrados como ativos e passivos na data da transição, dando origem à despesa de depreciação relativa aos ativos depreciables e despesa financeira sobre o passivo de arrendamento mercantil (vide nota 15).

- Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

- Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

- Fornecedores

A Companhia calculou e contabilizou o ajuste a valor presente de passivos não circulantes e de passivos circulantes relevantes. No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia e suas controladas foi com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI que considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo. O CDI no exercício de 2009 variou de 0,66% à 1,04%, (0,79% à 1,17% em 2008).

Na controladora, a constituição e a respectiva reversão do ajuste a valor presente foram registradas em contrapartida de estoque, por ter o giro próximo ao giro de fornecedores. Na controlada PontoFrio.com, por ter o giro de estoques menor que o de fornecedores, a reversão do ajuste a valor presente têm seus efeitos registrados no resultado do exercício.

- Empréstimos e financiamentos

São corrigidos com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e/ou nos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), acrescidos de juros entre a data de contratação do empréstimo e a data do balanço, conforme contrato, estão sendo reconhecidos com base no custo amortizado.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Provisão para contingências

É constituída em montante suficiente para suportar a eventuais perdas, considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas e também os critérios estabelecidos no pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 489/05.

- Provisão para reestruturação

A provisão para reestruturação e reorganização foi constituída em montante suficiente para fazer face aos custos de reestruturação administrativa decorrente de mudança de controle acionário da Companhia, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 489/05.

- Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço.

- Bonificações de fornecedores

As bonificações são reconhecidas pelo regime de competência e compreendem bônus de fornecedores referentes a ressarcimento de gastos com publicidade, sendo registradas como redutora da conta de despesa com propaganda e marketing.

- Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem compromissos decorrentes de instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

- Conversões das demonstrações financeiras de uma moeda estrangeira para real

Conforme mencionado anteriormente, de acordo com o CPC 02, a controlada no exterior Sabara, por não se caracterizar como entidade independente, teve seus ativos, passivos e resultados integrados às demonstrações financeiras da controladora como qualquer outra filial, agência, sucursal ou dependência mantida no próprio país.

- Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetuou o cálculo em função do lucro (prejuízo) apurado sobre a quantidade de ações em circulação no final do exercício.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
			Reapresentado		Reapresentado
Caixa		8.893	12.854	8.898	12.859
Bancos (1)		25.509	15.348	31.572	24.279
<u>CDB com partes não relacionadas</u>					
Banco Bradesco	103,00% CDI	-	-	52	47
Banco Bradesco	103,50% CDI	-	-	13.411	12.537
Banco Itaú BBA S.A.	98,50% CDI	699	-	699	-
Banco Itaú BBA S.A.	101,00% CDI	16	14	16	14
Banco Itaú BBA S.A.	101,50% CDI	-	33	-	33
Banco Itaú BBA S.A.	105,00% CDI	8.065	-	8.065	-
Banco Real	103,00% CDI	508	1.654	508	1.654
Banco Safra	99,00% CDI	32	-	32	-
Banco Safra	101,50% CDI	351	-	351	-
Banco Safra	102,00% CDI	1.175	-	1.175	-
Banco Safra	102,10% CDI	185	-	185	-
Banco Safra	103,00% CDI	233	9.023	233	9.023
Banco Safra	103,50% CDI	88	13.145	88	13.145
Banco Safra	104,80% CDI	333	301	333	301
Banco Santander	98,70% CDI	2	-	2	-
Banco Santander	98,75% CDI	57	-	57	-
Banco Santander	99,00% CDI	29	-	29	-
Banco Santander	103,20% CDI	-	2	-	2
Banco Santander	103,50% CDI	-	27	-	27
Banco Santander	104,30% CDI	-	53	-	53
Banco Unibanco	100,00% CDI	757	-	1.367	-
Banco Unibanco	101,00% CDI	-	1.602	185	2.510
Banco Unibanco	102,00% CDI	-	-	184	306
Banco Votorantim	99,50% CDI	-	-	4.509	-
Banco Votorantim	102,00% CDI	640	-	640	-
Banco Votorantim	102,50% CDI	101	-	1.086	-
Banco Votorantim	102,80% CDI	855	-	1.176	-
Banco Votorantim	103,00% CDI	149	-	460	-
Banco Votorantim	104,00% CDI	1.031	63	1.450	63
Banco Votorantim	104,10% CDI	22	20	1.311	1.188
Banco Votorantim	104,30% CDI	68	62	68	62
Banco Votorantim	104,50% CDI	686	11.252	686	11.252
Banco Votorantim	104,60% CDI	113	7.758	113	7.758
Banco do Brasil	100,00% CDI	<u>1.819</u>	-	<u>1.819</u>	-
		18.014	45.009	40.290	59.975
<u>Fundos de Investimentos não exclusivos</u>					
Banco Banrisul S.A.	7,02% a.a	146	143	146	143
Banco Safra	101,00% CDI	<u>2.449</u>	-	<u>2.449</u>	-
		2.595	143	2.595	143
Outros títulos de liquidez imediata		-	-	-	4.200

(1) Considera o montante de R\$ 16.618 (US\$ 9.548) no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 6.246 (US\$ 2.673) no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 da controlada Sabara, conforme CPC 02.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia classifica suas aplicações financeiras, acima demonstradas, como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto quando indicado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2009	2008	2009	2008
				Reapresentado		Reapresentado
<u>Debêntures (1)</u>						
Banco Itaú	100,80% CDI	jan/09	-	634	-	634
Banco Votorantim	101,65% CDI	mar/10	53	48	53	48
Banco Votorantim	101,40% CDI	ago/09	-	-	-	13
Banco Votorantim	101,80% CDI	jan/09	-	640	-	640
Banco Votorantim	102,40% CDI	mar/11	26	24	26	24
Banco Votorantim	103,55% CDI	jun/10	30	28	30	28
Banco Safra	102,90% CDI	ago/09	-	-	-	128
Banco Safra	104,30% CDI	nov/10	-	-	326	3.692
Banco Safra	101,31% CDI	mai/09	-	602	-	602
Banco Safra	102,85% CDI	abr/10	-	-	12	15
Banco Safra	103,10% CDI	jul/10	9	8	9	8
Banco Safra	104,05% CDI	set/10	103	93	103	93
Banco Unibanco	99,50% CDI	nov/10	-	-	771	-
Banco Unibanco	101,20% CDI	nov/09	-	-	-	750
			<u>221</u>	<u>2.077</u>	<u>1.330</u>	<u>6.675</u>
Aplicação financeira indexada em Moedas Estrangeiras						
Banco HSBC Private Bank (2)	Dólar + 0,40% a.a.		<u>1.456</u>	<u>18.332</u>	<u>1.456</u>	<u>18.332</u>
			<u>1.677</u>	<u>20.409</u>	<u>2.786</u>	<u>25.007</u>

(1) Representam operações compromissadas com as referidas instituições financeiras lastreadas em debêntures e com rendimentos assegurados nos percentuais acima indicados.

(2) Considera o montante de R\$ 1.456 (US\$ 837) em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 18.332 (US\$ 7.844) em 31 de dezembro de 2008 da controlada Sabara S.A., consolidada, conforme CPC 02. Título reconhecido pelo seu valor justo e classificado como "ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado". A Companhia adotou essa designação por julgar ser essa a informação contábil mais relevante.

A Companhia classifica suas aplicações financeiras, acima demonstradas, como títulos mantidos até o vencimento, exceto quando indicado.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
	<u>Reapresentado</u>		<u>Reapresentado</u>	
Cartões de crédito próprio e de terceiros	980.169	430.185	1.232.749	483.404
Recebíveis descontados de cartão de crédito	(854.718)	-	(1.007.229)	-
Operações de crédito- direto consumidor	10.774	14.323	10.774	698.087
Duplicatas a receber de clientes de atacado	64.942	58.884	64.942	58.884
Outras contas a receber de clientes	200	157	200	157
Ajuste a valor presente	(36.421)	(16.012)	(47.782)	(16.925)
	164.946	487.537	253.654	1.223.607
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.980)	(3.134)	(7.521)	(182.068)
	159.966	484.403	246.133	1.041.539
Circulante	159.966	484.403	246.133	1.039.875
Não circulante	-	-	-	1.664

As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito, exceto quanto às contas a receber de cartões de crédito administrado pela Financeira Itaú CBD S.A.. Quando necessário a Companhia efetua a operação de desconto de recebíveis de cartões de crédito junto aos bancos ou junto às próprias administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover-se de capital de giro decorrente de eventuais desenhos no fluxo de caixa. Nessa operação, a Companhia entrega os recebíveis como garantia das captações de recursos, sendo que, o risco dos recebíveis é da Companhia e das controladas.

Em 31 de dezembro de 2009 foi apropriado ao resultado da controladora o montante de R\$ 20.187 e no consolidado R\$ 26.005 referentes às despesas com juros incorridas pela Companhia em operação de desconto de recebíveis, de acordo com os vencimentos das parcelas. O saldo a apropriar registrado como despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 35.794 e no consolidado de R\$ 45.277. Tais operações foram iniciadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A composição das contas a receber por vencimento em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
	<u>Reapresentado</u>		<u>Reapresentado</u>	
A vencer (*)	158.512	479.063	247.220	1.032.816
Vencidos em até 30 dias	783	3.951	783	20.717
Vencidos entre 31 e 60 dias	671	768	671	14.052
Vencidos entre 61 e 90 dias	466	488	466	11.489
Vencidos a mais de 90 dias	4.514	3.267	4.514	144.533
	164.946	487.537	253.654	1.223.607
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.980)	(3.134)	(7.521)	(182.068)
	159.966	484.403	246.133	1.041.539
Circulante	159.966	484.403	246.133	1.039.875
Não circulante	-	-	-	1.664
(*) Valor líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 36.421 (controladora) e R\$ 47.782 (consolidado).				

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
Venda de imobilizado (1)	18.154	18.104	18.154	18.104
Publicidade cooperada com fornecedores	33.095	38.948	33.095	38.948
Adiantamentos (2)	25.335	21.270	26.174	21.696
Contas a receber de operações virtuais	2.824	4.842	2.824	4.842
Cheques a receber	-	8.757	-	8.778
Sinistros a receber	2.269	940	2.269	940
Contas a receber serviços prestados	516	2.629	516	2.629
Outros	<u>20.587</u>	<u>13.240</u>	<u>20.629</u>	<u>16.251</u>
	<u>102.780</u>	<u>108.730</u>	<u>103.661</u>	<u>112.188</u>
Circulante	91.887	90.626	92.662	93.287
Não circulante	10.893	18.104	10.999	18.901

(1) Contas a receber referente à venda, ocorrida em março de 2008, do saldo remanescente, equivalente a 32,84%, da área pertencente ao Centro de Distribuição (CD), localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). A companhia entende que não incorrerá em perda em tal ativo, tendo em vista que possui obrigações equivalentes a liquidar com essa contra parte.

(2) Refere-se, principalmente, a adiantamentos a fornecedores diversos.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
Mercadorias para revenda	694.618	451.031	762.037	479.757
Provisão para perdas	(32.155)	(24.059)	(32.526)	(24.059)
Almoxarifado	3.775	4.119	3.775	4.119
Ajuste a valor presente	<u>(5.597)</u>	<u>(3.922)</u>	<u>(6.215)</u>	<u>(3.922)</u>
	<u>660.641</u>	<u>427.169</u>	<u>727.071</u>	<u>455.895</u>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
PIS - Programa Integração Social	15.502	10.720	16.784	11.477
COFINS – Contribuição para o Financiamento Seg. Social	70.167	48.242	75.160	51.341
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviço	158.980	74.596	158.980	77.423
Imposto de renda	6.935	12.324	12.606	34.169
Contribuição social	600	603	1.977	7.487
Outros impostos a recuperar	168	168	462	587
	<u>252.352</u>	<u>146.653</u>	<u>265.969</u>	<u>182.484</u>
Circulante	140.913	91.112	154.530	126.943
Não circulante	111.439	55.541	111.439	55.541

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(462.511)	(13.126)	(453.953)	1.621
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	157.254	4.462	154.344	(551)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(5.552)	11.272	816	-
Remuneração com base em ações - nota 19e	(1.660)	(2.654)	(5.137)	(4.099)
Despesas indedutíveis	-	-	(3.897)	-
Outros	(3.096)	(885)	(4.925)	2.098
Créditos ou (despesas) contabilizados	<u>146.946</u>	<u>12.195</u>	<u>141.201</u>	<u>(2.552)</u>
Provisão para perda de imposto de renda (1)	-	-	(2.068)	-
Provisão para perda de contribuição social sobre lucro líquido (1)	-	-	(744)	-
	<u>146.946</u>	<u>12.195</u>	<u>138.389</u>	<u>(2.552)</u>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	101.504	45.959	102.411	48.408
Provisão para contingências	43.321	32.339	47.607	34.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.565	916	4.564	19.718
Provisão para perdas nos estoques	8.039	6.015	8.039	6.015
Provisões diversas	33.923	10.481	34.115	10.481
Benefício Fiscal ágio incorporação reversa (CVM 319/99)	189.717	-	189.717	-
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil e provisão para recuperabilidade de ativos	10.420	2.961	12.741	2.961
Outros	<u>11.599</u>	<u>6.295</u>	<u>11.600</u>	<u>8.545</u>
	403.088	104.966	410.794	131.079
Contribuição social:				
Base negativa	37.206	17.961	37.532	18.843
Provisão para contingências	16.362	11.488	17.905	12.487
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.643	330	1.643	7.618
Provisão para perdas nos estoques	2.894	2.165	2.894	2.165
Provisões diversas	11.446	3.773	11.515	3.773
Benefício Fiscal ágio incorporação reversa (CVM 319/99)	68.298	-	68.298	-
Ajuste a valor presente arrendamento mercantil e provisão para recuperabilidade de ativos	3.751	1.066	4.586	1.066
Outros	<u>4.611</u>	<u>1.993</u>	<u>4.611</u>	<u>2.865</u>
	146.211	38.776	148.984	48.817
	<u>549.299</u>	<u>144.338</u>	<u>559.778</u>	<u>179.896</u>
Provisão para perda de imposto de renda (1)	-	-	(2.068)	-
Provisão para perda de contribuição social sobre lucro líquido (1)	-	-	<u>(744)</u>	-
	549.299	144.338	556.966	179.896
Circulante	29.202	-	32.884	24.661
Não circulante	520.097	144.338	524.082	155.831

- 1) Provisão constituída em virtude de expectativa quanto a não geração de lucros tributáveis futuros na controlada Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de (i) expectativa da Administração quanto à geração de lucros tributáveis nos próximos anos que possibilitem a realização total desses valores nos próximos dez anos, conforme indicado a seguir e, (ii) histórico sobre a geração de lucros tributáveis, abaixo está demonstrada a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos nos próximos 10 anos:

<u>Exercício social</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2010	29.202	32.884
2011	30.240	34.224
2012	38.808	38.808
2013	63.915	63.915
2014	70.186	70.186
2015	76.869	76.869
2016	84.210	84.210
2017	53.399	53.400
2018	50.156	50.156
2019	<u>52.314</u>	<u>52.314</u>
	<u>549.299</u>	<u>556.966</u>
Circulante	29.202	32.884
Não Circulante	520.097	524.082

Em atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Participações em controladas e controladas em conjunto:

Controladora						
			2009		2008	
			Reapresentado			
	Quotas	Participação	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido
Participações diretas:						
Banco Investcred Unibanco S.A.(1)(8)(9)	-	50%	-	-	139.801	14.680
Globex Adm. e Serviços Ltda.	34.881.413	100%	41.562	4.004	37.558	4.045
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (4)(7)	434.223	100%	(10.010)	(18.968)	8.959	26.011
Rio Expresso Comércio Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. (2)	370.059	100%	923	52	870	64
Globex Administração de Consórcios Ltda. (3)	107.410	100%	2.897	(1.970)	13.707	774
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.(7)	20.000	100%	(82)	(143)	61	12
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. (5)	28.000.000	100%	19.185	(12.977)	3.798	(10.453)
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A. (6)	1.000.000	45%	4.026	(2.359)	1.720	(181)
Lake Niassa Empreendimentos e Participações (8)(9)	70.223.899	100%	72.623	2.399	-	-
Participações indiretas :						
Banco Investcred Unibanco S.A. (1)(8)(9)	190.580	50%	30.720	24.697	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (1) (8)(9)	29.549.000	50%	9.828	480	9.508	571
Financeira Itaú CBD S.A. (1)(8)(9)	128.182.147	14%	517.575	36.591	-	-
Controladora						
			Equivalência patrimonial		Valor dos investimentos	
			2009	2008	2009	2008
			Reapresentado		Reapresentado	
Participações diretas:						
Banco Investcred Unibanco S.A. (1)(8)(9)			12.335	7.340	-	69.896
Globex Adm. e Serviços Ltda.			4.004	4.045	41.562	37.558
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (4)(7)			(18.968)	26.009	(10.010)	8.959
Rio Expresso Comércio Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. (2)			52	64	923	870
Globex Administração de Consórcios Ltda.(3)			(1.970)	774	2.897	368
Pontocred Negócios de Varejo Ltda (7)			(143)	12	(82)	61
PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. (5)			(12.977)	(10.452)	19.185	3.798
E-HUB Consultoria Participações e Comércio S.A. (6)			(1.062)	(81)	1.811	774
Lake Niassa Empreendimentos e Participações (8)(9)			2.399	-	72.623	-
Provisão Passivo Descoberto (7)			-	-	10.092	-
			(16.330)	27.711	139.001	122.284

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) As demonstrações financeiras foram examinadas por outros auditores independentes.
- (2) Rio Expresso Comércio Atacadista de Eletrodomésticos Ltda., anteriormente denominada Globex Factoring Comercial Ltda.
- (3) A Companhia efetuou em dezembro de 2009 um aporte de capital no Consórcio no montante de R\$ 4.500 a fim de reverter o passivo a descoberto que se formou em função dos ajustes realizados no Patrimônio Líquido (vide nota explicativa 2.d.). Esse aporte de capital encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central.
- (4) Foi reconhecido na controlada Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda, uma obrigação tributária no montante de R\$ 19.732, em decorrência de reavaliação de risco de contingência, efetuada em 2009, relacionadas a tributos federais. A Companhia efetuará um aporte de capital na Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda a fim de reverter o Passivo a descoberto que se formou em função da constituição da referida provisão.
- (5) A Companhia efetuou a integralização de capital social na controlada PontoFrio.Com Comércio Eletrônico S.A., no montante de R\$ 18.000, durante exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
- (6) A Companhia efetuou a integralização de capital social na controlada em conjunto E-HUB Consultoria e Participações e Comércio S.A., no montante de R\$ 4.560, sendo R\$2.052 de integralização de capital e R\$ 2.508 integralização de ágio, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
- (7) Efetuado provisão para perda passivo descoberto das empresas Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda e Pontocred Negócios de Varejo Ltda.
- (8) Em 30 de dezembro de 2009 o Grupo Pão Açúcar realizou reorganização societária através de sua subsidiária Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake"), conforme 1ª alteração do Contrato Social em 30 de dezembro de 2009 de Lake Niassa, a acionista CBD cedeu e transferiu 9.990 cotas que detinha do capital da sociedade no valor nominal de R\$ 9.990,00 para a Globex e o outro sócio cedeu e transferiu 10 cotas no valor nominal de R\$ 10,00 para Pontocred Negócios de Varejo Ltda e retiraram-se da sociedade na Lake. Em ato contínuo, os novos sócios decidiram aumentar o capital da sociedade de R\$ 10.000,00 para R\$ 70.223.909,33 mediante emissão de 70.213.909 novas cotas, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela sócia Globex, através da troca do seu investimento direto no Banco Investcred por um investimento indireto por meio da Lake Niassa. A Pontocred Negócios de Varejo Ltda. renunciou expressamente ao exercício do direito de preferência. Essa transação não gerou ágio ou deságio, já que foram transações com entidades sob controle comum.
- (9) Em 31 de dezembro de 2009 foi promovida reorganização societária das empresas financeiras do grupo. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Investcred Unibanco S.A., foi realizada a cisão parcial do acervo líquido do BINV, com base no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2009. A parcela cindida do Banco Investcred, foi posteriormente incorporada na empresa Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC). Nessa parcela cindida está contemplada toda a operação, produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes do Ponto Frio, portanto todos os direitos e obrigações registrados no balanço de Globex com o Banco Investcred passam a ser com a FIC. Essa reorganização significou em troca de ações dessas empresas para a acionista Globex que passou a ter participação de 14,36% em FIC e 50% do saldo remanescente do Banco Investcred através de sua subsidiária Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. Essa alteração encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
<b>ATIVO</b>				
Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred				
Cartão Flex	47.664	77.491	47.664	38.746
Crédito direto ao consumidor	3.459	5.025	3.459	2.512
Ressarcimento de despesas	62	2.333	62	1.167
Correspondente bancário	264	469	264	235
Aluguéis de imóveis e taxas a receber	-	19	-	10
Dividendos	2.957	7.390	2.957	3.668
Venda de ativo	988	-	988	-
Indenizações judiciais	3.370	-	3.370	-
Outras	5.822	-	5.822	-
Globex Administração de Consórcios Ltda.				
Ressarcimento de despesas	2	1	-	-
Aluguel de imóveis	22	-	-	-
Carta de crédito dos consorciados	-	4	-	-
Globex Administração de Consórcios Ltda. (Grupo)				
Prestações recebidas de consorciados – CDC	15	134	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda.				
Dividendos a receber	-	29	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.				
Ressarcimento de despesas	619	9	-	-
CDC - Prestações recebidas	263	98	-	668
Outros	-	-	-	513
Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.				
Crédito direto ao consumidor	-	14	-	-
Repasse intermediação de serviços	3.279	3.279	-	-
Dividendos	-	21	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil				
Aluguel de imóveis	-	1	-	-
Ponto Frio.com Comércio Eletrônico S.A.				
Ressarcimento de despesa	1.067	3.016	-	-
Outros saldos inter-companhias	3.678	-	-	-
Vendas de mercadorias	-	48.944	-	-
Total do ativo	<u>73.531</u>	<u>148.277</u>	<u>64.586</u>	<u>47.519</u>
Circulante	73.531	148.277	64.586	47.519
Não circulante	-	-	-	-

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
<b>PASSIVO</b>				
Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred				
Crédito direto ao consumidor	9.967	11.422	9.945	5.745
Ressarcimento de despesas	1.842	895	1.842	448
Outros	980	1.147	980	574
Globex Adm. de Consórcios Ltda. (Grupo)				
Prestações recebidas de consorciados	2	4	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda.				
Aluguel de imóveis	303	291	-	-
Contrato de mútuo	29.670	26.965	-	-
Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.				
Crédito direto ao consumidor	-	1.702	-	-
Repasse intermediação de serviços	-	164	-	-
Contrato de mútuo	10.922	9.909	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição				
Ressarcimento de despesa	5.226	-	5.226	-
Sendas Distribuidora S.A.				
Compra de mercadorias	1.605	-	1.605	-
Total do passivo	<u>60.517</u>	<u>52.499</u>	<u>19.598</u>	<u>6.767</u>
Circulante	19.925	15.625	19.598	6.767
Não circulante	40.592	36.874	-	-

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RECEITAS E DESPESAS	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred				
Ressarcimento de despesas	1.510	21.324	1.510	10.662
Correspondente bancário	5.009	6.000	5.009	3.000
Aluguel de imóveis	1.457	6.127	1.457	3.064
Despesa financeira com desconto de recebíveis	(4.893)	(4.879)	(4.893)	(2.440)
Globex Administração de Consórcios Ltda.				
Aluguel de imóveis	211	251	-	-
Certificado de depósito bancário	-	-	-	17
Globex Administração e Serviços Ltda.				
Aluguel de imóveis	(3.597)	(3.456)	-	-
Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda.				
Repasse intermediação de serviços	-	492	-	-
Despesa financeira em desconto de recebíveis	-	863	-	-
Certificado de depósito bancário	-	-	-	9
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil				
Aluguel de imóveis	(1)	5	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.				
Ressarcimento de despesas	-	-	-	184
Serviços	-	-	-	15.491
Cia Brasileira de Distribuição				
Ressarcimento de despesas	(3.434)	-	(3.434)	-
Sendas Distribuidora S.A.				
Aluguéis	(28)	-	(28)	-
	<u>(3.766)</u>	<u>26.727</u>	<u>(379)</u>	<u>29.987</u>

As transações efetuadas com as Companhias acima foram realizadas em condições usualmente praticadas pelo mercado em transações da mesma natureza, sendo as principais:

Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./Banco Investcred

O ativo está representado, principalmente, por operações de crédito direto ao consumidor decorrente de vendas a prazo, realizadas pela Companhia e financiadas pelo Banco Investcred até 30 de setembro de 2009 e após cisão pela Financeira Itaú CBD S.A. Nesta operação a Companhia recebe o valor presente das vendas a prazo em até 2 dias.

O passivo está representado, principalmente, por valores a serem repassados decorrentes de prestações recebidas nos caixas das lojas da Companhia, e que serão repassadas em até 02 dias após a efetiva disponibilização dos recursos na conta da Companhia.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resultado representa principalmente: (i) ressarcimento de despesas decorrentes da utilização de infra-estrutura, principalmente, de custos e despesas comuns na proporção de seu respectivo aproveitamento, entre elas: despesas de salários de operadores de caixas, comissões na venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras de desconto de recebíveis (chamadas de “rebate financeiro”) e (iii) receita de aluguel de imóveis.

Está sendo elaborado um novo contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a Financeira Itaú CBD S.A. após a cisão parcial do Banco Investcred.

Contratos de mútuos com as controladas

A Globex possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda. e Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda., que são atualizados pela taxa de 101,65% e 102,74% do CDI, respectivamente.

Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição

A controladora durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 efetuou contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte das operações da controlada Globex Utilidades S.A., após aquisição da mesma, sendo assim, a controlada considerou em seu saldo de parte relacionadas uma obrigação com a controladora.

Operações de venda de mercadorias com empresas controladas e ligadas

A Companhia revendeu a prazo para sua controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A., no início de suas atividades em 2008, cujo montante está sendo eliminado nas demonstrações consolidadas. A Companhia também efetuou operações de compra de mercadorias para revenda com a ligada Sendas Distribuidora S.A. de acordo com as práticas de mercado e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora e consolidado.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operações com as empresas dos administradores da PontoFrio.com

Conforme previsto no acordo operacional da Controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. ("PontoFrio.com") em 01 de Agosto de 2008, o Conselho de Administração da PontoFrio.com pode autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a PontoFrio.com e qualquer de seus acionistas, administradores ou sociedades controladas ou controladores de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, exceto nos casos previstos em Lei ou regulamento como competência da Assembléia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração aprovou a contratação de algumas empresas que os administradores da PontoFrio.com possuem participação e foram consideradas pela PontoFrio.com como partes relacionadas. As empresas foram contratadas para prestação de serviços de transporte e de atualização e manutenção de sistemas, até 30 de junho 2009, sendo que nenhum outro serviço pode ser efetivado após essa data sem aprovação do Conselho de Administração da PontoFrio.com.

As transações efetuadas com essas Companhias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram efetuadas em condições compatíveis com as de mercado e a soma dos valores envolvidos foi inferior a R\$ 500.

c) Remuneração do pessoal-chave:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Remuneração do Conselho da Administração	654	568	654	568
Remuneração de Diretoria e Gerência (1)	16.618	19.830	21.976	23.290
Encargos sociais	<u>5.855</u>	<u>6.191</u>	<u>7.531</u>	<u>7.573</u>
Total	<u>23.127</u>	<u>26.589</u>	<u>30.161</u>	<u>31.431</u>

(1) Nesse montante esta incluído o valor referente a remuneração baseada em ações, mencionado na nota 19 e.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores, exceto quanto aos itens descritos abaixo.

Em reunião do Conselho de Administração em 10 de setembro de 2008, foi aprovada a celebração de contrato, por prazo determinado, entre a Companhia e o Diretor Presidente, por meio do qual foi assegurado a este o direito a indenização em virtude de sua permanência continuada na Companhia na função de Diretor Presidente, a qual seria devida nas hipóteses previstas naquele instrumento, inclusive em caso de desligamento do referido executivo em decorrência de mudança do controle da Companhia. O referido contrato foi posteriormente re-ratificado, em conformidade com deliberação tomada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2009, mas sem alteração de valores devidos ou hipóteses de incidência.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em reunião realizada em 07 de novembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou Programa de Retenção para determinados executivos, que foi implementado por meio de contratos individuais, firmados em janeiro de 2009. O referido Plano tem como objetivo reter profissionais "chave" identificados pela Companhia, através do pagamento de bônus nas hipóteses previstas no mesmo, limitada a remuneração global anual bruta da Administração da Companhia àquela aprovada em Assembléia Geral Ordinária (nota 19.g).

Em decorrência da mudança do controle acionário ocorrido em 08 de junho de 2009, a Companhia apropriou no resultado do exercício, o montante de R\$12.350, referentes a: (i) exercício do contrato do Diretor Presidente e de 02 (dois) Profissionais "chave" e; (ii) reconhecimento do valor relativo aos contratos dos demais profissionais "chave" conforme hipóteses previstas no Programa de Retenção, de acordo com a avaliação da Companhia. Foram pagos R\$11.642 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

13. IMOBILIZADO

a) Controladora:

	Taxa de depreciação %	2009			2008	
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Provisão recuperabilidade e baixa de ativo	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido Reapresentado
Terrenos	-	11.873	-	(1.264)	10.609	11.873
Edificações	4%	32.996	(17.041)	(225)	15.730	19.216
Instalações	10%	68.407	(41.729)	(1.729)	24.949	27.943
Móveis e utensílios	10%	54.126	(27.392)	(2.568)	24.166	21.917
Benfeitorias	20%	214.472	(157.769)	(7.236)	49.467	50.575
Máquinas e equipamentos	10%	24.943	(16.633)	(420)	7.890	9.858
Veículos	20%	3.903	(2.312)	-	1.591	3.098
Equipamentos de Processamento de dados	20%	81.322	(62.154)	(309)	18.859	14.473
Outros	10%	<u>2.352</u>	<u>(793)</u>	<u>(25)</u>	<u>1.534</u>	<u>1.789</u>
		494.394	(325.823)	(13.776)	154.795	160.742
Imobilizado em curso		<u>15.568</u>	<u>-</u>	<u>(2.749)</u>	<u>12.819</u>	<u>52.226</u>
		<u>509.962</u>	<u>(325.823)</u>	<u>(16.525)</u>	<u>167.614</u>	<u>212.968</u>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Consolidado:

	Taxa de depreciação %	2009			2008	
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Provisão recuperabilidade e baixa de ativo	Reapresentado	
					Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	16.367	-	(1.264)	15.103	16.367
Edificações	4%	38.656	(21.470)	(225)	16.961	20.674
Instalações	10%	69.050	(41.760)	(1.729)	25.561	28.108
Móveis e utensílios	10%	55.417	(27.713)	(2.568)	25.136	22.635
Benfeitorias	20%	215.624	(157.812)	(7.236)	50.576	50.577
Máquinas e equipamentos	10%	26.177	(16.767)	(420)	8.990	10.617
Veículos	20%	4.208	(2.324)	-	1.884	3.098
Equipamentos de Processamento de dados	20%	84.374	(62.623)	(309)	21.442	15.963
Outros	10%	4.369	(855)	(25)	3.489	1.982
		514.242	(331.324)	(13.776)	169.142	170.021
Imobilizado em curso		16.856	-	(2.749)	14.107	52.503
		<u>531.098</u>	<u>(331.324)</u>	<u>(16.525)</u>	<u>183.249</u>	<u>222.524</u>

Resumo das adições e despesas de depreciações nos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
Adições ao imobilizado	37.387	93.887	44.372	97.537
Despesas de depreciações	38.640	33.527	39.578	33.864

A Companhia elaborou o cálculo de recuperabilidade do ativo imobilizado (data base 30 de junho de 2009) para os montantes dos ativos de cada unidade geradora de caixa, que não são absorvidos por seus resultados futuros, conforme método de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro não houve indícios que apontassem atualização deste estudo. A Companhia manteve no final do exercício corrente uma provisão para recuperabilidade de ativos (impairment) no montante de R\$ 8.771, e também foram feitas provisões para descontinuidade de lojas decorrentes da troca do controle acionário no montante de R\$7.754.

A seguir está demonstrado o resumo das baixas ocorridas durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
		Reapresentado		Reapresentado
Custo de aquisição dos bens baixados	(9.399)	(33.707)	(9.399)	(33.707)
Depreciação acumulada	4.827	27.449	4.827	27.449
Valor líquido contábil das baixas	(4.572)	(6.258)	(4.572)	(6.258)
Valor da venda	984	17.080	984	17.080
Ganho (Perda) - nota 20	<u>(3.588)</u>	<u>10.822</u>	<u>(3.588)</u>	<u>10.822</u>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. INTANGÍVEL

a) Controladora:

	2009				2008	
					Reapresentado	
	Taxa de amortização	Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Provisão recuperabilidade e baixa de ativo	Intangível líquido	Intangível líquido
	%					
Ágio (ii)	-	7.581	-	-	7.581	7.581
Fundo de Comércio	20%	53.110	(36.599)	(2.277)	14.234	9.936
Marcas e Patentes	10%	-	-	-	-	80
Software e Licenças (i)	20%	70.071	(41.174)	(16.258)	12.639	34.538
Software em implementação e Desenvolvimento de Web Site (i)	-	-	-	-	-	8.388
		<u>130.762</u>	<u>(77.773)</u>	<u>(18.535)</u>	<u>34.454</u>	<u>60.523</u>

b) Consolidado:

	2009				2008	
					Reapresentado	
	Taxa de amortização	Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Provisão recuperabilidade e baixa de ativo	Intangível líquido	Intangível líquido
	%					
Ágio (ii)	-	7.581	-	-	7.581	7.581
Fundo de Comércio	20%	53.110	(36.599)	(2.277)	14.234	9.936
Marcas e Patentes	10%	-	-	-	-	80
Software e Licenças (i)	20%	74.672	(41.807)	(16.258)	16.607	37.292
Software em implementação e Desenvolvimento de Web Site (i)	-	<u>3.244</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.244</u>	<u>8.388</u>
		<u>138.607</u>	<u>(78.406)</u>	<u>(18.535)</u>	<u>41.666</u>	<u>63.277</u>

- (i) Nesta rubrica eram classificados os custos de projeto de implantação de sistema de gestão corporativa contratado pela Companhia. Em decorrência da mudança do controle acionário e visando o alinhamento com a estratégia de tecnologia do novo controlador, que também se encontrava em fase de projeto de implantação de diferente sistema de gestão. A Companhia efetuou a baixa dos custos incorridos no montante de R\$ 21.986 e provisão para perda sobre as licenças adquiridas do referido sistema, no montante de R\$ 16.258.
- (ii) O ágio apurado na aquisição de 45% da empresa E-HUB consultoria, participações e Comércio S.A. empresa que tem como objetivos prestar serviços na área de comércio eletrônico, no montante de R\$ 7.581 esta registrado no ativo intangível e sujeito ao teste imparment, pelo menos anualmente. Em 31 de dezembro de 2009 não foram detectados indícios de perda de recuperabilidade desse intangível.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resumo das adições e despesas de amortização nos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Adições ao intangível	15.467	31.953	21.275	34.625
Despesas de amortizações	11.666	10.877	12.286	10.982

A Companhia elaborou o cálculo de recuperabilidade do ativo intangível (data base 30 de junho de 2009) para os montantes dos ativos de cada unidades geradoras de caixa, que não são absorvidos por seus resultados futuros, conforme método de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro não houve indícios que apresentassem a necessidade de atualização deste estudo. A Companhia manteve no final do exercício corrente uma provisão para recuperabilidade de ativos (impairment) no montante de R\$ 18.535.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

A Companhia possui compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de veículos, com prazos de vencimento de 36 meses e taxa média anual de CDI, sendo os bens adquiridos ao final dos contratos. A tabela abaixo demonstra um resumo dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, classificados no ativo imobilizado (Veículos) da Companhia. As obrigações oriundas dessas transações foram classificadas na rubrica de “Empréstimos e financiamentos”.

<u>Arrendamento Mercantil Financeiro – Passivo</u>	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Curto Prazo	580	1.397	580	1.397
Longo Prazo	66	779	66	779
Total	646	2.176	646	2.176
<u>Arrendamento Mercantil Financeiro – Ativo</u>	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Veículos	1.488	2.913	1.488	2.913

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2009	2008	2009	2008
			Reapresentado		Reapresentado	
BNDES (1)						
FINAME	TJLP + 4,5% a.a.	Mai/09 a Dez/09	-	24.664	-	24.664
FINAME	TJLP + 4,5% a.a.	Fev/10 a Dez/13	7.250	27.428	7.334	27.428
FINAME	TJLP + 4,5% a.a.	Jan/11 a Dez/11	4.018	7.539	4.018	7.539
			11.268	59.631	11.352	59.631
BNDES (1)						
FINEM	TJLP + 2,30% a.a.	Mai/12	2.540	3.587	2.540	3.587
FINEM	TJLP + 2,30% a.a.	Nov/11 e Jun/13	10.811	13.636	10.811	13.636
FINEM	TJLP + 2,80% a.a.	Mai/12	9.716	13.728	9.716	13.728
FINEM	TJLP + 2,80% a.a.	Nov/11	25.910	39.405	25.910	39.405
FINEM	TJLP + 2,30% a.a.	Jun/13	2.224	2.540	2.224	2.540
			51.201	72.896	51.201	72.896
Banco IBM	CDI + 0,8% a.a.	Set/13	25.517	32.350	25.517	32.350
Unibanco Depósitos Interbancários (2)			-	-	-	391.138
Contratos de Vendedor (3)						
Banco do Brasil						
Banco Unibanco			13.980	16.985	13.980	16.985
Banco Itaú			5	75	5	75
Banco Bradesco			1.702	2.676	1.702	2.676
Banco Alfa			-	2.932	-	2.932
			5.101	-	5.101	-
Arrendamento Mercantil (4)			20.788	22.668	20.788	22.668
Banco Alfa						
Banco Safra			366	1.868	366	1.868
Dibens			-	82	-	82
Banco do Brasil			18	96	18	96
Banco Itaú			82	130	82	130
			180	-	180	-
			646	2.176	646	2.176
			109.420	189.721	109.504	580.859
Circulante						
Não Circulante			61.415	101.486	61.415	492.737
			48.005	88.235	48.089	88.122

(1) A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças no montante de R\$ 88.012 dados em garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao Banco IBM e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

(2) Refere-se a depósitos interfinanceiros captados pelo Banco Investcred, com vencimentos de curto e longo prazo, atualizados monetariamente em moeda corrente, com base na variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), sem garantias. Em 31 de dezembro de 2009 o Banco Investcred deixou de ser consolidado, vide nota 3.

(3) Vendedor é uma operação de financiamento de vendas baseadas em cessões de crédito, firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores venderem seus produtos a prazo e receber à vista. A taxa utilizada pela Companhia é de até 1,5% a.m e prazos máximos de até 60 dias.

(4) Refere-se a Contratos de arrendamento mercantil financeiro de veículos, conforme CPC 06 (Vide nota 15).

Os contratos de empréstimos e financiamentos contraídos junto às instituições financeiras, BNDES, Banco IBM e Unibanco contêm cláusulas restritivas que prevêm que tais instituições poderão declarar vencimento antecipado na hipótese de mudança do controle da beneficiária (Globex). Todas as instituições financeiras já se manifestaram oficialmente de que não irão exercer tais cláusulas.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas de longo prazo vencem nos seguintes exercícios sociais:

<u>Exercício social</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2009</u>
2011	29.799	29.838
2012	11.707	11.722
2013	<u>6.499</u>	<u>6.529</u>
	<u>48.005</u>	<u>48.089</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
		<u>Reapresentado</u>		<u>Reapresentado</u>
<u>Provisão para contingência</u>				
Fiscais	134.728	78.836	134.733	78.836
Cíveis	73.269	26.060	73.368	26.214
Trabalhistas	27.309	17.130	28.316	18.251
Previdenciárias	<u>8.056</u>	<u>7.330</u>	<u>8.056</u>	<u>7.330</u>
	<u>243.362</u>	<u>129.356</u>	<u>244.473</u>	<u>130.631</u>
<u>Depósitos Judiciais</u>				
Fiscais	11.749	11.749	11.749	11.749
Cíveis	5.475	5.028	5.480	5.028
Trabalhistas	6.799	6.063	6.861	6.093
Previdenciárias	<u>2.700</u>	<u>2.700</u>	<u>2.700</u>	<u>2.700</u>
	<u>26.723</u>	<u>25.570</u>	<u>26.790</u>	<u>25.570</u>
	<u>216.639</u>	<u>103.786</u>	<u>217.683</u>	<u>105.061</u>
Circulante	6.859	6.240	7.593	6.767
Não circulante	209.780	97.546	210.090	98.294

As provisões para contingências são avaliadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os passivos contingentes com probabilidade de perdas consideradas possíveis e, que por isso não são provisionadas, totalizaram o montante de R\$ 127.335 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 64.244 em 2008), na controladora e no consolidado.

As provisões para contingências são atualizadas monetariamente com base na variação da taxa SELIC.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante nos valores de R\$ 78.238 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 56.559 em 2008) na controladora e R\$ 78.756 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 57.033 em 2008) no consolidado, referem-se a diversas contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, cuja avaliação de risco de perda é considerada possível ou remota.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões/ Utilizações</u>	<u>Atualizações</u>	<u>2009</u>
<u>Reapresentado</u>					
Fiscais	78.836	48.920	-	6.972	134.728
Cíveis	26.060	52.604	(8.556)	3.161	73.269
Trabalhistas	<u>17.130</u>	<u>8.658</u>	<u>(816)</u>	<u>2.337</u>	<u>27.309</u>
Previdenciárias	7.330	-	-	726	8.056
Subtotal	129.356	110.182	(9.372)	13.196	243.362
(-) Depósitos judiciais	<u>(25.570)</u>	<u>(1.153)</u>	-	-	<u>(26.723)</u>
	<u>103.786</u>	<u>109.029</u>	<u>(9.372)</u>	<u>13.196</u>	<u>216.639</u>

Consolidado

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões/ Utilizações</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Elim. Binv</u>	<u>2009</u>
<u>Reapresentado</u>						
Fiscais	78.836	58.495	(195)	6.993	(9.396)	134.733
Cíveis	26.214	53.711	(8.556)	3.164	(1.165)	73.368
Trabalhistas	<u>18.251</u>	<u>8.820</u>	<u>(1.168)</u>	<u>2.685</u>	<u>(272)</u>	<u>28.316</u>
Previdenciária	7.330	-	-	726	-	8.056
Sub-total	130.631	121.026	(9.919)	13.568	(10.833)	244.473
(-) Depósitos judiciais	<u>(25.570)</u>	<u>(1.220)</u>	-	-	-	<u>(26.790)</u>
	<u>105.061</u>	<u>119.806</u>	<u>(9.919)</u>	<u>13.568</u>	<u>(10.833)</u>	<u>217.683</u>

a) Perdas prováveis:

O saldo do passivo contingente com probabilidade de perda provável é relacionado principalmente a:

Fiscais

- (i) PIS e COFINS sobre aquisições de mercadorias no montante de R\$ 70.006 (R\$ 58.959 em 31 de dezembro de 2008);
- (ii) Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R\$ 30.382, adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face à alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF (ocorrida no ano em curso) quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar no ano corrente;

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iii) Majoração da alíquota de ICMS em 1% da alíquota de ICMS, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R\$ 11.749 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, cujos valores estão depositados integralmente;
- (iv) Auto de infração no montante de R\$ 11.987, que tem por objeto crédito tributário de ISS lançado por arbitramento e, de acordo com a avaliação, em 2009, do acervo probatório para a constituição da prova da inexistência do fato gerador realizado pelo novo consultor jurídico externo, o risco de perda foi reavaliada para provável.

Cíveis

- (i) Ações consumeristas com potencial obrigação de pagamento de indenização decorrente de responsabilidade civil no montante de R\$ 21.022 (R\$ 19.114 em 31 de dezembro de 2008);
- (ii) Ação indenizatória no montante de R\$ 7.402 decorrente de rescisão contratual proposta por ex-fornecedor de serviços cujo risco de perda foi reavaliado para provável em 2009;
- (iii) A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo juiz um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão de diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. O montante da provisão para essas ações, perfaz a importância aproximada em 31 dezembro de 2009 de R\$ 5.800 (R\$ 2.300 em 2008);
- (iv) Constituição de provisão R\$ 23.698 face à premissa contratual da obrigatoriedade de pagamento de uma taxa em favor das administradoras de shoppings centers, em decorrência da mudança de controle acionário, ocorrida em 2009;
- (v) Provisões de risco de indenizações decorrentes da expectativa de rescisões contratuais com prestadores de serviços R\$ 7.401, em decorrência da mudança de controle acionário, ocorrida em 2009.



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Trabalhistas

- (i) Montante do saldo é composto basicamente por diversas ações propostas de valores pulverizados em que são pleiteadas reclamações trabalhistas, cujo principal objeto refere-se a jornada extra de trabalho, atualização de cálculos das potenciais indenizações trabalhistas (horas extras e reflexos, décimo terceiro, férias e adicional de 1/3 e correspondentes encargos incidentes sobre tais verbas), intervalo intrajornada relacionadas a aproximadamente 2.300 reclamações em 31 de dezembro de 2009 (1.593 em 2008). Do montante em 31 de dezembro de 2009, temos um grupo de 23 reclamações que concentram o valor de R\$ 8.236 provisionados no exercício corrente, conforme a avaliação do novo consultor jurídico externo.

Previdenciárias

- (i) Montante do saldo é composto por retenção de contribuição previdenciária sobre serviços prestados em regime de cessão de mão de obra e a cobrança de contribuição previdenciária em favor do INCRA no montante de R\$ 2.700 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, cujos valores estão depositados integralmente.

b) Perdas possíveis:

O saldo do passivo contingente com probabilidade de perda possível, não provisionadas, é relacionado principalmente a:

Fiscais

- (i) COFINS, PIS, IRPJ e IRRF – Processos administrativos relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e pagamentos a maior. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 12.262 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 7.038 em 2008);
- (ii) ICMS – Autuações lançadas pelo fisco estadual objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, glosar apropriação de créditos de: a) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, b) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal e c) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R\$ 23.708 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 16.130 em 2008).

---

00650-5	GLOBEX UTILIDADES SA	33.041.260/0652-90
---------	----------------------	--------------------

---

---

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Cíveis

- (i) A Companhia é parte em ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com os valores praticados no mercado;
- (ii) Ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público versando sobre direitos do consumidor;
- (iii) Processos administrativos instaurados pelos PROCON(s) em alguns estados onde exerce as suas atividades.

O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 17.871. em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 15.790 em 2008).

Trabalhistas

- (i) A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são considerados como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 47.137 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 13.100 em 2008).

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PAES

	Controladora		Consolidado	
	<u>2009</u>	<u>2008</u> Reapresentado	<u>2009</u>	<u>2008</u> Reapresentado
Salário educação	15.220	18.693	15.220	18.693
Imposto de renda pessoa jurídica	<u>190</u>	<u>386</u>	<u>190</u>	<u>1.806</u>
	<u>15.410</u>	<u>19.079</u>	<u>15.410</u>	<u>20.499</u>
Circulante	3.534	3.879	3.534	3.879
Não circulante	11.876	15.200	11.876	16.620

Através da Medida Provisória nº 107, posteriormente convertida na Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, foi instituído programa de Recuperação Fiscal (PAES), estabelecendo a possibilidade de parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia formalizou sua opção de adesão ao PAES, visando o parcelamento da dívida de salário educação e imposto de renda, tendo declinado, conforme previsto nas regras de adesão ao programa, de questionamentos judiciais relacionados a estes processos. O saldo a pagar foi dividido em 120 parcelas mensais, com pagamentos a partir de julho de 2003, tendo a incidência de juros calculados com base na variação da TJLP.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 era de R\$ 671.033 e estavam representadas por 124.381.409 ações ordinárias sem valor nominal.

Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital total (%)</u>
Companhia Brasileira de Distribuição	118.184.631	95,02
Outros	5.619.909	4,52
<b><u>Total de ações em circulação</u></b>	<b><u>123.804.540</u></b>	<b><u>99,54</u></b>
Ações em tesouraria	576.869	0,46
<b><u>Total de ações</u></b>	<b><u>124.381.409</u></b>	<b><u>100,00</u></b>

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) e Globex Utilidades S.A. (“GLOBEX”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 358/02, e em complementação aos Fatos Relevantes divulgados pela CBD e pela GLOBEX em 08 de junho de 2009, comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, em conformidade com o Contrato de Compra de Ações celebrado em 7 de junho de 2009, entre Mandala Empreendimentos e Participações S.A. (a “Subsidiária de CBD”), e os acionistas controladores (os “Controladores”) de GLOBEX, a Subsidiária de CBD adquiriu 73.429.519 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da GLOBEX detidas pelos Controladores, representativas de 59,3109% do capital social total e votante da GLOBEX. As 13.533.446 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da GLOBEX restantes, detidas pelos Controladores e representativas de 10,9313% do capital social total e votante da GLOBEX, foram adquiridas em sua totalidade em 08 de setembro de 2009, totalizando 74,2421% do capital social e votante.

Foram realizadas duas Ofertas Públicas de Ações (OPA) promovido pela Controladora CBD. A primeira encerrada em 21 de agosto de 2009 apurou-se a quantia de 31.221.666 ações em circulação provenientes dos minoritários. Em razão disso a Mandala consolidou participação acionária de 95,46% da participação no capital social e votante da Companhia com base nas ações em circulação. E a segunda realizada em 3 de fevereiro de 2010, a CBD adquiriu 4.102.220 ações ordinárias representativas de aproximadamente 3,3% do capital social da Globex. Tendo em vista as ações adquiridas na OPA, a CBD passou a deter 98,32% do capital social de Globex com base nas ações em circulação.

Em 22 de dezembro de 2009 foi aprovada em AGE a incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações Ltda na Companhia com efeitos a partir de 31 de outubro de 2009, resultando na transferência do controle acionário direto da Companhia de Mandala para a CBD. Nesse ato Mandala deixa de existir sendo que as 118.184.631 ações que detinha de Globex foram canceladas e emitidas 118.184.631 novas ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por CBD.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia mantinha 576.869 ações ordinárias nominativas de sua própria emissão, ao custo médio ponderado de R\$ 5,57 para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria. O valor de mercado das ações em sua última cotação até 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 4,74 (R\$ 5,05 em 31 de dezembro de 2008).

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Reserva para investimento

A reserva para investimentos e expansão é constituída com base em orçamento de capital, submetido à aprovação dos acionistas em assembléia geral, e destina-se a financiar os planos de investimentos da Companhia.

e) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

(a) Reserva especial constituída com base na correção monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional; e (b) reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia. A Companhia está analisando os montantes das referidas reservas para concluir quanto a correta proposição de realização que será encaminhada para a aprovação em Assembléia Geral, tão logo tal estudo esteja concluído.

f) Reserva especial de ágio

Em 22 de dezembro de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada a operação de incorporação da controlada Mandala Participações Ltda..A reserva especial de ágio no valor de R\$ 258 milhões que foi constituída na forma do disposto no §1º do artigo 6º da instrução CVM nº 319/99 será ao término de cada exercício fiscal e na medida em que o benefício fiscal a ser auferido pela Companhia, em decorrência da amortização do ágio, representar uma efetiva diminuição dos tributos pagos, objeto de capitalização na Companhia em proveito dos acionistas controladores, sem prejuízo do direito de preferência assegurado aos demais acionistas na subscrição do aumento de capital resultante de tal capitalização, tudo nos termos do artigo 7º, caput e §1º e 2º, da instrução CVM nº 319/99.

g) Remuneração baseada em ações

g.1) Globex Utilidades S.A.

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembléia Geral Ordinária Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Globex, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo as tais executivas e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os “Beneficiários”). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis. O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 1.794.880 ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço de exercício de R\$ 25,35 para o Programa 1 e R\$17,02 para o Programa 2 (agrupamento definidos como “Programas 2008”).

<u>Diluição Potencial das Opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Preço de exercício</u>
Programa 1	1.408.290	R\$25,35
Programa 2	386.590	R\$17,02
Total	1.794.880	
Ações em tesouraria	576.869	
Necessidade de aumento de capital (1)	1.218.011	
Quantidade de ações em 31.12.2008 (2)	124.381.409	
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,98%	

Deliberação CVM 562/08, a Companhia efetuou o cálculo retroativo das opções em aberto ao final do exercício de 2008. Consequentemente, essas demonstrações financeiras não apresentam quaisquer efeitos da aplicação da CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para o plano cujas opções se encerraram no exercício social de 2007.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor justo dos “Programas 2008” foi calculado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Data da outorga

Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$17,57 a R\$21,00

A tabela abaixo demonstra os valores por lote que seriam reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

<u>Plano de Opção</u>	Despesa a ser apropriada na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de:			
	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Pagamento Baseado em Ações				
1º lote	3.436	2.995	-	-
2º lote	2.425	3.126	2.118	-
3º lote	<u>1.946</u>	<u>2.514</u>	<u>2.514</u>	<u>1.699</u>
	<u>7.807</u>	<u>8.635</u>	<u>4.632</u>	<u>1.699</u>

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzido. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

A tabela abaixo demonstra os novos valores a serem considerados:

<u>Plano de Opção</u>	Despesa a ser apropriada na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de:		
	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>
Pagamento Baseado em Ações			
1º lote	1.498	-	-
2º lote	1.810	652	
3º lote	<u>1.573</u>	<u>795</u>	<u>515</u>
	<u>4.881</u>	<u>1.447</u>	<u>515</u>

A primeira data de exercício das referidas opções foi efetuado em setembro de 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi registrado no resultado da Companhia, o montante de R\$ 4.881(R\$ 7.807 em 2008).

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

g.2) PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A.

No dia 01 de Agosto de 2008, a Globex Utilidades S.A concluiu as negociações para a implementação de uma associação com o fim de reestruturar e desenvolver suas atividades de comércio eletrônico e tele vendas para consumidores finais. Nos termos dos acordos celebrados, tais atividades passaram a ser exercidas por meio de uma empresa independente chamada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. ("PontoFrio.com"). Como forma de alinhar os interesses de longo prazo das partes, foi prevista a outorga aos Executivos do PontoFrio.com (e a eventuais novos beneficiários) de opções de compra de ações da PontoFrio.com, cujo exercício resultaria em participação máxima dos Executivos de 14% do capital social, caso integralmente exercidas.

De acordo com o Plano de Opções firmado, as opções de compra têm como referência o valor de R\$15,71 por ação, corrigidos pela variação do CDI puro ou do IPCA acrescido de 6% (seis por cento) ao ano, o que for menor, a partir daquela data. Os Executivos adquirirão o direito para exercício das Opções de Compra dividido em 5 (cinco) lotes, cada um podendo ser exercido a partir do fim de cada período de 12 (doze) meses contados da data do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, conforme o seguinte cronograma:

- 1º Lote – após 12 meses: 15% (quinze por cento);
- 2º Lote – após 24 meses: 15% (quinze por cento);
- 3º Lote – após 36 meses: 20% (vinte por cento);
- 4º Lote – após 48 meses: 20% (vinte por cento);
- 5º Lote – após 60 meses: 30% (trinta por cento).

Conforme permitido pela Deliberação CVM 562/08, a Companhia efetuou o cálculo retroativo das opções em aberto ao final do exercício de 2008. O valor justo foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Data da outorga

Volatilidade atualizada esperada	52,98%
Duração do programa em anos	5 anos
Taxa livre de risco	12,92%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$4,12 a R\$9,74



00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da PontoFrio.com, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores a serem reconhecidos nos exercícios subsequentes.

Plano de opção	Despesa a ser apropriada na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de				
	2008	2009	2010	2011	2012
Pagamento baseado em ações					
1º lote	1.011	1.415	-	-	-
2º lote	745	1.788	1.043	-	-
3º lote	824	1.977	1.977	1.153	-
4º lote	715	1.717	1.717	1.717	1.001
5º lote	<u>955</u>	<u>2.292</u>	<u>2.292</u>	<u>2.292</u>	<u>2.292</u>
	<u>4.250</u>	<u>9.189</u>	<u>7.029</u>	<u>5.162</u>	<u>3.293</u>

Conforme cláusula 4.5 do Acordo Operacional, na hipótese de alienação do controle da Globex (fato que ocorreu no dia 07 de julho de 2009), o cronograma da aquisição do direito de exercício das Opções de Compra se altera, conforme seguinte cronograma:

- 1º Lote – após a presente data e 24 meses: 30% (trinta por cento);
- 2º Lote – após 24 meses: 20% (vinte por cento);
- 3º Lote – após 36 meses: 20% (vinte por cento);
- 4º Lote – após 48 meses: 15% (quinze por cento);
- 5º Lote – após 60 meses: 15% (quinze por cento).

A tabela abaixo ilustra os novos valores a serem considerados:

Plano de opção	Despesa a ser apropriada na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de			
	2009	2010	2011	2012
Pagamento baseado em ações				
1º lote	3.840	-	-	-
2º lote	2.633	1.391	-	-
3º lote	1.977	1.977	1.153	-
4º lote	1.108	1.287	1.287	751
5º lote	<u>670</u>	<u>1.146</u>	<u>1.146</u>	<u>1.146</u>
	<u>10.228</u>	<u>5.801</u>	<u>3.586</u>	<u>1.897</u>

Em 31 de dezembro de 2009 foi registrado no resultado consolidado, o montante de R\$ 15.109 (R\$ 12.057 em 2008).

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. Por proposta da Administração, aprovada na Assembléia Geral Ordinária em 30 de abril de 2009, foram constituídos dividendos a pagar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 3.933, correspondentes a R\$ 0,0317673830 por ação de emissão da Companhia, cujo pagamento foi efetuado a partir de 04 de junho de 2009. Em 2009 em consequência do prejuízo apurado, não serão distribuídos dividendos.

i) Remuneração dos administradores

Os administradores da Companhia são remunerados através de Pró-Labore ou salários, quando registrados sob regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A remuneração global anual bruta da Administração da Companhia a ser paga até a realização da assembléia geral ordinária que votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 será de até R\$ 10.000, cuja distribuição será realizada pelo Conselho de Administração da Companhia.

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008 Reapresentado	2009	2008 Reapresentado
Taxa de Permanência	1.498	1.956	14.258	21.552
Recuperação de créditos	-	1.619	-	1.619
Serviços de cobranças	-	-	(7.339)	(15.723)
Descontos concedidos	-	-	(6.842)	-
Ganho (Perda) de imobilizado	(3.588)	10.822	(3.588)	10.822
Receitas Contratuais	-	8.500	-	8.500
Baixa por descontinuidade da implementação de sistema de gestão corporativa (1)	(21.986)	-	(21.986)	-
Baixa ativos/Projetos descontinuados (1)	(17.457)	-	(17.457)	-
Provisão para recuperabilidade e baixa de ativos	(35.060)	-	(35.060)	-
Outros	4.058	9.044	(17.005)	5.481
	<u>(72.535)</u>	<u>31.941</u>	<u>(95.019)</u>	<u>32.251</u>

(1) Em decorrência do alinhamento das expectativas da nova administração e com o ambiente de controles e sistemas corporativos da Companhia, alguns ativos/projetos foram descontinuados ou considerados como não realizáveis no cenário atual e, portanto, foram baixados no resultado do exercício corrente.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuíam compromissos decorrentes de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

## 22. ANÁLISE DE RISCOS

### a) Valor justo

A Companhia e suas controladas utilizaram informações disponíveis de mercado e metodologias de avaliação para estimar os montantes de valor justo. Entretanto, para o desenvolvimento destas estimativas é necessária uma parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado. Portanto, as estimativas aqui apresentadas podem não ser um indicativo dos valores que a Companhia poderia obter em uma transação normal de mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo.

Os valores registrados de disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e empréstimos de curto prazo se aproximam do valor justo devido ao vencimento de curto prazo destes instrumentos. Os valores registrados e valores justos estimados dos outros instrumentos financeiros da Companhia são como segue:

	31.12.2009			
	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalente a caixa	55.011	55.011	83.355	83.355
Títulos e valores mobiliários (1)	1.677	1.677	2.786	2.786
Empréstimos e financiamentos (2)	109.420	108.683	109.504	108.767

	31.12.2008 Reapresentado			
	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalente a caixa	73.354	73.354	101.456	101.456
Títulos e valores mobiliários (1)	20.409	20.408	25.007	25.006
Empréstimos e financiamentos (2)	189.721	186.893	580.859	578.031

- (1) Em 31 de dezembro de 2009, considera o montante de R\$ 1.456 (US\$ 836) e R\$ 18.332 (US\$ 7.844) em 2008 da controlada Sabara que foi consolidada na controladora conforme CPC 02 (vide nota 2). O referido título foi reconhecido pelo seu valor justo e classificado como "ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado" (vide nota 6).
- (2) Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 incluem saldos de FINAME e FINEM, financiamentos obtidos junto ao BNDES, com taxas subsidiadas (vide nota 16), para os quais não são notadas transações similares no mercado. Demais empréstimos e financiamentos por possuírem um vencimento de curto prazo não geram ajuste a valor justo significativo, exceto o empréstimo contratado junto ao Banco IBM, cujo o valor justo foi calculado;

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Risco de Crédito

A Companhia mitiga seu risco de crédito à medida que opera com cartões de crédito de forma significativa. O risco de crédito próprio é protegido por uma política definida de crédito e cobrança. Adicionalmente, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através da análise individual dos créditos a receber, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas prováveis na realização desses créditos, tendo em vista a experiência passada, a situação financeira atual dos clientes e a posição de títulos vencidos.

c) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados à variação do CDI, vide detalhamento dos empréstimos e financiamentos, bem como das respectivas taxas de juros na Nota 16.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 16.618 (US\$ 9.548) relativo a saldos em bancos e R\$ 1.456 (US\$ 836) relativos à aplicação financeira no exterior denominada em dólar norte-americano. Consequentemente, a Administração da Companhia não considera relevante o risco de exposição cambial.

e) Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Companhia mantém parte substancial da sua dívida e do seu “caixa e equivalentes a caixa” indexada à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 70.804 na controladora e R\$ 45.954 no consolidado, representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido do caixa e equivalente a caixa e títulos e valores mobiliários.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 19 de fevereiro de 2010, indicavam uma taxa mediana (top 5) efetiva da Selic estimada em 11,25%, cenário provável para o ano de 2010, ante a taxa efetiva de 9,98% dos últimos 12 meses verificada em 31 de dezembro de 2009.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa efetiva de 2009	9,98%	9,98%	9,98%
Dívida líquida (*)	70.804	70.804	70.804
Taxa anual estimada do CDI	11,25%	14,06%	16,88%
Efeito anual na dívida líquida: Aumento	(899)	(2.891)	(4.882)

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa efetiva de 2009	9,98%	9,98%	9,98%
Dívida líquida (*)	45.954	45.954	45.954
Taxa anual estimada	11,25%	14,06%	16,88%
Efeito anual na dívida líquida: Aumento	(526)	(1.692)	(2.858)

(\*) A Dívida líquida não considera o montante de R\$ 16.618 (US\$9.548) relativo aos saldos de bancos e R\$ 1.456 (US\$ 836) relativos à aplicação financeira no exterior denominada em dólar norte-americano.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Globex Utilidades S.A. e empresas controladas mantêm cobertura de seguro contra incêndios e tumultos para o ativo imobilizado e estoques, para cobrir eventuais riscos sobre os ativos registrados. Adicionalmente, são contratados seguros de transporte de mercadorias, danos pessoais e materiais, caixa e outros valores e bens próprios ou de terceiros sob responsabilidade da Companhia e das controladas.

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada	
		Controladora	Consolidado
Estoques	Multiriscos	431.689	470.689
Imobilizado	Multiriscos	853.397	854.397

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. DESPESAS DE REESTRUTURAÇÃO

Durante o quarto trimestre de 2009, foram constituídas provisões de reestruturação com base em: (i) planos formalmente aprovados pelos Órgãos da Administração; e (ii) em comunicados específicos para as contrapartes envolvidas. O quadro abaixo apresenta um detalhamento das referidas provisões:

	Despesas			
	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Rescisões contratuais:				
Pessoal	-	12.186	-	12.186
Prestadores de serviços	8.277	11.483	1.650	21.410
Aluguéis	-	5.711	2.433	8.144
	8.277	29.380	4.083	41.740
Provisão baixa de ativos:				
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	5.773	5.773
	8.277	29.380	9.856	47.513

Em 31 de dezembro de 2009 o valor registrado no passivo relativo a tais obrigações encontra-se classificado na rubrica "Provisão para reestruturação" no montante de R\$47.513, sendo R\$41.740, registrados no passivo circulante e R\$5.773 registrados no imobilizado. Adicionalmente aos valores de provisão de reestruturação apresentados acima, a empresa incorreu em despesas diversas relacionadas ao processo de reestruturação durante o quarto trimestre no montante de R\$8.636. Ante o exposto, o montante que impactou o resultado de 2009, relativo à reestruturação alcançou R\$79.011.

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 25. COMPROMISSOS

### (i) Contratos de Aluguel

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis cujo prazo de duração usual é de até 5 anos. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, considerando um valor mínimo de acordo com as formas contratuais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a despesa de aluguel destas lojas foi em média de R\$ 10.367 ao mês, totalizando R\$ 124.400 (R\$114.264 em 2008).

A Companhia possui o direito de uso de superfície dos centros de distribuição (CD) localizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Guarulhos (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO) pelo período de 180 meses, renováveis por períodos iguais e sucessivos. Por esse direito a Companhia pagará mensalmente o montante de R\$ 1.050.

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2009, totalizam um montante mínimo de R\$560.270, assim distribuídos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2010	135.619
2011	99.688
2012	84.224
2013	66.968
2014 a 2023	<u>173.771</u>
	<u>560.270</u>

### (ii) Contratos de Associação Itaú Unibanco Holding S.A.

A Companhia celebrou um contrato de associação com o Unibanco em 27 de outubro de 2001 no qual estabelecia que a Globex era garantidora do pagamento de determinadas contingências, exceto passivos fiscais e trabalhistas, devidamente documentadas e referentes ao período anterior à associação. Considerando que a CBD possui contrato de natureza semelhante com o Itaú Unibanco Holding S.A. e que CBD passou a ser acionista controlador da Companhia, foi celebrado em 28 de agosto de 2009 um termo de integração entre a Companhia, CBD e Itaú Unibanco, no qual as partes formalizaram a rescisão do acordo de associação da Globex com o Unibanco, exceto pela cláusula VII que trata da responsabilidade por contingências, indenizações e créditos fiscais, e que continua em vigor. No mais, as regras da associação entre Globex e Itaú Unibanco passaram a ser regidas pelos termos e condições do acordo de associação celebrado entre CBD e Itaú Unibanco (acordo de associação FIC).

00650-5 GLOBEX UTILIDADES SA 33.041.260/0652-90

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) Contratos e acordos comerciais

A Companhia celebrou em junho de 2008, um contrato de parceria comercial com uma instituição financeira, concedendo à este o direito de prestar, durante o tempo previsto no contrato, cuja duração é de 5 anos, os serviços bancários relativos à folha de pagamento da empresa, em regime de exclusividade. O montante recebido em consequência desta parceria está classificado como receitas diferidas no passivo circulante e não circulante e sendo apropriado ao resultado mensalmente até o final do contrato.

A Companhia apura receita com intermediação de Garantia Estendida, conforme parceria com a Garantech, e celebrou acordo com a mesma, referente a atingimento de metas e, por esse contrato, caso a Companhia não alcance as metas estabelecidas, deve reembolsar à Garantech por perdas e danos, sendo que, a liquidação financeira somente será exigida ao final do contrato, caso a performance acumulada não tenha sido alcançada, entretanto, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou no exercício corrente uma provisão no passivo não circulante no montante de R\$ 3.528 pelo não atingimento das metas contratuais para o exercício incorrido até 31 de dezembro de 2009. O montante recebido em consequência desta parceria está classificado como receitas diferidas no passivo circulante e não circulante e sendo apropriado ao resultado mensalmente até o final do contrato.

A Companhia apura receita com intermediação na venda de seguros residenciais, conforme parceria com a Cardif, e celebrou acordo com a mesma, referente a atingimento de metas e, por esse contrato, caso a Companhia não alcance as metas estabelecidas, deve reembolsar à Cardif por perdas e danos, sendo que, a liquidação financeira somente será exigida ao final do contrato, caso a performance acumulada não tenha sido alcançada. Até 31 de dezembro de 2009 a Companhia havia atingido todas as metas. O montante recebido em consequência desta parceria está classificado como receitas diferidas no passivo circulante e não circulante e sendo apropriado ao resultado mensalmente até o final do contrato.



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00650-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL GLOBEX UTILIDADES SA	3 - CNPJ 33.041.260/0652-90
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	13
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 A 31/12/2009	23
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	24
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	25
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	26
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	27
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	29
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	45/103

**ANEXO XVI**

---

Demonstrações financeiras da FIC elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ 06.881.898/0001-30

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) relativas ao exercício de 01/01 a 31/12/2009 e de 2008, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

## RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A FIC apresentou no período de 01/01 a 31/12/2009 lucro líquido de R\$ 36.591 mil e o lucro por ação do capital social foi de R\$ 0,04. O patrimônio líquido totalizou R\$ 517.575 mil e o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 0,57.

## ATIVOS E RECURSOS CAPTADOS

Os ativos totalizaram R\$ 2.879.885 mil e estavam substancialmente representados por Operações com Características de Concessão de Crédito. Os recursos captados representaram R\$ 2.519.880 mil.

## ÁREA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR

Em 28 de Agosto de 2009, foi assinado o contrato de integração das operações da FIC com o Banco InvestCred (PONTOCRED), com o objetivo de unificar a administração nas parcerias. Esta nova administração, adotou a estratégia, já implantada no Grupo Pão de Açúcar, de uso cruzado dos cartões entre as empresas do Grupo, assim como planos de parcelamento compatíveis com o mercado de eletrônicos, oferecendo aos clientes vantagens competitivas para uso dos cartões FIC/PONTOCRED nas lojas do Grupo Pão de Açúcar.

Em dezembro de 2009, a FIC junto com a PONTOCRED estava presente em 1.014 lojas do grupo CBD.

## PLANO DE NEGÓCIOS

As operações realizadas estão adequadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios, nos termos do art. 8º, parágrafo 3º da Resolução nº 3.040, de 28/11/2002, do CMN.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2010.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)				
	31/12/2009	31/12/2008		
<b>ATIVO</b>	<b>2.879.885</b>	<b>1.577.448</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2009 31/12/2008</b>
CIRCULANTE	2.665.259	1.577.448	CIRCULANTE	2.224.574 1.436.300
DISPONIBILIDADES	2.770	3.606	DEPÓSITOS - Depósitos Interfinanceiros (Notas 3b e 11)	672.086 400.828
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Aplicações no Mercado Aberto (Notas 3b e 4)	2.497	130.631	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS - Transferências Internas de Recursos	7.150 --
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.545.338 1.035.472
DERIVATIVOS - Carteira Própria (Notas 3c e 5)	44.287	11.670	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.055 9.166
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3d, 3e e 6)	1.207.957	433.663	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	10.643 1.230
Sector Privado	1.774.069	658.617	Fiscais e Previdenciárias (Notas 3i, 3j e 8c)	9.243 1.925
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(566.112)	(224.954)	Operações com Cartões de Crédito (Nota 3d)	1.326.801 988.410
OUTROS CRÉDITOS	1.407.522	997.667	Diversas (Nota 7b)	197.596 34.741
Rendas a Receber	13.205	6.456		
Operações com Características de Concessão de Crédito (Notas 3d e 6)	1.112.459	923.945		
Diversos (Nota 7a)	299.030	79.966		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Notas 3e e 6b)	(17.172)	(12.700)		
OUTROS VALORES E BENS	226	209		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	182.350	112.627		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Aplicações no Mercado Aberto (Notas 3b e 4)	1.273	--	DEPÓSITOS - Depósitos Interfinanceiros (Notas 3b e 11)	3.418 923
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3d, 3e e 6)	55.054	11.037	OUTRAS OBRIGAÇÕES	134.190 68.513
Sector Privado	62.657	15.228	Fiscais e Previdenciárias (Notas 3i, 3j e 8c)	95.632 63.506
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.603)	(4.191)	Diversas (Nota 7b)	38.558 5.007
OUTROS CRÉDITOS	126.023	101.590		
Operações com Características de Concessão de Crédito (Notas 3d e 6)	2.252	6.032		
Diversos (Nota 7a)	123.803	95.621		
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Notas 3e e 6b)	(32)	(63)		
PERMANENTE	32.276	40.716	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	128 128
INVESTIMENTOS (Nota 3f)	8.290	8.482		
Participações em Coligadas e Controladas - No País (Nota 9)	8.277	8.482		
Outros Investimentos	471	--	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	517.575 224.925
(Provisões para Perdas)	(458)	--	Capital Social	288.516 220.975
IMOBILIZADO DE USO (Nota 3g)	6.682	7.541	Reservas de Capital	154.325 --
Imóveis de Uso	775	1.599	Reservas de Lucros	74.734 3.950
Outras Imobilizações de Uso	13.978	11.567		
(Depreciações Acumuladas)	(8.071)	(5.625)		
INTANGÍVEL (Nota 3h)	17.304	24.693		
Outros Ativos Intangíveis	29.829	33.785		
(Amortização Acumulada)	(12.525)	(9.092)		
TOTAL DO ATIVO	2.879.885	1.730.789	TOTAL DO PASSIVO	2.879.885 1.730.789

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2009	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>392.549</b>	<b>703.176</b>	<b>530.823</b>
Operações de Crédito	393.815	699.788	518.761
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(1.266)	3.388	12.062
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(275.840)</b>	<b>(489.817)</b>	<b>(338.423)</b>
Operações de Captação no Mercado	(22.557)	(48.767)	(55.698)
Operações de Empréstimos e Repasses	(214)	(427)	(392)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3e e 6b)	(253.069)	(440.623)	(282.333)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>116.709</b>	<b>213.359</b>	<b>192.400</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(88.161)</b>	<b>(183.336)</b>	<b>(184.299)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7c)	141.311	253.656	160.856
Rendas de Tarifas Bancárias	--	489	3.353
Despesas de Pessoal	(3.932)	(5.870)	(4.776)
Outras Despesas Administrativas (Nota 7f)	(157.182)	(286.371)	(253.924)
Despesas Tributárias (Nota 8a II)	(32.132)	(55.755)	(38.439)
Resultado de Participação em Controlada (Nota 9)	1.639	3.193	3.390
Outras Receitas Operacionais (Nota 7d)	25.816	29.765	17.403
Outras Despesas Operacionais (Nota 7e)	(63.681)	(102.443)	(72.162)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>28.548</b>	<b>50.023</b>	<b>8.101</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(385)</b>	<b>(560)</b>	<b>(334)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>28.163</b>	<b>49.463</b>	<b>7.767</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 3j e 8a I)</b>	<b>(5.121)</b>	<b>(12.282)</b>	<b>(2.398)</b>
Devidas sobre Operações do Período	(52.883)	(76.363)	(12.388)
Referentes a Diferenças Temporárias	47.762	64.081	9.990
<b>PARTICIPAÇÕES NO LUCRO - Empregados - Lei nº 10.101 de 19/12/2000 (Nota 12a)</b>	<b>(214)</b>	<b>(590)</b>	<b>(189)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>22.828</b>	<b>36.591</b>	<b>5.180</b>
<b>Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Nota 10a)</b>	<b>907.366.532</b>	<b>569.665.379</b>	
<b>LUCRO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,04</b>	<b>0,01</b>	
<b>VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,57</b>	<b>0,39</b>	

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 10) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01/07/2009</b>	<b>252.221</b>	<b>--</b>	<b>14.444</b>	<b>--</b>	<b>266.665</b>
Incorporação - AGE de 31/12/2009	36.295	154.325	42.884	--	233.504
Lucro Líquido	--	--	--	22.828	22.828
Destinações:					
Reserva Legal	--	--	1.141	(1.141)	--
Reservas Estatutárias	--	--	16.265	(16.265)	--
Dividendos Provisionados	--	--	--	(5.422)	(5.422)
<b>SALDOS EM 31/12/2009</b>	<b>288.516</b>	<b>154.325</b>	<b>74.734</b>	<b>--</b>	<b>517.575</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>36.295</b>	<b>154.325</b>	<b>60.290</b>	<b>--</b>	<b>250.910</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2008</b>	<b>278.748</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>(57.773)</b>	<b>220.975</b>
Redução de Capital - AGO/E de 24/04/2008	(57.773)	--	--	57.773	--
Lucro Líquido	--	--	--	5.180	5.180
Destinações:					
Reserva Legal	--	--	259	(259)	--
Reservas Estatutárias	--	--	3.691	(3.691)	--
Dividendos Provisionados	--	--	--	(1.230)	(1.230)
<b>SALDOS EM 31/12/2008</b>	<b>220.975</b>	<b>--</b>	<b>3.950</b>	<b>--</b>	<b>224.925</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>(57.773)</b>	<b>--</b>	<b>3.950</b>	<b>57.773</b>	<b>3.950</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2009</b>	<b>220.975</b>	<b>--</b>	<b>3.950</b>	<b>--</b>	<b>224.925</b>
Aumento de Capital - AGE de 03/04/2009	31.246	--	--	--	31.246
Incorporação - AGE de 31/12/2009	36.295	154.325	42.884	--	233.504
Lucro Líquido	--	--	--	36.591	36.591
Destinações:					
Reserva Legal	--	--	1.830	(1.830)	--
Reservas Estatutárias	--	--	26.070	(26.070)	--
Dividendos Provisionados	--	--	--	(8.691)	(8.691)
<b>SALDOS EM 31/12/2009</b>	<b>288.516</b>	<b>154.325</b>	<b>74.734</b>	<b>--</b>	<b>517.575</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>67.541</b>	<b>154.325</b>	<b>70.784</b>	<b>--</b>	<b>292.650</b>

# Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 01/01 A 31/12 DE 2009 E DE 2008 (Em Milhares de Reais)

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentares, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a emissão e administração de cartões de crédito próprios.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da FIC foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007 (Nota 12c), em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Em decorrência de reorganização societária (Nota 10d) os ativos e passivos de 31/12/2009 incluem os valores relativos aos saldos provenientes de incorporação. Na demonstração do resultado estão incluídas as receitas e despesas, correspondentes às operações relativas aos valores patrimoniais incorporados, a partir das respectivas datas das AGES.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de vencimento.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) **Depósitos Remunerados e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

c) **Títulos e Valores Mobiliários** - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para Negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos Disponíveis para Venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declines no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os efeitos da aplicação dos procedimentos descritos anteriormente, na controlada da FIC, refletidos por estas em conta destacada dos seus patrimônios líquidos ou em contas de resultado, foram igualmente registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado de equivalência patrimonial da controladora proporcionalmente ao percentual de participação.

d) **Operações de Crédito e Outros Créditos (Operações com Características de Concessão de Crédito)** - Registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Em Outros Créditos - Operações com Características de Concessão de Crédito, estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos titulares de cartões de crédito. Os recursos correspondentes a esses valores estão contemplados em Outras Obrigações - Operações com Cartões de Crédito. As receitas decorrentes da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo "write-offs", estão classificadas na linha de receitas de operações de crédito.

e) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas de acordo com a faculdade prevista no artigo 5º da Resolução nº 2.682, de 31/12/1999, do CMN, alterado pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697, de 24/02/2000, do CMN, que considera a classificação da operação por atraso mínima ao risco nível A.

f) **Investimentos** - Em controlada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

g) **Imobilizado de Uso** - Corresponde aos bens decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. Representado basicamente por equipamentos de processamento de dados, demonstrados ao custo de aquisição, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20%.

h) **Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por direito de exploração de carteiras, amortizados de acordo com os prazos das contratos, e softwares, amortizados linearmente em cinco anos.

i) **Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.535, de 31/01/2008, do CMN.

j) **Passivos Contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações trabalhistas, civis e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

A FIC, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

j) **Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda ..... 15,00%  
Adicional de Imposto de Renda ..... 10,00%  
Contribuição Social (\*) ..... 15,00%  
PIS ..... 0,65%  
COFINS ..... 4,00%  
ISS ..... 5,00%

(\*) A partir de 01/05/2008 a alíquota passou de 9% para 15%, conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727, de 24/06/2008.

## NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimentos até 30 dias no montante de R\$ 2.497 e acima de 365 dias no montante de R\$ 1.273, totalizando R\$ 3.770 (R\$ 130.631 em 31/12/2008).

## NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCIEROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

a) **Títulos para Negociação** - A carteira é composta por Colas de Fundo de Curto Prazo que totalizam R\$ 10.916 (R\$ 11.670 em 31/12/2008).

b) **Títulos Disponíveis para Venda** - A carteira é composta por Letras Financeiras do Tesouro, sendo o valor do custo e de mercado R\$ 33.371. Os títulos possuem vencimento de 91 a 180 dias.

c) **Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/12/2009 e 31/12/2008 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

## NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

### a) Composição da Carteira por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

Composta por Operações de Crédito R\$ 1.836.726 (R\$ 673.845 em 31/12/2008) e Outros Créditos - Operações com Características de Concessão de Crédito R\$ 1.114.711 (R\$ 929.977 em 31/12/2008).

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL (1)									
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas Vincendas	--	12.936	5.774	3.848	3.482	6.415	3.828	32.319	68.602
01 a 60	--	3.334	1.722	1.102	1.057	1.588	1.089	16.812	26.704
61 a 90	--	1.974	916	625	580	789	575	3.082	8.535
91 a 180	--	4.590	2.033	1.429	1.293	1.799	1.241	5.721	18.106
181 a 365	--	2.911	1.081	676	512	1.343	599	4.042	11.164
Acima de 365	--	127	22	16	40	902	324	2.662	4.093
Parcelas Vincendas	--	42.365	38.907	40.776	51.861	44.259	40.516	358.146	616.830
01 a 60	--	42.365	38.907	40.776	51.861	44.259	40.516	358.146	99.559
61 a 90	--	--	--	38.777	2.681	1.357	875	6.468	9.688
91 a 180	--	--	--	--	47.359	40.689	38.262	28.431	154.741
181 a 365	--	--	--	--	--	--	--	292.374	292.374
Acima de 365	--	--	--	--	--	--	--	20.628	20.628
SUBTOTAL	--	55.301	44.681	44.624	55.343	50.674	44.344	390.465	685.432

OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL									
Parcelas Vincendas	2.112.388	25.198	10.070	4.769	28.027	15.156	2.623	24.115	2.222.346
01 a 60	1.121.723	14.996	6.066	2.263	24.147	6.375	1.842	13.817	1.191.229
61 a 90	210.148	2.540	1.061	460	621	1.042	149	1.820	217.841
91 a 180	409.344	4.516	1.854	849	1.171	2.316	256	3.241	423.547
181 a 365	317.092	2.812	1.016	810	1.109	2.939	218	2.918	328.914
Acima de 365	54.081	334	73	387	979	2.484	158	2.319	60.815
Parcelas Vincendas até 14 dias	41.013	434	353	231	540	335	77	676	43.659
SUBTOTAL	2.153.401	25.632	10.423	5.000	28.567	15.491	2.700	24.791	2.266.005
TOTAL GERAL (2)	2.153.401	80.933	55.104	49.624	83.910	66.165	47.044	415.256	2.951.437
PDD	(17.562)	(2.419)	(5.505)	(14.882)	(41.947)	(46.399)	(47.039)	(415.256)	(590.919)
TOTAL GERAL EM 31/12/2008	1.201.194	50.049	37.430	23.991	44.349	11.471	36.364	183.874	1.603.822
PDD	(6.006)	(500)	(1.123)	(2.909)	(13.305)	(15.736)	(18.455)	(183.874)	(241.908)

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concorrentes ou em processo de falência.

(2) A composição da carteira por setor de atividade está representada integralmente por operações com Pessoa Física.

### b) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
Saldo Inicial .....	(241.908)	(233.426)
Saldo Oritando da Reorganização Societária ....	(301.046)	—
Constituição Líquida do Período .....	(440.623)	(282.333)
Write-Offs .....	392.658	273.855
Saldo Final .....	(590.919)	(241.908)
Provisão Mínima Requerida .....	(524.634)	(241.908)
Provisão Adicional (*) .....	(66.285)	—

(\*) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido, constituída dentro de critérios prudenciais pela administração e em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de eventuais aumentos de inadimplência ocasionados por forte reversão do ciclo econômico, qualificado em função do comportamento histórico das carteiras de crédito em situações de crise econômica.

### c) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - No período foram recuperados créditos baixados "write-offs" contra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 84.039 (R\$ 48.877 de 01/01 a 31/12/2008), que se encontram registrados em Receitas de Operações de Crédito.

II - Em 31/12/2009 o saldo de créditos renegociados totalizava R\$ 132.807 (R\$ 53.625 de 01/01 a 31/12/2008), sendo a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 65.546 (R\$ 30.765 de 01/01 a 31/12/2008).

## NOTA 7 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) **Outros Créditos - Diversos** - Totalizam R\$ 422.833 (R\$ 175.587 em 31/12/2008) e estão compostos basicamente por Créditos Tributários R\$ 347.749 (R\$ 126.757 em 31/12/2008) (Nota 8i) e Valores a Receber - Seguro de Perda e Roubo R\$ 8.766 em 31/12/2008).

b) **Outras Obrigações - Diversas** - Totalizam R\$ 236.154 (R\$ 39.748 em 31/12/2008) e estão compostas basicamente por Pagamentos para Fornecedores Diversos R\$ 105.630, Valores a Pagar a Sociedades Ligadas R\$ 49.897, Provisões para Passivos Contingentes - Ações Cíveis R\$ 16.903 (R\$ 8.596 em 31/12/2008) e Fiscais e Previdenciárias R\$ 27.589.

c) **Receitas de Prestação de Serviços** - Totalizam R\$ 253.656 (R\$ 160.858 de 01/01 a 31/12/2008) e estão compostas basicamente por Operações com Cartões de Crédito R\$ 198.905 (R\$ 139.730 de 01/01 a 31/12/2008), Receitas de Comissões de Seguros R\$ 25.820 (R\$ 12.141 de 01/01 a 31/12/2008), Taxa de Cobrança R\$ 9.914 (R\$ 727 de 01/01 a 31/12/2008), Taxa de Operações R\$ 10.020 e Operações de Crédito R\$ 5.080 (R\$ 7.653 de 01/01 a 31/12/2008).

d) **Outras Receitas Operacionais** - Totalizam R\$ 29.765 (R\$ 17.403 de 01/01 a 31/12/2008) e estão compostas basicamente por Recuperação de Encargos e Despesas R\$ 14.161 (R\$ 8.837 de 01/01 a 31/12/2008), Outras Receitas Financeiras R\$ 10.142 (R\$ 228 de 01/01 a 31/12/2008) e Outras R\$ 5.329 (R\$ 6.067 de 01/01 a 31/12/2008).

e) **Outras Despesas Operacionais** - Totalizam R\$ 102.443 (R\$ 72.162 de 01/01 a 31/12/2008) e estão compostas basicamente por Comercialização

### h) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários, registrados em Outros Créditos - Diversos, e sua movimentação está representado por:

	31/12/2008	Reorganização Societária	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2009
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social .....	65.324	—	(24.832)	13.292	53.784
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	38.815	34.339	(21.621)	47.854	99.387
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias .....	14.051	—	8.426	10.260	32.737
Provisão para Passivos Contingentes .....	3.031	7.345	(6.031)	7.391	17.160
Agios Amortizados .....	—	121.298	—	—	121.298
Outras Provisões Indutíveis .....	5.536	6.692	1.185	9.970	23.383
Total de Créditos Tributários .....	126.757	169.674	(37.449)	88.767	347.749

II - A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	Diferenças e Base Negativa	Total
2010	138.444	6.309	142.753
2011	35.771	1.301	37.072
2012	28.757	2.754	31.511
2013	25.211	7.170	32.381
2014	24.276	11.262	35.538
acima de 2014	43.506	24.988	68.494
Total	293.965	53.784	347.749
Total em 31/12/2008	68.790	57.967	126.757
Valor Presente em 31/12/2009 (*)	256.891	41.978	298.869

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

de Cartões de Crédito R\$ 45.710 (R\$ 31.549 de 01/01 a 31/12/2008), Sinistros R\$ 28.478 (R\$ 12.574 de 01/01 a 31/12/2008) e Provisão para Ações Cíveis R\$ 25.152 (R\$ 22.025 de 01/01 a 31/12/2008).

f) **Outras Despesas Administrativas** - Totalizam R\$ 286.371 (R\$ 253.924 de 01/01 a 31/12/2008) e estão representadas basicamente por Despesas com Partes Relacionadas R\$ 160.211 (R\$ 85.784 de 01/01 a 31/12/2008), Processamento de Dados e Telecomunicações R\$ 42.489 (R\$ 39.034 de 01/01 a 31/12/2008), Serviços de Telemarketing R\$ 28.574 (R\$ 22.785 de 01/01 a 31/12/2008), Serviços de Terceiros R\$ 28.724 (R\$ 9.171 de 01/01 a 31/12/2008), Propaganda, Promoções e Publicações R\$ 7.002 (R\$ 3.607 de 01/01 a 31/12/2008) e Depreciação e Amortização R\$ 5.323 (R\$ 4.536 de 01/01 a 31/12/2008).

## NOTA 8 - TRIBUTOS

### a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos Sobre as Operações do Período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes do Imposto de Renda		
e Contribuição Social .....	49.463	7.767
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 3) .....	(19.785)	(2.618)
Acrescimos/Decréscimos aos efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Exclusões Permanentes .....	(26.104)	(23)
Participação em Controlada .....	1.277	1.291
Ajustes decorrentes de Reorganização Societária (Incorporações) .....	(16.848)	—
Despesas Indutíveis e Outros .....	(10.533)	(1.134)







## Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 01/01 A 31/12 DE 2009 E DE 2008** (Em Milhares de Reais) (Continuação)

**II Dividendos** - Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2009 foi provisionado o montante de R\$ 8.691 equivalente ao dividendo mínimo, registrado em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

### c) Reservas de Lucros

#### RESERVAS DE LUCROS

Legal

Especial (\*)

(\*) Constitui vínculo possibilitar a formação de recursos para o exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital das empresas participadas, futuros incorporações de recursos no capital social e para pagamento de dividendos intermediários, conforme previsto no estatuto.

**d) Incorporações Societárias** - Em 04/01 de 31/12/2009 foi deliberada a incorporação total da Miravale Empreendimentos e Participações S.A. e a incorporação da parcela patrimonial cindida do Banco Investidor Unibanco S.A. com base no balanço patrimonial de 30/09/2009. Na mesma data foi deliberada a incorporação da parcela cindida representada pelo investimento na FIC do Banco Itaú e S.A. com base no balanço patrimonial em 31/12/2008. Foram canceladas 324.501,115 ações da FIC da titularidade do Banco Itaú e emittidas igual número de novas ações para o Itaú Unibanco S.A. controlador do Banco Itaú e S.A. Estes processos estão pendentes de homologação pelo BACEN.

Os valores das ações e passivos incorporados estão demonstrados abaixo:

	Incorporação Miravale 30/09/2009	Incorporação de parcela cindida Banco Investidor 30/09/2009	Incorporação de parcela cindida Banco Itaú e S.A. 31/12/2009	TOTAL
<b>ATIVO</b>				
Circulante e Realizável a Longo Prazo	2.352	716.106	860.707	1.578.165
Disponibilidades	5	52	87	139
Aplicações em Mercado Aberto	46	—	—	46
Relações Interfinanceiras	—	4.071	4.071	8.142
Operações de Crédito	—	541.334	541.334	1.082.668
Outras Créditos	2.301	170.649	295.199	498.149
Permanente	276.170	2.160	105.201	383.531
<b>TOTAL</b>	<b>278.522</b>	<b>718.266</b>	<b>227.466</b>	<b>1.224.254</b>
<b>PASSIVO</b>				
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.413	607.950	609.363	1.228.726
Depósitos	—	388.693	388.693	777.386
Relações Interfinanceiras	—	218.628	220.041	438.669
Outras Obrigações	1.413	—	—	2.826
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Arrecadações	—	6.673	7.866	14.539
Sociais e Estatutárias	1.413	3.532	3.532	8.477
Fiscas e Previdenciárias	—	67.22	67.22	134.44
Operações com Cartões de Crédito	—	121.301	121.301	242.602
<b>TOTAL</b>	<b>1.413</b>	<b>607.950</b>	<b>609.363</b>	<b>1.228.726</b>
<b>REDUÇÃO DO INVESTIMENTO</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(105.201)</b>	<b>(105.201)</b>
<b>ACRÉSCIMO LÍQUIDO INCORPORADO</b>	<b>939</b>	<b>110.816</b>	<b>122.249</b>	<b>224.004</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MARCOS ANDRÉ SCATTINI

Vice-Presidentes

ENEA CESAR FERREIRA NETO

HUGO ANTONIO CACCIARI BELLEMI

SEBASTIÃO DA COSTA WERLANG

Controlador

JOSÉ MANUEL DA COSTA GOMES

CNP 19219892-0

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Condição

9º andar - São Paulo - SP

### DIRETORIA

Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO STABUL

Diretores

ADRIENNE PATRICE GUEDES DABERT

LINDA AGUIAR GOMES

LUIZ FERNANDO DE ANDRADE

MARC ANTONIO ANTUNES

ROBERTO LAMY

### PARCEIROS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ass. Administrativas e Contábeis

Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2009. Consideramos a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os aspectos relevantes, nossos exames compreendem, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Temos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota 19(6), em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2009, foi deliberada a incorporação da parcela cindida do Banco Investidor Unibanco S.A. e incorporação integral da Miravale Empreendimentos e Participações S.A. pela Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento na data-base de 30 de setembro de 2009. O (b) incorporação da parcela cindida do Banco Itaú e S.A. pela Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2009. Essas alterações encontram-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 2 fevereiro de 2010

Pracsa Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Condição

9º andar - São Paulo - SP

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Condição

9º andar - São Paulo - SP

## Itaúvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Itaúvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2009 e 2008, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

CNPJ 92.880.749/0001-99

São Paulo, 12 de fevereiro de 2010

	31/12/2009	31/12/2008
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.983</b>	<b>18.276</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>40</b>	<b>15</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 38 e 4)</b>	<b>12.829</b>	<b>12.829</b>
Aplicações em Mercado Aberto	12.829	1.240
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	—	11.689
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - Carteira Própria (Nota 3 e 4)</b>	<b>2.195</b>	<b>1.909</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>919</b>	<b>3.342</b>
Rendas e Recebíveis	14	332
Diversos	905	342
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - OUTROS CRÉDITOS - Diversos</b>	<b>2.127</b>	<b>207</b>
<b>PERMANENTE - Outros Investimentos - (Nota 3 e 4)</b>	<b>666</b>	<b>412</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.516</b>	<b>18.895</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 5) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01/07/2009</b>	<b>8.500</b>	<b>224</b>	<b>8.499</b>	<b>—</b>	<b>17.223</b>
Lucro Líquido	—	—	—	128	128
Destinações:	—	—	—	7	7
Reserva Legal	—	—	—	120	120
Reserva Estatutária	—	—	—	(1)	(1)
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	—
<b>SALDOS EM 31/12/2009</b>	<b>8.500</b>	<b>224</b>	<b>8.616</b>	<b>17.340</b>	<b>17.340</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>					
<b>SALDOS EM 01/01/2008</b>	<b>7.600</b>	<b>109</b>	<b>7.638</b>	<b>—</b>	<b>15.347</b>
Aumento de Capital - AGO/E de 22/04/2008	400	—	400	—	800
Reversas Decorrentes de Atualização de Títulos Patrimoniais	—	115	—	115	230
Lucro Líquido	—	—	—	2.240	2.240
Destinações:	—	—	—	112	112
Reserva Legal	—	—	—	1.157	1.157
Reserva Estatutária	—	—	—	(971)	(971)
Juros e Capital Próprio	—	—	—	—	—
<b>SALDOS EM 31/12/2008</b>	<b>8.000</b>	<b>224</b>	<b>8.507</b>	<b>16.731</b>	<b>16.731</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>400</b>	<b>115</b>	<b>869</b>	<b>—</b>	<b>1.384</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2009</b>	<b>8.000</b>	<b>224</b>	<b>8.507</b>	<b>—</b>	<b>16.731</b>
Reversas de Dividendos Provisionados	—	—	—	3	3
Aumento de Capital - AGO/E de 30/04/2009	500	—	(500)	—	—
Lucro Líquido	—	—	—	412	412
Destinações:	—	—	—	31	31
Reserva Legal	—	—	—	575	575
Reserva Estatutária	—	—	—	(8)	(8)
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	—
<b>SALDOS EM 31/12/2009</b>	<b>8.500</b>	<b>224</b>	<b>8.616</b>	<b>17.340</b>	<b>17.340</b>
<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>500</b>	<b>—</b>	<b>109</b>	<b>—</b>	<b>609</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS DE 01/01 A 31/12 DE 2009 E 2008** (Em Milhares de Reais)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ITAUVEST DDT) tem por objeto a prestação de todas as operações permitidas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários pelas disposições legais e regulamentares.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da ITAUVEST DDT foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em consonância com o que dispõe o artigo 17 da Circular nº 1.086, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3) e os ativos representados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de sua data de vencimento.

### 3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa** - Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem caixa e contas correntes em bancos (consideradas na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

**b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com clientela de atualização monetária e as operações com encargos predefinidos estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata" com base na variação do indicador e no dia de juro pactuado.

**c) Títulos e Valores Mobiliários** - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indicador e/ou taxa de juro efetiva e aprovados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.565, de 09/11/2001, do BACEN. São classificados na categoria Títulos para Negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e investimentos negociados, avaliados pelo valor de mercado em contraponto ao resultado do período.

**d) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Registrados pelo valor de custo ajustado a valor de mercado através da constituição de provisões, de acordo com as normas vigentes.

### DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO MASARU NISHIKAWA

Diretores

OSWALDO LOPES

PAULO ENRIQUE VASCONCELOS

REGINALDO JOSÉ CAMILO

RODOLFO HENRIQUE FISCHER

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Condição

7º andar - Parque Jabaquara

São Paulo - SP

### a) Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as demonstrações estabelecidas na Resolução nº 535, de 15/01/2008, do CMN. A ITAUVEST DDT, com base no princípio de que os ativos e passivos, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

**b) Tributos** - Calculados às alíquotas atuais declaradas, considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargamento.

**c) Imposto de Renda** - 15,00%

**d) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**e) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**f) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**g) Imposto de Renda** - 15,00%

**h) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**i) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**j) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**k) Imposto de Renda** - 15,00%

**l) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**m) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**n) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**o) Imposto de Renda** - 15,00%

**p) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**q) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**r) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**s) Imposto de Renda** - 15,00%

**t) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**u) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**v) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**w) Imposto de Renda** - 15,00%

**x) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**y) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**z) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**aa) Imposto de Renda** - 15,00%

**ab) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**ac) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**ad) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**ae) Imposto de Renda** - 15,00%

**af) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**ag) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**ah) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**ai) Imposto de Renda** - 15,00%

**aj) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**ak) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**al) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**am) Imposto de Renda** - 15,00%

**an) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**ao) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**ap) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**aq) Imposto de Renda** - 15,00%

**ar) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**as) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**at) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**au) Imposto de Renda** - 15,00%

**av) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**aw) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**ax) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**ay) Imposto de Renda** - 15,00%

**az) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**ba) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**bb) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**bc) Imposto de Renda** - 15,00%

**bd) Adicional do Imposto de Renda** - 10,00%

**be) Contribuição Social (PIS)** - 0,65%

**bf) Contribuição Social (COFINS)** - 4,00%

**bg) Imposto de Renda** - 15,00%



**Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Mercantil**  
CNPJ/MF nº 12.023.850/0001-94

*Distribuidor Líder*

**Banco Itaú BBA S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar - São Paulo-SP

*Administrador*

**Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - São Paulo-SP

*Custodiante*

**Itaú Unibanco S.A.**

Rua Ururai, nº 111, térreo (Bloco B) - São Paulo-SP

*Agência de Classificação de Risco*

**Fitch Ratings Brasil Ltda.**

Rua Bela Cintra, nº 904, 4º andar - São Paulo-SP

*Assessoria Jurídica*

**Mattos Filho, Veiga, Filho, Marrey Jr. e Quiroga**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447 - São Paulo-SP